

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

FRED MACIEL

**DA MONTANHA AO QUARTEL: ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO
POPULAR SANDINISTA NA NICARÁGUA**

**FRANCA
2013**

FRED MACIEL

**DA MONTANHA AO QUARTEL: ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO
POPULAR SANDINISTA NA NICARÁGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de Concentração: História e Cultura Política.

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

**FRANCA
2013**

FRED MACIEL

**DA MONTANHA AO QUARTEL: ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA DO EXÉRCITO
POPULAR SANDINISTA NA NICARÁGUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Orientador: Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2013.

*Ao meu pai Donizete, que tanto lutou para que tivéssemos
o que comer e com o que sonhar.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, em todas as suas formas e representações, sob as distintas crenças. A vida me ensinou que ter fé e acreditar em algo vale mais à pena.

Ao meu pai Donizete, mais do que um exemplo, uma das minhas motivações para seguir na estrada cotidiana. Todas as suas palavras, por vezes a ausência delas, me modelaram enquanto pessoa. Aos meus irmãos, que indiretamente contribuíram com esse trabalho.

À minha querida Ana, eterna companheira e amiga. Se a distância não é o fim, e se – como escreveu Mário de Andrade – sofrimento jamais perturbou felicidade, os sentimentos e os sonhos permanecem. *“Y hoy, aunque llueva y yo no esté de humor, sé que vas a estar siempre ahí dentro de mí, empujándome a seguir, levantándome si caigo, viendo luz aún si muere el sol”*.

Aos amigos de faculdade, parceiros da vida francana e velhos amigos de São José. Prefiro não citar nomes para não cometer injustiças. Sintam-se todos lembrados. “A amizade é maior do que tudo já diziam os antigos”.

Ao professor Héctor Luis Saint-Pierre, por toda a confiança e ensinamentos nesses anos de orientação, conduzindo-me em meu crescimento acadêmico. A todos os membros do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), que de alguma maneira contribuíram para o progresso de minha pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio e financiamento ao desenvolvimento deste projeto.

Aos professores Marcos Sorrilha Pinheiro e Samuel Alves Soares pelas importantes considerações e correções do presente trabalho.

Aos funcionários das instituições visitadas, pesquisadores e pessoas consultadas e entrevistadas, especialmente ao *Instituto de História de Nicaragua y Centroamérica* (IHNCA) da *Universidad Centroamericana* (UCA) e ao pesquisador nicaraguense Roberto Cajina pelas valiosas considerações acerca da condução e desenvolvimento deste trabalho.

*“Vengo jubiloso para juntar a tu cruzada
la audacia de mi brazo fuerte.
La lucha está difícil. Y hay que seguir
adelante y cuesta. Cuesta arriba.
Todo el que anda derecho
tiene en su haber una sonrisa y una onza de plomo.
No hay otra manera de contar la historia.*

*El fusil para todos,
lágrimas, flores y recuerdos para todos.
Hay que seguir entonces,
la historia tiene un solo sentido.
Y hay siempre y cada vez nuevas espadas
y una vieja manera de levantar la frente.”*

(Ricardo Morales Avilés)

MACIEL, Fred. **Da montanha ao quartel: atuação e influência do Exército Popular Sandinista na Nicarágua.** 2013. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

RESUMO

Com este presente trabalho pretendemos analisar a atuação do Exército Popular Sandinista (EPS) na década de 1980 e sua transição de exército guerrilheiro para exército profissional e regular, marco da etapa de transformação pela qual passava a Nicarágua e inserida em uma cultura política de quase permanente uso da violência como amparo às forças políticas. Desse modo, buscaremos elucidar a subordinação do EPS à Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), efetivando a confusão Estado-Partido-Exército, eixo do regime sandinista. O entendimento da real participação, interferência e influência do EPS no governo e sua posterior profissionalização contribuem para a reflexão acerca de como o regime sandinista, enquanto sistema político, resolveu a institucionalização do exército e do campo político-militar. Ademais, a constante situação de guerra fomentada pela contrarrevolução (os chamados “Contras”) fez com que o EPS emergisse como um dos principais atores do cenário nacional nicaraguense; assim, buscaremos compreender a maneira como as forças armadas agiram no ambiente político-social, de maneira a transformar e/ou reorganizar esses campos. A consequente derrocada sandinista e a emergência de um novo governo após as eleições de 1990 reorganizou o EPS, transformando-o em uma força apolítica e nacional, um instrumento estabilizador na polarizada e conflitante sociedade nicaraguense. É inegável a relevância do EPS na Nicarágua sandinista da década de 1980 e visaremos elucidá-la nesta pesquisa, bem como a importância de sua transformação, reorganizando e inserindo novos parâmetros em um conturbado ambiente político-social.

Palavras-chave: Nicarágua; regime sandinista; Exército Popular Sandinista; forças armadas; Frente Sandinista de Libertação Nacional.

MACIEL, Fred. **From the mountain to the barracks: performance and influence of Sandinista Popular Army in Nicaragua.** 2013. 180 f. Master's Dissertation (History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

ABSTRACT

With this present work we intend to analyze the performance of the Sandinista Popular Army (EPS – spanish acronym) in the 1980s and his transition from guerrilla army to a professional and regular army, mark of the transformation step by which Nicaragua crossed and inserted in a political culture of almost permanent use of violence as a support to political forces. In this way, we'll try to elucidate the subordination of the EPS to Sandinista National Liberation Front (FSLN – spanish acronym), making effective the confusion State-Party-Army, axis of the Sandinista regime. The understanding of the real participation, interference and influence of EPS in government and their subsequent professionalization contribute to reflection about how the Sandinista regime, as political system, resolved the institutionalization of the army and the military-political field. Moreover, the constant state of war fomented by counterrevolution (called “Contras”) make with which the EPS emerged as a major actor of the Nicaraguan national scene; so, we'll seek to understand how the armed forces acted on political and social scene, in order to transform and/or rearrange these fields. The consequent Sandinista collapse and the emergence of a new government after the 1990s elections reorganized the EPS, turning it into a national and apolitical force, a stabilizer instrument in the polarized and conflicting Nicaraguan society. Is undeniable the EPS relevance in the Sandinista Nicaragua of the 1980s and we aim elucidate it in this research, as well as the importance of its transformation, reorganizing and adding new parameters in a turbulent political-social environment.

Keywords: Nicaragua; Sandinista regime; Sandinista Popular Army; armed forces; Sandinista National Liberation Front.

LISTA DE SIGLAS

ADREN	Aliança Democrática Revolucionária Nicaraguense
APP	Áreas de Propriedade de Povo
ARDE	Aliança Revolucionária Democrática
ATC	Associação de Trabalhadores do Campo
BAO	Base de Apoio Operacional
BIP	Batalhão de Infantaria Permanente
BIR	Batalhão de Infantaria de Reserva
BLC	Batalhão Ligeiro Caçador
BLI	Batalhão de Luta Irregular
CAAP	Complexos Antiaéreos Portáteis de Mísseis
CAS	Cooperativas Agrárias Sandinistas
CCS	Cooperativas de Crédito e Serviços
CDS	Comitês de Defesa
CDP	Comitês de Direção Partidária
CEM	Centros de Treinamento Militar
CIA	Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos
CNA	Cruzada Nacional de Alfabetização
COE	Comando de Operações Especiais
COPETE	Companhia Permanente Territorial
COSEP	Conselho Superior da Empresa Privada
CPI	Comitê Partidário Intermediário
CPO	Centros de Preparação de Oficiais
DOP	Departamento de Organização Partidária
ECA	Escola 'Carlos Agüero'
EDSN	Exército Defensor da Soberania Nacional
EEBI	Escola de Treinamento Básico de Infantaria
ELN	Exército de Libertação Nacional
ENABAS	Empresa Nicaraguense de Alimentos Básicos
EPA	Empresas de Reforma Agrária
EPS	Exército Popular Sandinista
FAO	Frente Ampla Opositora
FAO	Frente Única Opositora

FAS-DAA	Força Aérea Sandinista-Defesa Antiaérea
FDN	Força Democrática Nicaraguense
FDSN	Frente Democrática de Salvação Nacional
FN 3-80	Frente Norte 3-80
FPR	Frente Patriótica Revolucionária
FROC	Frente Operária e Camponesa
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
FUAC	Frente Unida 'Andrés Castro'
GPP	Guerra Popular Prolongada
JGRN	Junta de Governo de Reconstrução Nacional
JMR	Juntas Municipais de Reconstrução
JS 19	Juventude Sandinista 19 de Julho
L-15	Legião 15 de Setembro
MADN	Movimento de Autodefesa Nacional
MGS	Marinha de Guerra Sandinista
MIDINRA	Ministério de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária
MINT	Ministério do Interior
MISURA	Miskito Sumo Rama
MPS	Milícias Populares Sandinistas
PL	Plano de Licenciamento
PLI	Partido Liberal Independente
PPSC	Partido Popular Social Cristão
PSN	Partido Socialista Nicaraguense
PUFE	Pequenas Unidades de Forças Especiais
RM	Região Militar
RN	Resistência Nicaraguense
SMP	Serviço Militar Patriótico
TGF	Tropas Guarda Fronteiras
TI	Tendência Insurrecional
TP	Tendência Proletária
UDEL	União Democrática de Libertação
UDN-FARN	União Democrática Nicaraguense-Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua
UNO	União Nacional Opositora
YATAMA	Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka (Filhos da Mãe Terra)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A SAÍDA DO REGIME AUTORITÁRIO.....	23
1.1 O governo de Reconstrução Nacional.....	25
1.2 Disposição estrutural e institucional: fim do aparelho burocrático somozista e nova realidade sandinista.....	35
1.3 Guarda Nacional: dissolução e destino dos ex-membros.....	46
2 ESTRUTURA MILITAR NICARAGUENSE.....	53
2.1 Década de 1970: poder corporativo e financiamento estadunidense.....	53
2.2 Governo sandinista.....	58
2.2.1 Novas instituições e milícias.....	58
2.2.2 Alistamento militar.....	63
2.2.3 Efetivos e capacidade bélica.....	67
3 EXÉRCITO POPULAR SANDINISTA (EPS).....	72
3.1 Surgimento e fundação.....	72
3.2 As bases orgânicas.....	75
3.3 Função e papel do EPS.....	85
3.4 As primeiras ações e missões.....	88
4 EPS E GOVERNO SANDINISTA.....	92
4.1 Condução do setor de defesa e relações entre civis e militares.....	94
4.2 Defesa e consolidação do regime.....	106
4.2.1 Meios de interferência e influência na população.....	106
4.3 Contrarrevolução: os <i>Contras</i> e a guerra civil.....	118
5 A DERROCADA SANDINISTA.....	136
5.1 Contestação popular e internacional.....	137
5.2 Negociação e eleições de 1990: a ascensão de Violeta Chamorro.....	143
5.3 Novo governo e reorganização: a transformação do EPS em exército regular e apolítico.....	152

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 164

REFERÊNCIAS..... 171

INTRODUÇÃO

A história da América Latina tem estreita vinculação com a constituição e uso das Forças Armadas como opção de amparo à governabilidade, bem como de legitimação e fortalecimento de um tipo de regime. O século XX, especialmente em sua segunda metade, foi palco da chamada “política das armas” de maneira generalizada. Regimes militares e governos patrimoniais de ditaduras familiares exacerbaram a aplicação da relação entre Forças Armadas e poder. Até mesmo na transição democrática, o uso sistemático das Forças Armadas como instrumento político foi corrente em alguns países, e nesse caso insere-se a Nicarágua. O regime sandinista na década de 1980 teve como um de seus sustentáculos o Exército Popular Sandinista (EPS), braço armado do governo e trabalhado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) como símbolo da soberania do povo nicaraguense e de sua defesa.

O processo revolucionário que impôs a queda do regime ditatorial da família Somoza, período este de rearticulação do problema nacional e democrático na Nicarágua¹, em que um elenco de forças sociais heterogêneas coadunado em torno de um objetivo comum (liquidar a ditadura somozista e abrir o caminho para uma nova realidade popular) e representado pela FSLN, marcou a busca pela autodeterminação e reafirmação nacional. Para aclarar tal quadro exporemos um breve panorama de dito governo. A ditadura da família Somoza teve início em meados da década de 1930, quando Anastasio Somoza García chegou ao poder por meio de um golpe de estado. O assassinato do mesmo em 1956 não determinou o fim do regime opressor: seus filhos Luis e Anastasio Somoza Debayle dariam continuidade ao governo oligárquico e autoritário. O surto econômico do algodão permitiu ao clã Somoza (composto por familiares, aliados políticos e membros de cargos elevados da Guarda Nacional, única força militar e policial existente na Nicarágua) acumular uma riqueza considerável, ao mesmo tempo em que gerou miséria e desigualdade nas camadas populares. O sentimento de revolta e oposição de alguns setores da sociedade (especialmente setores trabalhadores e camponeses, mas também setores médios e da burguesia alheios ao somozismo) à dita situação no país teve como marco a fundação da FSLN no início da década de 1960.

¹ RODRIGUES, Lygia. O Sandinismo e a Revolução Nacional e Democrática na Nicarágua. In: DAYRELL, Eliane; IOKOI, Zilda. (orgs.). **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

Alguns analistas² atribuem o mérito da FSLN em conseguir se impor como principal opção oposicionista ao regime Somoza. Aproveitando-se da existência de contradições objetivas internas (desigualdade socioeconômica, concentração de decisões políticas, etc.) ao regime, especialmente na estrutura socioeconômica, a Frente Sandinista soube se reforçar e convencer grande parte da população a favor de sua estratégia revolucionária. Assim, conseguiu reunir distintos setores populares em favor de suas propostas. O que diferenciou a insurreição sandinista de outros processos similares foi a articulação insurrecional das massas com uma direção armada que, dando continuidade à ação quase espontânea e direta da população, aumentou sua organização e eficácia operativa, além de condensar contradições que nutriam os protestos populares.

Uma Junta de Governo assumiu a direção política do país após a derrocada de Anastasio Somoza Debayle e, em um de seus primeiros atos, dissolveu a Guarda Nacional – força armada pretoriana a serviço da família Somoza e de seus interesses – e a substituiu por um exército composto basicamente por combatentes populares oriundos da guerrilha antisomozista. Portanto, a criação do EPS – nome este adotado ainda em 1979 – marcou a institucionalização da força armada popular, ou melhor, da força armada popular associada ao sandinismo e à FSLN, recém-ascendida ao poder.

O processo revolucionário nicaraguense inspirou uma quantidade considerável de obras, porém poucas trataram com profundidade a questão do EPS e seu papel no regime sandinista. Ademais, grande parte dos trabalhos elaborados estão vinculados muito mais com uma militância do que com uma análise crítica do período; uma literatura de combate e exaltação da Frente Sandinista e do sandinismo e, como apontou o pesquisador argentino Carlos Vilas³, uma “literatura de trincheira muitas vezes escrita desde bem longe da trincheira”. Nesse sentido, cabe ao ofício do historiador entender que o estudo das revoluções, como afirmou Eric Hobsbawm, não deve ser separado da análise do período em que ocorreram (permitindo perceber o conjunto macrohistórico no qual o objeto de estudo está inserido), bem como das inclinações pessoais do autor (identificando os ingredientes do conjunto valorativo no exercício de análise realizado)⁴.

O uso das Forças Armadas em funções políticas e de consolidação de regimes e opções político-sociais foi recorrente na realidade da América Latina. Para os cientistas

² Ver, por exemplo: MIREs, Fernando. **La rebelión permanente**: las revoluciones sociales en América Latina. Delegación Coyoacán: Siglo Veintiuno, 2005; RAMÍREZ, Sergio. **Adiós Muchachos**: a história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Rio de Janeiro: Record, 2011 e VILAS, Carlos. **Nicarágua hoje**: análise da Revolução Sandinista. São Paulo: Vértice, 1986.

³ VILAS, Carlos. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005. p. 14.

⁴ Ibid. p. 16.

políticos Alain Rouquié e Stephen Suffern⁵, a influência militar na América Latina esteve associada ao aparecimento dos Estados nacionais; ou seja, as instituições militares se conformaram à imagem das suas nações, refletindo as particularidades e complexidade do Estado⁶. Portanto, percebe-se um ajustamento das Forças Armadas à evolução do Estado. Nesse sentido, o estudo das instituições militares contribui à compreensão do quadro político, social e cultural latino-americano, uma vez que a participação militar permeia quase toda sua história. De acordo com o grau de inserção social e estatal, as Forças Armadas muitas vezes refletiram as configurações sociais e os modelos de desenvolvimento da América Latina. Como ressalta o historiador Manuel Domingos Neto:

O militar, tendo ou não a exata dimensão de seu papel, interfere direta e indiretamente, de forma explícita ou encoberta, nas relações sociais, na economia e na cultura. O militar está presente na modelagem de instituições, na configuração e na dinâmica do poder político; é decisivo na delimitação de fronteiras territoriais e, em boa dose, responsável pelo desenho do cenário internacional⁷.

Na América Latina a presença militar parece amalgamada com a história do continente⁸, numa relação de interdependência na compreensão de questões referentes aos campos de estudo relacionados a esta região. Não obstante, tal temática ainda é pouco estudada, especialmente para a América Central. Assim, existe um vasto campo carente de pesquisas na área de Defesa e Segurança, que envolvam os temas das Forças Armadas ou das relações entre militares e civis. Desde a conquista militar do continente e perpassando pelas guerras de independência e revolucionárias, fica evidente que “as Forças Armadas fizeram [e ainda fazem] parte inextricavelmente ativa da história latino-americana⁹”.

Como afirmamos, a América Latina foi cenário constante para a utilização das Forças Armadas como meio de consolidação e legitimação política e institucional. A transição de regimes autoritários e ditatoriais coloca em questão o efetivo controle civil sobre o poder militar. O caso nicaraguense afasta-se um pouco dessa dimensão, uma vez que o regime somozista não é considerado uma ditadura militar. Apesar do uso sistemático da Guarda Nacional, ele aproximou-se mais da concepção de “ditadura patrimonial ou sultanismo” –

⁵ ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BETHELL, Leslie (org). **História da América Latina**: (vol. 7). A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: Edusp, 2009.

⁶ ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Op. cit. p. 200.

⁷ DOMINGOS NETO, Manuel. O militar e a civilização. In: **Tensões Mundiais**, ano I, vol. I, 2005. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2005. p. 1.

⁸ SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **Formas contemporâneas da violência política**. Franca: [s.n.], 2002. p. 109.

⁹ Ibid. p. 110.

designações pontudas por Juan J. Linz e Alfred Stepan¹⁰ e também, em especial, por Max Weber¹¹. Nesta, a dominação opera principalmente com base no arbítrio, e o personalismo despótico possui forte tendência ao poder familiar. A essência está no poder pessoal irrestrito do governante.

No período pós-regimes autoritários, apesar da destituição dos militares do poder, tem-se um ambiente mais caracterizado pela continuidade do que pela ruptura, já que setores associados ao poder autoritário destituído e algumas de suas estruturas permanecem influenciando o novo regime. Desse modo, em referido período, “as Forças Armadas mantiveram *esferas de autonomia*, originadas e consolidadas ao longo dos regimes anteriores ou mesmo estabelecidas posteriormente¹²”. Tal quadro é típico de regimes democráticos que buscam a consolidação, em que a autonomia política militar das Forças Armadas é restringida e limitada à autonomia institucional. Nesse espaço delimitado pela política e pela institucionalização se inserem as “esferas de autonomia”, com as quais os militares podem, ainda que indiretamente, interferir nos processos decisórios. O governo sandinista na década de 1980, inicialmente com a direção da Junta de Governo de Reconstrução Nacional e depois com o mandato presidencial de Daniel Ortega, talvez não se encaixe no quadro latino-americano de “consolidação da democracia”. Seria mais correto se referir a década de 1980 como “período de transição à democracia”, sendo o decênio seguinte o de consolidação. Segundo o pesquisador guatemalteco Jorge Rovira Mas¹³, após a queda do regime Somoza se iniciou uma transição de tipo *desplazamientos*, ou seja, deslocamentos políticos e sociais no interior do governo sandinista, de modo a adequar-se conforme as circunstâncias internas e externas.

Nessa perspectiva da consolidação de um regime é necessário pontuar, mesmo que sucintamente, a respeito do conceito de sistema político, visto que atores político-sociais e suas estratégias empregadas no campo nacional definem o espaço no qual a democracia se consolida, por isso a importância do conceito de sistema político, cujas características remetem ao processo de atuação governamental e de sua respectiva legitimação e consolidação. No caso nicaraguense, após a queda de Somoza e seu clã, novos atores político-sociais reorganizariam o cenário nacional e o sistema político vigente.

¹⁰ LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹¹ WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991-1999.

¹² SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia**: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 18-19.

¹³ ROVIRA MAS, Jorge. Nicaragua 1979-2007. Transición a la democracia y perspectivas de su consolidación. In: **Encuentro 2009**, ano XLI, nº 82. Costa Rica: Instituto de Investigaciones Sociales, 2009. p. 6-24.

Utilizaremos dois autores para desenvolver brevemente o conceito de sistema político. Primeiramente, David Easton¹⁴, que analisa o sistema político isolando alguns aspectos das relações sociais, abstraindo algumas variáveis do sistema social. Para o cientista político canadense, a distinção de um sistema político dá-se pela capacidade de alocar – na maioria das vezes autoritariamente – valores para determinada sociedade e torná-los válidos, obrigatórios e vinculados com as esferas de poder. Outra perspectiva é a de Umberto Cerroni¹⁵, jurista italiano que defende que o sistema político é uma interação entre os diversos sujeitos políticos, envolvendo uma rede de grupos sociais, processos culturais e instituições que influem nas mudanças das situações políticas anteriormente consolidadas. O sistema político está intimamente vinculado ao estabelecimento dos Estados Nacionais. Portanto, “o sistema político reflete [...] a dinâmica do processo histórico-social, mas busca fixar algumas de suas características pelo menos em determinados períodos¹⁶”. Dito de outra maneira, o sistema político pode ser visto como um processo, em que a dinâmica exposta permite a fixação de alguns traços ou situações políticas consolidadas. Assim, atrelando a concepção de Cerroni com a distinção de Easton, estudaremos o caso nicaraguense através da associação entre sistema político e Forças Armadas considerando as várias relações entre os sujeitos políticos e as instituições, levando em conta não somente a ligação entre esfera civil e o Estado, mas também atrelando as características histórico-culturais do país. Ou seja, tão importante quanto as instituições e órgãos que compunham o regime sandinista são os sujeitos políticos que o instrumentalizaram, especificamente a Direção Nacional da FSLN. Sustentados em uma cultura política – entendida como um conjunto de referências, um sistema de representações complexo e heterogêneo que permite a compreensão dos sentidos que determinado grupo atribui a uma dada realidade social e política, em uma visão comum do mundo associada à leitura partilhada do passado e perspectiva idêntica de futuro¹⁷ – historicamente presente baseada no uso político da força, tais dirigentes souberam efetivar o indissociável eixo Estado-Partido-Exército.

Antes de pensarmos as relações entre militares e civis, faz-se necessária a distinção entre papel e função das Forças Armadas. Adotaremos as considerações de Ernesto López e

¹⁴ EASTON, David. **The political system**: an inquiry into the state of political science. New York: Alfred A. Knopf, 1971.

¹⁵ CERRONI, Umberto. **Política**: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias. São Paulo: Brasiliense, 1993.

¹⁶ SOARES, Samuel Alves. op. cit., p. 21.

¹⁷ Ver, principalmente: BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

David Pion-Berlin¹⁸ segundo os quais, o **papel** das Forças Armadas estaria associado à atuação institucional no campo político e em seus processos e a sua **função** se ligaria às destinações legais, no sentido jurídico, estabelecidas em normas constitucionais ou em leis de organização militares¹⁹. Essa consideração permite analisar a atuação do EPS no governo sandinista nos 80, percebendo sua interferência no cenário político nacional. Se a Doutrina Militar sandinista determinava que a defesa do país e do projeto revolucionário era uma prioridade e necessidade premente, o EPS teve suas atribuições em consonância com tais preceitos. Em sua lei de criação, apenas foi mencionado que o EPS seria a única força armada do país, e que todos os demais corpos armados mantidos e organizados estariam sob sua administração e regência. Assim, é importante fazermos a análise do EPS sob as distinções de López e Pion-Berlin, buscando entender como se resolveu a institucionalização do mesmo por um Estado recém-ascendido ao poder e ainda limitado institucionalmente. Por outro lado, a reflexão sob a ótica da inexistência dessa distinção também é válida, visto que o EPS não era autônomo e atendia interesses exclusivos da FSLN, recaindo na ideia da confusão entre Estado, partido e exército.

Relevante para esta pesquisa é a discussão em torno das relações entre civis e militares, a intervenção dos militares na política e sua inserção nas esferas de influência e decisão. De acordo com o cientista político italiano Gianfranco Pasquino²⁰, os militares têm três funções a desempenhar em um governo: a de representação de interesses, de conselho e de execução das opções políticas. Assim, os militares estariam subordinados ao poder civil, ao qual devem garantir a defesa e salvaguardar os interesses nacionais. Assim, a defesa apresenta-se como fim, por excelência, do Estado²¹; de modo que cabe a este criar as condições materiais, institucionais e culturais para garantir a defesa nacional. Daí a importância da profissionalização e institucionalização das Forças Armadas em uma sociedade. Samuel Fitch²² apresentou características das relações civis-militares aplicáveis ao contexto centro-americano, como a ideia do militar politicamente subordinado ao regime

¹⁸ LÓPEZ, Ernesto; PION-BERLIN, David. **Democracia y cuestión militar**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

¹⁹ No caso nicaraguense, há a publicação da lei Orgânica do Exército Popular Sandinista de 18/09/1979 (Decreto nº53 de 22/08/1979). Posteriormente, com a derrota sandinista nas eleições, uma nova Lei de Organização Militar do Exército Popular Sandinista foi decretada visando manter as conquistas do governo sandinista (Lei nº75 de 27/12/1989).

²⁰ PASQUINO, Gianfranco. Militarismo. In: BOBBIO, Norberto (coord). **Dicionário de política** (v. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

²¹ RIBEIRO, Jorge Batista. Poder político x poder militar. Disponível em: <http://www.varican.xpg.com.br/varican/Bpolitico/Poder_polxmil.html>. Acessado em 01/02/2013.

²² FITCH, J. Samuel. **The armed forces and democracy in Latin America**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.

democrático; refutando a noção da completa autonomia política dos membros das Forças Armadas, visto que a atuação de “guardiães nacionais” (remetendo à criação de grupos armados ou guardas nacionais que atuavam em defesa de interesses restritos, alheios à segurança nacional) mostra-se incongruente com princípios fundamentais da democracia. Ademais, Fitch considera imprescindível à consolidação democrática o controle civil (por meio de autoridades constitucionalmente nomeadas) sobre as Forças Armadas, institucional, profissional e legalmente falando.

No caso nicaraguense, a emergência do EPS perpassou por diferentes relações de força e de interação social. Nesse sentido, a atuação do EPS no cenário nacional se envolveu com o uso da força em uma realidade de conflito entre diferentes interesses existentes, recaindo nas ideias de Samuel Huntington do militar como instrumento político estatal e da “administração da violência”. Mas é igualmente relevante o entendimento do uso do EPS no sentido funcionalista, visto que a ascensão sandinista ao poder trouxe transformações que se refletiram em toda a sociedade, inclusive nas Forças Armadas. Daí a aplicação da análise de Morris Janowitz, de uma maior aproximação entre civis e militares no governo sandinista, até mesmo para legitimar o caráter popular da revolução. É claro que o caso estudado é específico, com particularidades muito diferentes das bases estudadas nos parâmetros clássicos de Huntington e Janowitz, mas ter tais referências contribui justamente para aclarar como na Nicarágua o tema das relações entre civis e militares desenvolveu-se de maneira particular, não necessariamente cumprindo parâmetros anteriormente estabelecidos; parecendo-nos mais propício tratar como modo de condução do setor de defesa.

Nesse ponto, outra definição merecer ser aclarada: a de legitimidade. Entendida como um atributo do Estado, um alto grau de consenso presente em grande parte da população capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, de modo que tal obediência se transforme em adesão²³. As referências para a legitimidade, em seu sentido político, não são o Estado, mas seus aspectos e variáveis, como a comunidade política, o regime (entendido como conjunto de instituições que regulam o exercício do poder e seus valores) e o governo (conjunto dos papéis em que se concretiza o exercício do poder político). Assim, a legitimação ocorre quando os fundamentos e fins do poder são percebidos como compatíveis com as crenças da sociedade, designando, ao mesmo tempo, uma situação (a aceitação do Estado) e um valor de convivência social (o consenso livremente manifestado). A Frente Sandinista visou constantemente reforçar sua legitimação e de seus instrumentos

²³ Ver: LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto (coord). Op. cit. e WEBER, Max. Op. cit.

tanto interna quanto internacionalmente, até mesmo como justificativa para seus atos políticos, militares, sociais e econômicos. O afã popular após a vitória insurrecional era mais que suficiente para agregar a maioria da população a favor da Frente Sandinista, e o trabalho ideológico reforçou tal sentimento. Nessa questão, entramos na análise da “manipulação do consenso”, o grau de interferência da ideologia; dito de outra forma, o caráter ideológico do conteúdo do consenso imposto. Por isso buscamos ressaltar e questionar a tênue linha existente na década de 1980 entre legitimidade e imposição quanto aos aspectos político-militares do regime sandinista.

Em consonância com a questão da legitimidade, outro ponto foi importante no fortalecimento e manutenção do regime sandinista: o monopólio simbólico e a (re)construção de um sentimento nacional. Relevantes nessa questão são as considerações do historiador Benedict Anderson²⁴. Mais do que inventadas, para Anderson as nações são imaginadas, no sentido de que constituem objetos de desejos e projeções. Sendo o nacionalismo fonte de legitimidade emocional profunda, valores simbólicos modulares seriam usados de maneira eficiente para encontrar uma naturalidade no passado. Como exemplo, o uso da ideia de nós em discursos oficiais, de maneira a buscar que o sentimento de pertença se sobreponha à ideia de individualidade. De maneira geral, a partir do momento em que a nação é imaginada, ela é então modelada, adaptada e transformada. Tal como ocorreu com a Nicarágua pós-1979, momento no qual a FSLN reforçava seu projeto político com referências à imagem de Sandino e de outros nomes associados à luta anti-intervencionista do início do século XX, buscando adaptar à realidade nicaraguense ao passado guerreiro e de luta popular para assim obter o apoio popular necessário no desenvolvimento do regime que então se instaurava. A ideia da “Nova Nicarágua” também pode ser remetida às considerações de Eric Hobsbawm²⁵, entendendo o nacionalismo como princípio que sustenta a unidade política e nacional de modo congruente. A partir do constante uso de símbolos de um passado comum e identificado, a própria tradição seria fonte de legitimidade, de modo que o sentimento nacional e o nacionalismo seriam a base de criação da Nova Nicarágua, no sentido aplicado por Hobsbawm de que o nacionalismo vem antes das nações.

Nesse sentido, realizando um exercício analítico sob as vertentes da conjuntura político-social e outra centrada na percepção institucional do EPS, o presente trabalho procurou seguir uma sequência cronológica dos fatos em seu desenvolvimento, de modo que

²⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

²⁵ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

os capítulos facilitem a compreensão do tema abordado. Desse modo, no primeiro capítulo analisamos o fim do regime autoritário da família Somoza (que durou mais de quatro décadas) e as primeiras medidas do novo governo instaurado, elucidando sua organização político-social, econômica e institucional. Assim, tratamos do quadro geral nicaraguense após o triunfo insurrecional de 1979, ressaltando a multiplicidade de objetivos no projeto sandinista de construção de um novo Estado e de uma nova ordem social, baseados em eixos como a questão democrática, a soberania nacional e o desenvolvimento econômico do país. No aspecto político, analisamos a disposição estrutural do novo governo e também da Frente Sandinista. O aspecto econômico, central na concepção democrática da Frente Sandinista (economia primeiro, política depois), foi igualmente pontuado em seus aportes principais e suas estruturas. Indicamos qual o impacto da guerra na sociedade e economia nicaraguenses, fator esse que acelerou o desgaste do regime sandinista, e, por fim, abordamos a dissolução da Guarda Nacional, principal ferramenta política e militar do regime somozista. Com o primeiro capítulo, buscamos introduzir o contexto e panorama gerais da década de 1980, com a ascensão sandinista e a nova estruturação e organização da sociedade.

Com base nesses aspectos e questões indicadas e ressaltadas no primeiro capítulo, abordamos a estrutura militar nicaraguense a partir da década de 1970, de modo a construir o quadro geral no qual o EPS emergiria. Assim, no segundo capítulo apresentamos a transformação da constituição e organização das forças armadas na Nicarágua, iniciando a análise com a década de 1970 com seu poder corporativo fincado no regime autoritário patrimonial da família Somoza e em seu principal instrumento político-militar, a Guarda Nacional. Posteriormente, apresentamos a nova disposição nicaraguense no setor de defesa, perpassando pela organização de um exército e polícia nacionais, pela criação do Ministério da Defesa e do Ministério do Interior e suas respectivas unidades, bem como a promulgação de uma jurisdição penal militar; dando atenção especial à questão do alistamento militar, representado pelo Serviço Militar Patriótico (SMP) e à Doutrina Militar desenvolvida em seus princípios de guerra nacional, patriótica e popular, elucidando também os efetivos e da capacidade bélica das Forças Armadas nicaraguenses na década de 1980.

Após a apresentação do contexto e da estrutura militar da Nicarágua, no terceiro capítulo focamos essencialmente no Exército Popular Sandinista. Expomos os princípios de seu surgimento e fundação, suas bases orgânicas e igualmente da organização das Milícias Populares Sandinistas (MPS), da Polícia Sandinista, do Ministério da Defesa e Ministério do Interior (MINT), e do Estado Maior Geral, retratando os princípios estruturais e legais dos mesmos. A ideia da defesa integral do projeto revolucionário frente à agressão externa (para a

FSLN, o “imperialismo” estadunidense) também foi elucidada, bem como a preparação militar e ideológica da sociedade, ocasionando uma quase completa militarização da mesma. Buscamos retratar como as atividades militares visavam assegurar a aglutinação popular ao redor da FSLN, além de controlar as ações da contrarrevolução. Portanto, com o terceiro capítulo expomos os principais pontos estruturais do EPS, com seus dispositivos orgânicos e legais inseridos na realidade militar anteriormente apresentada no segundo capítulo.

Após apresentarmos o cenário militar e as bases orgânicas do EPS, no quarto capítulo, trabalhamos as relações e atuações do mesmo em consonância com o governo da FSLN na década de 1980. Desse modo, iniciaremos abordando as relações entre civis militares, ressaltando como não é possível utilizarmos os parâmetros modernamente aceitos em tal campo (em especial os estudos de Samuel Huntington e Morris Janowitz), visto que o EPS nunca foi uma força armada profissional e nacional, as referências eram muito mais partidárias do que castrenses. Ademais, buscamos elucidar os meios de interferência e influência do EPS e seus órgãos e unidades tanto na população como no projeto político como um todo. A militarização da sociedade, resposta militar e ideológica à contrarrevolução, também foi ressaltada, bem como os projetos, a organização e a atuação contrarrevolucionária, tendo como consequência uma situação generalizada de guerra.

Em um caminho cronológico dos fatos, no quinto e último capítulo abordamos a derrocada sandinista. Buscamos apresentar o quadro de desgaste e contestação popular e internacional, movimentações essas que tiveram início na segunda metade da década de 1980 com as inúmeras tentativas de acordos de paz em âmbito local e regional. O desgaste da relação entre setores populares e governo sandinista, sendo a guerra o vetor principal do descontentamento popular, foi refletido no processo eleitoral de fevereiro de 1990. O panorama pré-eleições foi apresentado, bem como os resultados da disputa eleitoral e os consequentes ajustes imediatos do governo da FSLN após a inesperada derrota. Nesse ponto, detemos atenção especial aos dispositivos legais aplicados ao EPS e as modificações decorrentes dos mesmos na estrutura e organização do aparato militar nicaraguense. Por fim, analisamos o novo governo, iniciado em abril de 1990, e a reorganização promovida em todas as esferas estatais, incluindo as Forças Armadas, com a progressiva redução e reestruturação do EPS.

As fontes utilizadas no presente trabalho – essencialmente obras de atores ativos no período e contexto abordados, documentos publicados pelo exército e pela FSLN, assim como leis, decretos, demais instrumentos de legislação e acordos do período – são amparo e fundamentação das análises desenvolvidas. Através, por exemplo, das leis referentes ao setor

de defesa nos anos 80, podemos ter a dimensão da relevância de dita esfera no projeto político da FSLN, bem como de que maneira o EPS era entendido e estruturado pela direção política do país. O mesmo pode ser aplicado com as obras e discursos de Humberto Ortega, figura central das emergentes Forças Armadas nicaraguenses e de sua condução política. Desse modo, as fontes e documentos também possibilitaram levantar novas questões acerca da organização das Forças Armadas e suas atribuições no cenário nicaraguense, já que a doutrina militar sandinista (baseada na defesa integral do processo revolucionário) era reforçada e legitimada por meio de legislações aprovadas e de discursos oficiais defendidos pela direção da Frente Sandinista.

A tarefa de avaliar e analisar de maneira mais aprofundada o regime sandinista, em especial suas relações concernentes ao Exército Popular Sandinista, é complexa, uma vez que envolve processos particulares na história latino-americana, como a inexistência de um exército nacional e o persistente uso da violência na resolução de todo tipo de conflito. O caso nicaraguense é específico na história contemporânea da América Latina e ainda carece de estudos com o devido rigor e profundidade. Como pontuou Carlos Vilas²⁶:

La década de 1980 comenzó en Nicaragua alentada por las esperanzas de cambio social, democratización amplia y consolidación nacional, que constituían los elementos centrales del proyecto revolucionario sandinista. Se desarrolló en medio de las tensiones desgarradoras de la guerra contrarrevolucionaria, la agresión externa y la peor crisis económica de su historia, que además reflejaba el impacto de la crisis regional centroamericana. Concluyó con un episodio electoral, cuyo resultado no entraba en los cálculos de casi nadie, y cuyos alcances recién ahora comienzan a entreverse. La valoración de una década tal, en la que hubo prácticamente de todo, no es sencilla.

Assim, apesar das possíveis dificuldades (presentes em todo exercício analítico histórico), buscamos elucidar de que maneira o exército nicaraguense, no início dos anos 80 basicamente um exército guerrilheiro e partidário, marcou sua passagem para um exército regular e nacional, e quais foram as reais influências desse processo na manutenção e derrocada do projeto político revolucionário da Frente Sandinista.

²⁶ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 13. Tradução livre: “A década de 1980 começou na Nicarágua alentada pelas esperanças de mudança social, ampla democratização e consolidação nacional, que constituíam os elementos centrais do projeto revolucionário sandinista. Desenvolveu-se em meio às tensões desgarradoras da guerra contrarrevolucionária, da agressão externa e da pior crise econômica de sua história, que, ademais, refletia o impacto da crise regional centro-americana. Foi concluída com um episódio eleitoral cujo resultado não entrava nas expectativas de quase ninguém, e cujos alcances somente agora começam a ser vislumbrados. A avaliação de tal década, na qual houve praticamente de tudo, não é simples”.

1 A SAÍDA DO REGIME AUTORITÁRIO

O fim do regime autoritário controlado pela família Somoza marcou de maneira profunda a história nicaraguense, e mesmo latino-americana. A utopia compartilhada, como escreveu Sergio Ramírez²⁷, com o sucesso da insurreição popular conduzida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi, para muitos, a culminação de uma etapa e de uma época de rebeldia, a vitória de um conjunto de crenças e sentimentos compartilhados por uma geração de jovens, políticos, estudantes universitários e de todos aqueles que se sentiam lesados pelo governo dos Somoza e seus aliados.

A consequente transformação de valores e hábitos, sua avaliação e permanência são questionáveis. Independente do posterior desmoronamento ou não de tais valores, a mudança política no país trouxe um foco de atenção internacional nunca antes visto em território nicaraguense²⁸. Ademais, a flexibilidade do movimento que assumiu a direção do país – representado pela Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN) – rompeu efetivamente com alguns preceitos de outros processos revolucionários oriundos de vias armadas. Apenas como exemplo, o respeito à iniciativa privada, responsável nos primeiros anos da década de 1980 por aproximadamente 60% da produção nacional, marco da tão pregada “economia mista”.

A multiplicidade de objetivos a serem alcançados no período pós-autoritário era fruto da heterogeneidade do próprio movimento revolucionário. Como já afirmamos, neste período de rearticulação do problema nacional e democrático na Nicarágua, com crescentes e heterogêneas oposições ao regime autoritário então em vigência, parecia consenso nos setores sociais nicaraguenses (com exceção de grupos empresariais colaboracionistas com Somoza e a ala militar, representada pela Guarda Nacional) que o fim do somozismo era imprescindível para a construção de uma nova realidade no país. Nesse sentido, o movimento insurrecional foi desenvolvido em nome de uma “revolução de libertação nacional e antiditatorial”, como os dirigentes sandinistas o tratavam.

Ao conseguir se impor com principal opção de oposição, a FSLN adquiriu respaldo popular e convenceu a parte majoritária da população de que sua estratégia revolucionária era a solução com maiores possibilidades de êxito. O que diferenciou a insurreição sandinista de

²⁷ RAMÍREZ, Sergio. **Adiós Muchachos** – A história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Rio de Janeiro: Record, 2011.

²⁸ No fim da década de 1920 e começo da de 1930, a figura de Augusto César Sandino, aclamado como “*General de hombres libres*”, teve grande repercussão pelo seu movimento de resistência à ocupação e ingerência estadunidense na Nicarágua, mas, pelo próprio desenvolvimento dos meios de comunicação e difusão, não teve a mesma dimensão do vitorioso movimento revolucionário de fins dos anos 1970 e dos 1980.

outros casos, como indicamos na introdução deste trabalho, foi a articulação da insurgência das massas²⁹ com o papel diretor de uma organização revolucionária que, dando continuidade à ação quase espontânea e direta da população (descontente com contradições internas como a desigualdade socioeconômica e a concentração de poder), promoveu melhorias em caráter organizativo e operacional, buscando ratificar sua condição de liderança (vanguarda³⁰) e conduzir o povo ao triunfo insurrecional.

Assim, em torno de três questões que amparariam o percurso sandinista – questão democrática, de soberania nacional e de desenvolvimento – o projeto de construção de um novo Estado seria traçado. Através da já mencionada flexibilidade e do antidogmatismo, a direção da Frente Sandinista tentaria construir igualmente um “novo homem”, tão modelado e difundido no pensamento socialista e comunista; uma sociedade na qual o mais importante era que a maior parte possível do povo estivesse melhor, com um pouco mais de justiça. Como ressaltou Jaime Wheelock, um dos membros da Direção Nacional (DN) da Frente Sandinista e ministro do Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária (em espanhol, *Ministerio de Desarrollo Agropecuario y Reforma Agraria* – MIDINRA): “[...] A revolução foi o encontro do povo consigo mesmo. A Nicarágua teve, pela primeira vez, a possibilidade de ser Nicarágua. Porque antes não o era³¹”.

Portanto, a construção de uma nova ordem era a base do projeto revolucionário liderado pela Frente Sandinista que se instaurava no último semestre da década de 1970, permanecendo durante toda a década seguinte e buscando envolver a maior parcela possível da população nicaraguense em seu programa de governo. Para alguns estudiosos, como veremos adiante, foi justamente tal tentativa de englobar todos os setores sociais um dos pontos desfavoráveis em longo prazo à FSLN; não pelo aumento e acesso da participação popular como um todo, mas sim pela maneira como foi realizada: de forma um pouco desorganizada e precipitada, tratando praticamente todas as esferas sociais e culturais como uma só, não levando em conta especificidades locais intrínsecas a determinados contingentes

²⁹ O uso do termo “massas” está sendo baseado na ideia do filósofo espanhol José Ortega y Gasset, expressada na obra ‘A rebelião das massas’. Não se refere especificamente às classes sociais no sentido marxista, mas às multidões e aglomerações populares. Nas palavras de Ortega y Gasset, “o fato da aglomeração, do ‘cheio’”. Ver: ORTEGA Y GASSET, José. **A rebelião das massas**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1971.

³⁰ No sentido leninista, como “partido de vanguarda” que intervém centralizadamente nas esferas decisórias e de mobilização popular/proletária. A FSLN se autointitulava como vanguarda após a etapa guerrilheira da insurreição de 1979, por vezes não considerando as próprias considerações da sociedade. O termo vanguarda tem sua origem na expressão francesa *avant-garde*, em referência à unidade militar que precede as tropas principais em uma batalha. No século XIX e início do XX foi muito usado na arte, em movimentos e correntes inovadoras. Na política, foi aplicado principalmente por Lenin.

³¹ INVERNIZZI, Gabriele (org.). **Sandinistas**: entrevista com líderes sandinistas. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 28.

nicaraguenses. O motivo pode residir na ansiedade pela mudança, a oportunidade de reverter um quadro de opressão política e social que durara quase quatro décadas estava ao alcance dos sandinistas e os mesmos não podiam, e nem queriam, perdê-la.

Os possíveis erros e fracassos terão mais atenção posteriormente, já que se faz necessário primeiramente aclarar o contexto e a construção do Estado sandinista, com a dissolução de instituições e aparatos somozistas e a instauração de novos mecanismos para substituição destes últimos.

Ademais, e por fim, é preciso ressaltar que ao empreendermos um esforço de análise do movimento em torno da Revolução Sandinista e de seu conseqüente governo, nota-se que grande parte da bibliografia a respeito de dito fato foi elaborada por militantes e pessoas próximas, de alguma maneira, ao sandinismo. Remontando à figura de Augusto César Sandino e sua construção nacional, os autores conduzem o leitor a um ponto de vista interpretativo por vezes unilateral, o que pode prejudicar o exercício de crítica do tema trabalhado. Como retrata Raphael Sebrian a esse respeito³²:

[...] o peso da interpretação de seus “herdeiros” e “sucessores” [de Sandino] confere a esses textos, geralmente, um caráter apologético, tornando imperativo que o historiador trabalhe com cuidado essa bibliografia/historiografia, pois se ela, evidentemente, fornece-lhe informações de suma importância para a compreensão de sua problemática, em contrapartida traz consigo toda a carga ideológica daqueles que decidiram se reapropriar de elementos de uma determinada causa para a defesa de outra.

Apesar deste cuidado, a problemática em torno do governo sandinista da década de 1980 pode ser bem tratada e desenvolvida, uma vez que o estabelecimento de um diálogo com a historiografia a respeito do contexto regional centro e latino-americano³³ nos permite aprofundar temas discutidos na bibliografia aqui utilizada.

1.1 O governo de Reconstrução Nacional

Após a vitoriosa insurreição popular, o processo sandinista testemunhou as enormes dificuldades que experimentavam as revoluções democráticas e de libertação nacional nas

³² SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira** (1926-1934). São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 25.

³³ Destacamos principalmente: ROUQUIÉ, Alain. **Guerra y paz en América Central**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994; TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural/Editora da Unicamp, 1989 e TORRES-RIVAS, Edelberto. **Centroamérica: entre revoluciones y democracia**. Bogotá: CLACSO/Siglo del hombre, 2008.

chamadas sociedades periféricas³⁴, empobrecidas e atrasadas, para passar de uma etapa antiditatorial de amplas alianças (evidenciada na organização e formação da insurreição popular sob a orientação da Tendência Insurrecional ou Terceirista, que envolveu não apenas trabalhadores, camponeses, jovens e a população mais pobre, mas também importantes elementos da velha burguesia agrária e comercial conservadora e antisomozista que se integraram pouco antes de 1979) a uma etapa de transformações sociais e políticas profundas e de redefinição classista e popular da condução do processo revolucionário³⁵.

Nesse sentido, em dita fase foi percebida como necessidade premente a participação e envolvimento do maior número possível de atores sociais dos mais variados grupos e segmentos, visto que, ao menos inicialmente, a proposta central do grupo que assumiria o poder estava vinculada à democratização do país, conseqüentemente a conquista da soberania nacional (apontada pela FSLN como “libertação nacional”), e à transformação social, ou seja, a melhora das condições de vida de grande parte da população que escassa e limitadamente tinha acesso a serviços básicos, como educação e saúde.

Como produto das alianças feitas durante o processo de enfrentamento e derrocada do regime autoritário somozista, especialmente em sua fase final (aludida em diversas referências e estudos como “Ofensiva Final³⁶”), formou-se uma junta de governo antes da saída de Anastasio Somoza do país composta por representantes da FSLN e de setores antisomozistas destacados da sociedade nicaraguense (intelectuais, imprensa, pequenos e médios comerciantes e empresários). Compunham a Junta, Daniel Ortega, Sergio Ramírez, Moisés Hassan, membros da Frente Sandinista, Alfonso Robelo, empresário e representante de um setor emergente da empresa privada (associado ao desenvolvimento do setor agroexportador), e Violeta Chamorro, viúva do jornalista Pedro Joaquín Chamorro, assassinado por forças somozistas e símbolo da resistência antiditatorial. As presenças de Robelo e Chamorro justificavam-se pela já mencionada política de alianças da Tendência Terceirista. Durante o período de governo da Junta, principalmente nos primeiros seis meses, seriam aprovados os regulamentos e diretrizes fundamentais que marcariam o rumo da revolução sandinista. Posteriormente, em maio de 1980, Alfonso Robelo e Violeta Chamorro renunciariam a seus

³⁴ Por sociedades periféricas entendem-se aquelas sociedades pequenas, subdesenvolvidas e localizadas em zonas de influência direta política e militar dos Estados Unidos.

³⁵ VILAS, Carlos. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005. p. 110.

³⁶ Ver, por exemplo: FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **Un pueblo alumbra su historia**. Managua: Departamento de Propaganda y Educación Política, 1981; GONZÁLEZ ARANA, Roberto. Nicaragua. Dictadura y revolución. In: **Memorias**, ano 6, n. 10. Uninorte, Barranquilla, Colombia. Julho 2009; WHEELLOCK, Jaime. **Frente Sandinista: hacia la ofensiva final**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1980.

cargos na Junta de Governo, em função da crescente concentração de poder por parte da FSLN e do progressivo afastamento da proposta e do programa inicial de apontada coalizão governamental.

Para compreender a disposição política-institucional do novo governo é preciso retomar práticas e características da sociedade nicaraguense anteriores à vitória revolucionária. O caráter ditatorial do regime somozista e suas incursões e ações na economia provocaram uma profunda cisão política e ideológica nos grupos dominantes, já que as nítidas posições patrimonialistas e autoritárias de Somoza e sua família geravam graves fraturas no país; importantes segmentos da burguesia conservadora abandonaram o regime, apoiaram a convocatória massiva do sandinismo, e inclusive alguns elementos se incorporaram ao governo revolucionário e à FSLN. O regime revolucionário acabou de certa maneira reproduzindo essa fratura; a estratégia de economia mista e unidade nacional garantia o repúdio a um enfoque classista no sentido de aplicações trabalhadoras ou camponesas, mas, ao mesmo tempo, se apoiava em uma intensa mobilização de massas, na organização popular, em um questionamento do princípio tradicional de autoridade nas empresas, e em um rápido, amplo e aberto enfrentamento com os Estados Unidos.

Parece ficar evidenciado, portanto, que a conquista do poder, possível a partir da derrocada dos Somoza, e a efetiva instauração de dito poder conquistado foram processos distintos, exemplificados na questão das alianças. Setores e grupos ligados à burguesia comercial, proprietários de terras, pequenos e médios empresários, que foram convocados a participar da insurreição de fim dos anos 70, e que de fato se incorporaram a referido movimento, logo seriam distanciados do processo de construção do “novo Estado”, em grande parte devido ao desgaste das relações entre mencionados grupos e a FSLN.

Todavia, em um panorama geral, e deixando de lado tais fatores de formação do regime que se iniciava, era notório que a década de 80 começou na Nicarágua alentada por esperanças de mudança social, ampla democratização e consolidação nacional, que constituíam os elementos centrais do projeto revolucionário sandinista. Tal quadro desenvolveu-se em meio às tensões desgarradoras da guerra contrarrevolucionária, à agressão externa e à pior crise econômica da história nicaraguense, que ademais refletia o impacto da crise centro-americana. Foi concluída em um episódio eleitoral, cujo resultado não estava nos cálculos de quase ninguém, ou de pouquíssimos, e que teria alcances visíveis no início da década seguinte.

Como retrata o Estatuto Fundamental de 20 de julho de 1979 acerca dos papéis a serem desenvolvidos nessa nova etapa:

[...] la función primordial del Gobierno de Reconstrucción Nacional será restaurar la paz, sentar las bases para la instauración de un sistema de gobierno democrático con profundas raíces populares, y emprender la gran tarea de reconstrucción nacional en lo político, en lo social, en lo económico, para lo cual se necesita el orden jurídico adecuado³⁷.

Associado a este documento, outro, intitulado Estatuto sobre os Direitos e Garantias dos Nicaraguenses³⁸, expunha a organização institucional do novo Estado, de tal forma que se garantia ao povo o direito de participar diretamente nos assuntos fundamentais do país, tanto em âmbito nacional como local³⁹.

De maneira geral, o sandinismo, representado pela direção da FSLN (grupo que efetivamente tomava as decisões e direcionava as políticas e estratégias concernentes à governabilidade e desenvolvimento do país) defendia e, ao menos, tentava demonstrar que aplicava um conceito amplo de democracia, baseado na intervenção das massas em todos os aspectos da vida social. Para a Frente Sandinista, a democracia não se media unicamente no campo político e não se reduzia somente à participação do povo nas eleições: “*Democracia significa participación del pueblo en los asuntos políticos, económicos, sociales y culturales. Mientras más tome parte el pueblo en esa materia será más democrático*”⁴⁰. A democracia se iniciava na ordem econômica, quando as desigualdades começavam a se debilitar, quando camponeses, trabalhadores e a população em geral melhoravam seus níveis de vida. Alcançados esses objetivos, de imediato se estendia a outros campos: se ampliava à esfera governamental; quando o povo influía sobre o governo, quando o povo determinava seu governo, independente de distintas opiniões e avaliações.

Interessante notar que na importância e centralidade da participação popular, focava-se primeiramente nos aspectos socioeconômico e estrutural, depois no político. Conjuntamente, tal enfoque sobre a ideia democrática (economia primeiro, política depois) respondia a necessidade da FSLN de enfrentar as contradições e tensões que emergiam da

³⁷ NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979. Tradução livre: “[...] a função primordial do Governo de Reconstrução Nacional será restaurar a paz, sentar as bases para a instauração de um sistema de governo democrático com profundas raízes populares, e empreender a grande tarefa de reconstrução nacional no político, no social, no econômico, para o qual é necessário um ordenamento jurídico adequado”.

³⁸ NICARAGUA. Estatuto sobre Derechos y Garantías de los Nicaragüenses. Decreto No. 52 (aprovado em 21 de agosto de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 11 de 17 de setembro de 1979.

³⁹ NICARAGUA. Estatuto sobre Derechos y Garantías de los Nicaragüenses. Decreto No. 52 (aprovado em 21 de agosto de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 11 de 17 de setembro de 1979. Título I, Artigo 1.

⁴⁰ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 65. Tradução livre: “Democracia significava participação do povo nos assuntos políticos, econômicos, sociais e culturais. Quanto mais o povo tome parte nessas matérias, mais será democrático”.

sociedade, do próprio Estado e do sandinismo. O cientista político argentino Carlos María Vilas, que viveu na Nicarágua na década de 1980, expôs que dito quadro retratava o caráter estratégico para postergar ou amortecer um incipiente confronto de classes: a prioridade era a reconstrução e o desenvolvimento do país, e não a implantação de um regime socialista⁴¹.

O direcionamento ideológico de cunho socialista, apesar de negado por alguns membros da Frente Sandinista – em função majoritariamente de possíveis consequências para a política externa nicaraguense, já que o país buscava a rápida recuperação econômica e o ranço agroexportador sempre foi seu principal aporte – foi confirmado por Humberto Ortega em discurso proferido em 1981:

El marxismo leninismo es la doctrina científica que guía a nuestra revolución, el instrumento analítico de nuestra vanguardia para llevar adelante la revolución. No podemos ser marxistas leninistas sin el sandinismo y sin un sandinismo con marxismo leninismo, no podemos ser revolucionarios. Así pues, eso está indisolublemente unidos. Nuestra fuerza política es el sandinismo y nuestra doctrina es el marxismo leninismo⁴².

Para a Direção da FSLN, fazer a revolução significava vencer o subdesenvolvimento, vencer a histórica dependência, vencer aquilo que consideravam as ameaças agressivas do imperialismo, vencer o atraso evidente da Nicarágua, superar os desafios da fraca economia e da confusa e contraditória política.

Se o aspecto econômico era essencial no projeto sandinista, é importante, portanto, ressaltar alguns de seus traços característicos ao longo da década de 1980. Nos anos iniciais a estratégia era claramente tentar reativar, de maneira massiva e contundente, a economia nacional, envolvendo, para tanto, a nacionalização do sistema financeiro e o monopólio estatal do comércio exterior e parte do interior. Dita reativação econômica, então, baseava-se no ingresso de fundos externos, no crescimento do emprego da força de trabalho e na elevação do nível de ocupação da capacidade produtiva instalada.

Um dos alicerces desse projeto eram as chamadas Áreas de Propriedade do Povo (APP – *Areas de Propiedad del Pueblo*), constituídas principalmente a partir de bens somozistas

⁴¹ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 72.

⁴² Discurso pronunciado pelo general Humberto Ortega Saavedra em 25 de agosto de 1981. Consultado em: ÁLVARE MONTALVÁN, Emilio. **Las fuerzas armadas en Nicaragua**: sinópsis histórica, 1821-1994. Managua: s.n., 1994. p. 79. Tradução livre: “O marxismo leninismo é a doutrina científica que guia nossa revolução, o instrumento analítico de nossa vanguarda para levar adiante a revolução. Não podemos ser marxistas leninistas sem o sandinismo e sem um sandinismo com marxismo leninismo, não podemos ser revolucionários. Assim, isso está inextricavelmente unido. Nossa força política é o sandinismo e nossa doutrina é o marxismo leninismo”.

confiscados⁴³. Segundo dados apresentados por Salvador Martí y Puig⁴⁴, no início da década de 1980, as APP já participavam consideravelmente das atividades econômicas do país, respondendo, por exemplo, por 100% da mineração e 21% da agricultura, totalizando mais de 50% do setor primário, 62% do setor secundário e 70% do de serviços, equivalendo a 40% do PIB nacional. Entendendo-as como espaços da economia estatal, as APP eram concebidas como elemento estratégico para superar as já mencionadas dificuldades (atraso econômico e dependência externa, especialmente) e para mudar a distribuição de renda em benefício das maiorias populares.

Além disso, o Estado sandinista promoveu mudanças no campo da distribuição social dos recursos gerados a fim de elevar o nível de vida de amplos setores populacionais. Desse modo, abriu-se um leque de serviços públicos entre os quais figuravam programas de expansão da educação, da saúde, e subsídios destinados a diminuir o custo do transporte urbano e da cesta básica. De todo esse *Welfare* sandinista, derivou um incremento do consumo nos anos iniciais da década de 1980⁴⁵.

Em último lugar, o governo traçou um plano de inserção a médio e longo prazo no mercado internacional, visando um melhor e mais qualificado desenvolvimento produtivo. Para implementar tal projeto, se desenhou uma estratégia de investimentos que pretendia transformar a estrutura do país através de projetos estatais (basicamente no setor agroindustrial) que conseguiram que os produtos primários nicaraguenses, antes exportados sem serem elaborados, se processassem no país e logo se inserissem no mercado internacional em melhores condições. No entanto, ao final do período sandinista no governo, em algumas reuniões, Jaime Wheelock, então ministro do Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária (MIDINRA), aceitou o fracasso do modelo econômico de desenvolvimento planejado

⁴³ De acordo com os decretos No. 3 e 38 emitidos no dia 20 de julho de 1979, ordenava-se o confisco de bens da família Somoza, militares, funcionários e pessoas ligadas ao somozismo que tivessem abandonado o país a partir de dezembro de 1977. Desta forma, se nacionalizaram as entidades financeiras, indústrias relacionadas com atividades extrativas que estavam em mãos do capital estrangeiro, e as atividades pesqueiras e madeireiras. Também foram afetadas pelo Estado (no marco da Reforma Agrária) mais de 850.000 hectares – entre elas quase 43% das propriedades maiores que 350 hectares que pertenciam a grandes proprietários de terra. Com respeito aos recursos expropriados do somozismo e de seus aliados, figuravam parte da indústria têxtil, química, agroquímica, de construção e metalúrgica, além da totalidade do transporte aéreo e marítimo e parte do terrestre. Informações e dados consultados em: MARTÍ Y PUIG, Salvador. **¿La última rebelión campesina?** – Revolución y contrarrevolución en Nicaragua, 1979-1987. Dissertação de Mestrado em História Latino-americana. Universidad Internacional de Andalucía – La Rábida, 1997.

⁴⁴ MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 37-38.

⁴⁵ Cabe ressaltar que, segundo estudos, a manutenção da expansão desse consumo era insustentável, uma vez que tal expansão só foi possível graças a um incremento das importações custeado por um notável fluxo de crédito brando (crédito concedidos com um baixo interesse, para fomentar investimentos e uma reativação da economia de um país ou de um setor) proveniente do exterior. Ver: MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 38.

pelos sandinistas e convidou parte das elites econômicas do país a formular conjuntamente uma nova estratégia para revitalização da economia nicaraguense⁴⁶.

Assim, tais elementos expostos foram a base da denominada estratégia de *economia mista* sandinista, modelo que outorgava ao Estado um rol preeminente e hegemônico, concebendo aos outros setores como complementários para o desenvolvimento da economia nacional. De certa forma, a administração sandinista percebeu a reativação e o funcionamento econômico como uma espécie de contrato entre Estado e setor privado, de modo que o Estado proporcionava as condições (garantia de crédito, avaliação dos preços, abastecimento de matérias-primas e tecnologia) para que o setor privado produzisse e investisse. Obviamente, junto a essa transformação econômica, subjazia um projeto político. De acordo com a ideia da Direção Nacional da FSLN, a economia mista estava ao serviço dos trabalhadores, de modo que buscavam não somente um modelo de produção, mas também um rol político e hegemônico dos atores sociais envolvidos, destacando-se a perda do poder político da burguesia e sua redução à “classe produtiva⁴⁷”. Como ressaltou Jaime Wheelock em entrevista organizada e publicada pelo jornalista italiano Gabriele Invernizzi: “Num país subdesenvolvido e dependente como a Nicarágua, um Estado revolucionário é inevitavelmente superior ao produtor privado⁴⁸”; daí a ideia de que a burguesia somente produzisse, sem poder político, se limitando a explorar seus meios de produção. O projeto sandinista visava, dessa maneira, superar a eficiência e produtividade do antes predominante setor privado, tornando a sua importância secundária. Contudo, as contradições do setor estatal eram visíveis, o burocratismo e o desperdício contribuíam em um impacto desigual para os trabalhadores, de forma que boa parte das realizações e conquistas obtidas nos primeiros anos foram se desgastando, e algumas revertendo-se, devido ao impacto da guerra e da profunda crise econômica desatada antes de terminar a primeira metade da década. O maior impacto do modelo de desenvolvimento econômico foi percebido no setor rural, onde coletivos de camponeses e pequenos e médios produtores se opuseram à política sandinista, principalmente devido à violação da identidade econômica desses grupos presentes no campo. Do outro lado, nas zonas urbanas, localização do grosso do sujeito social da insurreição⁴⁹, o

⁴⁶ SPALDING, Rose J. **Capitalists and Revolution**: State-private sector relations in revolutionary Nicaragua (1979-1990). Trabalho apresentado no XVI Congresso da Latin American Studies Association (LASA), realizado em Washington DC, 4-6 de abril de 1991.

⁴⁷ SPALDING, Rose J. Op. cit. p. 14; MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 41.

⁴⁸ INVERNIZZI, Gabriele (org.). Op. cit. p. 129.

⁴⁹ Ver, por exemplo: MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. e VILAS, Carlos. **Perfiles de la Revolución Sandinista**. La Habana: Casa de las Américas, 1984.

“castigo” econômico não foi menor: crescentes regulações estatais conduziram, em muitas vezes, ao acesso ao ‘mercado negro’ como única alternativa.

O desgaste do projeto econômico foi acentuado a partir de 1983, com o profundo deterioramento da situação econômica regional e internacional, e com a crise de endividamento externo. Estima-se que entre 1980 e 1987 o montante de cooperação externa variou entre US\$4500 e 5500 milhões, destes, aproximadamente US\$2000 milhões da antiga União Soviética. Quadro que conduziria à cifras piores no fim da década: em novembro de 1989, a desvalorização da moeda nicaraguense era enorme, algo em torno de 4300 córdobas para cada dólar estadunidense, e a dívida externa ultrapassava US\$7400 milhões⁵⁰. Ademais, a estimativa do impacto do conflito sobre a economia foi de US\$12000 milhões.

De maneira geral, pode-se dividir em quatro as etapas de desenvolvimento econômico na Nicarágua durante o regime sandinista:

1. 1979-1981: período caracterizado principalmente pela expansão; medidas políticas tentaram reconstruir e reativar a economia, sustentada no financiamento externo e na expansão do crédito interno e do gasto público. Orientada para produzir efeitos em curto prazo, seu impacto foi maior no âmbito urbano do que no rural.
2. 1982-1984: marcada por reajustes de curto prazo, devido aos desequilíbrios acumulados no período anterior; redução real do consumo, investimentos, incremento do crédito ao setor privado e das importações foram algumas medidas adotadas. Além disso, ocorreu um aumento dos impostos diretos e, sobretudo, dos indiretos, ao lado de uma contenção salarial e de uma tendência inflacionária, consequência direta do incremento dos gastos militares em função da agudização dos conflitos bélicos envolvendo a contrarrevolução.
3. 1985-1987: aparente “ingovernabilidade” da economia, com cortes orçamentários e alta generalizada dos preços. A ampliação das atividades militares a todo território nacional coincidiu com um giro na política econômica para tentar corrigir tensões e garantir a defesa do país. Contudo, o aumento do conflito armado e a rigidez no acesso a recursos financeiros externos neutralizaram ditas tentativas de ajuste e aceleraram a autonomização da esfera de circulação. De maneira resumida, a guerra desarticulou a economia.
4. 1988-1989: etapa que gerou mais cortes nos gastos públicos, visando um uso mais racional e eficiente dos escassos recursos disponíveis. A crise econômica já era

⁵⁰ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 24.

evidente, exemplificada na forte queda do PIB (-6,1%) e no crescimento do desemprego e do subemprego, fatores estes que tiveram sua parcela na derrota eleitoral da FSLN em fevereiro de 1990.

Ao conquistar o poder em 1979, a direção sandinista sabia que um de seus grandes desafios seria superar o atraso econômico e o subdesenvolvimento quase generalizado, de maneira a propiciar uma melhora nas condições de vida da grande maioria da população nicaraguense. E, de fato, a questão econômica foi central na década sandinista, e as dificuldades decorrentes desse tema foram caras à Direção da FSLN, como apontou Carlos María Vilas⁵¹:

A lo largo de toda una década el gobierno sandinista experimentó serias dificultades en el manejo de los instrumentos convencionales de política económica: fiscales, monetarios, crediticios. En esto incidieron la falta de experiencia previa y el carácter rudimentario de los aparatos estatales heredados del somocismo, y algunas preconcepciones de tipo ideológico.

Ademais, cabe ressaltar que, em um enfoque global, o projeto de reforma agrária baseado nas APP e no uso extensivo de cooperativas – as cooperativas de produção (Cooperativas Agrárias Sandinistas - CAS) respondiam a 37% do número total de cooperativas, as de crédito e serviços (CCS) correspondiam a 48% – que inicialmente tinha a tendência de priorizar o controle estatal sobre propriedades rurais, de forma a impulsionar progressivamente a unidade nacional e a hegemonia popular, com o tempo foi se deteriorando e transformando-se em fator desestabilizador para o regime sandinista. A política de reforma agrária também visava um autoabastecimento alimentício, uma geração de divisas através do setor agroexportador e a organização social (e política) da produção, objetivos estes sempre supervisionados pelo Ministério de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária (MIDINRA). Para muitos, um superministério, um Estado dentro do Estado. Por meio de corpos burocráticos como a Associação de Trabalhadores do Campo (em espanhol, *Asociación de Trabajadores del Campo* – ATC), as Empresas de Reforma Agrária (ERAs) e as CAS⁵², que serviam de intermediários entre a direção do MIDINRA e a população, aplicaram-se medidas de controle sobre o campesinato, principalmente por meio das ações da

⁵¹ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 41. Tradução livre: “Ao longo de toda a década o governo sandinista experimentou sérias dificuldades no controle dos instrumentos convencionais de política econômica: fiscais, monetários, creditícios. Nisto incidiram a falta de experiência prévia e o caráter rudimentar dos aparatos estatais herdados do somozismo, e algumas preconceções de tipo ideológica”.

⁵² As Empresas de Reforma Agrária e as Cooperativas Agrárias Sandinistas foram criadas e desenvolvidas a partir da aprovação da Lei de Reforma Agrária em 19 de julho de 1981.

Empresa Nicaraguense de Alimentos Básicos (ENABAS), que regulava rigidamente preços e o abastecimento.

A partir de 1983/1984 o declínio nos níveis de produção, especialmente no setor agroexportador, esteve diretamente ligado à situação de guerra quase generalizada na Nicarágua. A fuga da mão-de-obra camponesa se justificava pelo incremento dos ataques contrarrevolucionários e conseqüentemente pela incorporação dessa antiga mão-de-obra (na grande maioria jovens) ao Serviço Militar Patriótico (SMP) – base do efetivo não permanente do EPS. Nessa perspectiva, se pode afirmar que:

[...] el impacto de la guerra sobre la economía nicaragüense tuvo una dimensión no siempre explicitada en los análisis. Además de sus efectos conocidos en materia de destrucción de activos, tensionamiento general de los recursos, y otros, el conflicto armado condujo a las agencias del gobierno a modificar sus enfoques y estrategias iniciales en un sentido más descentralizado y participativo⁵³.

Além da interferência por meio do conflito armado, o projeto não compreendeu determinadas realidades do campo. Estratégias da Direção Sandinista promoveram uma irrupção na participação e da organização política dos camponeses: a reprodução de velhas estruturas correu paralela à criação de uma nova sociedade; ao mesmo tempo em que de um lado se promovia o desmantelamento do somozismo, por outro se aumentava as diretrizes políticas sandinistas (o clientelismo em especial). A formulação de políticas públicas foi praticamente monopólio de profissionais e técnicos, talvez em função da tentativa do processo de modernização acelerada. Nesse sentido, não foi levado em consideração o potencial do pequeno agricultor das zonas rurais (na linguagem local, chamado de *chapiollo*⁵⁴, integrando camponeses, indígenas e mestiços). A desconsideração do campesinato pobre como elemento para o progresso, baseada na ideia de que eram possuidores de uma visão tradicional da política e da sociedade, foi um dos fatores que conduziram tais setores rurais a ser base de apoio para os Contras. Um dos fatores que pode ter contribuído ao desgaste do governo sandinista foi justamente a violação da neutralidade camponesa, militarmente, e principalmente nos âmbitos organizativo e econômico. A forte verticalização e a pesada

⁵³ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 49. Tradução livre: “[...] o impacto da guerra sobre a economia nicaraguense teve uma dimensão nem sempre explicitada nas análises. Ademais de seus efeitos conhecidos em matéria de destruição de ativos, endurecimento geral dos recursos, e outros, o conflito armado conduziu as agências do governo a modificarem seus enfoques e estratégias iniciais em um sentido mais descentralizado e participativo”.

⁵⁴ Na linguagem popular nicaraguense se chama *chapiollo* àquilo ou aquele que é produzido ou formado no lugar, servindo também para designar que é de baixa qualidade ou de pouco valor. Tal explicação foi dada por um nicaraguense ao autor. No sentido utilizado no texto, refere-se à designação tipicamente de determinados grupos urbanos aos moradores pobres do campo.

máquina burocrática, aliada a pouca participação local na formulação de políticas públicas e socioeconômicas, parece ter minado as possibilidades de aprovação do projeto sandinista nos setores rurais.

O impacto da guerra trouxe consequências talvez inimagináveis aos sandinistas, e sua extensão por toda a década de 1980 acelerou ainda mais o desgaste do regime pós-ditatorial. Em primeiro lugar, a guerra gerou exigências e criou condições para o reforço do controle, a centralização e a verticalização; acentuou o funcionamento das organizações de massa como aparatos do Estado e subordinou suas contribuições à mobilização para a defesa, transformando outros objetivos específicos das mesmas; além de mediar amplamente a participação popular. *“Eficacia, celeridad y disciplina fueron las consignas de la nueva etapa, mucho más que participación y autonomía⁵⁵”*.

Importante notar que a guerra promovida pela contrarrevolução era entendida como expressão de interesses estadunidenses – representando um inimigo externo obedecendo a causas e fatores exógenos – e apresentada como obstáculo para as transformações pretendidas pelo projeto revolucionário, essencialmente a defesa da soberania nacional e popular, e o aprofundamento da revolução na sociedade. Por meio desse entendimento possíveis erros e desvios poderiam ser justificados perante a sociedade.

1.2 Disposição estrutural e institucional: fim do aparelho burocrático somozista e nova realidade sandinista

Essencialmente, após o triunfo insurrecional, a Junta de Governo de Reconstrução Nacional assumiu o poder executivo do país. Para os outros poderes, órgãos foram criados para desempenharem as funções. Assim, estabeleceu-se um Conselho de Estado – órgão de caráter semi-corporativo composto inicialmente por 33 membros (posteriormente seriam 51 membros), representantes das diversas organizações que tiveram papel destacado no processo de oposição e queda do regime somozista – para o poder legislativo, e tribunais e um Conselho Superior de Justiça para o poder judiciário.

O fato da FSLN se autoerigir como ator principal do processo revolucionário era visível, por exemplo, na distribuição dos membros do Conselho de Estado, no qual os sandinistas se atribuíram 28 membros de um total de 51, assegurando uma maioria em

⁵⁵ VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 73. Tradução livre: “Eficácia, rapidez [por vezes confundida com pressa] e disciplina foram os lemas da nova etapa, muito mais que participação e autonomia”.

qualquer votação. Tais atitudes foram, desde o início da década de 1980, um dos principais eixos de conflito entre a direção da Frente Sandinista e alguns setores aliados.

A respeito do sistema judiciário, a estrutura anteriormente usada foi completamente desmantelada. Como já citado, vários tribunais locais (cabe mencionar os tribunais especiais, que tinham como função resolver possíveis conflitos e atos ilegais contra a ordem pública e a segurança nacional) e um Conselho Superior de Justiça compunham, dentre os três poderes, aquele com maior autonomia em relação à vontade política da FSLN; por outro lado, era também o mais fraco desses poderes⁵⁶. Ademais, devido à situação emergencial do país após a derrocada da família Somoza, setores do poder Executivo também acabaram exercendo funções judiciais, visto que a necessidade de reorganização era imediata e a pressão por julgamentos de responsáveis por crimes cometidos contra a população no período autoritário era cada vez maior no início da década de 1980. A este último respeito foram criados os chamados Tribunais Populares Antisomozistas (*Tribunales Populares Antisomocistas*, em espanhol), que atuaram entre novembro de 1979 e fevereiro de 1981 e julgaram mais de 6300⁵⁷ ex-membros da Guarda Nacional, principal corpo armado na Nicarágua entre as décadas de 1920 e 1970 e árduo defensor do regime somozista.

Ainda em âmbito local, foram parte relevante nos primeiros meses do regime recém-ascendido ao poder as Juntas Municipais de Reconstrução (*Juntas Municipales de Reconstrucción - JMR*), única expressão política e administrativa do Estado em todo o território nacional. Eram compostas por cidadãos comuns e contribuía para a organização e para o controle administrativo de todas as regiões do país, restabelecendo a “normalidade” nas esferas locais. A fonte de legitimidade desses membros era unicamente a confiança política atribuída pela FSLN e, logo após a vitória insurrecional, esse era um artifício mais que suficiente para o apoio popular. Parecia, então, como expressou Luis Carrión⁵⁸, que o poder havia “nascido” da insurreição e da guerra, de maneira que, para a FSLN, o processo revolucionário (vitorioso) foi uma fonte indiscutível de direito; nesse entendimento de poder, a Frente Sandinista, entendendo que detinha a força (por liderar a insurreição armada) e o prestígio (decorrente da vitória insurrecional) suficientes, pareceu pressupor o consentimento da população, ainda que não o tivesse por completo. Desse modo, institucionalizar significava tentar ordenar um poder que se encontrava segmentado em vários grupos armados que

⁵⁶ MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 17.

⁵⁷ Dados mencionados em: MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 17 e VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 74.

⁵⁸ Luis Carrión foi um dos chamados Comandantes da FSLN e vice-ministro do Interior no governo sandinista. Ver: CARRIÓN, Luis. La guerrilla se transforma en ejército regular. In: **Cuadernos de Marcha**. Ano I, n. 5. México: janeiro/fevereiro de 1980. p. 97.

participaram do processo que culminaria na queda de Somoza. Sendo assim, umas das primeiras atitudes após a vitória insurrecional, senão a primeira, foi reorganizar a sociedade civil, a vida cotidiana da população. Para tanto, as organizações de massa foram um dos alicerces da estratégia adotada pela FSLN.

As organizações populares ou de massa, enquanto espaços de participação cidadã, surgiram inicialmente como retaguarda e apoio da luta insurrecional e, posteriormente, tornaram-se instrumentos para canalizar a “efervescência pós-revolucionária”. Nos primeiros anos do regime sandinista, foram essenciais para a articulação da participação popular e para organizar as tarefas de caráter comunitário que o Estado não podia prestar. Contudo, assim como ocorreu com grande parte do projeto sandinista, as limitações de ditas organizações e as dificuldades em fazer valer as perspectivas em torno das mesmas foram gradativamente ganhando espaço. Na verdade, a grande dificuldade foi projetar a sociedade com uma imagem diferenciada da FSLN e das instituições do Estado, ou seja, tentar desvincular o aspecto partidário da sociedade para que ela pudesse seguir o caminho da organização e do desenvolvimento mesmo sem a presença da Frente Sandinista.

Na esfera partidária, pode-se observar as pretensões hegemônicas da FSLN no cenário nacional. Um exemplo de tal ideia pode ser encontrado em um documento conhecido como “Documento de las 72 horas⁵⁹”, no qual a FSLN estabelecia suas orientações e diretrizes para atuar nacionalmente, evidenciando sua hegemonia no aspecto simbólico e sua maioria institucional. Expunha-se também a necessidade de conservar o espaço político conquistado e promover a reconversão da guerrilha em corpos armados sujeitos à nova ordem política. Como ressaltou Salvador Martí y Puig⁶⁰, cabe ter em conta que a FSLN nasceu como uma organização político-militar que tinha a luta armada como um de seus pilares básicos. Em seu “Programa Histórico”, elaborado em 1969, já se indicava a necessidade de substituir a Guarda Nacional por um exército de caráter popular, revolucionário e patriótico, capaz de defender os direitos conquistados e de enfrentar forças reacionárias associadas ao imperialismo estadunidense⁶¹. A respeito do desenho e organização das Forças Armadas, a FSLN tinha consciência de que a instituição militar deveria estar intimamente ligada ao projeto político revolucionário, e a experiência malograda de Jacobo Árbenz na Guatemala servia de

⁵⁹ O nome oficial do documento é “*Análisis de la conyuntura y tareas de la Revolución Popular Sandinista*”. É mais conhecido como “*Documento de las 72 horas*” em referência à duração da reunião de quadros sandinistas que durou de 21 a 23 de setembro de 1979, e na qual foi redigido tal documento.

⁶⁰ MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 19.

⁶¹ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL (FSLN). **Programa Histórico del FSLN**. Colección Viva Sandino v.4. Managua: Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1984. p. 37.

parâmetro para os sandinistas⁶². A hegemonia e controle sandinistas sobre os aparatos militares do país serão trabalhadas com mais atenção nos capítulos seguintes.

Outro campo a ser monopolizado pela FSLN foi o simbólico. A extensão do termo ‘sandinista’ para praticamente todas as esferas e instituições, bem como a quase imediata conversão de Augusto C. Sandino e Carlos Fonseca em heróis nacionais comprovam como a FSLN considerava importante ter o campo simbólico sob sua égide e ser suficientemente capaz de convencer a população de suas estratégias. Pareceu que para a Frente Sandinista, assim como afirmou François Furet⁶³ em referência à Revolução Francesa, a ideologia era o cenário de luta por excelência no processo de mudança política. Nesse sentido, podem-se entender ditas apropriações simbólicas da FSLN como parte integrante de uma rápida construção de uma Nova Nicarágua⁶⁴, de um novo homem a partir de suas bases. Esse “novo homem” nicaraguense deveria ser, segundo as concepções da Direção da FSLN, um trabalhador ativo na reconstrução do país, mas também alguém dotado da capacidade de compreender o que estava fazendo, já que a participação ativa da população era necessária, e assimilar a importância de por que fazê-lo era ainda mais necessária⁶⁵.

Ao remeter a ideia de “nacional” a uma tradição simbólica (centrada na figura de Augusto C. Sandino principalmente), como forças históricas que se modulavam ao contexto revolucionário, a FSLN buscava legitimar sua atuação justamente por meio dessa tradição, de forma que a unidade política e nacional fosse sustentada e congruente. Ou seja, a construção do homem novo e conseqüentemente da nova Nicarágua estava diretamente associada à construção de uma nova memória histórica. A projeção de um modelo de nação distinto da realidade então vivida foi uma estratégia da Frente Sandinista para conseguir respaldo e apoio

⁶² Em várias entrevistas e declarações, membros da Direção da FSLN citavam o exemplo guatemalteco para elucidar o perigo de distanciar as Forças Armadas do projeto político a ser instaurado. Jacobo Árbenz foi presidente da Guatemala entre 1950 e 1954, por meio de eleições. Após inúmeras medidas que atingiam interesses de empresas estadunidenses, principalmente a United Fruit Company, foi deposto por um golpe de Estado organizado pela Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) em junho de 1954 e substituído por uma junta militar. Foi a primeira ação deste tipo financiada pelos EUA na América Latina durante a Guerra Fria.

⁶³ FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁶⁴ Podendo ser entendida enquanto “comunidade imaginada”, nos termos de Benedict Anderson, construída socialmente, imaginada pelas pessoas que se percebem como parte de um grupo. Ver: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 e HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

⁶⁵ NEPOMUCENO, Eric. **Nicarágua – um país apossado**. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 82. Tal noção da FSLN tinha vínculos com a ideia de Ernesto ‘Che’ Guevara de “homem novo”, enquanto ser social transformador, que transforma a si mesmo concomitante à transformação da sociedade. Sob a influência do meio social revolucionário, novos hábitos e valores deveriam ser implantados, com centralidade nos interesses coletivos em detrimento dos individuais. “A revolução se faz através do homem, mas o homem deve forjar dia-a-dia seu espírito revolucionário”. Ver: GUEVARA, Ernesto. **O socialismo e o homem em Cuba**. In: GUEVARA, Ernesto. **Che Guevara - política**. São Paulo: Ática, 1988.

popular, de forma que isso se convertesse em consolidação e manutenção enquanto opção política no país. Reviver Sandino e outros símbolos e personagens históricos era uma necessidade para a efetiva criação de um “novo homem”, que só poderia ser pensado e concretizado inserido em uma nova comunidade, em uma nova nação. Daí o constante trabalho ideológico da FSLN. Quanto a Sandino, por exemplo, republicaram-se todos seus escritos e novas obras referentes ao “*General de Hombres Libres*” foram elaboradas, visando recriar sua imagem de símbolo pátrio que havia sido deturpada por Anastasio Somoza García durante o regime autoritário de sua família⁶⁶. O que pretendemos deixar claro é que as ideias da construção de uma nova Nicarágua e de um novo homem faziam parte do amplo projeto político da Frente Sandinista. O cidadão era também guerreiro, fruto da maneira de condução do setor de defesa pela FSLN, e igualmente parte integrante de referido projeto revolucionário que trataremos ao longo deste trabalho. Como afirmamos na Introdução, os usos símbolos de um passado comum (para a FSLN, popular e anti-imperialista por essência) fariam da tradição uma fonte de legitimidade, reforçando um sentimento nacional.

Ainda em 1979, a Junta de Governo, sob os auspícios da Direção da Frente Sandinista, decretou o uso exclusivo da denominação “sandinista” para a FSLN e seu entorno organizativo. Segundo o Decreto, considerando que a Frente Sandinista era, por sua história e direito próprio, defensor e fiel intérprete dos princípios e metas da ideologia sandinista, era reservado a ela o uso exclusivo do termo “sandinista”, em questões políticas e em seus símbolos e distintivos⁶⁷. Retificado também no periódico *Barricada*, jornal oficial da FSLN: “[...] no país de Sandino somente existe uma organização que seguiu, manteve e defendeu este precioso legado de seu povo, a FSLN. Assim o entende nosso povo e os povos do mundo conscientes de nossa luta⁶⁸”.

Nas mensagens e matérias publicadas em meios vinculados à FSLN, nota-se que o termo povo (*pueblo*) era usado sempre no sentido de simpatizantes sandinistas, identificando valores sócio-políticos da FSLN com atitudes populares em geral. Dessa forma, o monopólio simbólico atingiu inúmeros terrenos: instituições estatais, organizações partidárias, forças

⁶⁶ Em 1936 foi publicado o livro ‘El verdadero Sandino o El calvario de las Segovias’, com autoria de Anastasio Somoza (pesquisadores nicaraguenses afirmam que Somoza não escreveu de fato o livro, apenas recebeu sua autoria para dar mais respaldo aos fatos mencionados na obra). Com o livro buscou-se apresentar Sandino como um simples bandoleiro, um bandido que se armou contra o governo vigente; objetivando reduzir o respaldo popular que Sandino conseguira no fim dos anos 20 e início dos 30. Foi republicado em 1976, momento em que a luta insurrecional e guerrilheira da FSLN ganhava corpo e atenção da população. Ver: SOMOZA GARCÍA, Anastasio. **El verdadero Sandino o El calvario de las Segovias**. Managua: Tipografía Robelo, 1936.

⁶⁷ NICARAGUA. Reservación exclusiva al F.S.L.N. de la denominación “sandinista”. Decreto n. 67 de 13 de setembro de 1979. Publicado em **La Gaceta** n. 14 de 20 de setembro de 1979.

⁶⁸ **Barricada**. 12 de setembro de 1979. p. 3A.

armadas, meios de comunicação, instâncias educacionais e, inclusive, um setor da Igreja Católica, a chamada Igreja Popular, ligada à Teologia da Libertação e com os irmãos Ernesto e Fernando Cardenal como principais líderes⁶⁹.

Ainda no aspecto religioso, é importante ressaltar também que se buscou a criação de organismos que difundissem uma visão religiosa comprometida com o processo revolucionário⁷⁰, precisamente porque a maioria da população nicaraguense pode ser considerada altamente religiosa, no sentido de que muitas vezes se recorre ao aspecto divino para dar razão ao que ocorre, além da grande legitimidade que a alta hierarquia da Igreja possuía e possui. Porém, tal quadro não evitaria conflitos com a Igreja Católica e com o estado eclesiástico do Vaticano, em Roma. Aproximadamente um ano após a instauração do regime sandinista, a Conferência Episcopal da Nicarágua, sob os comandos do Vaticano, pediu a renúncia dos sacerdotes que participavam do governo; a saber: Ernesto Cardenal, ministro da Cultura; Fernando Cardenal, ministro da Educação; Miguel D’Escoto, ministro de Assuntos Exteriores; e Edgar Parrales, vice-ministro do Bem-Estar Social. Todos se fizeram omissos e reforçaram o discurso de que “entre Cristianismo e Revolução não há contradição” (*¡entre Cristianismo y Revolución no hay contradicción!*). Era apenas um dos episódios de um longo conflito, de notáveis consequências políticas e de interferência no domínio da esfera simbólica por parte dos sandinistas.

Sendo assim, o elo ideológico ocupou uma atenção considerável por parte da Direção da FSLN. O discurso de Bayardo Arce, um dos “Comandantes da Revolução” e coordenador da Comissão Política da Direção Nacional da FSLN na primeira metade dos anos 80, é exemplo ilustrativo de tal perspectiva:

É necessário desenvolver uma frente de luta ideológica com o fim de enfrentar nossos inimigos nesse terreno, [...] vamos tratar de abrir caminho para descobrir o novo nicaraguense forjado à imagem de Sandino, o homem que pensa primeiro nos demais antes de si mesmo [...] e, precisamente por isso, estamos convencidos de que a atividade cultural deve ser vista como realmente é, como uma atividade ideológica. O artista deve tratar de

⁶⁹ Ernesto Cardenal foi ministro da Cultura durante os anos de 1979 e 1987. Fernando Cardenal foi ministro da Educação entre 1984 e 1990. Ambos os sacerdotes católicos foram duramente repreendidos pela Igreja Católica por suas vinculações e participações políticas, inclusive durante a visita do Papa João Paulo II à Nicarágua em 1983. Uma análise completa da atuação desse setor da Igreja e sua influência no governo sandinista pode ser encontrada em: MORLINA, Fabio Clauz. **Teologia da Libertação na Nicarágua sandinista**. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: 2009.

⁷⁰ Como exemplos, o Comitê Evangélico de Promoção Agrária (CEPA), dedicado à formação de líderes rurais, o Instituto de História Centro-Americano (IHCA), dirigido pelos jesuítas da Universidad Centroamericana (UCA), e o Centro Antonio Valdivieso, dirigido pelo padre Uriel Molina e que tinha a tarefa de capacitar líderes, organizar documentação e seminários e desenvolver um programa de publicações (no qual se destacava a revista *Amanecer*) com o objetivo de promover o chamado ecumenismo progressista.

encontrar a forma de recolher esses valores que herdamos das façanhas de Sandino, que nos deixou a luta de nosso povo, que nos deixaram os heróis e mártires sandinistas⁷¹.

Portanto, expressões não apenas políticas, mas também culturais deveriam moldar-se à imagem do novo projeto de sociedade sandinista. E isso interferiu igualmente nos meios de comunicação, gerando uma reestruturação organizativa desse setor. Inicialmente, apenas o Estado controlava e usufruía dos direitos de transmissão de rádio e televisão, por meio de órgãos oficiais ligados à FSLN como, por exemplo, a Rádio Sandino e o Sistema Sandinista de Televisão (Sistema Sandinista de Televisión – SSTV); este último originado a partir das expropriações do Canal 6 e da Televisión Centro (Canal 2), antigas propriedades das famílias Somoza e Sacasa, respectivamente. Além das mídias impressas, destacando-se o já mencionado periódico *Barricada*. Progressivamente, em meados da década de 1980, começaram a surgir emissoras de rádio de caráter opositor ao regime sandinista, com sede em países vizinhos (Honduras e Costa Rica em especial), ademais de diversos meios impressos independentes, alguns considerados ilegais pelo então governo, que serviram de fomento à contrarrevolução perante a sociedade nicaraguense. Destacou-se também a Editora *Nueva Nicaragua*, um dos principais meios de difusão de obras no contexto da Revolução, com centenas de títulos publicados (atualmente, ainda que de difícil acesso, tais livros, revistas e panfletos são uma valiosa fonte de bibliografia para a compreensão do movimento revolucionário sandinista).

O âmbito educacional merece igualmente ser destacado. A famosa Cruzada Nacional de Alfabetização (*Cruzada Nacional de Alfabetización - CNA*) mobilizou praticamente toda a população nicaraguense, seja na tarefa de cruzadista (alfabetizador) ou como receptor do conhecimento (alfabetizando). Mais da metade da população maior de 10 anos apresentou-se como voluntário para a tarefa de ensinar a ler e escrever a outra metade do país que por anos não teve o mínimo acesso à educação básica. Entendida não como um fato pedagógico com implicações políticas, mas como um fato político com implicações pedagógicas⁷², a Cruzada Nacional objetivava, primeira e logicamente, acabar com o grave problema social do analfabetismo, que atingia em torno de 52% da população da Nicarágua no fim da década de 1970. Associado a este primeiro objetivo, tinha-se outro de natureza estritamente política:

⁷¹ ARCE, Bayardo. Lo difícil terreno de la lucha: el ideológico. In: NICARAGUA. MINISTERIO DE CULTURA. **Hacia una política cultural de la Revolución Popular Sandinista**. Managua: Ministerio de Cultura, 1982. p. 16-17.

⁷² CARDENAL, Fernando. Objetivos da Cruzada Nacional de Alfabetização. In: CARDENAL, Ernesto (et al.). **Nicarágua: a experiência da esperança**. Campinas: Papirus, 1987. p. 47.

alfabetizar também era um processo de conscientização, uma etapa de politização. Como indicou Ernesto Cardenal, o ato de conscientizar-se faria com que as pessoas se transformassem em sujeitos de sua história, capazes de assumir um compromisso com a Revolução. Daí tamanha atenção e importância dada à CNA, levando Humberto Ortega a proferir o seguinte discurso na data inaugural da mesma:

O nicaraguense que, podendo, não alfabetizar, não será considerado nicaraguense; a organização, instituição ou empresa que não participar da Cruzada não será considerada nem patriótica nem revolucionária⁷³.

Para a FSLN, politizar era compreender, clarear ideias sobre a democracia e sobre a participação popular. Portanto, além de resolver um problema social crônico, consequentemente melhorando o nível de vida da população, e fomentar organizações de massa e o compromisso revolucionário, estava em jogo a formação da nacionalidade nicaraguense. A separação entre campo e cidade, trabalho manual e trabalho intelectual, era um traço significativo na Nicarágua (e ainda o é, mesmo que em menor grau). Incentivar e conduzir estudantes e jovens a irem fazer seu papel na Cruzada nas regiões rurais promoveu uma maior integração entre tais setores, diminuindo o enorme hiato que havia entre os mesmos, o que significava reforçar o sentimento nacional e de pertencimento.

Estudos posteriores da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, sigla em inglês) e de outros organismos internacionais indicaram que a Nicarágua conseguiu reduzir a taxa de analfabetismo para 11% em 1981, quando a Cruzada foi encerrada para ser complementada por outros programas governamentais, principalmente o Programa de Educação Popular Básica (*Programa de Educación Popular Básica – EPB*), destinado a adultos e que contava com a colaboração de mais de 30 instituições representativas de diversos setores do país.

Portanto, a fronteira entre o ambiente político e o ambiente simbólico-cultural, ou melhor, entre o domínio político e o domínio ideológico, por parte da FSLN, tornou-se dual no decorrer da década de 1980. As várias tensões entre governo e Igreja Católica, por exemplo, evidenciaram as dificuldades na criação e assimilação de um novo mundo simbólico para os nicaraguenses. Não é errôneo afirmar que o sandinismo trouxe pela primeira vez para a cultura política nicaraguense a sensibilidade pelos pobres e pela vontade de transformação social. Contudo, no que diz respeito às relações sociais, a própria tradição cultural da sociedade nicaraguense pode ter sido um obstáculo, uma resistência às mudanças ansiadas.

⁷³ ORTEGA, Humberto apud CARDENAL, Ernesto. Op. cit. p. 55.

Uma revolução visa uma transformação radical, e para tanto precisa de um poder radical, capaz de se defender à custa de grandes riscos. Talvez o tradicionalismo nicaraguense tenha sido uma espécie de freio às grandes mudanças. Como expõe Sergio Ramírez⁷⁴:

Ao se identificar com os pobres a revolução foi radical em seu sentido mais puro, e sob sua ânsia de justiça, capaz das maiores ingenuidades e arbitrariedades, perdendo muitas vezes a perspectiva do que era possível e do que podia ser apenas desejável ou justo. O desejável e o justo precisavam desafiar a realidade; e na esfera da realidade estava a economia, como parte da obsolescência a ser superada, mas também estava o tecido das relações sociais, marcadas por séculos de tradição cultural.

A passagem do estado quase primitivo de alguns setores sociais para estágios avançados, ou ao menos para condições bem melhores de vida, por vezes pareceu incompreensível para os nicaraguenses, o que, aliado às debilidades internas da FSLN, dificultou a aplicação concreta e completa do projeto revolucionário sandinista.

Para entender amplamente dito projeto sandinista, é importante analisar a estrutura e o quadro político da Frente Sandinista. Como já ressaltado anteriormente, o poder estava concentrado na Direção Nacional da FSLN, e isso foi uma resposta tanto à necessidade quanto à circunstância. À necessidade pois era preciso apresentar uma unidade para afirmar o poder e a solidez diante de uma tropa irregular, que a própria FSLN deveria transformar em exército e força policial; em outras palavras, para ter um poder político único, imprescindível a um projeto de governo coeso. À circunstância devido à resistência de Francisco Urcuyo Maliaños, político que ocupou por algumas horas a presidência do país após a fuga de Anastasio Somoza García para Miami (EUA)⁷⁵; o rechaço a entregar o poder à Junta de Governo já estabelecida foi o móbil último e definitivo para as forças guerrilheiras tomarem a capital Managua.

Nesse sentido, a estrutura vertical de poder, fundada em uma hierarquia política e militar que serviu de base para os dirigentes sandinistas, foi o alicerce do nascimento da FSLN como partido político. E, antes de qualquer coisa, como todo partido, foi um instrumento e uma forma de organização do poder. Marcado socialmente e ligado ao seu tempo e seu meio social, o partido político, no sentido aqui tratado, está intimamente ligado a momentos específicos de organização do poder, de instalação do Estado. Desse modo, o partido é o lugar onde se opera a mediação política, se situando no espaço entre o problema e

⁷⁴ RAMÍREZ, Sergio. Op. cit. p. 259.

⁷⁵ Urcuyo Maliaños era então presidente do Congresso, e de acordo com a Constituição vigente (Carta Magna de 1974), deveria assumir o cargo deixado por Somoza, tornando-se legalmente Presidente Constitucional.

o discurso⁷⁶. Assim, por mais que divulgasse ser representante de toda a população nicaraguense, a FSLN era, em realidade, representante de um setor social e atendia interesses de sua Direção Nacional. Daí a afirmação de Sergio Ramírez de que o regime sandinista foi, ao mesmo tempo, democrático e autoritário⁷⁷. Democrático porque possibilitou novas abordagens e atores políticos no cenário nacional, além de promover eleições periódicas e aceitar uma transição pacífica em 1990, algo impensado em toda a história nicaraguense. Autoritário pois, de uma maneira ou de outra, acabou-se impondo uma estratégia de desenvolvimento e um projeto político. O projeto sandinista visava pôr fim ao atraso do país, bem como à marginalização e à pobreza; e foram justamente nesses pontos as maiores debilidades ao final do governo.

A revolução pensada em teoria ou em ideal pelos sandinistas foi, sem dúvida, diferente do quadro político, social e econômico desenvolvido na década de 1980. E a relutância de membros da Direção Nacional da FSLN em assumir essa realidade foi igualmente um problema para a sobrevivência do sandinismo enquanto projeto político.

Porém, na questão de inclusão, a FSLN pareceu atingir seus objetivos. A ideia de participação e consciência da elaboração de um projeto em que a presença popular era real e útil foi amplamente divulgada e efetivamente atingiu setores sociais antes alheios aos projetos de alcance socioeconômico nacional. Como já tratado anteriormente, a questão da democracia para a FSLN ia além do campo eleitoral, estendendo-se à intervenção das massas em todos os aspectos da vida social. De acordo com essa perspectiva, a democracia não se reduzia à participação popular nas eleições ou ao aspecto político; ampliava-se ao maior número possível de esferas e instituições, de modo que a população se sentisse parte do regime sandinista. Nesse contexto, a frase do poeta e editor do jornal antisandinista “La Prensa” Pablo Antonio Cuadra⁷⁸ é significativa: “[...] ainda que, compreensivelmente, não estejamos todos *com* a Revolução, estamos *na* Revolução”.

A proposta da FSLN de, pela primeira vez, fazer com que a maior parte possível da população estivesse melhor, com um pouco mais de justiça, teve seus méritos e foi um significativo avanço no campo social do país. Por outro lado, a crescente concentração de poder por parte da Direção Nacional da FSLN levava a uma ambiguidade igualmente significativa. A ampliação unilateral do Conselho de Estado, por exemplo, foi um dos

⁷⁶ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma cultura política**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁷⁷ RAMÍREZ, Sergio. Op. cit. p. 142.

⁷⁸ De acordo com Ernesto Cardenal, Cuadra foi o único intelectual de valor que não esteve ao lado dos sandinistas.

detonantes do conflito entre a Frente Sandinista e outros grupos e setores anteriormente aliados na luta contra o regime autoritário da família Somoza. Em meados de 1980 já se fazia patente a vontade hegemônica da FSLN e a incipiente polarização dos diferentes atores políticos. Entre os grupos e forças políticas não sandinistas, além dos que se opuseram de maneira contundente ao regime, havia aqueles que concebiam a revolução como um processo necessário para o país e com o qual era indispensável colaborar. Tais grupos e/ou partidos, ainda que não defendessem a gestão sandinista, sabiam que fora do marco das novas instituições e espaços suas existências seriam dificultadas. Entre esses se encontravam o Partido Popular Social Cristão (PPSC), o Partido Liberal Independente (PLI) e o Partido Socialista Nicaraguense (PSN); junto com outros partidos⁷⁹ que estavam na mesma situação, formariam uma coalizão com a própria FSLN com o objetivo de defender politicamente o novo governo: a Frente Patriótica Revolucionária (FPR).

A pretensão de subordinar politicamente as elites econômicas nicaraguenses perpassava por um processo complexo de estruturação organizativa que, muitas vezes, se confundia e supria o Estado. Sobre este aspecto, como indicou Salvador Martí y Puig⁸⁰, notava-se que, cada vez mais, a Direção Nacional da FSLN, composta por seus nove Comandantes⁸¹, ia se convertendo na autoridade máxima do regime (em âmbito real e simbólico), ao passo que os membros da Junta de Governo de Reconstrução Nacional gradativamente ficaram em segundo plano.

Outras questões também provocaram enfrentamentos internos, como a questão eleitoral. Para os sandinistas, envolver-se de imediato na “democracia eleitoral” implicava entrar em um terreno desconhecido. Isto porque o instrumento eleitoral não era visto como eixo central da noção sandinista de democracia. A indiferença às práticas eleitorais vinculava-se também a um rechaço aos partidos tradicionais, de maneira que tais práticas remetiam a antigos processos decorridos no período do regime da família Somoza. Ou seja, para a FSLN, as eleições estavam associadas a etapas fraudulentas e enganosas, meros fantoches de um poder autoritário. Por esse motivo a democracia participativa foi um sinal distintivo da Revolução Sandinista durante a primeira metade da década de 1980. Buscar, e encontrar, a

⁷⁹ Além dos mencionados, estavam nesse “grupo” o Partido Comunista da Nicarágua (fundado em 1967 sob o nome Partido Trabalhador Socialista – *Partido Obrero Socialista* – POS) e o Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista (MAP-ML).

⁸⁰ MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 21.

⁸¹ Os históricos nove Comandantes da Revolução Sandinista unidos na Direção Nacional da FSLN eram Humberto Ortega, Daniel Ortega e Victor Tirado pela Tendência Insurrecional (TI ou Terceiristas); Jaime Wheelock, Luis Carrión e Carlos Nuñez pela Tendência Proletária (TP); e Tomás Borge, Bayardo Arce e Henry Ruiz pela Guerra Popular Prolongada (GPP).

legitimação na sociedade por meio de ações inclusivas e projetos de maior alcance popular possível parecia ser mais fácil e correto do que por vias eleitorais. Se até os primeiros anos de governo eleições significavam ‘engano’, tal parâmetro mudaria após 1984. Em novembro desse ano a FSLN obteve 67% dos votos (quase 736 mil), 61 das 96 cadeiras na Assembleia Nacional e Daniel Ortega assumia um mandato de seis anos na presidência do país. A vitória permitiu ratificar a legitimidade da liderança sandinista e dimensionar a magnitude de sua manutenção na população. Era claro que a opção pelas eleições foi uma resposta à crescente agressividade do governo estadunidense e seus esforços diplomáticos para isolar internacionalmente a Nicarágua. Organismos e organizações internacionais contrários à estratégia estadunidense reconheciam que a legitimidade insurrecional era indiscutível, porém insuficiente⁸², e apenas com as eleições um governo revolucionário poderia se converter em um governo reconhecido internacionalmente. Após a vitória da FSLN em 1984, a estratégia destabilizadora, ou de baixa intensidade, promovida pelos Estados Unidos foi redefinida, com um incremento significativo do apoio à contrarrevolução armada.

Contudo, as alegações estadunidenses em torno dos resultados eleitorais e da falta de competitividade no país foram fortes o suficiente para influenciar governos europeus e latino-americanos a adotar uma posição pouco entusiasta em relação à Nicarágua. O que, de certa forma, contribuiu na redução de acordos de cooperação (especialmente econômica) e na derrocada diplomática do grupo de Contadora. As eleições seguintes, adiantadas pela própria FSLN para 1990, foram convocadas e realizadas no marco do processo negociador de Esquipulas; sendo parte de um longo processo de negociação entre sandinistas, oposição interna, governo e setores políticos dos EUA e comunidade internacional. As particularidades e demais implicações de referido processo eleitoral serão analisadas em outro capítulo deste trabalho.

1.3 Guarda Nacional: dissolução e destino dos ex-membros

Antes de aprofundar questões concernentes ao Exército Popular Sandinista, acreditamos ser necessário tratar, ainda que brevemente, a respeito da organização armada predecessora ao EPS e de sua dissolução com a vitória insurrecional, bem como o destino dos antigos membros desse corpo militar, uma vez que eram homens treinados militarmente e

⁸² VILAS, Carlos. Op. cit. 2005. p. 78.

com suas especializações e, acima de tudo, cidadãos nicaraguenses que enfrentavam uma nova realidade em seu país.

No início do século XX a América Latina estava prestes a entrar em uma imensa crise econômica, política e cultural. A ininterrupta ausência de estabilidade e/ou a falta de maturidade política – fruto de um forte regionalismo e dependência externa – fez com que a ingerência estadunidense se tornasse constante nesse continente, especialmente na América Central. Nesse sentido, os Estados Unidos abarcaram a ideia da criação de forças militares organizadas em toda a América Central e Caribe, combinando funções militares e policiais de forma a aperfeiçoar a segurança interna e minimizar a corrupção, além de manter um aliado político quase permanentemente. Contudo, como será indicado, o efeito foi o oposto: institucionalização da corrupção, monopólio sobre a violência legítima e repressão política.

Em dito contexto, a Nicarágua se incluía no denominado protetorado virtual de dominação dos Estados Unidos, com presidentes conservadores subservientes a Washington. Além disso, apesar da já conquistada independência (considerada por alguns autores como um mero subproduto dos conflitos em uma área mais populosa, com pouco ou nenhum impacto sobre a vida de grande parte da população⁸³), o país permaneceu em sua maioria camponês e dependente da agroexportação. Em 1910, uma guerra civil em torno do governo do liberal José Santos Zelaya levou a uma intervenção militar estadunidense, representado pelos *marines*⁸⁴. A partir desse momento, a história nicaraguense e suas decisões políticas estiveram estritamente vinculadas à orientação dos Estados Unidos.

Nesse sentido, a manutenção de tropas estadunidenses quase ininterruptamente até meados da década de 1930 contribuíram significativamente para a pretendida estabilidade (pelo menos para o governo estadunidense) e conseqüentemente para a criação/organização de uma guarda militar, sob o jugo dos Estados Unidos. Assim, em dezembro de 1927 – depois de conturbadas reviravoltas entre liberais e conservadores na presidência nicaraguense – surgiria no cenário nacional um dos instrumentos de maior poder até então existente: a Guarda Nacional. A mesma nasceu com caráter apolítico, mas a contradição que duraria anos já emergiria em sua primeira “tarefa”: ir à caça de Sandino. Por um período de quase uma década (1926-34), Augusto César Sandino apareceu ativamente no cenário nacional nicaraguense. Imbuído de aspectos anti-intervencionistas e liberais (inicialmente muito mais estes últimos que os primeiros), Sandino atuou diretamente na guerra entre liberais e

⁸³ Ver por exemplo: ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

⁸⁴ O termo refere-se ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (em inglês, *United States Marine Corps* – USMC). Tal força militar possui um extenso histórico de intervenções na América Latina.

conservadores; contudo, permaneceu lutando mesmo com a paz estabelecida entre as duas facções, combatendo em nome de um compromisso contra a situação do país. Portanto, devido à presença contínua de Sandino e seus seguidores nas regiões montanhosas do país, a Guarda Nacional foi obrigada a entrar em atividade antes mesmo de se organizar legal e estruturalmente.

Como já foi dito, o acordo a respeito da Guarda Nacional foi firmado em fins de 1927. Segundo o mesmo, a Guarda seria a única força militar e policial do país, assumindo um imenso e conflituoso campo de trabalho – o que conduziria a inúmeros erros, críticas e intervenções políticas. De acordo com Richard Millet⁸⁵, os Estados Unidos tinham três objetivos fundamentais na criação da Guarda Nacional:

El primero era sustituir el antiguo ejército y policía con una guardia militar disciplinada, bien entrenada y equipada. [...] El más urgente de éstos era establecer el orden interno mediante la supresión de todos los levantamientos dirigidos contra el gobierno. [...] El objetivo final [...] era transformar a las fuerzas armadas de Nicaragua en una fuerza apolítica, dedicada a defender el orden constitucional y a garantizar la realización de elecciones libres.

Em uma análise aprofundada, percebemos que somente o primeiro objetivo alcançou maior êxito. Como notado, a Guarda seria o exército apolítico que o governo estadunidense usaria como instrumento para a aplicação de suas políticas na Nicarágua. Porém, outros personagens também avivaram a ideia de controlar a Guarda Nacional para proveitos pessoais. O principal deles foi o então nomeado primeiro Chefe Diretor de dita organização militar: Anastasio Somoza García. Nessa função, conseguiu converter efetivamente uma força criada para servir à Nicarágua em um instrumento comprometido com suas ambições particulares. Após a perseguição e assassinato de Sandino, as atenções da Guarda Nacional se voltaram apenas para a supervisão das eleições presidenciais de 1936. Em meio a abusos de poder e conflitos com o então presidente Juan Bautista Sacasa, Somoza García venceu o pleito eleitoral com ampla vantagem devido ao boicote por parte da oposição conservadora. Assim, com tal “golpe” foi inaugurada uma das mais longas e repressivas ditaduras latino-americanas.

⁸⁵ MILLET, Richard. **Guardianes de la dinastía** – La historia de la Guardia Nacional de Nicaragua. Managua: Lea Grupo Editorial, 2006. p. 141. Tradução livre: “O primeiro era substituir o antigo exército e polícia com uma guarda militar disciplinada, bem treinada e equipada. [...] O mais urgente desses [objetivos] era estabelecer a ordem interna mediante a supressão de todas as oposições dirigidas contra o governo. [...] O objetivo final [...] era transformar as forças armadas da Nicarágua em uma força apolítica, dedicada a defender a ordem constitucional e garantir a realização de eleições livres”.

A tentativa estadunidense de aplicar uma solução a um problema específico da Nicarágua (criando para isso a Guarda Nacional) trouxe resultados avessos, uma vez que acabou por destruir a democracia e não promovê-la. Não obstante, tal intento produziria, ainda que indiretamente, para o mesmo governo estadunidense a tão almejada estabilidade. Como presidente, Somoza começou a usar a Guarda Nacional para seu proveito de maneira muito mais contundente. Com a Constituição de 1939 a Guarda Nacional transformou-se na única força armada do país, institucionalizando seu poder e controle. A corrupção tornou-se atividade frequente no governo, bem como o uso do suborno por parte dos membros da Guarda. Tal quadro não foi alterado mesmo com a morte de seu mentor, Somoza García, em 1956. Anastasio Somoza Debayle, filho mais novo do último governante, ao lado de toda a família e grupos coligados aos Somoza, daria continuidade ao projeto autoritário que somente seria encerrado com a insurreição popular conduzida pela FSLN em 1979.

Sabemos que com a vitória insurrecional todo o aparato político, econômico e militar somozista foi desmantelado. No dia 20 de julho de 1979, publicou-se o Estatuto Fundamental da República⁸⁶, documento no qual se dissolveu todo o aparato organizativo e institucional do regime somozista. Em seu Título IV, sobre as Forças Armadas, declarou-se que a Guarda Nacional, a Oficina de Segurança Nacional e o Serviço de Inteligência Militar estavam dissolvidos, bem como foram derogadas todas as leis e regulamentos que regiam tais órgãos.

A partir desse momento, aqueles ex-Guarda que ainda estavam no país (vários membros fugiram para países vizinhos, principalmente para Honduras e El Salvador dias antes do “triunfo final” sandinista, quando a situação já parecia inevitável) distanciaram-se da capital Managua e refugiaram-se em pequenas cidades fronteiriças. Porém, também em 1979, o recém-criado Exército Popular Sandinista teve como uma de suas principais tarefas localizar e capturar remanescentes membros da Guarda Nacional, para serem julgados nos tribunais populares, os chamados Tribunais Populares Antisomozistas. Estima-se que aproximadamente 6300 antigos homens da Guarda Nacional foram julgados por tais tribunais entre 1979 e 1981.

Porém, alguns homens também foram aproveitados e alocados para o EPS, que iniciava seu processo de organização e estruturação. Como indicou o Estatuto Fundamental da Junta de Governo, o novo Exército Nacional seria composto por combatentes da Frente Sandinista, por cidadãos aptos e desejosos de incorporar-se por meio do Serviço Militar e por soldados e oficiais da Guarda Nacional que tivessem demonstrado uma conduta honesta e patriótica frente à corrupção, à repressão e à submissão da ditadura somozista.

⁸⁶ NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979.

À parte desses incorporados ao EPS, a grande maioria dos ex-Guarda se organizou fora do país e tornou-se a base das tropas contrarrevolucionárias. Como analisaremos adiante, nos primeiros anos de regime sandinista não existia uma unidade na oposição armada, vários grupos agiam independentemente da atuação de outros com o mesmo objetivo: derrotar o projeto revolucionário proposto e aplicado pela FSLN.

Quanto à estrutura material deixada pela Guarda Nacional após sua dissolução, todos os equipamentos, armamentos e propriedades foram utilizados para aprimoramento e usufruto do EPS, que em 1979 e 1980 ainda era um conglomerado de tropas guerrilheiras sem experiência alguma para atuar como força armada regular e profissional. Assim, canhões, lança-foguetes de fabricação israelense, morteiros 60, 81 e 106,7mm, por exemplo, foram usados na formação da artilharia terrestre do EPS. Na antiga Escola de Treinamento Básico de Infantaria (*Escuela de Entrenamiento Básico de Infantería* – EEBI), localizada em Loma de Tiscapa, Managua, e base da formação das tropas da Guarda Nacional, foi estabelecida a Escola ‘Carlos Agüero’ (ECA), com docentes nacionais e estrangeiros (cubanos, argentinos, brasileiros, uruguaios, chilenos, entre outros), visando uma formação completa e condizente com preceitos internacionais militares para os nicaraguenses que integrariam o EPS.

O mesmo se deu com a Força Aérea. Através de pessoal treinado e de manutenção que havia pertencido à Guarda Nacional, juntamente com combatentes sandinistas da Frente Norte, Nordeste (*Nororiental*, em espanhol) e Sul que atuavam no combate aéreo (os únicos pilotos combatentes sandinistas pertenciam à Frente Sul) e antiaéreo, no fim de julho de 1979 criou-se a Força Aérea Sandinista-Defesa Antiaérea (FAS-DAA). As primeiras aeronaves pertenciam à família Somoza e também à unidade aérea da Guarda Nacional, esta última parcamente organizada e de pouco uso durante o regime somozista, com exceção dos momentos de aprofundamento do combate com a FSLN no fim dos anos 70, quando ataques aéreos foram promovidos em algumas regiões montanhosas da Nicarágua.

De maneira geral, a Junta de Governo aproveitou ao máximo as estruturas físicas e organizacionais da Guarda Nacional, de modo que praticamente todas as unidades militares do EPS estavam sendo estruturadas a partir de materiais usados contra os próprios sandinistas e abandonados após a vitória insurrecional. Tal quadro é justificável inclusive pela situação econômica do país depois de difíceis anos de regime autoritário e do desgastante combate entre sandinistas e Guarda Nacional. Além das estruturas já mencionadas, podemos citar igualmente os setores de engenharia militar (em especial, o Batalhão Engenheiro Sapador, que tinha função de limpar vias de comunicação, inspeções técnicas de infraestrutura e destruição de munições e artefatos explosivos), batalhões de comunicações (responsáveis pelas

comunicações entre as distintas unidades militares), batalhões de serviços (unidade apta a diversas atividades internas no Estado Maior, como a segurança, por exemplo) e unidades de operações especiais (formadas a partir de combatentes sandinistas com habilidades específicas e antigos membros da Guarda Nacional incorporados à luta contra o regime somozista). Todas essas unidades militares tiveram seus alicerces na estrutura deixada pela Guarda Nacional.

Os demais ex-membros da Guarda, aqueles que já haviam deixado o país, na sua maioria assentados em Honduras e em Miami (Estados Unidos), começaram a receber apoio financeiro de entidades opositoras à opção de governo da Junta de Governo e da FSLN, principalmente dos Estados Unidos (ainda que de maneira encoberta). Em 1981 o primeiro grupo contrarrevolucionário de ex-Guardas foi formado na Guatemala, a Legião 15 de Setembro (*Legión 15 de Septiembre*). A partir da criação de dita força antigovernamental deu-se o início do uso do termo “*La Contra*” para designar os grupos da oposição armada. Ainda em 1981 outros grupos contrarrevolucionários surgiram e se fundiram em setembro do mesmo ano na Força Democrática Nicaraguense (*Fuerza Democrática Nicaragüense - FDN*)

⁸⁷. Os ataques promovidos eram esporádicos e não possuíam táticas e estratégias definidas, respondendo por vezes a uma modalidade de “guerra relâmpago”. O projeto contrarrevolucionário será analisado em outro capítulo deste trabalho, mas podemos indicar sucintamente três fatores que mobilizaram e motivaram os grupos armados da Contra: o sentimento de hostilidade e frustração do bloco oligárquico-burguês nicaraguense frente à hegemonia da FSLN, o rechaço à medidas desta última e do governo por parte de setores significativos do campesinato e de comunidades da Costa Atlântica, além da tão divulgada pretensão estadunidense de reverter o processo da revolução sandinista. Interessante notar que tal polarização (revolução-contrarrevolução ou sandinismo-antissandinismo) parece ser uma característica recorrente da sociedade nicaraguense, visto que o uso da violência armada para resolução de todo tipo de conflito foi mais do que comum na história do país.

Apesar da tentativa de incorporar antigos membros da Guarda Nacional no emergente EPS, era fato que não passaria de um momento inicial, uma etapa para tranquilizar o ambiente político e social do país. O eminente caráter partidário da nova força armada nacional impediria a manutenção de homens ligados, ainda que minimamente, ao antigo regime autoritário da família Somoza. Inclusive era defendida a ideia de que era uma necessidade

⁸⁷ Além da Legião 15 de Setembro, a fusão envolveu a Aliança Democrática Revolucionária Nicaraguense (*Alianza Democrática Revolucionaria Nicaragüense – ARDE*), o Exército de Libertação Nacional (*Ejército de Liberación Nacional – ELN*) e a União Democrática Nicaraguense-Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (*Unión Democrática Nicaragüense-Fuerzas Armadas Revolucionarias de Nicaragua – UDN-FARN*), todos criados em 1981.

“destruir até a raiz” o aparato institucional e militar somozista, incluindo-se a Guarda Nacional, como era declarado por dirigentes sandinistas em diversos discursos públicos. Desse modo, diante de tamanho rechaço e partidarismo sandinista, era quase inevitável que os antigos membros da Guarda Nacional não acabassem integrando algum grupo armado contrarrevolucionário.

Até aqui foi exposto o quadro geral nicaraguense antes e após o triunfo insurrecional e suas implicações para o estabelecimento do regime sandinista, bem como algumas características do mesmo. No próximo capítulo, o aspecto militar será o enfoque principal, elucidando a estrutura castrense da década de 1970 e as bases sandinistas no decênio seguinte no mesmo âmbito.

2 ESTRUTURA MILITAR NICARAGUENSE

2.1 Década de 1970: poder corporativo e financiamento estadunidense

A década anterior ao governo sandinista foi palco do ápice e da derrocada de um regime autoritário controlado por uma família e grupos associados à mesma. Assim como indicamos na introdução do presente trabalho, o caso nicaraguense afasta-se um pouco das correntes características de regimes semelhantes na América, especialmente da região sul-americana, uma vez que o regime somozista não foi considerado uma ditadura militar. Apesar do uso sistemático da Guarda Nacional, ele aproximou-se mais da ideia de “ditadura patrimonial ou sultanismo⁸⁸”, baseada na dominação pelo arbítrio, no personalismo despótico com tendências ao poder familiar e no poder pessoal irrestrito do governante. Porém, o somozismo tampouco foi um regime exclusivamente pessoal. Somoza teve a preocupação de legitimar institucional e politicamente o poder que exercia. Para tanto, manteve aspectos de uma democracia burguesa tradicional (sistema de três poderes do Estado, existência de partidos políticos, eleições regulares, liberdade de imprensa, etc.), por mais que fossem características de caráter restrito. Ademais, a estrutura institucional montada estava a serviço também dos pactos entre liberais e conservadores, iniciados em 1927, que refletiam o acordo entre a burguesia nicaraguense (grupo social que controlava o sistema produtivo da economia agroexportadora). O respaldo estadunidense e os pactos internos eram indissociáveis para estruturar a legitimidade de Somoza e da Guarda Nacional. Como afirmou Víctor L. Bacchetta⁸⁹:

No cabe duda que el más firme y fiel bastión del poder de Somoza era la Guardia Nacional, la cual le proporcionaba la autoridad militar en el país, pero esa condición por sí sola era insuficiente para permitirle gobernar en forma más o menos estable. La burguesía opositora no tenía posibilidades de influencia directa sobre la Guardia Nacional y ésta no contaba con bases propias de sustentación política o social, que pudieran legitimar por sí mismas el poder que detentaba.

⁸⁸ Ver: LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999 e WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991-1999.

⁸⁹ BACCHETTA, Víctor L. El desmoronamiento político de un ejército – La Guardia Nacional Somocista. In: **Nueva Sociedad** n. 81, janeiro-fevereiro de 1986. p. 25. Tradução livre: “Sem dúvida o mais firme e fiel bastião do poder de Somoza era a Guarda Nacional, que lhe proporcionava a autoridade militar no país, mas essa condição por si só era insuficiente para permitir-lhe gobernar de maneira mais ou menos estável. A burguesia opositora não tinha possibilidades de influência direta sobre a Guarda Nacional e esta não contava com bases próprias de sustentação política ou social, que pudessem legitimar por si mesmas o poder que detinha”.

Principal instrumento político e militar do somozismo, a Guarda Nacional, educada e organizada por oficiais estadunidenses, assimilou e aplicou as concepções de seus mentores. O processo de trespasse de homens e mentalidades foi lento e décadas foram necessárias para que o grau máximo de efetivos e organização fossem alcançados. Mas é certo que a Guarda Nacional nunca teve o sentido apartidário que supostamente quiseram atribuí-la, uma vez que Somoza e seus filhos e parceiros desde o início foram chefes irrestritos da mesma. Importante salientar que o apoio dos Estados Unidos não era direcionado à instituição militar em si, mas a seu chefe, Anastasio Somoza, homem de confiança do governo estadunidense e o “último *caudillo*⁹⁰” da Nicarágua. O sentimento de que com Somoza (primeiramente Somoza García e depois com seu filho Somoza Debayle) o apoio estadunidense estava assegurado e que desse modo ninguém poderia contestar a autoridade imposta foi forte entre os membros da Guarda e permaneceu durante todo o regime somozista, sendo questionado somente em fins da década de 1970 e abandonado completamente dias antes da insurreição de 1979.

Até a década de 1950, a Guarda Nacional não contava com um aparato administrativo forte e capaz de tomar decisões importantes, visto que Somoza García – ou ‘Tacho’, apelido familiar que passou a ser usado por populares e pela imprensa – resolvia problemas e controlava pessoalmente tal instituição armada. A dependência pessoal da Guarda Nacional e a fidelidade inquestionável de seus membros evitavam disputas internas por poder. Com esse mesmo objetivo, Somoza deixava a cargo de parentes o comando das principais unidades da Guarda Nacional, além de manter um número reduzido de efetivos e de munição por unidade. Nesse sentido, o “clã Somoza” era o único a ser beneficiado com o uso da Guarda, evitando uma gravitação política da chamada burguesia não-somozista no seio dos quadros militares e garantindo um monolitismo na oficialidade. Além das unidades ativas ligadas exclusivamente à Guarda Nacional, Somoza promoveu a organização de um contingente paramilitar, formado por homens recrutados pelo Partido Liberal e membros retirados da Guarda. Sob o nome de Reserva Civil, era responsável por atividades repressivas e terroristas, tendo atuação destacada na década de 1970 contra quadros guerrilheiros da Frente Sandinista. Em 1976, estimava-se que a Guarda Nacional possuía em torno de sete mil homens, ao passo que a Reserva Civil contava com cerca de quatro mil.

O apoio e financiamento direto dos Estados Unidos tornaram-se nítidos principalmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial, momento em que Somoza García se

⁹⁰ Apesar da autobiografia do general nicaraguense Emiliano Chamorro ter esse título, os fatos posteriores mostrariam que Somoza agiu e governou efetivamente como um *caudillo* latino-americano. Ver: CHAMORRO, Emiliano. **El último caudillo**: autobiografia. Managua: Ediciones del Partido Conservador Demócrata, 1983.

converteu no grande aliado estadunidense na região. Armas e equipamentos militares, assessoria e treinamentos para a Guarda Nacional foram recorrentes desde a segunda metade da década de 1950. Por meio dessa ajuda foi possível uma modernização militar na Nicarágua, com a possibilidade de funcionamento regular da então Academia Militar, além do aumento de efetivos e a criação de corpos especializados. Nicaraguenses também eram enviados para estudar em escolas militares estadunidenses, com destaque para a Academia de West Point, a mais antiga do país, onde inclusive Somoza García e Somoza Debayle foram especializar-se. Mas igualmente estrangeiros iam à Nicarágua para a formação de pessoal: na grande maioria militares estadunidenses que graduavam oficiais nicaraguenses sob manuais de “contra insurgência” elaborados pelo Pentágono, simplesmente traduzidos para o espanhol. Com referida modernização, criou-se uma base militar na Costa Atlântica, região praticamente ignorada pelo governo por ser indígena e culturalmente distinta do resto do país, de maneira a estender o controle sobre o território nacional; local que também serviria de entreposto para ações marítimas estadunidenses contra Cuba. Outra característica significativa foi o início do uso sistemático do batalhão de blindados, criado com assistência estrangeira, e que ocuparia lugar central até o fim do regime somozista.

O ponto de inflexão na abordagem política e militar do somozismo foi o ano de 1972. O terremoto que atingiu a capital Managua no dia 23 de dezembro desse ano praticamente destruiu a cidade e trouxe sérias consequências econômicas e sociais para o país. Posteriormente, o que se concretizou foi um enorme desvio de verbas por parte do clã Somoza e da Guarda Nacional, canalizando as ajudas externas destinadas à reconstrução da cidade. Associado ao fim do período constituinte do país, representado pelo pacto entre Fernando Agüero – representante do Partido Conservador – e Somoza Debayle⁹¹ e que culminaria na eleição desse último como presidente para o mandato até 1980, criou-se um debilitamento do consenso político e social em torno do regime somozista.

A crescente influência da FSLN (criada em 1961) em esferas populares também contribuiu para tal quadro de desconfiança e descontentamento. Como resposta, Somoza promoveu uma militarização do Estado, com militares sendo nomeados para cargos de confiança e de decisão política. Além disso, promoveu-se uma modificação do conteúdo

⁹¹ Tal acordo, conhecido como Pacto Somoza-Agüero ou Pacto Kupia-Kumi (no idioma miskito – de grupos indígenas da Costa Atlântica da Nicarágua – significa “um só coração”), resultou na elaboração de uma convenção política na qual Somoza Debayle não investiria na presidência da República durante dois anos e meio, enquanto era convocada uma Assembleia Constituinte e se nomeava um triunvirato, nomeado Junta Nacional de Governo, para governar o país provisoriamente até as eleições em 1974. Compunham tal triunvirato os liberais Roberto Martínez Lacayo e Alfonso Lovo Cordero e o já citado conservador Fernando Agüero. Oficialmente, entre 1972 e 1974, Somoza Debayle ocupava somente o cargo de Chefe da Guarda Nacional.

ideológico e das características dos treinamentos das tropas e corpos especiais da Guarda Nacional, uma vez que a imagem democrática da mesma perdia legitimidade e concomitantemente crescia o apoio à FSLN. Desse modo, passou-se de um anticomunismo para uma ideologia antipopular, praticamente sem restrições, especialmente a partir de 1975. O aumento da repressão era uma consequência lógica. Produto dessa mudança de mentalidade foi a criação da Escola de Treinamento Básico de Infantaria (*Escuela de Entrenamiento Básico de Infantería* – EEBI), sob comando de Anastasio Somoza Portocarrero, filho mais velho do então presidente Anastasio Somoza Debayle. Unidade militar fundada com base na Companhia de Recrutados e de Retirados, com melhores treinamentos e salários, em pouco tempo converteu-se na principal unidade tática militar nicaraguense, um corpo de elite responsável por diversas ações rígidas de repressão⁹² e para muitos um exército dentro do exército.

A última etapa do somozismo, da segunda metade da década de 1970 até a insurreição em 1979, foi retrato de uma luta quase desesperada da Guarda Nacional pela sobrevivência, tanto de seus membros como de seu aparato material. Mercenários estrangeiros foram contratados para serem instrutores na EEBI, o que resultou na eliminação de estímulos ideológicos: a preservação do *status quo* era primordial e, para os membros desse corpo militar, era preciso eliminar quem se opusesse a tal manutenção. Mais uma vez, a repressão indiscriminada foi a solução encontrada.

Ao mesmo tempo se tentava articular uma alternativa pacífica para o país por meio de grupos como a União Democrática de Libertação (*Unión Democrática de Liberación* – UDEL) e a Frente Ampla Opositora (*Frente Amplio Opositor* - FAO), com apoio do governo estadunidense, um “somozismo sem Somoza”, visando manter as estruturas políticas do regime vigente. Dias antes do já eminente sucesso insurrecional, membros políticos dos Estados Unidos tentaram negociar com a Junta Provisória de Governo⁹³ a manutenção da Guarda Nacional, esforço em vão na já adiantada estratégia sandinista.

O que a FSLN tentou nos últimos meses de governo Somoza foi cooptar membros da Guarda Nacional, objetivando enfraquecer o último sustentáculo de poder que possuía o aparato estatal somozista. A contraposição entre ‘militares corruptos’ e ‘militares honestos’,

⁹² Em vários relatos de ex-combatentes e de antigos membros da EEBI, relata-se que em treinamentos e preparativos para ações, os chefes dirigiam-se às tropas e perguntavam: “¿*Qué quieren ustedes?*”, seguidos pelos soldados: “¿*Sangre!* ¿*Sangre!*”. Desses relatos justifica-se o enorme temor da população para com a EEBI e seus membros.

⁹³ Grupo que depois se converteria na Junta de Governo de Reconstrução Nacional. Reunido ainda no exílio na Costa Rica, transferiram-se para León e ali estabeleceram a sede provisória de um governo de transição, em 18 de julho de 1979.

associada ao contato de sandinistas com as famílias desses últimos, teve pouco efeito, o que comprovou a ideia de que, enquanto Somoza se manteve no poder, a Guarda Nacional se caracterizou por uma grande coesão interna e por um alto moral de combate. Contudo, sob outro ponto vista, tal unidade interna era também a maior debilidade política de referida unidade militar. Era claro que a Guarda Nacional não era e nunca foi um exército profissional, caracterizava-se mais como uma força armada ao serviço de uma família. Ademais, a ingerência estadunidense, juntamente com a debilidade da burguesia local e com o crescente poder do clã Somoza, favoreceu a estruturação de tal quadro. A dependência e estreita vinculação com Somoza tornava a Guarda Nacional extremamente vulnerável à ausência do ditador, sem seu mentor a Guarda não conseguiria agir e sobreviver. A comprovação dessa afirmação pode ser percebida no momento em que Somoza Debayle estava isolado, já sem o respaldo estadunidense, dias antes da culminação da Revolução Sandinista: em poucas horas, em torno de oito mil homens pertencentes à Guarda Nacional fugiram para as fronteiras do país, desfazendo-se o mais rápido possível de suas fardas, traço que os identificariam.

No dia 19 de julho de 1979, quando tropas guerrilheiras entram em Managua recebidas por milhares de pessoas celebrando o fim de um regime autoritário de mais de quatro décadas, a Guarda Nacional e todo aparato militar somozista existiam apenas em caráter oficial, fisicamente já não eram presentes.

No fim da década de 1970 encerrou-se não apenas referido regime autoritário, mas também um modelo de Forças Armadas, criado como instrumento de ocupação por uma força estrangeira (no caso, os Estados Unidos) e nutrido pelo clã Somoza como instrumento familiar de controle sobre o país. Durante toda sua existência, a Guarda Nacional estabeleceu-se por meio da corrupção institucionalizada e da repressão política, nunca desenvolvendo uma identidade independente ou uma autêntica missão nacional⁹⁴. Se a proposta estadunidense era combinar funções policiais com atribuições militares visando melhorar a segurança interna e diminuir a corrupção, o que de fato resultou foi uma institucionalização da corrupção e um monopólio legal da violência. Associando-se a isso a completa dependência dos membros da Guarda com os Somoza (primeiro com Anastasio Somoza García e depois com seu filho Anastasio Somoza Debayle). A incapacidade de dita força militar se distanciar desses últimos custou sua existência enquanto instituição militar, minando por vezes sua capacidade de combate. O uso da repressão conduziu ao apoio de diversos setores à luta sandinista, debilitando ainda mais a imagem interna e a credibilidade externa de Somoza e de todo seu

⁹⁴ MILLET, Richard. **Guardianes de la dinastía**: La historia de la Guardia Nacional de Nicaragua. Managua: Lea Grupo Editorial, 2006. p. 9.

aparato político-militar. Como indicou Richard Millet⁹⁵: “*La desintegración sin resistencia alguna a la toma del país por parte del sandinismo, marca el epitafio a una organización totalmente corrupta, incapaz de desarrollar su propia identidad*”. Ademais, levando-se em consideração tal falta de identidade, podemos considerar que, não fossem as quebras de salvo-conduto por parte do governo sandinista, é duvidoso pensar em um número significativo de antigos membros Guarda Nacional se incorporando à contrarrevolução. Um novo conflito armado pareceu ser a única alternativa para evitarem a prisão ou o exílio, daí o rearmamento meses após a vitória insurrecional.

O fim desse aparato militar evidenciou as debilidades estruturais presentes na sociedade nicaraguense, encobertas pelo somozismo. Os obstáculos para um desenvolvimento sócio-político estavam removidos após 19 de julho de 1979. Caberia ao novo governo revolucionário reorganizar todo o quadro estatal e a sociedade da Nicarágua. E a estrutura militar seria uma das primeiras a sofrer mudanças e transformar-se em um dos sustentáculos do regime que se iniciava.

2.2 Governo sandinista

2.2.1 Novas instituições e milícias

Já foi apontado que, logo após a vitória insurrecional em 19 de julho de 1979, toda a estrutura do regime somozista foi derrogada e substituída por novas instituições e organizações. De acordo com o Estatuto Fundamental da Junta de Governo, no título a respeito das Forças Armadas, artigo 26, a organização e estruturação do novo Exército Nacional seria responsabilidade do Governo de Reconstrução Nacional, que o regularia e criaria seus regulamentos e leis. A Polícia Nacional estaria submetida a um regime especial, com um corpo desvinculado do Exército – diferentemente de como ocorreu com a extinta Guarda Nacional – e assumindo funções de natureza civil e de proteção à cidadania. Porém, inicialmente, enquanto não se estabelecia uma lei específica correspondente à Polícia, o Exército assumiria provisoriamente funções policiais no país⁹⁶.

⁹⁵ Ibid. p. 12. Tradução livre: “A desintegração sem resistência alguma à tomada do país por parte do sandinismo, marca o epitáfio de uma organização totalmente corrupta, incapaz de desenvolver sua própria identidade”.

⁹⁶ NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979.

Por meio do mesmo Estatuto Fundamental, norma provisória que ficaria em vigência até a elaboração de uma nova Constituição, as bases e princípios militares estavam assentados, sendo desenvolvidos e desdobrados posteriormente nas diversas leis e regulamentos específicos. Ficava claro desde esse documento que, do ponto de vista da Junta de Governo, o novo Exército – patriótico e apartidário – era uma instituição do Estado, respondendo aos interesses deste e salvaguardando a soberania, a independência, a integridade territorial e o processo democrático que se prometia colocar em vigor. Muito se discutiu a respeito das posteriores críticas às posições tomadas pelos sandinistas em relação às Forças Armadas, desvirtuando os princípios acima expostos e produzindo a fusão Estado-Exército-Partido.

Ainda no campo legal, no dia 20 de julho de 1979, por meio do Decreto n.6 foram criados dezesseis ministérios de Estado, entre os quais os Ministérios da Defesa e do Interior⁹⁷. Apesar de sua criação remeter aos primeiros dias do governo revolucionário, o Ministério do Interior (MINT) teria sua Lei Orgânica criada somente na metade de 1980. Por meio do Decreto n.485⁹⁸ se estabeleceu que o MINT fosse estruturado, organizado e administrado militarmente, sendo responsável pela segurança estatal e a ordem interna. Apesar de sua natureza civil, tal órgão funcionou e agiu quase como uma instituição militar, com tropas próprias e participando de ações armadas. Ainda assim, estavam delimitadas e separadas as funções do MINT e do Exército. Para tanto, Direções Gerais de Segurança do Estado, de Polícia e de Instrução foram criadas como suporte e base para as ações do MINT. Tomás Borge, líder histórico da FSLN e um de seus fundadores, foi nomeado e permaneceu como ministro do Interior durante toda a década de 1980, comandando um verdadeiro exército no interior do país, paralelamente ao Exército Popular Sandinista. Borge também foi um dos responsáveis pela criação da Polícia Sandinista (atualmente convertida em Polícia Nacional). Fundada em setembro de 1979 e legalmente regulamentada em outubro do ano seguinte por meio da Lei de Funções Jurisdicionais da Polícia Sandinista⁹⁹, era um corpo militar dependente do MINT e encarregado da segurança interna, de “*proteger la vida de los*

⁹⁷ NICARAGUA. Ley creadora de los ministerios de Estado. Decreto n. 6 (aprovado dia 20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 01 de 22 de agosto de 1979.

⁹⁸ NICARAGUA. Ley orgánica del Ministerio del Interior. Decreto n. 485 (aprovado dia 9 de agosto de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 188 de 18 de agosto de 1980.

⁹⁹ NICARAGUA. Ley de funciones jurisdiccionales de la Policía Sandinista. Decreto n. 559 (aprovado dia 25 de outubro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 253 de 3 de novembro de 1980.

*habitantes del país, prevenir el delito, preservar el orden social, velar por el respeto de los bienes nacionales, sociales y particulares [...]*¹⁰⁰,”.

Posteriormente, no fim de 1983, foi criado um Corpo de Voluntários para a Polícia Sandinista. De acordo com sua Lei Orgânica¹⁰¹, a situação de agressão vivida pela Nicarágua fazia indispensável a incorporação voluntária de cidadãos à defesa nacional. Assim, subordinados à Direção Geral da Polícia Sandinista, eram adscritos como força de reserva e de apoio ao MINT, cooperando na manutenção da ordem e da segurança pública.

Em decorrência da declaração de estado de emergência, em vigência desde 22 de julho de 1979 por meio da Lei de Emergência Nacional¹⁰², zonas de emergência militar foram estabelecidas em várias regiões do país. Nessas zonas¹⁰³, autoridades militares delegadas pela Junta de Governo podiam ditar regulamentações, disposições e ordenanças necessárias para manter a ordem e segurança nicaraguense. Nesse âmbito, outras medidas foram aplicadas com a finalidade de proteger a população civil e centros produtivos, reduzindo danos à já fragilizada situação nacional.

Estruturalmente, tendo como bastião o Exército Popular Sandinista – que será abordado em suas especificidades no próximo capítulo – o governo recém-instaurado iniciou um processo de conformação das estruturas militares em todo país. Foram organizados o Estado Maior Geral, a Força Aérea Sandinista e unidades territoriais, compostas com base nas forças insurrecionais. No EPS foram integrados os principais quadros guerrilheiros, bem como os comandantes mais preparados e aptos para a reorganização militar do país.

Territorialmente, no período de 1979-1982, a estrutura orgânica adotada pela comandância militar foi a divisão em sete Regiões Militares (RM) que compreendiam dezesseis departamentos (estados) e regiões independentes, segundo a divisão política estabelecida pelo governo. A Região Militar 1 compreendia Nueva Segovia, Madriz e Estelí (noroeste do país); a Região Militar 2, León e Chinandega (zona ocidental); a Região Militar 3, a capital Managua; Região Militar 4, Matagalpa e Jinotega (região central); Região Militar 5, Zelaya Norte, Puerto Cabezas-Rosita-Siuna-Bonanza (região do Atlântico Norte); Região Militar 6, Carazo, Masaya, Granada e Rivas (zona central do Pacífico, ao sul de Managua); e a Região Militar 7, Boaco, Chontales, Zelaya Central e Río San Juan (ao leste de Managua e

¹⁰⁰ Idem. Artigo 1. Tradução livre: “proteger a vida dos habitantes do país, prevenir o delito, preservar a ordem interna, velar pelo respeito dos bens nacionais, sociais e particulares”.

¹⁰¹ NICARAGUA. Ley Orgánica del Cuerpo de Policías Voluntarios de la Policía Sandinista. Decreto n. 1347 (aprovado dia 15 de novembro de 1983). Publicado em **La Gaceta** n. 265 de 22 de novembro de 1983.

¹⁰² NICARAGUA. Ley de Emergencia Nacional. Decreto n. 10 (aprovado dia 22 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 2 de 23 de agosto de 1979.

¹⁰³ Foram estabelecidas zonas de emergência militar em territórios municipais dos departamentos de Chinandega, Madriz, Nueva Segovia, Jinotega e Zelaya.

região do Atlântico Sul). Em 1983, as RM se converteram em Regiões de Milícias Populares Sandinistas. Com o desenvolvimento adquirido pelo EPS e pela direção militar nicaraguense, posteriormente foram adequadas Zonas Militares para melhorar a capacidade combativa das unidades e sua organização em território nacional. Por fim, em 1985, as Zonas Militares foram desativadas e criou-se o Grupo Operativo do Estado Maior Geral; desse modo, antigas RM foram subordinadas ao Grupo Operativo, enquanto outras se subordinaram ao Alto Mando do EPS. De maneira geral, as Regiões Militares foram grandes unidades operativas criadas para executar ações combativas semirregulares ou irregulares. Contavam com unidades de infantaria, artilharia terrestre e antiaérea e pequenas unidades de serviços, todas estruturadas de maneira flexível e ágil para garantir uma independência operativa e tática¹⁰⁴.

Poucos meses após a criação do EPS, outro mecanismo foi elaborado para organizar a participação popular no processo de defesa do projeto revolucionário sandinista (retratado pelo governo então vigente como defesa da Nação e da Pátria). Através do Decreto n. 313 de 15 de fevereiro de 1980¹⁰⁵ estavam criadas as Milícias Populares Sandinistas (MPS), uma institucionalização da participação cidadã na defesa, atuando como uma força complementar às unidades permanentes. É verdade que as milícias populares surgiram espontaneamente antes mesmo de 19 de julho, pela necessidade de reforçar a luta armada contra o regime somozista, mas seu surgimento oficial corresponde ao decreto promulgado em fevereiro de 1980. As MPS tinham caráter nacional e estavam sob a direção do Ministério da Defesa. A integração e participação nas milícias tinha caráter voluntário e sua mobilização respondia às necessidades nacionais¹⁰⁶. Pelo decreto, eram objetivos das MPS: a defesa da soberania nacional, a defesa civil em casos de emergência e calamidades públicas e, principalmente, a defesa da Revolução. Edén Pastora, líder guerrilheiro conhecido por comandar o ataque ao Palácio Nacional em 1978, foi nomeado Chefe Nacional das MPS.

Ainda em 1980 a estrutura das MPS foi elaborada: uma Chefatura Nacional controlaria Delegações Departamentais e Zonais, que por sua vez distribuiriam e comandariam milícias de bairros, comarcas, cooperativas, fábricas, empresas e instituições.

Na estratégia de defesa concebida pela Junta de Governo, e que se implementaria por meio dos Ministérios de Defesa e do Interior, a missão principal de defesa nacional era

¹⁰⁴ EJÉRCITO DE NICARAGUA. **Ejército de Nicaragua 30 años de vida institucional: (1979-2009)**. Managua: Ejército de Nicaragua, 2009. p. 99.

¹⁰⁵ NICARAGUA. Creación de las Milicias Populares Sandinistas. Decreto n. 313 (aprovado dia 15 de fevereiro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 44 de 21 de fevereiro de 1980.

¹⁰⁶ O caráter voluntário era predominante no início das ações das MPS, porém, o crescente conflito contrarrevolucionário levou a mobilizações forçadas, asseguradas por lei. Ver: NICARAGUA. Ley de movilización de las Milicias Populares Sandinistas. Decreto n. 555 (aprovado dia 17 de outubro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 243 de 22 de outubro de 1980.

garantida pelas Forças Armadas, com importante papel para a população organizada nas MPS (enquanto não era elaborado um programa de serviço militar obrigatório conforme constava no artigo 24 do Estatuto Fundamental da Junta de Governo¹⁰⁷); entendendo, de acordo com a visão da FSLN, que o povo nicaraguense em seu conjunto era o pilar fundamental da defesa revolucionária. Como ressaltou Denis Moncada Colindres¹⁰⁸, um dos fundadores do EPS e atualmente embaixador da Nicarágua na Organização dos Estados Americanos (OEA):

[...] las MPS se estructuran para posibilitar el cumplimiento del deber de todos los nicaragüenses de defender la Soberanía e Independencia de la Nación, así como la integridad territorial, convirtiéndose en la principal fuerza coadyuvante del Ejército Popular Sandinista para el cumplimiento de sus misiones en defensa del Estado nicaragüense.

As MPS também foram utilizadas de maneira recorrente nas cooperativas e em organizações locais, atuando tanto na defesa quanto na colaboração em trabalhos coletivos. Entre os anos de sua existência¹⁰⁹, foram organizados em torno de cento e cinquenta batalhões (dos quais, quarenta e seis destinados somente à defesa), estruturados em vinte e oito brigadas, com cada uma sendo integrada por quatro ou seis batalhões. Foram, acima de tudo, uma expressão armada da população, atuando no combate à Contra e defendendo localidades, unidades de produção, cooperativas e interesses do projeto revolucionário sandinista.

Além disso, as MPS podem ser entendidas como um instrumento político da Frente Sandinista para controlar a população e fazer com que a mesma se sentisse personagem ativo do novo processo sócio-político que se instaurava. O ardor patriótico e a latente vontade de defender a soberania nacional, bem como as conquistas da revolução, eram suficientemente intensos e mobilizadores para conseguir aglutinar ao redor da FSLN a maioria dos nicaraguenses, principalmente frente à agressão externa. Desse modo, o pretendido “novo homem” da FSLN era também um combatente, tendo a defesa da pátria e da revolução como posições norteadoras; e, com a ausência de uma cultura de defesa institucional, a militarização

¹⁰⁷ De acordo com referido artigo: “El Ejército Nacional estará formado por los combatientes del Frente Sandinista de Liberación Nacional [...], por los ciudadanos aptos que oportunamente presenten su servicio militar obligatorio”. Ver: NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979. Título IV. Artigo 24.

¹⁰⁸ MONCADA COLINDRES, Denis. **Principales decretos ejecutivos, leyes y sus reformas en materia de organización y jurisdicción militar en Nicaragua**. Trabalho para o curso de Mestrado em Direito Público (Sexto Encuentro Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha – Universidad Autónoma de Nicaragua, León, Nicarágua). Managua, 21 de dezembro de 1994. p. 10. Tradução livre: “[...] as MPS se estruturaram para possibilitar o cumprimento do dever de todos os nicaraguenses de defender a Soberania e Independência da Nação, assim como a integridade territorial, convertendo-se na principal força coadjuvante do Exército Popular Sandinista para o cumprimento de suas missões em defesa do Estado nicaraguense”.

¹⁰⁹ Números referentes ao período de 1983 a 1990, segundo dados do próprio Exército nicaraguense. Ver: EJÉRCITO DE NICARAGUA. Op. cit. p. 100.

da sociedade foi uma das respostas para a tentativa de manutenção e consolidação do regime sandinista, percebida igualmente no projeto de alistamento militar. Para tanto, a maior parcela possível da população foi mobilizada, participando das inúmeras unidades militares criadas, o que ocasionou, em não poucas vezes, na quantidade superando a qualidade. Tal fato perpassa também pela histórica polarização da sociedade nicaraguense, traço cultural existente desde os conflitos entre liberais e conservadores no século XIX. Assim, para a FSLN especialmente, ou era a favor do regime, e portanto se mobilizava, ou era considerado contrarrevolucionário, por mais que não o fosse e tampouco tivesse pegado em armas ou ajudado efetivamente a Contra.

Outra relevante mudança no âmbito castrense foi a elaboração de uma jurisdição penal militar. Em dezembro de 1980, através do Decreto n. 591¹¹⁰, aprovou-se a Lei de Organização da Auditoria Militar e Procedimento Penal Militar Provisório. Segundo a lei, o Processo Penal Militar tinha como um dos objetivos – seguramente o principal – fortalecer a legalidade sandinista nas instituições militares. Estavam sujeitos ao Processo Penal militares ativos do EPS e do MINT, reservistas durante o período de instrução militar e, igualmente, civis que cometessem delitos conjuntamente com militares, ainda que o delito fosse de natureza comum. Outra lei relacionada à jurisdição militar foi a Lei Provisória dos Delitos Militares¹¹¹, também datada de dezembro de 1980. Segundo a mesma, delito militar era toda ação ou omissão socialmente perigosa e que afetava diretamente o serviço militar. Referidos aparatos significaram a aplicação de um princípio de legalidade em matéria de jurisdição militar na Nicarágua sandinista, uma iniciativa para um processo completo de institucionalização das Forças Armadas, tendo como etapa seguinte o Código Militar de 1994. Institucionalidade essa que nunca existiu no meio militar na história nicaraguense.

2.2.2 Alistamento militar

Uma das medidas que mais trouxe efeitos e desdobramentos para o processo não somente militar, mas também sócio-político da Nicarágua na década de 1980 foi a implementação do serviço militar obrigatório. Criado em 1983, o Serviço Militar Patriótico (SMP) foi uma resposta às necessidades decorrentes do conflito armado com a

¹¹⁰ NICARAGUA. Ley de Organización de la Auditoría Militar y Procedimiento Penal Militar Provisional. Decreto n. 591 (aprobado día 2 de dezembro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 292 de 18 de dezembro de 1980.

¹¹¹ NICARAGUA. Ley Provisional de los Delitos Militares. Decreto n. 600 (aprobado día 12 de dezembro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 296 de 23 de dezembro de 1980.

contrarrevolução. Pela legislação¹¹², era dever patriótico do cidadão nicaraguense participar da defesa de seu país, “*defender con las armas la Soberanía e Independencia de la Patria y la Revolución Popular Sandinista*”¹¹³. Nesse sentido, para a Junta de Governo (que nada mais era do que uma representação das vontades da Direção Nacional da FSLN, principalmente após as saídas de Alfonso Robelo e Violeta Chamorro), o SMP era a institucionalização do serviço militar voluntário já prestado por milicianos e reservistas desde o triunfo insurrecional e um esforço para a organização da participação popular na defesa do projeto revolucionário. O SMP foi estruturado em duas formas: o Serviço Militar Ativo, para jovens entre 18 e 24 anos, cumprindo dois anos de prestação de serviços, e o Serviço Militar de Reserva, para homens de 25 a 40 anos. Desses dois eixos saíram a base da defesa armada do país. Com a convocação de um grande contingente de jovens e adultos, o EPS conseguiu superar a correlação de forças e meios da Contra, o que permitiu distribuir e organizar de maneira quantitativa e qualitativa as tropas e dar início à etapa de ofensiva contra seus opositores armados, introduzindo novos dispositivos e elementos de combate.

Dentre as novas unidades possibilitadas pelo alistamento militar destacavam-se os Batalhões de Luta Irregular (*Batallones de Lucha Irregular* – BLI). Criados no mesmo ano da instauração do SMP, 1983, eram unidades de alta capacidade de manobra e poder de fogo¹¹⁴, aptos a enfrentarem os métodos de combate da Contra. Em cumprimento do plano “De Pomares a Fonseca”¹¹⁵ – iniciado em 1984 e alicerce do desenvolvimento estrutural do EPS, com ajustes nos órgãos de mando, quadros, armamentos, logística etc., bem como criação de novas unidades operacionais visando uma autonomia tático-operativa e maior capacidade de fogo – foram formados doze BLI (no período de 1983 a 1985) que atuaram ativamente até o fim da década de 1980¹¹⁶.

Além dos BLI, foram também criados Batalhões Ligeiros Caçadores (*Batallones Ligeros Cazadores* – BLC), pequenas unidades de luta irregular formadas por três companhias e pessoal de apoio e serviços. Entre 1984 e 1986 foram criados vinte e um BLI, todos subordinados às Brigadas de Infantaria do EPS. Outra unidade institucionalizada foram os Batalhões de Infantaria de Reserva (*Batallones de Infantería de Reserva* – BIR),

¹¹² NICARAGUA. Ley del Servicio Militar Patriótico. Decreto n. 1327 (aprovado dia 13 de setembro de 1983). Publicado em *La Gaceta* n. 228 de 6 de outubro de 1983.

¹¹³ Idem. Capítulo II. Artigo 2. Tradução livre: “defender com armas a soberania e independência da pátria e a Revolução Popular Sandinista”.

¹¹⁴ EJÉRCITO DE NICARAGUA. Op. cit. p. 101.

¹¹⁵ Em referência a dois dos fundadores da FSLN: Germán ‘El Danto’ Pomares e Carlos Fonseca.

¹¹⁶ Os nomes dos doze Batalhões de Luta Irregular eram: Simón Bolívar, Germán Pomares Ordóñez, Sócrates Sandino, Pedro Altamirano, Farabundo Martí, Francisco Estrada, Ramón Raudales, Santos López, Juan Gregoria Colindres, Rufo Marín, Miguel Ángel Ortez e Juan Pablo Umanzor.

organizados desde 1980, porém somente estabelecidos legalmente após a incorporação do SMP às Forças Armadas. Os BIR também eram unidades pequenas, assim com os BLC, contudo, com uma estrutura um pouco mais preparada e fortalecida¹¹⁷. Na primeira metade da década de 1980 foram utilizados para o combate com a Contra, posteriormente, assumiram missões de proteção e segurança a objetivos estratégicos. No total, foram criados cento e trinta e seis BIR em todo o território nicaraguense.

Em associação com os BIR, organizaram-se Grupos Táticos, unidades de infantaria formadas por pessoal da reserva e permanentes, com três BIR em cada Grupo. Nove Grupos Táticos foram criados para cumprirem missões de combate regular e irregular. E as Brigadas de Infantaria de Reserva, unidades de tropas gerais para ações semirregulares e irregulares conformadas por três ou quatro BIR e grupos de artilharia terrestre e antiaérea. Durante os anos 80, vinte e seis Brigadas foram criadas. Por fim, as Companhias Permanentes Territoriais (*Compañías Permanentes Territoriales* – COPETE); unidades de luta irregular subordinadas aos BIR e/ou as Brigadas de Infantaria de Reserva. De 1984 a 1986 se formaram oitenta COPETE para atuarem nas diversas Regiões Militares nicaraguenses.

Com o lema “*Un solo ejército*” (Um só exército), os “Cachorros de Sandino”, como eram conhecidos os combatentes sandinistas provenientes do SMP, formaram a base do EPS em sua totalidade. Conforme a agressão armada da Contra aumentava, mais homens eram convocados pelo SMP a cumprirem seu “dever patriótico”. Se em 1980 o efetivo do EPS era em torno de vinte mil homens, em 1983, ano de implementação do serviço militar obrigatório, cerca de cinquenta mil nicaraguenses compunham as tropas de defesa. Quanto ao SMP, de 1983 a 1989, quase cento e cinquenta mil jovens foram mobilizados para o serviço ativo, e pouco mais de cento e setenta e cinco mil homens para o serviço de reserva¹¹⁸. Desse modo, o próprio desenvolvimento quantitativo do EPS exigiu um aperfeiçoamento da estrutura militar do país, para que o incremento qualitativo fosse uma consequência direta do aumento de efetivos. O apoio soviético em referido campo foi decisivo para a preparação de quadros: a criação de Centros de Treinamento Militar (*Centros de Entrenamiento Militar* – CEM) e de Centros de Preparação de Oficiais (CPO) no mesmo ano de 1983 cumpriu uma etapa imprescindível para o sucesso operativo das Forças Armadas da Nicarágua.

¹¹⁷ Cada BIR contava com três companhias de infantaria, uma bateria de morteiros, uma bateria de Grap-1P (lança-foguetes de fabricação soviética) e pequenas unidades de segurança. Ver: EJÉRCITO DE NICARAGUA. Op. cit. p. 100.

¹¹⁸ Dados de BARBOSA MIRANDA, Francisco. **Historia Militar de Nicaragua** – antes del siglo XV al XXI. Managua: Francisco Barbosa, 2009. p. 369.

Sem dúvida, uma das principais conquistas do regime sandinista foi assegurar os fundamentos da defesa do processo e do poder revolucionário, ainda que à custa do deterioramento econômico e social, bem como do desgaste político, moral e material. E o uso sistemático do serviço militar foi um elemento central para a derrota estratégica da Contra, visto que permitiu de maneira eficiente a reposição periódica do complemento militar. Contudo, os efeitos políticos foram opostos: o descontentamento popular com a manutenção de uma situação de guerra permanente minava o apoio ao projeto sandinista, principalmente nas regiões rurais, onde os jovens eram importantes figuras na produção familiar. E foi justamente nessa debilidade política e social do regime sandinista que a contrarrevolução se apoiou para tentar pôr fim ao governo de Daniel Ortega; grupos políticos opositores nicaraguenses faziam propagandas defendendo o fim do SMP, buscando ressaltar como era maléfico e prejudicial para a população.

Nessa questão, expôs Roberto Cajina¹¹⁹:

Suspender el SMP cuando la guerra aún no cesaba, por la continua negativa de la Contra a cumplir con los acuerdos de los presidentes de Centroamérica (Esquipulas II, Alajuela, Costa del Sol y Tela), hubiera sido el suicidio de la revolución. Es posible que el Frente Sandinista ganara las elecciones por un estrecho margen, pero ello hubiera significado perder todo lo que hasta entonces se había ganado en el teatro de operaciones militares.

No fim da década, quase um terço dos efetivos do EPS eram provenientes do SMP, o que evidenciava a importância do alistamento militar para o triunfo sandinista sobre as forças contrarrevolucionárias. Para a FSLN, tal mobilização obrigatória de jovens e adultos era parte essencial de um projeto de institucionalização das Forças Armadas. O que não significava apoliticismo. Para os dirigentes sandinistas, a profissionalização do Exército não implicava a separação do projeto político vigente, como ressaltou Tomás Borge¹²⁰: “*Yo afirmo que no hay ejército apolítico en el mundo. [...] Por cierto el Ejército Popular Sandinista no es un ejército apolítico*”. Nesse pensamento, o SMP era uma forma de canalizar ordenadamente a vontade patriótica e revolucionária da população, garantindo uma maior efetividade defensiva.

¹¹⁹ CAJINA, Roberto. **Transición política y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996. p. 25. Tradução livre: “Suspender o SMP quando a guerra ainda não cessava, pela contínua negativa da Contra em cumprir os acordos dos presidentes da América Central (Esquipulas II, Alajuela, Costa del Sol e Tela), teria sido o suicídio da revolução. É possível que a Frente Sandinista ganhasse as eleições por uma estreita margem, mas isso teria significado perder tudo o que até então se havia ganhado no teatro de operações militares”.

¹²⁰ BORGE, Tomás apud BACCHETTA, Víctor L. Op. cit. p. 35. Tradução livre: “Eu afirmo que não existe exército apolítico no mundo. [...] Certamente o Exército Popular Sandinista não é um exército apolítico”.

Interligado à tal noção tinha-se a ordenação geral castrense do regime sandinista: a Doutrina Militar da Revolução Popular Sandinista. Elaborada entre os anos de 1984 e 1985, possuía como eixo a ideia da defesa da Revolução como uma guerra nacional, patriótica e popular (“*guerra de todo el pueblo*”). Permeavam referida doutrina operações estratégicas defensivas regulares e guerrilheiras, levando-se em consideração oposições armadas de forças irregulares e o perigo de uma eventual intervenção de tropas estadunidenses. Por meio desta resistência ativa e total contra possíveis “invasores”, evitava-se um triunfo relâmpago desses últimos, detendo-os e logo os vencendo. Três pilares estratégicos fundamentavam a Doutrina Militar Sandinista: as massas populares, o Estado e o partido (FSLN). O Exército, eixo central, era entendido como uma instituição do Estado, como instrumento das massas e do partido, “arma” principal, ao redor do qual se organizava a defesa da nação¹²¹.

Com o SMP, a Frente Sandinista estabeleceu uma capacidade mobilizadora massiva, incluindo também aqueles que voluntariamente aderiam ao EPS e às suas unidades. Mas ainda assim, o EPS carecia de especialização, seja nas unidades operacionais combativas ou no sistema logístico, por exemplo. Faltava uma capacidade efetiva para vencer estrategicamente as forças contrarrevolucionárias¹²². O crescimento acelerado das forças sandinistas mobilizadas a partir de 1984 correspondia a uma etapa de adequação às capacidades econômicas e demográficas do país. A perspectiva militar era a de que com o SMP seria possível criar as condições para, em um curto prazo, dispor de um eixo especializado que seria combinado com a mobilização massiva das milícias e dos reservistas. Dito de outra maneira, com o crescimento das tropas era possível preparar determinado número de integrantes do EPS em cursos de especialização e treinamento, isso sem perder a capacidade combativa para os enfrentamentos com a Contra.

Não é errôneo afirmar que a implementação do SMP foi passo decisivo na etapa evolutiva do EPS, possibilitando a criação de novas unidades e especializando as tropas permanentes já existentes. Porém, como já ressaltado, as consequências sociais foram uma das debilidades do regime sandinista. É claro que a guerra foi o principal fator para a derrocada política do sandinismo, mas o uso massivo do serviço militar obrigatório também foi um dos elementos relevantes nesse processo.

2.2.3 Efetivos e capacidade bélica

¹²¹ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 315.

¹²² Ibid. p. 264.

Em referência à estrutura material do Exército Popular Sandinista, na década de 1980 podem-se delimitar três etapas: a primeira, de 1979 a 1982 correspondeu à formação orgânica do EPS; de 1983 a 1986 promoveu-se o crescimento acelerado de efetivos e de unidades; e por fim, de 1987 a 1990, a etapa de reestruturação orgânica, com maior coesão e capacidade combativa, mas também uma etapa de redução de pessoal. Durante essas três etapas, preparações de oficiais e soldados foram promovidas, bem como a organização de diferentes unidades combativas e de apoio.

Um dos marcos da formação do EPS foi a fundação de Centro de Preparação de Oficiais ‘Carlos Agüero Echeverría’ (popularmente conhecido como Escola Carlos Agüero – ECA) em agosto de 1979. Associada à ECA, em 1980 foi criado o Centro de Ensino Militar ‘Javier Guerra Báez’, para a preparação de soldados, depois transformado em Centro de Preparação de Especialistas Menores (CPEM); e também em 1980, a Escola ‘Eduardo Contreras Escobar’, visando a formação de tropas para as MPS. A preparação de chefes do EPS foi promovida com o Curso Acadêmico Superior (CAS), elaborado nos anos de 1981 e 1982. Por fim, em 1983 criaram-se os Centros de Preparação de Oficiais (CPO) e, em 1987, os Centros de Educação à Distância, distribuídos nas Regiões Militares.

A cooperação militar internacional permitiu que nicaraguenses fossem receber treinamentos em Cuba, Bulgária, e nas antigas União Soviética, República Democrática Alemã e Tchecoslováquia. No total, no período de 1979-1990, foram graduados 10.228 membros do EPS, na Nicarágua e nos países com que mantinha cooperação militar. Destes, mais de 8.500 formaram-se oficiais; o restante, técnicos, engenheiros e médicos¹²³.

As forças terrestres compunham a grande maioria dos efetivos das forças armadas nicaraguenses. As primeiras unidades criadas foram os Batalhões de Infantaria e os Batalhões e Brigadas de Infantaria de Reserva, organizados imediatamente após o triunfo insurrecional. Posteriormente, principalmente com a incorporação massiva através do SMP e das MPS, novas unidades foram estabelecidas, como os BLI, BLC, Tropas Guarda Fronteiras (TGF), Bases de Apoio Operacional (BAO), COPETE e Grupos Táticos. Em consequência do desenvolvimento orgânico do EPS, unidades de forças especiais foram igualmente organizadas, de acordo com as experiências dos combatentes insurrecionais: as Pequenas Unidades de Forças Especiais (PUFE), com membros selecionados dos BLI e de outras unidades permanentes. Os contingentes dessas unidades eram em sua maioria treinados na

¹²³ Dados consultados em: EJÉRCITO DE NICARAGUA. Op. cit. p. 90.

Escola de Forças Especiais ‘El Cacho’, em Cuba. Na década seguinte, as PUFÉ seriam transformadas em Comando de Operações Especiais (COE).

O arsenal e a capacidade bélica das forças terrestres provinham quase em sua totalidade de produtos soviéticos, armamentos fabricados nas décadas de 50 e 60 e vendidos à Nicarágua por preços módicos em função da cooperação mantida pelos dois países. A artilharia era composta por morteiros 120mm e 82mm, canhões 75mm sem retrocesso, tendo um crescimento qualitativo entre os anos 1982 e 1986, com aquisições de canhões 57mm, obuses 152mm, veículos BM-21 (conhecido como Grad), entre outros. Com tais equipamentos foram organizados grupos de artilharia em cada RM, de modo a ampliar o alcance da defensiva armada do projeto revolucionário, contemplando regiões anteriormente sob a influência da Contra. As unidades mecanizadas eram compostas por Batalhões Blindados de tanques T-55 e PT-76, Batalhões Mecanizados, com tanques BTR 60 PB, e Artilharias Terrestres de Obuses 122mm. Todos os armamentos citados eram de origem soviética.

Em relação à força aérea, sua estrutura era limitada em comparação com os equipamentos das tropas terrestres, porém, ocupou importantes setores na estratégia de defesa sandinista. Criada em julho de 1979, a FAS-DAA contava inicialmente somente com poucas aeronaves deixadas pela Guarda Nacional: bimotores e monomotores Cessna. Posteriormente foram incorporadas aeronaves Beechcraft, Boeing B-50 e B-55, Piper Navajo e Aztec, Skyvan, e Douglas DC-6 e DC-47. No total, a antiga Força Aérea Nacional da Guarda Nacional abandonou 29 aeronaves, outras 25 deixaram o país, destas, 19 foram repatriadas, destacando-se os aviões de combate Lockheed T-33A, Martin B-26 e North American T-28. A defesa antiaérea era formada por Esquadrões de Combate equipados com artilharia ZPU-4 14,5mm, Grupos de Artilharia Antiaérea com armamentos ZU-23-2, canhões 37mm, 57mm e 100mm, e Baterias de Complexos Antiaéreos Portáteis de Mísseis (*Complejos Antiaéreos Portátiles – CAAP*) com foguetes C-2M, C-3M e C-5M. A partir de 1984 os CAAP foram incorporados aos BLI e BLC. A preparação de pessoal era realizada no Centro de Ensino da Força Aérea Sandinista (CEFAS), depois convertida em Escola de Especialistas de Aviação (EEA – 1985) e Escola Nacional de Aviação (ENA – 1988). Entre 1979 e 1990, 312 especialistas foram preparados em aviação (114 pilotos, 78 técnicos, 55 engenheiros), 1037 em defesa antiaérea e 267 em radares, totalizando 1616 membros formados em cursos realizados na Nicarágua, União Soviética, República Democrática Alemã, Cuba e Bulgária.

Por fim, a força naval nicaraguense era representada pela Marinha de Guerra Sandinista (MGS), criada entre os anos de 1979 e 1980. A MGS assumiu a defesa da

soberania marítima e a proteção dos recursos naturais da Nicarágua, com uma estrutura inicial composta de um Estado Maior e três esquadrilhas navais. Estas últimas constituídas a partir das Seções Navais das Tropas Guarda Fronteiras e dos meios repatriados da antiga Guarda Nacional. O fortalecimento estrutural foi iniciado em 1985, com a criação de Distritos Navais e aquisições de embarcações (principalmente navios de defesa de costa Vedette, Griff e Dabur, além de lanchas AIST e navios caça-minas). Ademais, assim como ocorreu com as forças terrestres e aéreas, a preparação de oficiais foi realizada em países com os quais a Nicarágua mantinha acordos de cooperação: Cuba, União Soviética, República Democrática da Coreia e França. As tropas da MGS tiveram uma importância estratégica na defesa costeira nicaraguense e na defesa antiaérea, combatendo ações estrangeiras e operações da Contra (atuantes com lanchas “*piraña*” e aviões da Força Aérea hondurenha).

Em números, o maior contingente era indiscutivelmente do EPS e suas tropas terrestres, tendo a FAS-DAA e a MGS como meios auxiliares na defesa do país. Segundo dados de pesquisadores nicaraguenses¹²⁴, o EPS logo após tomar a capital Managua no dia 19 de julho de 1979 possuía em torno de 12.500 homens (entre guerrilheiros e milicianos). No ano seguinte, aproximadamente 20.000 membros compunham as tropas sandinistas. Com a agudização do conflito armado, o crescimento dos efetivos era uma consequência direta: em 1983, o EPS tinha cerca de 50.000 membros e, em 1986, ápice de mobilização, mais de 98.000 homens faziam parte do Exército no início do ano, no fim, 134.000 eram os efetivos (entre permanentes, reservistas e milicianos). No fim da década, o processo de redução foi aplicado, em função das pressões internacionais e dos acordos de paz assinados. Em janeiro de 1990, o EPS possuía pouco mais de 86.000 membros; em 1991 a redução já era drástica: menos de 24.000. Entre os anos de 1994 e 1995, o Exército nicaraguense tornou-se o menor da América Central, com cerca de 14.500 homens.

Como indicado, a maior parte dos armamentos, equipamentos, veículos, aeronaves e embarcações adquiridas pelos sandinistas, bem como a preparação de pessoal, tinha origem soviética, com fornecimentos também de outros países indicados como pertencentes ao então “bloco socialista”, como a República Democrática Alemã (ou Alemanha Oriental), a República Democrática Popular da Coreia (Coreia do Norte) e Cuba. A dependência da ajuda estrangeira, especialmente da União Soviética, e as ligações políticas com os países citados fazem com que a ideia da Nicarágua como cenário marginal da Guerra Fria seja colocada em

¹²⁴ Ver: BARBOSA MIRANDA, Francisco. Op. cit. e CAJINA, Roberto. Op. cit.

questão. Tal ponto foi pouco abordado em estudos referentes ao governo sandinista, e o mesmo será tratado com mais atenção em capítulos seguintes deste trabalho.

No próximo capítulo, analisaremos especificamente o Exército Popular Sandinista e as bases de sua organização em território nicaraguense. Sua função militar e atuações serão elucidadas, porém ainda sem fazer vinculações com o governo sandinista – tema do quarto capítulo deste trabalho.

3 EXÉRCITO POPULAR SANDINISTA (EPS)

Uma nova etapa na história da Nicarágua e também da América Latina se iniciava com o avanço de tropas guerrilheiras sobre Managua, capital nicaraguense, em 19 de julho de 1979. O fim do regime autoritário e patrimonial da família Somoza evocava na população – em sua maioria camponesa e de trabalhadores de grupos sociais pobres – um sentimento de esperança e de confiança naqueles que guiaram todo o processo insurrecional e canalizaram o descontentamento com o somozismo. A Frente Sandinista tinha conhecimento de tais expectativas populares e assumiu o desafio da tentativa de reorganização do país. Os instrumentos para dita tarefa eram logicamente poderosos e capazes o suficiente de convencer qualquer grupo que quisesse o mesmo: poder político e controle das instâncias jurídicas e econômicas de todo o país. Imediatamente após avançarem sobre Managua, uma Junta de Governo assumiu as funções governamentais e declarou restaurar a paz, sentar as bases de um governo democrático e instaurar um programa de reconstrução nacional nos campos político, social e econômico. Como indicado em capítulo anterior, a primeira medida da Junta de Governo foi decretar o Estatuto Fundamental da República da Nicarágua¹²⁵, por meio do qual foi derogado todo o aparato jurídico-institucional do regime somozista. A partir desse momento, a defesa do novo governo revolucionário era uma tarefa primordial para que todo o projeto de reconstrução fosse colocado em prática. O Exército Popular Sandinista emergiria, então, com base nas colunas guerrilheiras e nas milícias populares criadas ainda na chamada “guerra antiditatorial”, principalmente nos momentos finais da ofensiva insurrecional. Declarado por líderes sandinistas como “braço armado do povo”, o EPS estaria muito mais associado à própria FSLN do que à nação nicaraguense, inúmeras vezes respondendo interesses partidários. Apesar dessa faceta, é inegável a importância do EPS no cenário nacional nicaraguense. Para aqueles que participavam ativamente da defesa do país, fazer parte das tropas do EPS era um sinônimo de participação popular em assuntos decisórios, se sentiam parte importante do projeto revolucionário. A própria formação estrutural do EPS estava em consonância com tal ideia, e neste capítulo elucidaremos tal organização orgânica, bem como as funções e atuações militares do Exército Popular Sandinista.

3.1 Surgimento e fundação

¹²⁵ NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 1 de 22 de agosto de 1979.

As Forças Armadas pertencentes ao regime sandinista foram criadas com a decretação do já citado Estatuto Fundamental em 20 de julho de 1979. Denominadas como Exército Nacional, substituiria a dissolvida Guarda Nacional e seria composto por combatentes da FSLN, soldados e oficiais da Guarda Nacional comprovadamente honestos e que demonstraram uma atitude patriótica frente ao caráter submisso do regime somozista, por aqueles que desejassem se incorporar e pelos cidadãos aptos recrutados pelo serviço militar obrigatório¹²⁶.

Ainda de acordo com o Estatuto Fundamental, artigo 26, o mando militar seria, provisoriamente, exercido pelos chefes e dirigentes do movimento armado que derrotou o regime somozista, ou seja, dirigentes da Frente Sandinista. Posteriormente, no mesmo dia do decreto de criação do EPS (22 de agosto de 1979), o primeiro comando do novo exército foi nomeado, integrado por Humberto Ortega com o cargo de comandante-em-chefe do EPS, Luis Carrión como segundo comandante-em-chefe, e Tomás Borge como comandante adjunto¹²⁷. Além de Joaquín Cuadra Lacayo, nomeado chefe do Estado Maior Geral no fim do mês de julho.

Por meio do Decreto n. 53 de 22 de julho de 1979 foi criado o Exército Popular Sandinista. Decretou-se o EPS como única força armada do país, estando subordinados ao mesmo todos os corpos armados de polícia e segurança, através do Comando Geral do EPS¹²⁸.

No marco jurídico estabelecido pela Junta de Governo, através do Estatuto Fundamental e do Programa de Governo¹²⁹, o novo exército seria organizado sob os princípios de defesa da soberania e do processo democrático, respondendo as necessidades da população nicaraguense. Nesse sentido, para a direção sandinista, o Estado revolucionário estava criando um exército como um ato de soberania, concebendo-o como instituição nacional responsável pela defesa do país e do novo projeto que se instaurava.

A partir do triunfo insurrecional, com as colunas guerrilheiras e milícias, o EPS possuía entre os meses de agosto e setembro de 1979 cerca de 12.500 homens. Os equipamentos e armamentos eram basicamente os que foram deixados pela antiga Guarda

¹²⁶ NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 1 de 22 de agosto de 1979.

¹²⁷ NICARAGUA. Conformación de la Primera Comandancia y Estado Mayor General del Ejército Popular Sandinista. Decreto n. 54 (aprovado dia 22 de agosto de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 12 de 18 de setembro de 1979.

¹²⁸ NICARAGUA. Creación del Ejército Popular Sandinista. Decreto n. 53 (aprovado dia 22 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 12 de 18 de setembro de 1979.

¹²⁹ JUNTA DE GOBIERNO DE RECONSTRUCCIÓN NACIONAL. Programa de gobierno. Managua: s.n., 1979. Consultado em: <http://bibliotecageneral.enriquebolanos.org/leyes_sandinistas/Programa%20de%20Gobierno.pdf>. Acessado em 02/07/2012.

Nacional, além dos limitados recursos provenientes da ofensiva insurrecional. A mobilização massiva de jovens foi recorrente a partir de 1978, com a criação de inúmeras colunas e unidades de combate em todo o território nicaraguense. Para muitos destes jovens, a vida militar começava a se converter em profissão, ainda que o exército em si não fosse profissional. A ajuda econômica concedida pela Junta de Governo a partir de agosto de 1979 era considerada um “primeiro salário” para vários membros do EPS, e esse ponto pode ser indicado como um dos fatores de mobilização popular junto às novas Forças Armadas, frente a uma sociedade pobre e enfrentando enormes dificuldades econômicas.

A fundação do EPS respondia ao princípio de defesa integral do processo revolucionário, posteriormente organizado na Doutrina da Defesa da Revolução Popular Sandinista (1984-85); no qual se declarava a defesa total como única maneira de resistência à denominada “agressão armada imperialista”. Em torno dessa ideia, o EPS era o vetor principal da organização defensiva da Nicarágua, presumindo a participação conjunta do governo e das massas populares¹³⁰.

Desse modo, nota-se que um dos objetivos de criação do EPS foi a organização e condução da defesa armada do projeto sandinista. Declarado por dirigentes da FSLN como “luta militar do povo nicaraguense”, e imbuído da imagem de agressão externa (canalizada pelo governo estadunidense), o EPS era a tentativa de institucionalização dos meios de defesa armada provenientes do movimento insurrecional, bem como da participação popular em tais meios.

Assim, parecia coerente que a Frente Sandinista fizesse não apenas uma preparação profissional das estruturas humanas do EPS (formação de oficiais, cursos e preparação de tropas, etc.), mas também, e principalmente, um trabalho ideológico, intimamente relacionado ao partidário sandinista. As diretrizes dessas atividades partidárias visavam colocar em coesão todo o pessoal ligado ao EPS em torno da linha traçada pela Direção Nacional da FSLN, além de consequentemente convencer grande parte da população de sua estratégia governamental. Como já indicado anteriormente, o afã popular após a vitória insurrecional era mais que suficiente para agregar a maioria da população a favor da Frente Sandinista, e o trabalho ideológico reforçou tal sentimento.

A militarização da sociedade era justificada pelo recorrente argumento da agressão externa estadunidense, de modo a converter todo o território militar em um cenário de

¹³⁰ Ver: FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **El EPS y la participación de las masas en la defensa de la soberanía**. Managua: Sección de Educación Política, Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1983. p. 23.

combate (“todas as armas ao povo¹³¹”). O que a FSLN efetivou foi uma retomada de princípios pregados por Augusto C. Sandino: segundo famosas declarações deste último, a soberania de um povo não se discutia, se defendia com armas. Essa estratégia de “reviver” Sandino se inseria em um contexto de (re)construção de uma identidade nacional nicaraguense após o período autoritário que dominou o país por mais de quatro décadas. Evocar símbolos pátrios e representantes da luta anti-intervencionista de décadas e séculos passados ajudava a estabelecer uma coesão entre a FSLN (autodeclarada legítima representante e continuadora desse projeto nacional de Sandino) e a população. Com tal programa ideológico e partidário, a estrutura orgânica das Forças Armadas seria organizada e estabelecida com base no projeto revolucionário da FSLN, visando a consolidação e permanência política do mesmo.

3.2 As bases orgânicas

Inúmeras foram as medidas tomadas em relação à organização da defesa militar do regime sandinista, sempre tendo como centro o Exército Popular Sandinista. Além da criação do próprio EPS, as Milícias Populares Sandinistas (MPS) e a Polícia Sandinista também faziam parte da estrutura terrestre das forças armadas. Completavam referida estrutura militar a Força Aérea Sandinista – Defesa Antiaérea e a Marinha de Guerra Sandinista (ambas mencionadas e brevemente analisadas no capítulo anterior).

O Ministério da Defesa, inexistente no regime somozista, foi criado a partir do Decreto n. 6 de 20 de julho de 1979¹³². Porém, seus regulamentos e atribuições nunca foram estabelecidos por lei durante o regime sandinista, sendo criados somente em 1990 com a Lei Orgânica do Ministério da Defesa¹³³, após a derrota eleitoral de Daniel Ortega. O primeiro ministro da Defesa nomeado em 1979 foi Bernardino Larrios, antigo oficial da Guarda Nacional, permanecendo no cargo até dezembro do mesmo ano, sendo substituído por Humberto Ortega, que ocuparia o posto até início dos anos 90. A nomeação de Larrios vinculava-se à tentativa inicial da FSLN de construir uma imagem de um novo governo composto por todos os setores sociais a favor da democracia, inclusive com a participação de ex-somozistas que se associaram à luta antiditatorial. Uma estratégia política que não durou

¹³¹ INVERNIZZI, Gabriele (org.). **Sandinistas**: entrevista com líderes sandinistas. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 89.

¹³² NICARAGUA. Ley creadora de los ministerios de Estado. Decreto n. 6 (aprovado dia 20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 1 de 22 de agosto de 1979.

¹³³ NICARAGUA. Ley orgánica del Ministerio de Defensa de la República de Nicaragua. Decreto n. 490 (aprovado dia 22 de fevereiro de 1990). Publicado em **La Gaceta** n. 41 de 27 de fevereiro de 1990.

muito devido às crescentes forças centrípetas da FSLN, insistentemente defendendo seu papel de vanguarda no novo governo.

Além do Ministério da Defesa, também fazia parte do sistema orgânico do EPS o Estado Maior Geral, responsável por planificar, coordenar e controlar o processo de organização e estruturação do Exército; e o Ministério do Interior (MINT), órgão de natureza civil, mas organizado e administrado militarmente e responsável por implementar, manter e executar as medidas necessárias para garantir a segurança estatal e a ordem interna no território nicaraguense. Em consonância com tais funções, o MINT possuía efetivos tão bem preparados quanto os do EPS, ativos na defesa do país.

Um importante marco no âmbito organizacional do EPS foi a Lei Criadora dos Graus de Honra, Cargo e Graus Militares. Aprovado em 17 de maio de 1980 por meio do Decreto n. 429¹³⁴, referida lei estabeleceu uma maior disciplina nos corpos armados, hierarquizando e verticalizando as estruturas de mando. Segundo o texto da lei,

[...] el Ejército Popular Sandinista incorporado al Ministerio de Defensa y los cuerpos armados subordinados al Ministerio del Interior, constituyen el brazo armado del pueblo trabajador y son garantía fundamental de las conquistas de la Revolución y el proceso de Reconstrucción Nacional, por lo que se hace necesario instrumentar en dichas instituciones armadas, medidas de carácter organizativo que tiendan a mantener en ellas una rígida disciplina militar¹³⁵.

Partia-se do pressuposto de que a criação de graus militares nas Forças Armadas contribuiria para elevar seu nível de organização, disciplina e desenvolvimento em geral, ademais de “um justo reconhecimento aos militares por seus méritos demonstrados durante a luta insurrecional”.

Com a Lei de Graus Militares foram atribuídos os graus de honra ‘Comandante da Revolução’ e ‘Comandante Guerrilheiro’, concedidos aos dirigentes da FSLN e importantes nomes no combate insurrecional, alocados no EPS e no Ministério do Interior. Dentre os graus militares destaca-se a criação do cargo de Comandante-em-Chefe do Exército Popular Sandinista, com suas funções na direção, supervisão e mando do EPS. As maneiras de concessão dos graus militares cabiam ao Ministério da Defesa e ao Ministério do Interior, que

¹³⁴ NICARAGUA. Ley creadora de los grados de honor, cargo y grados militares. Decreto n. 429 (aprovado dia 17 de maio de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 128 de 7 de junho de 1980.

¹³⁵ Idem. Tradução livre: “o Exército Popular Sandinista incorporado ao Ministério da Defesa e os corpos armados subordinados ao Ministério do Interior constituem o braço armado do povo trabalhador e são garantia fundamental das conquistas da Revolução e do processo de Reconstrução Nacional, por isso se faz necessário instrumentar em ditas instituições armadas medidas de caráter organizativo que tendam a manter nelas uma rígida disciplina militar”.

poderiam igualmente rebaixar ou desprover algum membro dos corpos militares. Estava claro o caráter político-partidário no estabelecimento de tais graus militares e de honra, porém, apesar dessas limitações, o sistema de graus militares pode ser considerado como expressão de uma etapa de transição entre a hierarquização característica de organizações político-militares insurgentes e a própria de um exército regular e profissional, à qual se chegaria anos depois¹³⁶.

O desenvolvimento estrutural do EPS, implicando, dentre outros fatores, o aumento de contingentes e de unidades combativas, aliado ao interesse de ajustar-se à hierarquização militar internacional, conduziu a uma reforma da Lei Criadora dos Graus de Honra, Cargo e Graus Militares em 1986. Por meio da Lei n. 19 de 15 de julho de 1986¹³⁷, novos graus de oficiais foram criados (General do Exército, Tenente General, Major General e General de Brigada) e um sistema de equivalência foi aplicado. O quadro a seguir expõe uma comparação entre as leis de 1980 e 1986:

Graus Militares 1986	Graus Militares 1980
Graus de Oficiais	Graus de Oficiais
1. General de Exército	
2. Tenente-General	
3. Major-General	
4. General de Brigada	
5. Coronel	1. Comandante de Brigada
6. Tenente-Coronel	2. Comandante
7. Major	3. Sub-Comandante
8. Capitão	4. Capitão
9. Primeiro Tenente	5. Primeiro Tenente
10. Tenente	6. Tenente
11. Sub-Tenente	7. Sub-Tenente
Graus de Classes	Graus de Classes
1. Primeiro Sargento	1. Primeiro Sargento
2. Segundo Sargento	2. Segundo Sargento

¹³⁶ CAJINA, Roberto. **Transición y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996. p. 107.

¹³⁷ NICARAGUA. Reforma a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Lei n. 19 (aprovada dia 15 de julho de 1986). Publicado em **La Gaceta** n. 154 de 23 de julho de 1986.

3. Terceiro Sargento

3. Terceiro Sargento

4. Soldado de Primeira Classe

4. Soldado de Primeira Classe

 Fontes: Lei Criadora dos Graus de Honra, Cargo e Graus Militares (1980); Reforma a Lei Criadora dos Graus de Honra, Cargo e Graus Militares (1986) e CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 109.

Como retratado na tabela, com a reforma de 1986 ocorreu a equivalência de três graus de oficiais: entre os graus de Comandante de Brigada e Coronel, Comandante e Tenente-Coronel, Subcomandante e Major. Tal lei foi regulamentada com o Decreto n. 214 de 20 de agosto de 1986¹³⁸. De acordo com este último, os graus militares passariam a ser concedidos por tempo de serviço e por méritos, dentre os quais se menciona servir a Pátria e a Revolução de maneira abnegada, elevar o nível político e militar para enfrentar dificuldades derivadas do SMP, ser exemplo de humildade, honra, pontualidade e desempenho satisfatório em seus deveres como militar, etc. O fortalecimento de um mando único e centralizado parecia ser outro objetivo primordial com a reforma da lei dos graus militares, de modo a verticalizar ainda mais as estruturas político-militares do regime sandinista. Interessante notar que Tomás Borge, então ministro do Interior, recusou mudar seu grau, preferindo manter-se honorificamente como Comandante da Revolução. Sabe-se que Borge e Humberto Ortega, comandante-em-chefe do EPS e principal articulador da estratégia militar sandinista, possuíam suas divergências desde o período de existência dos grupos internos na FSLN durante o movimento insurrecional, e a oposição de Borge (e de todo o MINT) à nova lei refletiam tais desavenças. Tanto que, de 1986 a 1988, o MINT regeu-se em aberto, desacatando a Lei n. 19, de reforma dos graus militares. Somente em 1988, por meio de acordos, foi estabelecido um regulamento de uma lei de graus militares específica do Ministério do Interior¹³⁹. Com esta lei, o MINT possuía graus militares semelhantes aos da antiga lei de 1980, preservando, por exemplo, os de Comandante e Comandante de Brigada e Subcomandante.

Ainda em relação à Lei n. 19, com a mesma buscava-se uma correspondência do EPS com outros exércitos do mundo. Apontou-se que a verticalização e o mando hierarquizado foram priorizados, de maneira que os méritos políticos ainda estavam acima dos castrenses, uma vez que o próprio reconhecimento social das ações de determinado membro do EPS era partidário, e não necessariamente militar.

¹³⁸ NICARAGUA. Reglamento de la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Decreto n. 214 (aprovado dia 20 de agosto de 1986). Publicado em **La Gaceta** n. 193 de 8 de setembro de 1986.

¹³⁹ NICARAGUA. Reglamento a la Ley de Grados Militares del Ministerio del Interior. Decreto n. 413 (aprovado dia 17 de dezembro de 1988). Publicado em **La Gaceta** n. 247 de 28 de dezembro de 1988.

E, se a antiga Lei de Graus Militares de 1980 possuía suas limitações, a reforma de 1986 trouxe novas imprecisões. Não são expostas aclarações acerca dos critérios usados para as concessões de graus, apenas se menciona que seriam baseadas no tempo de serviço e nos méritos, sem explicá-los e/ou elucidar como seriam aplicados. Tampouco ficou clara a relação entre tempo e grau: os graus militares são indicados, mas não foi apontado o tempo de um oficial/classe em cada grau e as necessidades para seu ascenso; deixando transparecer que a direção do EPS (e da FSLN) controlava e (re)organizava suas tropas como bem entendesse e de acordo com as circunstâncias necessárias.

Todos esses instrumentos legais foram amparos a uma estratégia político-militar organizada pela Frente Sandinista e representada na Doutrina Militar do projeto revolucionário. Como já indicado, tal doutrina teve sua elaboração finalizada entre os anos de 1984 e 1985, e sua conceptualização estratégica, bem como do EPS, partia das ameaças ao mencionado projeto revolucionário sandinista, com a identificação de inimigos potenciais e suas forças (de maneira geral, os Estados Unidos e grupos de poder vinculados ao somozismo).

Entendia-se como doutrina militar um conjunto de critérios, de conceitos, ideias, juízos e atividades que serviam para instrumentar toda uma série de medidas concernentes à preparação do país e de suas forças armadas para a guerra. A defesa nacional – conformada na Doutrina Militar – era composta por dois elementos centrais: o elemento político e o técnico-militar. Segundo as propostas elaboradas pela direção da FSLN, o elemento político abarcava os conceitos fundamentais desde o ponto de vista filosófico e político do Estado¹⁴⁰, ou melhor dizendo, do grupo dominante no poder estatal. O aspecto técnico-militar estava diretamente associado e dependente do aspecto político, e correspondia à toda a planificação e análise da guerra como tal, ou seja, fenômenos estritamente militares e a técnica colocada ao serviço do militar, respondendo a determinados interesses do Estado.

A Doutrina Militar estava também vinculada com o grau de desenvolvimento que possuíam as forças produtivas do país. O atraso tecnológico e material da Nicarágua constituiu uma dificuldade a mais para a elaboração e preparação dos elementos técnico-militares, uma vez que dispunham de recursos limitados para respaldar os princípios políticos da doutrina sandinista.

¹⁴⁰ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **El EPS y la participación de las masas en la defensa de la soberanía**. Managua: Sección de Educación Política, Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1984. p. 5-6.

O caráter classista do projeto revolucionário influenciou diretamente os parâmetros da Doutrina Militar adotada na década de 1980, apesar do recorrente discurso nacional por parte da direção da Frente Sandinista, visando elucidar a revolução como conquista nacional, sendo o sandinismo uma expressão nicaraguense, e não exclusiva da FSLN: “[...] *Nuestra ideología es el sandinismo, un valor invaluable de la sociedad nicaragüense. [...] Nosotros tenemos una programática política que puede definirse en términos de la liberación nacional, pero desde la perspectiva de nuestra propia identidad, de nuestra historia [...]*”¹⁴¹. Como era divulgado pela FSLN em várias publicações destinadas à população e aos membros do EPS:

La Doctrina Militar en nuestra Revolución tiene una expresión muy concreta. El Estado nicaragüense tiene una Doctrina Militar que se caracteriza por el elemento anti-imperialista, clasista, popular, revolucionario y porque su objetivo fundamental es la defensa de la Revolución Popular Sandinista. [...] La Doctrina Militar no es patrimonio de las fuerzas armadas, es decir, no es la Doctrina Militar del Ejército Popular Sandinista o de las Fuerzas Armadas Sandinistas. La Doctrina Militar es de carácter Estatal, es la Doctrina del Estado nicaragüense, de la Revolución Popular Sandinista. Por tanto, al ser de carácter Estatal, es global, involucra a todos los elementos que conforman el Estado revolucionario y a todas las fuerzas que hacen la Revolución Popular Sandinista¹⁴².

O que se desprende das afirmações da Direção Política da FSLN é que, apesar da tentativa de um discurso apartidário, o programa de defesa se associava profundamente com o programa de governo, o que tornava impossível uma dissociação do caráter partidário em todos os campos que envolvessem participação estatal. Por mais que dirigentes buscassem apoio internacional (especialmente econômico) com tal discurso, era inegável que a vitória do movimento insurrecional em 1979 representou a ascensão de um grupo político-militar com seus interesses específicos. As quase naturais transformações de valores na FSLN no decorrer dos anos 80 e culminadas na situação atual da mesma (essencialmente como partido político) retratam bem o quadro sócio-político nicaraguense das últimas três décadas. Se em 1979 o

¹⁴¹ ORTEGA, Humberto. La gran tarea del nuevo decenio: asegurar la concertación y reconstruir Nicaragua. In: ORTEGA, Humberto. **Nicaragua**: revolución y democracia. [S.l.]: Organización Editorial Mexicana, 1992. p. 29-30. Tradução livre: “[...] Nossa ideologia é o sandinismo, um valor inestimável da sociedade nicaraguense. [...] Nós temos um programa político que pode definir-se em termos de libertação nacional, mas desde a perspectiva de nossa própria identidade, de nossa história [...]”.

¹⁴² FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Op. cit. p. 8-10. Tradução livre: “A Doutrina Militar em nossa Revolução tem uma expressão muito concreta. O Estado nicaraguense tem uma Doutrina Militar que se caracteriza pelo elemento anti-imperialista, classista, popular, revolucionário e porque seu objetivo fundamental é a defesa da Revolução Popular Sandinista. [...] A Doutrina Militar não é patrimônio das forças armadas, ou seja, não é a Doutrina Militar do Exército Popular Sandinista ou das Forças Armadas Sandinistas. A Doutrina Militar é de caráter estatal, é a Doutrina do Estado nicaraguense, da Revolução Popular Sandinista. Portanto, ao ser de caráter Estatal, é global, envolve todos os elementos que formam o Estado revolucionário e todas as forças que fazem a Revolução Popular Sandinista”.

apelo à libertação nacional, à transformação qualitativa do país depois de quatro décadas de regime autoritário era o cerne do discurso, com o estabelecimento de um “*régimen de democracia efectiva, de justicia y progreso social, que garantiza plenamente el derecho de todos los nicaragüenses a la participación política*”¹⁴³, no retorno da FSLN à direção do país em 2006, a situação era bem diferente: a conquista do poder político parecia mais importante do que qualquer ideologia ou direcionamento político, com acordos com o então presidente Arnoldo Alemán para mudanças na legislação eleitoral¹⁴⁴ e com o cardeal Obando y Bravo (defendendo discursos para leis antiaborto) e com Daniel Ortega apresentado como vice-presidente um veterano empresário somozista e chefe contrarrevolucionário. Como apontou Edelberto Torres-Rivas: “*Los colores rojinegros de la bandera guerrillera fueron sustituidos por un rosa inocente y el himno de combate, que aseguraba que ‘los yanquis son enemigos de la humanidad’, enmudeció por canciones vicarias, que hablaban del amor*”¹⁴⁵. A mudança política-ideológica da Frente Sandinista é elemento importante na recente história política nicaraguense, mas não iremos não deter largamente na mesma.

Quanto às necessidades de defesa do novo regime que se instaurava, política e militarmente seus traços transcendiam os marcos constitucionais. Com base em seus objetivos e propostas, o projeto denominado revolucionário desenvolveu atividades e adotou medidas preparatórias àquele que era considerado o grande inimigo da revolução sandinista: o imperialismo estadunidense. Concebido quase como uma verdade absoluta, um inevitável confronto com o governo estadunidense era reforçado pela própria experiência histórica nicaraguense, fazendo com que “o fenômeno contrarrevolucionário fosse adquirindo proporções de leviatã”¹⁴⁶. Desse modo, os líderes sandinistas estavam convencidos de que a FSLN estava destinada a enfrentar esse “enorme opositor” e era papel da mesma preservar as conquistas revolucionárias.

A partir dessas convicções, a proposta de defesa integral foi posta em prática por meio de dois eixos principais: as atividades da chamada Preparação do País Para a Guerra (PPPG) e

¹⁴³ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. JUNTA DE GOBIERNO DE RECONSTRUCCIÓN NACIONAL. **Programa de Gobierno**. Managua: [s.n.], 1979. Tradução livre: “regime de democracia efetiva, de justiça e progresso social, que garanta plenamente o direito de todos os nicaraguenses na participação política”.

¹⁴⁴ Com a mudança não seria necessário mais de 50% dos votos, mas sim 40% ou 35% com uma diferença de 5% para o segundo colocado. Nas eleições de 2006 Ortega foi eleito com 38% dos votos, superando Eduardo Montealegre (Alianza Liberal Nicaragüense - ALN) com 28% e José Rizo (Partido Liberal Constitucionalista - PLC) com 27%.

¹⁴⁵ TORRES-RIVAS, Edelberto. Nicaragua: el retorno del sandinismo transfigurado. **Nueva Sociedad** n. 207, janeiro-fevereiro 2007. p. 8. Tradução livre: “As cores vermelha e preta da bandeira guerrilheira foram substituídas por um rosa inocente e o hino de combate, que assegurava que ‘os ianques são inimigos da humanidade’, foi calado por canções vicárias, que falam de amor”.

¹⁴⁶ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 84.

o Plano Militar de Defesa do País (PMDP). Na primeira, o conjunto de atividades realizado pelo Estado e pelas massas visa uma possível (para a FSLN, inevitável) guerra de agressão global contra o país. Partindo do pressuposto de que “a revolução ao ser classista tem necessariamente que enfrentar o imperialismo¹⁴⁷”, este plano de preparação envolvia uma série de outros planos concernentes à forma de estruturação do Estado, para dirigir a guerra em seu conjunto, como um fenômeno político e social, nos aspectos políticos, diplomáticos e econômicos da guerra.

O Plano Militar caracterizava-se por sua unicidade e regência exclusiva pelo EPS. Como tal, tornou-se integrador e base explicativa para a utilização dos recursos direcionados à guerra. As ações e programas militares estavam regidos por leis militares derivadas das condições naturais do país, das características do terreno, o que se denomina como teatro de operações. As possíveis transformações e elementos introduzidos nesse teatro de operações estavam também em correspondência com o inimigo e seus traços operacionais e combativos.

Portanto, a defesa do projeto revolucionário se referia a uma questão de caráter político-militar, na qual o EPS em sua doutrina se contemplava como principal vetor operativo da estrutura defensiva da Nicarágua sandinista. É claro que as pretensões hegemônicas da FSLN fizeram com que as Forças Armadas incursionassem por esferas partidárias e se transformassem essencialmente em um instrumento político, em uma situação em que a guerra gerou exigências e criou condições para o fortalecimento do controle, da centralização e da verticalização, mas talvez pela primeira vez na história nicaraguense uma doutrina inteiramente militar era criada e colocada em prática, mesmo que para usos e objetivos finais de caráter político-partidário.

A “titânica tarefa¹⁴⁸” de construir um exército regular a partir de unidades guerrilheiras era uma dificuldade a ser superada. A formação orgânica do EPS se desenvolveu em uma primeira etapa do processo de profissionalização do mesmo – entendendo dita primeira etapa o período de 1979 a 1992, da vitória insurrecional ao fim dos planos de redução, e a segunda, de 1993 até os dias atuais. Inicialmente, entre 1979 e 1982 promoveu-se toda a estruturação do Exército Popular Sandinista. Nos meses de agosto e setembro de 1979 ocorreu a seleção e a alocação dos principais mandos militares, a partir dos quais as unidades e centros de preparação seriam criados e ativados. Para tanto, destacaram-se dois polos de formação de pessoal: os já citados Centro de Preparação de Oficiais e o Centro de Ensino Militar (posteriormente transformado em Centro de Preparação de Especialistas Menores – CPEM),

¹⁴⁷ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Op. cit. p. 11.

¹⁴⁸ Entrevista do general retirado Hugo Torres concedida ao autor.

bem como o também mencionado Curso Acadêmico Superior (CAS), no qual se buscou um aprimoramento técnico e profissional daqueles que haviam comandado o movimento guerrilheiro e insurrecional, mas não possuíam uma formação adequada o suficiente para assumir funções diretivas em um corpo armado profissional. Ademais, como já ressaltado, a colaboração militar no ensino foi significativamente relevante por parte da antiga União Soviética e do bloco socialista da Europa Oriental, bem como de Cuba.

Em um segundo momento, de 1983 a 1986, o crescimento acelerado dos efetivos foi uma resposta imediata e necessária ao conflito bélico que se agravava progressivamente. Dessa maneira, uma adequação qualitativa era outra necessidade premente. Planos de reestruturação, de captação e recrutamento foram elaborados para que o EPS estivesse cada vez mais apto ao combate contrarrevolucionário. Assim, os Centros de Preparação de Oficiais foram expandidos e trabalhou-se melhor na preparação de oficiais permanentes, de reserva e de milicianos.

Na sequência cronológica, de 1987 a 1990 ocorreu o processo de reestruturação orgânica, em conformidade com a nova situação militar e econômica do país. Buscou-se um fortalecimento dos níveis de coesão interna e capacidade combativa, de forma que a redução de efetivos (em concordância com o grave estado econômico da Nicarágua) não representasse também uma queda qualitativa. Dessa forma, a partir do início de 1990 a desmobilização foi significativa, iniciando com as tropas do Serviço Militar. Levando-se em consideração todos os setores, em janeiro deste ano quase 87 mil membros deixaram o EPS, e em maio pouco mais de 41 mil. No segundo semestre foram organizados os planos de licenciamento, que concluiriam o profundo processo de redução e reestruturação das forças armadas nicaraguenses. Etapa esta continuada entre 1991 e 1993, com outros programas de diminuição das forças mobilizadas.

Por fim, a segunda etapa deste processo de profissionalização e estruturação do exército na Nicarágua teve início em 1994, com o início do desenho e prática da carreira militar, especialmente com a aprovação do Código Militar nesse mesmo ano, marco da institucionalização e profissionalização efetiva do exército. Tal etapa de desvinculação dos laços partidários nas forças armadas, atuando exclusivamente como força nacional permanece até os dias atuais, com o estabelecimento de um sistema de ensino militar e da progressiva afirmação do controle civil sob os militares.

Retornando à questão da preparação militar, outros pontos merecem ser destacados. Sabemos que, no início, o EPS não possuía nenhuma uniformidade em suas estruturas, reflexo de uma união de colunas guerrilheiras e grupos armados despreparados para comporem um

corpo regular. Já mencionamos em outros capítulos que estrangeiros foram enviados à Nicarágua para formar e lecionar cursos preparatórios de quadros. Ainda em 1979, cubanos, chilenos, argentinos, uruguaios, paraguaios e brasileiros que haviam combatido e cooperado na fase final do movimento insurrecional permaneceram no país centro-americano para colaborar com os primeiros cursos e treinamentos de formação militar para as tropas do novo Exército.

Por outro lado, nicaraguenses igualmente foram enviados para treinamento em outros países, principalmente em Cuba, na Academia Superior de Guerra ‘Mayor General Máximo Gómez’. Como consequência dessas preparações preliminares, escolas e centros militares foram criados na Nicarágua, destacando-se a Escola ‘Carlos Agüero’ e o Centro de Ensino Militar ‘Javier Guerra Báez’. A partir das mesmas as primeiras unidades combativas regulares foram estabelecidas, bem como os primeiros planos de ação.

A cooperação internacional era ampliada até a venda de equipamentos e armamentos, destacando-se a enorme frota de aeronaves, tanques e outros veículos de origem soviética. Igual se passou com a aquisição dos novos armamentos para o EPS: praticamente todos oriundos da então União Soviética.

Tal estrutura foi preparada e desenvolvida não somente para o EPS (enquanto força regular com tropas permanentes), mas também para os órgãos associados a ele, como as MPS e os Batalhões de Reserva (mobilizados conforme a necessidade através, principalmente, do Serviço Militar). As forças permanentes, ou parte profissional, eram pequenas se comparadas com o restante das forças que eram mobilizadas. Segundo a FSLN, “um exército pequeno, capaz, um exército de quadros¹⁴⁹”. O elemento popular estava refletido nos Batalhões de Reserva e nas milícias, com suas estruturas e responsabilidades em âmbito local, visto que era intenção da FSLN que o processo revolucionário estivesse próximo às camadas sociais mais baixas, que essas últimas se sentissem parte da revolução e defendessem suas “conquistas”, colaborando, dessa forma, com o projeto de defesa. Daí resultou uma característica singular ao caso nicaraguense: a autodefesa de povoados e pequenas comunidades, promovida por milícias e pelos chamados Comitês de Defesa Sandinista (CDS). Portanto, a institucionalidade das forças armadas sandinistas era ampla o suficiente para abarcar o igualmente amplo projeto de defesa, concebido com base na ideia de defesa integral.

Por fim, o desenvolvimento de um caráter partidário foi consequência direta do projeto governamental da FSLN, favorecido pela conjuntura posterior da guerra

¹⁴⁹ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Op. cit. p. 16.

contrarrevolucionária, na qual os elementos político-ideológicos desempenharam um rol importante na coesão político-militar das unidades combativas para cumprimento de suas missões¹⁵⁰. Duas vias foram utilizadas para que o trabalho partidário infiltrasse as esferas militares: pela via institucional, com órgãos estabelecidos na própria estrutura do exército; e através de organismos partidários formados por membros da Frente Sandinista nas unidades combativas. Na primeira via, podemos mencionar o Comitê de Direção Partidária (CDP), os Comitês Partidários Intermediários (CPI) e os Comitês de Unidade e de Base, órgãos responsáveis por assembleias, cursos políticos, círculos de estudo, campanhas de propaganda (incluindo jornais, panfletos e livros), e outras atividades culturais que promovessem a emulação entre população e exército. De acordo com dados da FSLN¹⁵¹, aproximadamente 1500 assembleias e reuniões eram realizadas mensalmente, em todos os níveis organizativos do EPS. Paralelamente, pela segunda via, organismos como a Juventude Sandinista (*JS 19 de Julio*) e a Seção de Formação Política Cultural (criada em agosto de 1979 e posteriormente reorganizada como Direção Política) foram importantes sustentáculos internos para a coesão do EPS e para alimentar o sentimento revolucionário nas tropas e na população.

3.3 Função e papel do EPS

A Doutrina Militar sandinista determinava que a defesa do país e do projeto revolucionário era uma prioridade e necessidade premente. O Exército Popular Sandinista teve suas atribuições em consonância com tais preceitos. Em sua lei de criação, apenas foi mencionado que o EPS seria a única força armada do país, e que todos os demais corpos armados mantidos e organizados estariam sob sua administração e regência. O Estatuto Fundamental, como primeira norma criada pela Revolução Sandinista em 20 de julho de 1979, tem um título específico destinado às Forças Armadas e, de acordo com o mesmo, seria estabelecido “*un nuevo Ejército Nacional de carácter patriótico dedicado a la defensa del proceso Democrático y de la Soberanía e Independencia de la Nación, así como la integridad de su territorio*”¹⁵².

¹⁵⁰ BARBOSA MIRANDA, Francisco. **Historia militar de Nicaragua** – antes del siglo XV al XXI. Managua: Francisco Barbosa, 2009. p. 345.

¹⁵¹ FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Op. cit. p. 31.

¹⁵² NICARAGUA. Estatuto Fundamental de la República de Nicaragua (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 1 de 22 de agosto de 1979. Título IV. Artigo 24. Tradução livre: “um novo Exército Nacional de caráter patriótico dedicado à defesa do processo democrático e da soberania e independência da nação, assim como da integridade de seu território”.

O conceito de soberania era um dos mais utilizados pelo sandinismo. Em seu léxico político, soberania estaria próxima da ideia de nacionalismo, como uma afirmação da capacidade do país em tomar suas decisões com completa independência¹⁵³. Na doutrina clássica, soberania é tratada como um poder absoluto, total, indivisível e ilimitado, com manifestações internas e externas. Internamente, implica uma autoridade que não pode ser sobrepujada; externamente, relaciona-se com a independência de decisões, sem qualquer tipo de interferência. Interligar os conceitos e significados de soberania e nacionalismo foi uma estratégia eficiente da FSLN, permitindo que símbolos e personagens associados ao aspecto pátrio nicaraguense fossem remontados e interpretados conforme as estratégias necessárias para a manutenção do sandinismo. Daí explica-se as constantes associações com figuras como Benjamín Zeledón¹⁵⁴, Ramón Montoya Acevedo¹⁵⁵ e principalmente Augusto C. Sandino e seu Exército Defensor da Soberania Nacional da Nicarágua (EDSNN)¹⁵⁶. Sabemos que, na Nicarágua, os exércitos institucionais não tiveram uma continuidade orgânica ou política; dessa forma, o EPS fundamentou sua identificação política e militar com o EDSNN, visando retomar uma ideia central de nacionalidade e não de partidatismo.

Outro ponto mencionado era a defesa da integridade territorial, uma missão na qual o EPS permaneceu ativo ante uma iminente (ao menos para a direção da FSLN) intervenção estrangeira. Mas a ameaça poderia igualmente ser interna, com possíveis regiões de influência da Contra (regiões rurais, de maneira específica, por motivos já tratados anteriormente), o que poderia ocasionar uma divisão no país. Diante de tais potenciais ameaças, Daniel Ortega chegou a afirmar que, se preciso, a radicalização ocorreria¹⁵⁷. Apesar disso, as forças armadas nicaraguenses nos anos 80 não poderiam ser percebidas como agressivas; uma vez que a

¹⁵³ GUZMÁN, Luis Humberto. **Políticos en uniforme**: un balance del poder del EPS. Managua: Instituto Nicaraguense de Estudios Socio-Políticos, 1992. p. 44.

¹⁵⁴ Benjamín Zeledón foi um político e militar nicaraguense. Principal símbolo da resistência ao governo conservador de Adolfo Díaz, que era apoiado pelo governo estadunidense. O conflito entre opositores de Díaz e tropas de marines ficou conhecido como Guerra de Mena (julho-outubro de 1912). Zeledón foi capturado e morto, existindo inúmeras versões de tal fato. A intervenção estadunidense de 1912 perdurou até 1925. Para os líderes da FSLN, o general Benjamín Zeledón contribuiu diretamente para a formulação do conceito de pátria, de forma pertinente, contextualizada e desde uma perspectiva nicaraguense.

¹⁵⁵ Jovem soldado nicaraguense de 14 anos morto na guerra contra Honduras e El Salvador (1907), destacando-se na Batalha de Namasigüe (16 a 23 de março de 1907), quando saiu de sua trincheira para encorajar seus companheiros a uma carga final contra o inimigo. Em 1909 um monumento ao soldado foi criado com os dizeres “El Niño Héroe de Nicaragua” e é mantido até hoje na cidade de Managua.

¹⁵⁶ Fundado em setembro de 1927 por Sandino a partir de sua coluna que participou da Guerra Constitucionalista (1926-27). Não era uma facção partidária, mas sim um exército de patriotas, opostos à intervenção estadunidense na Nicarágua. Era um exército irregular com características regulares, combinando guerra de movimentos com guerra de posições. Iniciou a chamada “guerra de guerrilhas” no país, chegando a ganhar repercussão internacional. Após tentativas de paz, dissipou-se com o assassinato de Sandino em fevereiro de 1934.

¹⁵⁷ ORTEGA, Daniel apud ARANA, Roberto González. Nicaragua. Dictadura y revolución. In: **Memorias**, ano 6, n. 10. Uninorte, Barranquilla, Colombia. Julho 2009. p. 258.

própria carência de armamentos e meios materiais ofensivos (um grande exemplo era o setor de aviação, em que praticamente inexistiam as aeronaves de combate), bem como a situação econômica nicaraguense, excluía a possibilidade de estabelecimento de um exército de caráter ofensivo.

A defesa da Constituição e das leis também era tarefa do EPS, conferida ao mesmo pelo texto constitucional e por sua lei orgânica. Este foi um dos pontos mais discutidos na bibliografia consultada e em entrevistas com pesquisadores. De maneira geral, apontou-se que seria absurdo pensar uma resolução pela maneira coercitiva de disputas, por exemplo, entre o poder executivo e o judiciário. Interessante ressaltar que pesquisadores influenciados pela própria Frente Sandinista criticaram a pretensão de defesa da democracia e do funcionamento do governo através de medidas de força¹⁵⁸, argumentando-se que a proteção desses últimos deve recair nas instituições políticas devidamente cimentadas¹⁵⁹. A história nicaraguense presenciou o persistente uso da violência armada para relevo das forças políticas, mas esse vazio de instrumentos pacíficos apenas agravou a situação política do país.

O principal objetivo do EPS declarado por dirigentes da FSLN residia na defesa das conquistas do projeto revolucionário. De acordo com o artigo 93 da Constituição Política de 1987, era direito do povo nicaraguense armar-se para defender suas conquistas: *“El pueblo nicaragüense tiene derecho de armarse para defender su soberanía, su independencia y sus conquistas revolucionarias. Es deber del Estado dirigir, organizar y armar al pueblo para garantizar este derecho*¹⁶⁰”. Porém, não existia uma definição legal das “conquistas” e a Constituição também não conferia claramente ao EPS este papel. Antes mesmo da elaboração da Carta Magna de 1987 tal preceito foi inferido pela FSLN, recaindo na ideia da autopercepção da Frente Sandinista como vanguarda e única herdeira dos antigos ideais de Sandino. O EPS, entendido e declarado pela direção sandinista como “braço armado do povo e herdeiro direto do Exército Defensor da Soberania Nacional”, teria então participação fundamental nesse objetivo. Ainda segundo a Constituição de 1987, *“el Estado prepara, organiza y dirige la participación popular en la defensa armada de la patria, por medio del Ejercito Popular Sandinista*¹⁶¹”. A partir dessas considerações podemos questionar dois

¹⁵⁸ MARÍN, Raúl; O’KANE, Trish. El reverso de la medalla. In: **Pensamiento Propio**, n. 88. Managua, março 1992.

¹⁵⁹ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 50.

¹⁶⁰ NICARAGUA. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987. Título V, artigo 93. Tradução livre: “O povo nicaraguense tem o direito de se armar para defender sua soberania, sua independência e suas conquistas revolucionárias. É dever do Estado dirigir, organizar e armar o povo para garantir esse direito”.

¹⁶¹ Ibid. Título V, artigo 95. Tradução livre: “o Estado prepara, organiza e dirige a participação popular na defesa armada da pátria, por meio do Exército Popular Sandinista”.

aspectos: quais eram as conquistas da revolução? E, o EPS era instrumento idôneo para defendê-las¹⁶²? Brevemente podemos indicar como legado importante do regime sandinista a participação cidadã na vida social e política, assim como o desenvolvimento de uma consciência crítica (consequência da ativa participação popular); além da reforma da estrutura agrária do país e da recuperação da dignidade popular¹⁶³. Contudo, materialmente foram evidenciados grandes retrocessos, especialmente pela frágil situação econômica nicaraguense durante toda a década de 1980. Quanto ao segundo ponto, Luis Humberto Guzmán¹⁶⁴ indicou um ponto de vista interessante. Para o autor, ditas “conquistas” sandinistas só poderiam ser anuladas pela força, por uma forte repressão. E tal capacidade estava presente exclusivamente no EPS. Assim, principalmente após 1990, o EPS era potencialmente mais uma ameaça do que um símbolo da defesa das conquistas revolucionárias. Por outro lado, a despeito da quase permanente situação de guerra que envolvia a Nicarágua, durante os anos 80 o EPS era visto pela FSLN e por grande parte da população como instrumento central na defesa do país e do projeto revolucionário.

A dualidade de opiniões acerca do papel desempenhado pelo EPS e suas funções (então presentes ou futuras) era visível na segunda metade da década de 1980, e justamente aí se percebe o quão relevante era o mesmo no cenário nacional.

3.4 As primeiras ações e missões

De acordo com os pressupostos presentes no Estatuto Fundamental e na própria lei criadora do EPS, a defesa nacional era prioridade nas ações militares no país. Assim, em consonância com tais ideais e visando igualmente defender o projeto político da FSLN, foram criados Planos de Defesa que cobriam praticamente todo o território nicaraguense.

A primeira tarefa com amplitudes nacionais foi o ‘Plano de Pomares a Fonseca’ de 1984. O plano objetivava não somente a defesa do país, mas também uma melhor organização interna do EPS, de maneira a aprimorar os níveis quantitativos e qualitativos e promover a “derrota estratégica” da Contra. Militarmente, o ‘Plano de Pomares a Fonseca’ objetivava a desarticulação de planos da Contra previstos para os meses de maio a junho e de julho a novembro de 1984; expulsar, por etapas, grupos contrarrevolucionários armados de suas regiões de assentamento, como por exemplo, os Comandos Regionais ‘Rafaela Herrera’ e

¹⁶² GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 51.

¹⁶³ VILAS, Carlos. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005.

¹⁶⁴ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 53.

‘Jorge Salazar’; e golpear constantemente as unidades da Contra em movimento, bem como as de nova introdução¹⁶⁵.

Outra operação de grandes proporções foi o ‘Plano *Campaña*’, executado entre 1985 e 1987 (subdividido em ‘*Campaña Invierno*’ e ‘*Campaña Verano*’) em resposta ao crescente número de ações contrarrevolucionárias em determinadas regiões nicaraguenses. Como resultado, foi desativada a Zona Militar 3 (compreendia departamentos do noroeste do país, como Estelí, Madriz, Nueva Segovia, Matagalpa e Jinotega) e criado o Grupo Operativo do Estado Maior Geral como uma expressão da estrutura para a planificação e direção das principais operações militares sandinistas. Operações internas foram desenvolvidas em dito plano (as de maior impacto foram as operações ‘*Unidad Indestructible*’ e ‘*Wanblan-Somotime Boca de Plis*’), como etapas de um objetivo central: derrotar as forças da Contra. Segundo fontes do Exército nicaraguense¹⁶⁶, o ‘Plano *Campaña*’ envolveu mais de 42.600 homens, quase 2.300 combates, 227 emboscadas e 43 sabotagens a tropas contrarrevolucionárias, além de 65 sequestros. Com o cumprimento dos planos ‘*Campaña Invierno*’ e ‘*Campaña Verano*’, o EPS conseguiu controlar as operações militares de grande envergadura pretendidas pela Contra em centros populacionais, vias de comunicação e setores da região do Pacífico.

Em março de 1988 foi realizada a ação que, segundo sandinistas, foi o ponto inflexão na derrota estratégica contrarrevolucionária. A exaltada ‘*Operación Danto: Campaña 8 de marzo en honor a la heroica mujer nicaragüense*’ (Operação Danto: Campanha 8 de março em honra à heroica mulher nicaraguense), popularmente conhecida como ‘Danto 88’, atacou pontos de apoio e acampamentos da Contra em território nicaraguense e principalmente em regiões fronteiriças com Honduras. Desde o mês de fevereiro desse ano, tropas sandinistas foram deslocadas para as Regiões Militares 1, 5 e 6 (Qulialí e San Juan de Río Coco; Chontales e Nueva Guinea; e Estelí e Jinotega respectivamente), envolvendo Pequenas Unidades de Forças Especiais (PUFE), duas agrupações de combate (compostos basicamente por BLI, BIP e BIR), grupos de artilharia da Força Aérea Sandinista (com uso de 9 helicópteros Mi-17 e 4 helicópteros Mi-8) e destacamentos da Marinha de Guerra Sandinista. Em efetivos, aproximadamente 3.000 homens foram mobilizados para enfrentarem cerca de 1.500-1.800 contrarrevolucionários. Tal operação foi a maior lançada pelo EPS e visava, além de derrotar as principais unidades da Contra, desestabilizar esta última ante as negociações de um acordo de paz. Segundo declarações de Joaquín Cuadra, chefe do Estado Maior na década de 1980, três eram os objetivos da Operação Danto 88:

¹⁶⁵ BARBOSA MIRANDA, Francisco. Op. cit. p. 65.

¹⁶⁶ Ibid. p. 67.

Primero: lograr una victoria estratégica sobre la Contra, destruyéndoles sus campamentos y demostrando quién era superior en el campo de batalla. Segundo: un efecto mediático, poner sobre el tapete que la Contra tenía campamentos en Honduras. Tercero: se trataba de que ellos se sentarían a negociar en las peores condiciones posibles¹⁶⁷.

Efetivamente, o EPS atacou bases contrarrevolucionárias já em território hondurenho, 10 quilômetros além da fronteira, ocasionando 92 mortes e até 300 feridos. Em relação às tropas sandinistas, estima-se que 36 combatentes foram mortos e 140 feridos. Fundamentalmente, tais ações e operações do EPS foram, ao menos em âmbito militar, expressões da potencialidade combativa ofensiva das forças sandinistas, fatores relevantes para a neutralização das unidades contrarrevolucionárias.

No fim da década, especificamente entre 1988 e 1990, as aspirações ao fim do conflito armado foram reforçadas pelas negociações no campo diplomático, mas igualmente por novos planos de defesa do EPS visando a “derrota estratégica” e definitiva da Contra. Os planos ‘*Camilo y Augusto C. Sandino*’ realizaram o aperfeiçoamento do sistema defensivo do país e a organização massiva da população. Assim, fortaleceu-se o princípio de “guerra nacional, patriótica e popular”, de forma a mobilizar ainda mais setores populares ao redor do projeto sandinista.

É importante ressaltar que as principais ações e missões do EPS tinham como objetivos indiretos assegurar tal mobilização e aglutinação popular em torno não somente do projeto político sandinista, mas também do próprio EPS. Isso porque uma das maiores debilidades das forças armadas na Nicarágua residia na percepção da inutilidade de sua existência que um amplo segmento da sociedade compartia. De acordo com Luis Humberto Guzmán, “o clima de desordem prevalecente no país sublinhava a percepção crítica frente ao exército¹⁶⁸”. Dessa noção entende-se o motivo pelo qual o EPS se via com a necessidade de apresentar de uma forma mais cuidadosa ante a sociedade suas missões e funções ativas.

Após apresentarmos as bases e dispositivos orgânicos e estruturais do Exército Popular Sandinista e de outras instituições militares associadas ao governo da FSLN, no

¹⁶⁷ Declaração de Joaquín Cuadra para o jornal nicaraguense **La Prensa**. Veinte años de operación “Danto 88”. Disponível em: <<http://archivo.laprensa.com.ni/archivo/2008/marzo/06/noticias/politica/247232.shtml>>. Consultado em: 23/07/2012. Tradução livre: “Primeiro: conseguir uma vitória estratégica sobre a Contra, destruindo seus acampamentos e demonstrando quem era superior no campo de batalha. Segundo: um efeito midiático, colocar sobre a mesa que a Contra tinha acampamentos em Honduras. Terceiro: buscava-se que eles [contrarrevolucionários] sentassem a negociar nas piores condições possíveis”.

¹⁶⁸ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 43.

próximo capítulo trabalharemos as relações e atuações do EPS em consonância com o governo da FSLN na década de 1980.

4 EPS E GOVERNO SANDINISTA

A relação entre o regime sandinista na década de 1980 e seu respectivo projeto político, e as forças armadas, especificamente o exército, constituiu uma esfera central de influência e estabilidade para o governo da Frente Sandinista. Como tratado anteriormente, o Exército Popular Sandinista foi organizado como um braço armado do governo, se efetivando como ferramenta partidária para controle e manutenção do projeto sandinista então vigente. A interação do EPS com o governo da FSLN, não apenas na defesa e em projetos no âmbito militar, é ponto fundamental na análise do regime sandinista e em seus desdobramentos e consequências nos cenários nacional e internacional.

Entre os anos de 1979 e 1990 era impossível dissociar Estado, partido e exército na Nicarágua, com o EPS se transformando em parte importantíssima do aparato político e ideológico que sustentava o projeto revolucionário. O uso da violência e de alternativas armadas em diversos processos políticos e sociais foi mais do que recorrente na história nicaraguense, resultando, no fim do século XX, em certa identidade entre violência e instituição militar, em função do vazio promovido pela carência de mecanismos civis para a resolução de conflitos. Em uma reflexão histórica, pode-se indicar que o modelo político predominante na Nicarágua foi o oligárquico-patriarcal, com períodos de autoritarismo e com diversas justificações ideológicas que compreendiam o conservadorismo, o liberalismo e o sandinismo. Nessa linha de pensamento, a Revolução Sandinista foi uma ampliação, reacomodação e recomposição no compacto núcleo oligárquico que tradicionalmente governava o país¹⁶⁹.

A manutenção de um estado de mobilização refletia a crescente militarização da sociedade, produto da formulada Doutrina Militar da Revolução Popular Sandinista que definia como inevitável o confronto com o “imperialismo” estadunidense. Mais além do eixo Estado-Partido-Exército, é possível acrescentar os organismos de massas nesse núcleo do regime sandinista, entendendo-os como extensão da estrutura do partido (FSLN). Desse modo, sob o comando da Direção Nacional da FSLN, importantes setores da população foram excluídos dos processos decisórios, de forma que, com a redução da participação de organizações médias (setores mais independentes do sandinismo) outras organizações, especialmente militares e paramilitares (exército, milícias, polícia voluntária, comitês de

¹⁶⁹ VELÁZQUEZ PEREIRA, José Luis. **Interpretación histórica de la década de 1980 en Nicaragua**. Trabalho apresentado no IV Congreso Centroamericano de Historia (Nicarágua, 14-17 de julho de 1998). p. 2.

defesa, turbas¹⁷⁰) foram criadas para aparentar o surgimento de novos grupos sociais, buscando com isso evidenciar o pluralismo e a nova dinâmica social imposta pelo sandinismo e que atingiria setores antes marginalizados. Assim, “a destruição e substituição da sociedade civil em paralelo com a militarização e estabelecimento de severos controles sociais deixaram aberto o caminho para o exercício do poder sem contrabalances legais¹⁷¹”.

A homogeneização ideológica também teve papel relevante no controle social por parte da FSLN, permitindo que o EPS atuasse estrategicamente em praticamente todos os setores da sociedade em nome da defesa da revolução. Nessa questão, podemos delimitar os laços estratégicos e táticos do governo sandinista. Por um lado, o estabelecimento de uma aliança estratégica com o bloco soviético (a então União Soviética e seus aliados) trouxe o apoio político internacional e os recursos econômicos necessários para levar adiante o projeto revolucionário e fazer frente às pressões estadunidenses. Por outro, a aliança tática do regime sandinista foi estabelecida com governos e partidos políticos de inspiração socialdemocrata pertencentes a Internacional Socialista¹⁷², cativados pelo discurso ambivalente da FSLN em projeções internacionais; discurso este que defendia a ideia do movimento nicaraguense ajustado aos princípios de não alinhamento, economia mista e pluralismo político¹⁷³. A aliança estratégica com o bloco soviético trouxe muito mais consequências do que a com a ala socialdemocrata, tanto positiva quanto negativamente. Não é errôneo afirmar que os vínculos sandinistas com países soviéticos ganharam novas proporções no cenário internacional, moveram-se do já conturbado problema nacional nicaraguense para o ainda mais conflitante contexto da Guerra Fria. Quando ficou nítido o apoio soviético na Nicarágua, a política do não alinhamento foi desmantelada no âmbito das relações exteriores, o que ocasionou uma ingerência direta dos Estados Unidos e da União Soviética no país e o isolamento da Nicarágua em esferas comerciais internacionais; ou seja, nos anos 80 o território nicaraguense transformou-se em um teatro marginal da Guerra Fria.

A constante polarização entre revolução e contrarrevolução, sandinismo e antissandinismo, levanta a questão da manutenção da unidade social por parte do regime sandinista. Em declarações após a década de 1980 e de sua permanência no exército, Humberto Ortega reconheceu que a grande debilidade dos líderes sandinistas foi justamente a

¹⁷⁰ Movimentos de simpatizantes e partidários sandinistas que, por vezes, promoviam manifestações violentas.

¹⁷¹ VELÁZQUEZ PEREIRA, José Luis. Op. cit. p. 17.

¹⁷² Organização mundial de partidos socialdemocratas, socialistas e trabalhistas criada em 1951.

¹⁷³ Ver: NICARAGUA. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987. Título I, Artigo 5: “*El Estado garantiza la existencia del pluralismo político, la economía mixta y el no alineamiento*”.

incapacidade de manter a unidade nacional que havia possibilitado a derrota da ditadura somozista: “Cada um foi para seu lado, nos polarizamos e nos radicalizamos¹⁷⁴”.

Apesar de tal fator, indubitavelmente uma das principais “conquistas” do projeto sandinista foi assegurar os fundamentos da defesa militar do poder revolucionário, ainda que à custa de deterioramento social e econômico e desgaste político, moral e material. Para tanto, o uso do EPS (concebido como corpo armado subordinado à direção da FSLN) foi sistemático e fundamental, cimentando o triângulo de poder Estado-Partido-Exército, esquema no qual os setores governamentais “não tinham autonomia”, se subordinando ao projeto de defesa da revolução¹⁷⁵. O EPS não se converteu em instituição armada nacional prometida pela FSLN e pela Junta de Governo desde antes da derrocada somozista, tampouco teve perfil ou identidade próprias; contudo, sua centralidade no regime sandinista era inegável e elucidar suas relações diretas com o projeto político e com a sociedade constitui um ponto imprescindível na análise do período de exercício de poder da FSLN e de seus instrumentos.

4.1 Condução do setor de defesa e relações entre civis e militares

Quando falamos atualmente em relações civis-militares, subentendemos duas direções: a da subordinação dos militares ao poder civil (envolvendo os tipos de relações políticas) e o controle civil e democrático dos órgãos de segurança e defesa (vinculado a aspectos técnicos e institucionais). Acima disso, tal questão vincula-se à própria natureza do Estado. Como agrupamento político, todo Estado fundamenta-se na coação¹⁷⁶. O uso da força e a existência de um exército podem ser entendidos então como pressuposto intrínseco ao Estado, associado ao interesse nacional do grupo governante¹⁷⁷. O estabelecimento de um corpo armado, ou de forças armadas tal qual conhecemos contemporaneamente, vincula-se ao desenvolvimento do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, a separação do guerreiro e do político, do poder e da espada, decorreu também do desenvolvimento das sociedades e da crescente burocratização dos Estados. A profissionalização militar pode ser entendida então como consequência do desenvolvimento técnico-científico das sociedades, pressupondo a necessidade de modernização e profissionalização crescente dos militares (em especial do corpo de oficiais), permitindo a

¹⁷⁴ ORTEGA, Humberto apud CAJINA, Roberto. **Transición política y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996. p. 10.

¹⁷⁵ Entrevista do general retirado Hugo Torres concedida ao autor.

¹⁷⁶ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991-1999. v.2. p. 525.

¹⁷⁷ BALTAZAR, Maria da Saudade. **O “Estado” das Relações Civil-Militares em Democracia**. Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, Portugal, 2000.

diferenciação entre a esfera política e a esfera militar, bem como a separação de competências e atribuições¹⁷⁸. Em dito quadro, as relações civis-militares aumentaram sua abrangência e importância, em especial a partir do período pós Segunda Guerra Mundial na segunda metade do século XX. O final deste século foi cenário generalizado de um fenômeno apontado como ‘expansão da democracia’, e com o fim da Guerra Fria e o colapso soviético, passou-se a repensar os papéis e missões das Forças Armadas. Dessa forma, visava-se um equilíbrio no papel e ação das mesmas: “ter militares tão fortes que protejam a sociedade, mas não tão fortes que sofram a tentação de submetê-la¹⁷⁹”, assegurando que os objetivos das Forças Armadas fossem congruentes com os do Estado. O poder político da esfera militar progressivamente diminuiu, assim como o montante das despesas nesse setor e o número de contingente.

Na América Latina, especificidades ampliaram e conduziram a uma abordagem distinta das relações civis-militares em seus parâmetros teóricos clássicos. Como indicou um dos mais importantes pesquisadores e formuladores teóricos desse campo, Morris Janowitz¹⁸⁰, as sociedades latino-americanas guardaram mais de um século de lutas e acomodações envolvendo atores civis e militares, as tornando específicas em sua dinâmica civil-militar; ou seja, o conjunto teórico ‘original’ das relações civis-militares deveria ser estendido para ser explicativo. Assim, a discussão de tal questão no continente latino-americano, nos anos 70 e 80, envolveu a convergência para o ponto da subordinação militar ao poder civil em detrimento da efetividade da defesa. Conjuntamente, promoveu-se um esforço no sentido de conhecer e analisar as dinâmicas intrainstitucionais militares¹⁸¹.

Avançando cronologicamente, o “fenômeno militarista” na América Latina – por vezes apontado como patologia política, um desacerto na relação entre soberano, democracia e sociedade – teve vários estudos que buscaram e ainda buscam explicar e/ou elucidar as distintas visões acerca do militarismo, bem como de suas consequências em território latino-americano. O cientista político francês Alain Rouquié apontou que análises contestáveis e errôneas de dito fenômeno relacionavam a hegemonia marcial a uma dimensão alheia tanto à história como à sociedade, fixando os exércitos como pontos quase indecifráveis e obscuros

¹⁷⁸ FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2006. p. 7-8.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ JANOWITZ, Morris apud FERNANDES, Fernando Bartholomeu. Op. cit. p. 27.

¹⁸¹ FERNANDES, Fernando Bartholomeu. Op. cit. p. 44.

nesse quadro¹⁸². Porém, é justamente a continuidade histórica, associada a tradições de poder militar na região que podem contribuir para um estudo mais denso a respeito do assunto.

Comumente, atribui-se uma tradição jurídica “ibero-latina” na origem de uma incapacidade democrática permanente dos Estados latino-americanos. Desse modo, como consequência, o militarismo do século XX seria um herdeiro e continuador do *caudillismo*, produto da confusão decorrida das guerras de independência. Nesse sentido, o *caudillo* seria entendido como uma espécie de guerreiro improvisado, nascido do desmoronamento do Estado colonial espanhol e da desorganização social decorrente do rompimento com a então metrópole. Em oposição a este ator sócio-político estaria o oficial militar, aquele que já é fruto da profissionalização dos exércitos e da modernização dos mesmos. Tal oficial então seria um homem da organização, existindo somente por e para o Estado. Por esse motivo a assimilação e associação entre ambos – corrente em algumas obras – é incompatível na delimitação dos limites históricos do militarismo.

A insistência na dependência militar latino-americana, principalmente nos exércitos nacionais, é sublinhada na delimitação do inimigo no cenário regional. A ascendência estadunidense é incontestável, por exemplo, na doutrina de segurança nacional de cada país do istmo. De acordo com a mesma, o inimigo interno é designado como ameaça principal para os Estados nacionais, alocando como um dos objetivos centrais dos exércitos defender as “fronteiras ideológicas”.

Para irmos além de uma análise instrumentalista, é necessário que as singularidades internas e pontuais na produção dos processos políticos locais sejam levadas em consideração. Superar percepções simplistas da ligação do governo norte-americano e de empresas multinacionais ao estabelecimento dos regimes militares na América Latina torna-se importante para uma análise mais coerente da situação militar na região. Além disso, os regimes autoritários hispânicos não nasceram exclusivamente através da internacionalização dos mercados internos, caracterizada na fase de desenvolvimento dos anos 1980/90. Acaba por se cair em um truísmo, se se pretende expor que regimes de ordem são mais receptíveis aos olhos dos investidores estrangeiros do que os governos populares.

O que se mostrou ser mais ponderado e coerente quanto às consequências do poder militar difundido nas ditaduras espalhadas pelo continente é que o militarismo contemporâneo não decorreu de uma fatalidade ou acidente histórico ou geográfico, muito menos de um determinismo cultural ou de manipulação externa. O fato é que dados nacionais e

¹⁸² ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente**: Introdução à América Latina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. p. 175.

transnacionais se entrelaçam no contexto latino-americano. E o papel político dos exércitos também não é ou foi idêntico nem no tempo nem no espaço regional.

Historicamente, as instituições militares são à imagem das nações onde aparecem. Assim, são frutos do significado da natureza e do grau de acabamento do Estado Nacional. Quando se analisa especificamente a América Central, nota-se que o aparecimento tardio do Estado (institucionalizado) na região interferiu e determinou de maneira significativa o papel das Forças Armadas nos países. A ocupação e ingerência estadunidense conduziu à criação de guardas nacionais, feito realizado pelos conhecidos *marines*¹⁸³, e cujo exemplo principal e mais contundente é o da Nicarágua no século XX.

Ainda ao tratarmos da América Central, a acelerada militarização nos anos 1980 foi o traço marcante da região, cenário de um dos principais focos de tensão mundial na última etapa da Guerra Fria. Os custos econômicos, humanos, sociais e políticos foram consideráveis e, de acordo com indicações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), a década de 1980 supôs um retrocesso de vinte anos em matéria de indicadores de desenvolvimento econômico e social, além da difícil quantificação da dívida social acumulada. A título de exemplificação, nos vizinhos nicaraguenses El Salvador e Guatemala, os longos anos de conflito ocasionaram um quadro desgastado e deteriorado. Na Guatemala, em trinta e seis anos de conflito (1960-1996), dados estimam em torno de 150 mil mortos, 50 mil desaparecidos, um milhão de afetados e deslocados pela guerra, além de 100 mil refugiados e 200 mil crianças órfãs. Em El Salvador, entre os anos de 1980 e 1992, os custos diretos e indiretos do conflito interno atingiram quase US\$ 1.600 milhões, e os posteriores acordos de paz custaram em torno de US\$ 2.400 milhões.

Os consequentes processos de paz promoveram a desmilitarização e as bases da subordinação do poder militar ao poder civil na região, porém, tal movimento só foi possível na década de 1990. Somente a partir de meados dos anos 90 é que as Forças Armadas emergiram como instituição legítima e permanente, atendendo preceitos de profissionalização e apoliticismo. Nesses parâmetros, com caráter não deliberativo, as tarefas centrais seriam a defesa da soberania do Estado e da integridade territorial.

Desse modo, podemos afirmar que tal militarização nos anos 80 foi produto da guerra e da situação generalizada de conflito e não consequência de um regime militar autoritário. A doutrina militar elaborada e incorporada nada mais era do que um programa de defesa do projeto sociopolítico sandinista. Nesse sentido, o reposicionamento dos militares foi fruto das

¹⁸³ O termo refere-se ao Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos (em inglês, *United States Marine Corps* – USMC). Tal força militar possui um extenso histórico de intervenções na América Latina.

pressões e dinâmicas que instauravam a mudança em curso após o pleito eleitoral de inícios de 1990. Ainda assim, diante da instabilidade nicaraguense e regional, a reconversão dos aparatos militares resultou na emergência desses últimos como instituições consolidadas, visto que frente à fragilidade democrática centro-americana as Forças Armadas eram consideravelmente mais estáveis e organizadas internamente do que grande parte dos órgãos estatais.

Na Nicarágua, durante o regime da Frente Sandinista, as relações entre os militares e a sociedade eram mediadas por meio do conflito bélico. O contato entre ambas as partes se dava de duas maneiras: primeiramente, com ações militares que incluíam a proteção e/ou deslocamento de grupos populacionais; e, através do recrutamento de milhares de jovens via serviço militar obrigatório e batalhões de voluntários. Nas duas esferas, o direcionamento dos vínculos era sempre resposta à doutrina de defesa da revolução.

Nesse cenário, parece claro que os programas e projetos relacionados à defesa em referido período eram essencialmente partidários e de limitado alcance em relação aos diversos setores sociais. Assim, algumas considerações podem ser pontuadas acerca da defesa nacional nicaraguense e seus alcances. Entendendo que o conceito de defesa nacional transcende a questão militar e que a defesa é um âmbito por essência político que compreende toda a nação, podemos analisar a defesa e segurança como assuntos de política do Estado, em que se define a função da defesa frente a possíveis ameaças e se determina uma política setorial que assegure a reprodução e viabilidade estratégica do Estado como unidade livre, soberana e estável¹⁸⁴.

A partir desses parâmetros, podemos analisar o caso nicaraguense. A Constituição de 1974, ainda no período do regime somozista, por exemplo, indicava que o presidente da República tinha o mando supremo das Forças Armadas, delegando autoridade de conservar a ordem interna e a segurança exterior do país. Ao presidente recaía a responsabilidade de defender a independência e a honra da nação, bem como a integridade territorial. Na mesma carta magna designava-se o então presidente, Anastasio Somoza Debayle, como chefe supremo da Guarda Nacional e atribuiu-se a obrigatoriedade do serviço militar. O Ministério da Defesa, órgão importante na relação entre civis e militares, foi estabelecido organicamente

¹⁸⁴ MELÉNDEZ, Javier. **Los escenarios institucionales de la defensa nacional en Nicaragua**. Informe do 'Programa para el fortalecimiento institucional del control civil en la formulación de políticas de defensa y seguridad', National Democratic Institute for International Affairs (NDI). p. 10.

em meados dos anos 60, porém, nunca teve influência ou representatividade em qualquer esfera governamental ou militar até a década de 1990¹⁸⁵.

Com relação ao regime sandinista e a defesa nacional do projeto revolucionário (1979-1990), duas instituições se sobressaem: o Ministério do Interior (MINT) e seus órgãos de polícia e segurança, e o Exército Popular Sandinista. Com a atuação “teoricamente” desvinculada de ambos, efetivou-se um primeiro esforço no país para constituir forças com assinações separadas que garantissem a ordem interna por um lado e a defesa externa da nação por outro. De uma maneira geral, a defesa nacional nos anos 80 era mais uma expressão de um conjunto de preceitos doutrinários, nacionalistas e anti-imperialistas que se desprendiam dos novos interesses nacionais do Estado revolucionário do que um exercício de planificação de políticas estatais. Se na Constituição de 1974 praticamente todo o poder militar centrava-se na figura do presidente da República, no texto de 1987 o cerne era a luta contra os possíveis agressores ao regime sandinista. Abriu-se espaço para que o Estado incorporasse massivamente a população em todas as esferas da defesa do país, principalmente por meio do EPS e seus órgãos associados. Desse modo, visou-se construir um caráter de legalidade ao EPS, mas não se definia seu apartidarismo ou apoliticismo.

Assim, nos anos 80 foi promovido um desproporcionado grau de autonomia do exército frente ao Estado, de maneira que o EPS se subordinava ao partido (FSLN) e não ao ordenamento jurídico institucional nicaraguense. Da mesma forma que constitucionalmente não existia uma definição explícita do alcance ou significado da defesa nacional em referido período, de modo que somente os interesses vitais e de sobrevivência estavam claros, com o Ministério da Defesa se passou o mesmo. A indefinição de sua importância e atribuições no projeto governamental perdurou toda a década de regime sandinista, conformando uma mera formalidade burocrática, visto que nunca funcionou como unidade que facilitasse a relação entre o executivo e o exército em matéria de defesa, tampouco dirigiu ou formulou políticas em dita área.

Portanto, até 1989, os princípios doutrinários da defesa nacional se relacionavam com a organização e a disposição das Forças Armadas para preservar e defender o processo revolucionário das ameaças e agressões externas, com emprego efetivo do poder militar do país. Após as negociações de transição e pacificação, os esforços se concentraram na

¹⁸⁵ Até a ascensão sandinista o Ministério da Defesa era desconhecido enquanto aparato estatal, sendo brevemente mencionado na metade dos anos 1960 na reforma da Lei Criadora dos Ministérios do Estado de 1948. Na década de 1980 a situação pouco mudou, constituindo uma mera formalidade burocrática. Ver: NICARAGUA. Reforma a la Ley Creadora de los Ministerios del Estado. Decreto n. 1064 (Aprovado em 25 de fevereiro de 1965). Publicado em **La Gaceta** n. 68 de 23 de março de 1965.

redefinição da agenda de segurança e nos desafios para a defesa nacional nicaraguense nos marcos da distensão. Nesse último cenário os enfoques mostravam-se mais plurais, pragmáticos e desideologizados, promovendo debates a um nível mais dissuasivo e preventivo tanto em âmbito local quanto regional.

Em uma análise mais abrangente, podemos afirmar que, historicamente, os militares na América Latina definiram a defesa nacional em um sentido amplo, atribuindo a si próprios unilateralmente a responsabilidade na manutenção da ordem, de acordo com sua definição. As deficiências técnicas eram igualmente perceptíveis, como a ausência de civis preparados para o exercício de atividades vinculadas a temas militares, legislação e estrutura inadequada (principalmente com relação ao Ministério da Defesa e Comitês de Segurança da Assembleia Legislativa), e inexistência de preparação de oficiais militares em temas extramilitares, no sentido de promover uma aproximação com a sociedade civil. Ademais, a confusão entre defesa nacional e segurança interna contribuiu para que o alcance da área de defesa fosse ambíguo e distante das atuações da sociedade civil. Somente com o aprofundamento da questão, em especial no fim da década de 80 e início da seguinte, sublinhou-se que a defesa nacional era papel das Forças Armadas e objetivava-se a defesa da soberania, da independência e da integridade territorial; e a segurança interna, por sua vez, era responsabilidade das forças de segurança e da polícia, visando a proteção de direitos e garantias dos cidadãos. Nesse período de início de abordagem da questão militar e da relação com os civis, a doutrina de segurança nacional ainda tinha como efeito fortalecer mais o aparato militar em detrimento da sociedade civil.

Pela própria realidade nicaraguense e centro-americana de aparecimento tardio do Estado e do quadro político de democracias incipientes, os militares tinham (ou ainda têm) convicção de que líderes políticos eram (são) incapazes de compreender temas relacionados à defesa e segurança, se autoerigindo como superiores em tais questões. Pelo outro lado, os civis recusavam interagir com as Forças Armadas seja por temor, por ignorância ou desinteresse. Dessa forma, conformavam-se duas esferas e/ou subculturas separadas, com um mínimo contato entre elas.

Nos capítulos anteriores mencionamos a formação do Exército Popular Sandinista, mas é importante aclarar que o exército da Nicarágua não se formou na guerra de independência como em outros países do istmo. A ausência de um exército nos moldes ‘tradicionais’, com limitada história institucional, foi um dos fatores que contribuiu para a origem partidária dos corpos armados nicaraguenses, tendo como grandes exemplos a Guarda Nacional (1927-1979) e o Exército Popular Sandinista (1979-1990). Ao avançarmos até o fim

do regime sandinista percebemos que a busca de um consenso político era obstaculizada pelo personalismo presente e persistente na política nicaraguense. Partidos políticos, em sua maioria, foram irrelevantes, uma vez que o poder derivava de relações pessoais e a afiliação política/partidária ou a afinidade com determinados grupos e ações políticas não necessariamente indicavam uma ideologia.

Nesse sentido, no caso nicaraguense, o exército exerceu uma parte de seu poder político além da esfera estritamente militar¹⁸⁶. Desse modo, podemos afirmar que o exército se fundiu com o setor civil do governo sandinista (estes últimos ‘separados’ do resto da sociedade). É claro que tal fato ocasionou um prejuízo nas relações do EPS com os outros setores sociais não associados ao sandinismo, fazendo com que o processo de assimilação do exército como uma instituição nacional fosse muito mais difícil¹⁸⁷.

Ademais, os próprios meios legais e institucionais estabelecidos pelo regime sandinista de alguma maneira criavam obstáculos para a aproximação e controle de setores civis e militares. Não se poderia negar que o corpo de leis que garantia porções de autonomia ao EPS por sua vez também limitava a capacidade dos líderes civis de exercerem o controle sobre os militares. Por outro lado, referida autonomia das forças armadas foi (e ainda é) um elemento importante para garantir a estabilidade na Nicarágua, país onde a polarização e instabilidade política são a regra, e não a exceção. Como indicou a pesquisadora Margarita Castillo Villarreal¹⁸⁸, a partir da década de 1990 a estabilidade institucional do exército permitiu contribuir para a estabilidade nacional nicaraguense e ajudou a criar condições de segurança e paz durante os anos de transição política. Portanto, na Nicarágua o exército foi, em última instância, a organização que garantiu a estabilidade nacional, demonstrando o quão frágil era a estrutura do Estado nicaraguense em referido período. Assim, não é errôneo afirmar que o EPS ajudou a garantir a consolidação da democracia, uma vez que nos anos 80 a disposição do mesmo não agravou a instável e polarizada situação do país; e nos 90 tornou-se a principal garantia da estabilidade do governo de transição de Violeta Chamorro. Além disso, a constatação de tal quadro comprova como a influência do Exército era resultado muito mais da debilidade estrutural da sociedade nicaraguense do que de suas forças.

Dessa forma, queremos elucidar que o Exército Popular Sandinista durante o regime sandinista foi completamente subordinado militarmente à Frente Sandinista. É claro que existia uma integração entre a liderança do partido e a liderança militar, exemplificada na

¹⁸⁶ CASTILLO VILLAREAL, Margarita. Nicaragua: civilians and military after the Sandinista Revolution. In: **Military Review**, março-abril de 2005.

¹⁸⁷ CARRIÓN, Luis apud CASTILLO VILLAREAL, Margarita. Op. cit. p. 6-7.

¹⁸⁸ CASTILLO VILLAREAL, Margarita. Op. cit. p. 9.

Assembleia Sandinista, onde oficiais militares superiores ocupavam 22 dos 105 postos da mesma. E foi justamente esse estreito vínculo entre interesses político-partidários e militares que dificultou a elaboração de um diálogo acerca das relações civis-militares nos padrões contemporâneos aceitos (especialmente os estudos de Samuel Huntington). Desde a culminação da Revolução Sandinista, em 19 de julho de 1979, a FSLN se converteu em um partido armado – o clássico partido fardado – que tinha sob seu controle e serviço um exército sobre o qual exercia forte domínio e influência política e ideológica decisiva¹⁸⁹.

Mais do que uma instituição militar do Estado e a serviço da nação, o EPS foi concebido, principalmente, como organização armada dos setores populares associados ao sandinismo (comumente apontados como ‘massas revolucionárias’) conduzidos pela FSLN. Nesse sentido, o ensino de uma educação política e a organização de estruturas políticas no seio das Forças Armadas seriam medidas condizentes ao projeto da Frente Sandinista. Como indicou o pesquisador nicaraguense Roberto Cajina¹⁹⁰:

El poder en la Nicaragua sandinista estaba edificado como una estructura piramidal en cuyo vértice se encumbrara la cúpula dirigente del FSLN, que articulaba y subordinaba sus diversos componentes conforme evolucionaban las necesidades tácticas y estratégicas del proyecto revolucionario, y en cuya base se encontraban las masas. Entre ambos extremos se interponía una enmarañada red de funcionarios intermedios, cuadros profesionales del partido, que actuando como interminables correas de transmisión de un complejo y artificioso engranaje por el que bajaban líneas y subían informes y evaluaciones. Éstos, en muchos casos, pocas veces reflejaban lo que en realidad acontecía.

Dentro de ese esquema, el Ejército Popular Sandinista – uno de los instrumentos fundamentales del poder revolucionario – nunca tuvo un perfil propio, en tanto se le conceptuaba, existía y actuaba como brazo armado del partido, realidad que se expresa bajo el eufemismo de ‘brazo armado del pueblo’, y porque su referencia de identidad más próxima y esencial no era el Estado, sino la vanguardia que conducía el proceso revolucionario.

El Estado era una categoría de menor cuantía y estaba irremisiblemente subordinado al partido, fuente primigenia y a la vez detentor y ejecutor del poder.

¹⁸⁹ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 58.

¹⁹⁰ Ibid. p. 209. Tradução livre: “O poder na Nicarágua sandinista estava edificado como uma estrutura piramidal em cujo vértice se elevava a cúpula dirigente da FSLN, que articulava e subordinava seus diversos componentes conforme evoluíam as necessidades táticas e estratégicas do projeto revolucionário, e em cuja base se encontrava as massas. Entre ambos extremos se interpunha uma emaranhada rede de funcionários intermediários, quadros profissionais do partido, que atuavam como intermináveis correias de transmissão de uma complexa e artificiosa engrenagem pela qual desciam linhas e subiam informativos e avaliações. Estes, em muitos casos, poucas vezes refletiam o que em realidade acontecia. Dentro desse esquema, o Exército Popular Sandinista – um dos instrumentos fundamentais do poder revolucionário – nunca teve um perfil próprio, enquanto se o conceituava, existia e atuava como braço armado do partido, realidade que se expressa sob o eufemismo de ‘braço armado do povo’, e porque sua referência de identidade mais próxima e essencial não era o Estado, mas sim a vanguarda que conduzia o processo revolucionário. O Estado era uma categoria mais baixa e estava irreversivelmente subordinado ao partido, fonte original e no momento detentor e executor do poder”.

O ponto medular da questão da confusão Estado-Partido-Exército era que todos os personagens e atores sociais envolvidos nessa relação eram vistos e se entendiam como agentes do partido (FSLN), servindo-os em diferentes áreas. Analisando tais vínculos sob a ótica do campo cívico-militar este modelo de relações é exitoso, visto que alcança a total subordinação dos corpos armados às elites políticas¹⁹¹.

Tomando como base o modelo dos regimes comunistas de relações civis-militares, no qual a pedra angular é o conceito leninista de partido vanguarda¹⁹², o caso nicaraguense evidenciou a fusão do exército e partido em um só corpo. Por mais que cada organização se desenvolvesse e criasse características particulares, a sobreposição de elites na Nicarágua conservou a lealdade das forças armadas ao projeto da Frente Sandinista. Em referida situação nicaraguense, a chefatura do exército foi exercida por um corpo colegiado integrado por três membros da Direção Nacional da FSLN (Humberto Ortega, Tomás Borge, Luis Carrión). Posteriormente passou-se para o comando unipessoal de Humberto Ortega, mas a interação entre os comandos militar e político permaneceu, explicitado na já citada composição da Assembleia Sandinista. Ainda de acordo com esse esquema, o partido é concebido como árbitro, como autoridade superior que estabelece valores e políticas e resolve disputas internas; de modo que o mesmo cumpre funções de direção, arbitragem e integração frente todo o Estado e seus organismos, incluindo as Forças Armadas¹⁹³.

Ressaltamos esses pontos porque nos parece que a análise das relações entre civis e militares no período abordado encontra maiores amparos nas ideias de teóricos como Engels, Lenin e Trotsky. Segundo os apontamentos de Leon Trotsky, a disciplina do exército deveria ser a de homens unidos por uma consciência revolucionária: “Não será a disciplina baseada nas ordens de superiores, a do bastão do oficial, mas sim a disciplina fraternal, consciente, revolucionária¹⁹⁴”. Trotsky também considerou necessário o controle político centralizado do partido sobre a administração militar, tal como ocorreu no caso nicaraguense, em que a FSLN exercia sua influência no EPS com órgãos partidários e de educação política. Importante ressaltar que não existe uma teoria marxista da instituição militar separável da teoria marxista

¹⁹¹ GUZMÁN, Luis Humberto. **Políticos en uniforme**: un balance del poder del EPS. Managua: Instituto Nicaraguense de Estudios Socio-Políticos, 1992. p. 16.

¹⁹² Nesse modelo, o partido é concebido como elite sobressaliente por sua inteligência, moral, autenticidade e por encarnar os ideais da classe trabalhadora. De acordo com Luis Humberto Guzmán, as manifestações dessas relações civis-militares variam segundo o grau de desenvolvimento das sociedades envolvidas e/ou por circunstâncias históricas; caracterizando três manifestações: fusão, simbiose e coalizão. Ver: GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 18.

¹⁹³ Ibid. p. 19.

¹⁹⁴ Discurso pronunciado em 22 de março de 1918, dia do Exército Vermelho. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/em/04.htm>>. Consultado em 22/02/2013.

do Estado¹⁹⁵, considerando que, sob tais parâmetros, há uma ligação entre Estado e organização da violência, uma vez que – como afirmou Friedrich Engels – a divisão da sociedade em classes torna impossível a organização armada autônoma da população. Vladimir I. Lenin tratava as Forças Armadas como instrumento na/da luta de classes, considerando que o objetivo político é o que determina a caracterização dos exércitos e das guerras. Ainda no contexto da Revolução Russa, Trotsky pontuou a necessidade do aumento do peso político do corpo de oficiais e a paralela aproximação e identificação política entre elites civis e militares, o que resulta em um controle civil-político sobre o elemento militar. Tais considerações podem ser elementos relevantes no entendimento de como as relações entre as esferas civil e militar desenvolveram-se na Nicarágua nos anos 80, visto que se mostram mais próximas das ideias marxistas-leninistas do que de teorias clássicas do estudo das relações civis-militares.

Outro aspecto com possibilidades de ser analisado para avaliar as relações entre civis e militares no período abordado é a incidência de civis em assuntos militares. No regime sandinista, a subordinação do EPS à direção da FSLN era nítida, com controles políticos sobre as ações e atribuições militares. O EPS não possuía autonomia para agir ou tomar decisões, por mais que as discussões fossem em torno de questões estritamente militares. Por outro lado, após a derrota eleitoral da FSLN em 1990 e com as consequentes alterações legais relacionadas ao exército, a incidência de membros civis dentro do EPS foi muito limitada. Durante toda a década de 90 inexistiam civis especializados em temas vinculados à defesa e segurança na Nicarágua, tampouco um ministro da Defesa foi nomeado, apesar da existência quase simbólica de tal ministério.

De maneira geral, se a extinta Guarda Nacional era um corpo armado pretoriano, com lealdade pessoal, relações clientelísticas, escassos valores corporativos e ausência de vínculos com a sociedade; os membros do Exército Popular Sandinista, por sua vez, eram guerrilheiros convertidos em soldados regulares (em quase totalidade sem preparação ou treinamentos ‘técnicos’ adequados), de lealdade partidária e que registraram uma presença incipiente de valores corporativos. As relações entre tais membros estavam mais próximas da amizade e solidariedade do que da hierarquia militar. A respeito da Frente Sandinista e sua relação com o EPS, passou-se de uma simbiose para uma coalizão, mas com uma importância relevada para o partido. Posteriormente, nos anos 90, o EPS seria um grupo de pressão, exercendo sua influência para além do âmbito militar¹⁹⁶.

¹⁹⁵ CARRILHO, Maria. Marxismo e questão militar. **Nação e Defesa**, ano IV, n. 11. Lisboa, 1979. P. 132-151.

¹⁹⁶ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 69.

Também já assinalamos que não é possível falar em militarismo na Nicarágua sandinista, uma vez que tal quadro seria caracterizado por Forças Armadas profissionais no exercício de poder político, diferentemente do caso estudado, em que a ausência de profissionalismo militar era associada a um controle político por parte da FSLN.

Porém, deixando de lado o não profissionalismo do exército e centrando-se apenas no caráter político, uma percepção merece ser destacada. A afirmação do cientista político francês Alain Rouquié¹⁹⁷ em relação ao contexto de criação dos exércitos profissionalizados latino-americanos elucida um relevante posicionamento: “as novas responsabilidades cívicas e nacionais, a autonomia de que dispõem os quadros, não incitam os novos exércitos ao mutismo”. A profissionalização militar não representou um penhor de apolitismo como muitos acreditavam. Talvez fosse ilusório acreditar na existência de exércitos apolíticos, sem interesses sociais e econômicos, sem preferências e posições políticas. Ainda quanto à natureza política das Forças Armadas, apontou Luis Humberto Guzmán¹⁹⁸: “[...] os exércitos são organizações coesionadas ao redor de valores políticos, de sistemas sociais e econômicos, dos quais formam parte, aos quais servem e defendem, ou seja, as forças armadas têm uma irrenunciável natureza política”.

Distinto de tal natureza política das Forças Armadas é seu caráter partidário, como ocorrido com o EPS na Nicarágua. Nessa situação as Forças Armadas atuam como instrumento ou ferramenta de um partido ou grupo político, e não a serviço de um sistema social dominante na sociedade. No caso nicaraguense, as exemplificações ficam claras com os usos de símbolos partidários no interior das Forças Armadas, além da própria denominação ‘sandinista’. Não há dúvidas que a instrumentalização das Forças Armadas por um partido político desequilibra o caráter democrático de um sistema político e de uma sociedade, e na Nicarágua confundiu-se revolução com gestão de governo¹⁹⁹.

Enfim, na década de 1980 o debate teórico acerca das relações entre civis e militares inexistiu na Nicarágua, primeiramente porque o recém-criado Exército Popular Sandinista não era uma força armada nacional institucionalmente constituída, estando longe de um profissionalismo autônomo. Ademais, as forças centrípetas da Frente Sandinista deformaram praticamente todo caráter corporativo e específico das Forças Armadas. Atuando essencialmente como braço armado da FSLN e do regime sandinista, o EPS possuía internamente laços partidários muito mais fortes do que identidade castrense. Ademais, não

¹⁹⁷ ROUQUIÉ, Alain. Op. cit. p. 182.

¹⁹⁸ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 138.

¹⁹⁹ Ibid. p. 140.

existia a separação entre o setor militar e o setor político civil, resultando na mencionada confusão Estado-Partido-Exército na década de 80. O debate em torno das relações civis-militares somente ganhou espaço em meados da década de 90, fomentado pelas esferas de poder mantidos pelo exército após a transição governamental em 1990, quando as Forças Armadas tinham suficiente autonomia legal e poder para exercer um “veto virtual” sobre o governo de Violeta Chamorro²⁰⁰. É nesse período que o tema surge, em torno da subordinação ao poder civil e da diminuição do protagonismo militar em assuntos políticos (por mais que a influência militar nos anos 80 fosse decorrência da quase fusão entre a FSLN e o EPS), passando a uma reflexão para um novo rol militar e uma nova relação com as autoridades civis. Antes de tal, parece-nos mais adequado tratar de uma etapa de condução do setor de defesa, na qual estavam imbricadas as esferas política e militar.

4.2 Defesa e consolidação do regime

Ressaltamos que o projeto sandinista tinha como um de seus pressupostos a ideia de defesa integral. Antes mesmo da efetividade das ações contrarrevolucionárias ou da formação e organização de grupos de oposição, a proposta de envolver a maior parcela possível da população no programa de governo já estava presente na FSLN. Concebido como um dos principais meios de participação popular, o EPS e órgãos a ele associados (milícias, batalhões de reserva, comitês de defesa, serviço militar, etc.) eram vistos pelos sandinistas como instrumentos efetivos de inserção de setores antes distantes do poder político em esferas de decisão e de suma importância para o país, como era a defesa. A partir dessa consideração, os âmbitos político-militares estiveram muito próximos de toda a sociedade nicaraguense como um todo, constituindo um amparo governamental e, principalmente, uma ferramenta partidária na década de 1980.

4.2.1 Meios de interferência e influência na população

Estudos comumente apontaram que dentre os principais objetivos das Forças Armadas, em especial do Exército, estaria a defesa de uma agressão externa, no sentido moderno e democrático, convertida em defesa das instituições que garantem o funcionamento

²⁰⁰ RUHL, J. Mark. **Ejércitos y democracia en Centroamérica**: una reforma incompleta. Managua: Lea Grupo Editorial, 2004. p. 7.

e a vida democrática do Estado²⁰¹, além da salvaguarda da ordem pública e da estabilidade interna (de maneira que o grupo político dominante faça coincidir com a defesa da ordem social e econômica vigente). Outro objetivo também é indicado, e importante para a análise aqui proposta: a formação e difusão de uma ideologia nacional. Caberia, então, às Forças Armadas fornecer subsídios para a construção da nacionalidade em torno do regime ao qual estão inseridas.

No caso nicaraguense, não seria errôneo afirmar que o EPS contribuiu para, ou ao menos tentou, (re)criar uma identidade nacional. Com as constantes evocações da figura de Augusto C. Sandino e de seu exército²⁰² (*Ejército Defensor de la Soberanía Nacional de Nicaragua* – EDSN), a direção da FSLN buscou alcançar uma unidade no interior das Forças Armadas e igualmente da população, de modo a conseguir uma conscientização cívica e política do EPS, visando identificar seus membros com o projeto revolucionário em sua totalidade e conseqüentemente com o caráter nacional defendido pelos sandinistas. Assim, identificando e coadunando todos os atores sociais envolvidos na proposta da Frente Sandinista, uma nova imagem nacional poderia ser modelada, deixando para trás as lembranças autoritárias e a história política moldada por intervenções estadunidenses e fortalecendo símbolos da cultura nicaraguense.

Entendendo o EPS e outros órgãos de defesa como extensão do regime, a mobilização massiva da população era então uma maneira dos nicaraguenses se sentirem parte integrante ativa da etapa de transformação pela qual passava o país centro-americano. Claro que esta era a visão da FSLN e de sua direção, nem todos os setores da população tinham esta mesma visão. A imposição não pode ser descartada. Ademais, existiam aqueles que se integraram às estruturas de defesa sandinista como mera opção econômica, visto que em referido período a Nicarágua passava por graves problemas econômicos e as taxas de desemprego eram consideravelmente altas. Nesse sentido, torna-se difícil quantificar precisamente quantos eram os que voluntariamente se integraram ao projeto defensivo do país e aceitaram tal atitude como participação nos processos decisórios e políticos do regime, e quantos foram obrigados a armarem-se e serem incorporados às fileiras do EPS, milícias e batalhões de defesa. Porém, indubitavelmente tal questão foi central no campo político, social e militar da década de 1980 e no desdobramento de ditas esferas no posterior governo de *doña* Violeta Chamorro.

²⁰¹ BOVA, Sergio. Forças Armadas. In: BOBBIO, Norberto (coord). **Dicionário de política** (v. 1). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 505.

²⁰² Para a FSLN, o EPS era herdeiro legítimo e continuador do processo anti-intervencionista de Sandino e seus seguidores. Antes de adotar o nome de Exército Popular Sandinista, alguns dirigentes sandinistas inclusive sugeriram nomear a força armada a ser criada como Exército Defensor da Soberania Nicaraguense, remetendo ao grupo armado criado por Sandino em 1927.

Mencionamos em capítulos anteriores que existiu (ainda persiste, mas atualmente em grau reduzido) na Nicarágua um traço quase cultural de uso da violência na política. Baseados na presença dessa cultura política, dirigentes da FSLN souberam articular política e socialmente o elemento militar no cenário nacional. Ademais desse fator, a associação direta da Frente Sandinista e de seu governo com as Forças Armadas possuía dois fatores centrais na análise de tal quadro: primeiramente, a FSLN enquanto organização político-militar sempre teve a luta armada como um de seus pilares; segundo, a FSLN era consciente do perigo que supunha uma instituição militar distante do projeto político revolucionário, usando como exemplos principais os casos de Árbenz na Guatemala²⁰³ e de Allende no Chile²⁰⁴. A esse respeito, é importante assinalar que a mobilização militar, nesse período estudado, estava subordinada à mobilização política. Isso implicava que todo o sistema de defesa respondia primeiramente às ameaças ao regime político estruturado e conduzido pela FSLN, e não à população em geral e suas aspirações ou anseios. Assim, tal quadro fomentava a crescente situação de conflito, visto que qualquer tipo de oposição ao regime sandinista mobilizava quadros para a defesa ou ao menos se destinava atenção ao fato. Nesse estado quase permanente de confronto entre liberdade e justiça, a segurança do Estado estava acima das liberdades civis e dos direitos individuais e coletivos. Portanto, no regime sandinista da década de 1980 os campos político-partidários e militares, bem como suas hierarquias e líderes, se fundiam. O esquema da página seguinte expõe o quadro orgânico dos aparatos do regime sandinista nesses âmbitos ressaltados.

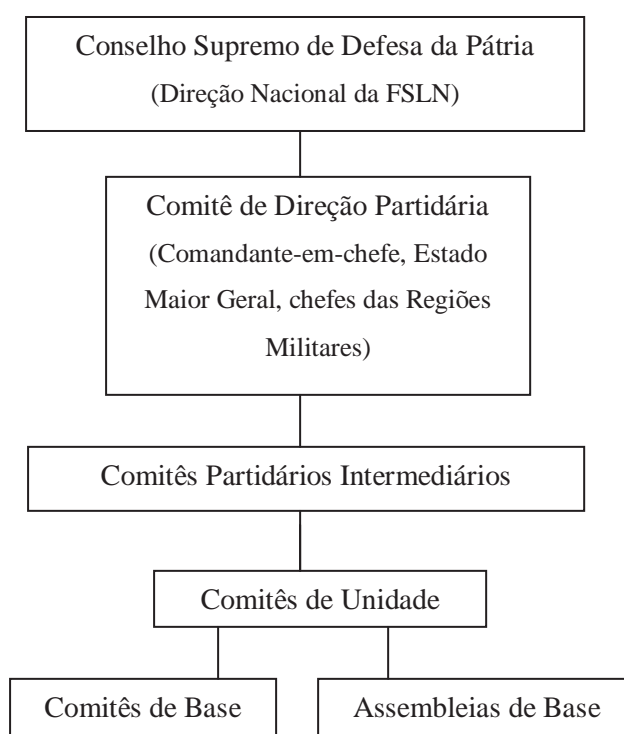
A organização e condução central do projeto cabiam exclusivamente à Direção Nacional da Frente Sandinista, composta por nove membros (três de cada tendência originada na guerra antisomozista). Abaixo desse Conselho Supremo de Defesa estava presente um Comitê de Direção Partidária (CDP), responsável por elaborar e associar estratégias militares e políticas concernentes à defesa do projeto revolucionário; faziam parte de referido comitê o comandante-em-chefe das Forças Armadas (durante todo o período de governança da FSLN,

²⁰³ Como citamos no primeiro capítulo deste trabalho, Jacobo Árbenz foi presidente da Guatemala no período de 1951 a 1954. A principal medida de seu governo foi a promoção de uma reforma agrária, atingindo propriedades e interesses de grandes companhias estadunidenses presentes no país, especialmente a *United Fruit*, cuja direção estava associada à Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA). Baseado nas acusações de “conspiração comunista” e “influência soviética”, o governo de Eisenhower treinou e financiou um exército guatemalteco rebelde. Conhecida como Operação PBSUCCESS, em junho de 1954, tais tropas invadiram a Guatemala, servindo de justificativa para a intervenção militar estadunidense. No fim do mesmo mês de junho, Árbenz foi forçado a renunciar.

²⁰⁴ Salvador Allende, eleito presidente chileno em 1970, foi deposto por um golpe de Estado liderado por Augusto Pinochet, então chefe das Forças Armadas, em 1973. A ação final contra Allende foi um ataque ao Palácio Nacional (*Palacio de La Moneda*), após recusa de renúncia do então presidente. Segundo relatos, Allende cometeu suicídio com a invasão do Palácio por tropas do exército.

Humberto Ortega) e chefes do Estado Maior, das organizações militares centrais e das Regiões Militares. A ligação com as unidades de ação (militar, política e partidária) era realizada por meio dos Comitês Partidários Intermediários (CPI). Ao todo, eram mantidos onze CPI: um para cada uma das sete Regiões Militares, um para a Força Aérea Sandinista (FAS-DAA), um para a Marinha de Guerra Sandinista (MGS), um para a Retaguarda Central e um correspondente ao Estado Maior da Reserva de Alto Mando (RAM).

Quadro 1 – Organograma do projeto de defesa (relação político-militar)



Fonte: CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 120.

Cada CPI era presidido por um secretário político, que por sua vez era também o chefe militar de uma Região Militar ou de uma organização militar central. Percebemos, desse modo, como a interligação entre as esferas de comando político e militar estava estabelecida no interior do regime sandinista. A importância da ‘educação política’ nessa questão era fundamental para identificar os interesses da FSLN com os da população nicaraguense como um todo. Também nesse quesito a FSLN estabeleceu uma estrutura organizativa, direcionada ao trabalho ideológico na população. Humberto Ortega ressaltou tal necessidade, retratando quão relevante era para a manutenção da Frente Sandinista o apoio e conscientização popular:

Para qué sirven las armas, si hay hombres con las piernas temblorosas? De aquí que el principal factor que tiene nuestra Revolución, es desarrollar en las grandes masas trabajadoras, en el pueblo trabajador la convicción, la conciencia revolucionaria para defender y derramar si es preciso nuestra sangre en la Defensa de esta Revolución que es verdadera²⁰⁵.

A revolução era tomada como fonte de verdade e legitimidade do poder político e simbólico. Por isso a constante justificativa de possíveis radicalizações do processo revolucionário e de seus líderes. A seguir, um quadro da organização política presente no governo da FSLN, bem como no interior do EPS.

Quadro 2 – Organograma Direção Política FSLN/EPS



Fonte: CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 122.

Uma das estruturas mais atuantes nesse esquema organizativo era o Departamento de Organização Partidária (DOP), órgão que registrava completamente as atividades dos Comitês de Base. Anualmente, publicava seu Informe Anual e Resoluções, no qual se avaliava as ações de referidas instâncias e direcionava novas medidas para tais.

²⁰⁵ ORTEGA, Humberto. **Un solo ejército**. Selección de conferencias del Comandante de la Revolución Humberto Ortega Saavedra, acerca de la defensa. Managua: Ediciones Patria Libre, Serie Discursos n. 6, 1981. p. 14. Tradução livre: Para que servem as armas se existem homens com pernas trêmulas? Daí que o principal fator de nossa Revolução é desenvolver nas grandes massas trabalhadoras, no povo trabalhador a convicção, a consciência revolucionária para defender e derramar nosso sangue se preciso na Defesa desta Revolução que é verdadeira.

Novamente entramos na questão do projeto de “defesa integral” proposta pela FSLN, uma vez que tal ideia foi um dos principais meios de relação das Forças Armadas com a população nicaraguense como um todo. Se um enfrentamento com o governo, ou melhor, com o “imperialismo” estadunidense era considerado como inevitável pela direção sandinista, seria justificável que a preparação da sociedade para tal ocorresse de maneira ampla e generalizada. A partir dessa noção, também seria igualmente justificável que o destino de verbas para esse setor fosse considerável. A título de exemplificação, em 1984, 25% do orçamento nacional era destinado à defesa (em 1988 chegaria a 62%); em 1987, gastava-se duas vezes e meia mais em defesa e segurança do que em toda a área social; atingindo em 1990 as altas cifras de US\$177 milhões despendidos na defesa do país.

Porém, pode-se questionar a respeito da consciência civil em torno desse amplo projeto de defesa nacional e suas implicações e amparos nos setores massivos da população. Em meados da década de 1980, o então ministro nicaraguense do Comércio Interior, Dionisio Marenco, pronunciou-se sobre a questão: “Si a alguien se le pregunta sobre el fenómeno de la agresión militar, la gran mayoría de la población está dispuesta a la defensa de la soberanía nacional. Pero son pocos los que han comprendido que el costo militar de la agresión tiene su contrapartida civil [...]”²⁰⁶. Assim, a campanha ideológica adquiriu proporções primordiais na estratégia sandinista. Um obstáculo ao trabalho político-ideológico da FSLN, assim como para o desenvolvimento técnico-militar, eram as altas taxas de analfabetismo presentes no interior do exército: no fim de 1979, aproximadamente 20% dos membros eram analfabetos. Daí a relevante atenção da FSLN na elaboração e execução da Cruzada de Alfabetização de 1980, já trabalhada em capítulos anteriores. A tênue linha entre a legitimidade e a imposição nos aspectos gerais do regime sandinista, em especial aos vinculados à defesa, acompanhou as ações da FSLN por toda a década de 1980. Aclararemos a questão acerca da legitimidade. Entendida como um atributo do Estado, um alto grau de consenso presente em grande parte da população capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, de modo que tal obediência se transforme em adesão²⁰⁷. As referências para a legitimidade, em seu sentido político, não são o Estado, mas seus aspectos e variáveis, como a comunidade política, o regime (entendido como conjunto de instituições que regulam o exercício do poder e seus valores) e o governo (conjunto dos papéis em que se concretiza o exercício do poder

²⁰⁶ MARENCO, Dionisio. Ministro del MICOIN, ‘Comparecencia en el Consejo de Estado del 01 junio de 1984 apud La defensa es integral: condición de supervivencia. In: **Envío** n. 36 (junho/1984). Managua, 1984. Tradução livre: “Se é perguntado a alguém sobre o fenômeno da agressão militar, a grande maioria da população está disposta à defesa da soberania nacional. Porém são poucos os que compreenderam que o custo militar da agressão tem sua contrapartida civil [...]”.

²⁰⁷ Ver: LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, Norberto (coord). Op. cit. e WEBER, Max. Op. cit.

político). Assim, a legitimação ocorre quando os fundamentos e fins do poder são percebidos como compatíveis com as crenças da sociedade, designando, ao mesmo tempo, uma situação (a aceitação do Estado) e um valor de convivência social (o consenso livremente manifestado). A Frente Sandinista visou constantemente reforçar sua legitimação e de seus instrumentos tanto interna quanto internacionalmente, até mesmo como justificativa para seus atos políticos, militares, sociais e econômicos. O afã popular após a vitória insurrecional era mais que suficiente para agregar a maioria da população a favor da Frente Sandinista, e o trabalho ideológico reforçou tal sentimento. Nessa questão, entramos na análise da “manipulação do consenso”, o grau de interferência da ideologia; dito de outra forma, o caráter ideológico do conteúdo do consenso imposto. Ou seja, se autoerigindo como ator principal do processo revolucionário²⁰⁸, a FSLN deteve o monopólio simbólico do país em referido período, visando construir uma “nova Nicarágua” de acordo com seus próprios interesses enquanto grupo político dominante e detentor do poder. Desta situação derivava as possíveis imposições quanto a determinados aspectos, desconsiderando vontades e opiniões de outros setores sociais.

Importante ressaltar que na noção participativa da FSLN com relação à população, ou mesmo na ideia de democracia sandinista, os referenciais na maioria das análises e estudos eram o regime somozista como marco de contraste e a guerra como base de interpretação²⁰⁹. A proposta de democracia participativa envolvia a combinação da representação política (partidária) com a representação funcional de organizações associadas a interesses e grupos distintos, de maneira a potencializar a atividade das organizações de massa. Estas últimas podem ser consideradas um quarto elemento do já desenvolvido eixo Estado-Partido-Exército.

As relações da Frente Sandinista com ditas organizações populares teve diferentes etapas com características próprias em cada uma, contornando um meio essencial no entendimento de participação popular no regime sandinista, incluindo o setor de defesa. Inicialmente, de 1979 a 1982, fomentou-se consideravelmente o ativismo, como eficácia reivindicativa dos setores populares²¹⁰; em seguida, de 1982 até fins da década, o

²⁰⁸ Ao ocupar os postos centrais da administração estatal, a Direção Nacional da FSLN promoveu a fusão entre Estado e partido. Em sua condução vertical e centralizadora, foram promovidas campanhas em meios de comunicação cujo lema era “*¡Dirección Nacional ordene!*”. A individualidade dos Comandantes era por vezes tratada como “feudalismo institucional”. Ver: MARTÍ Y PUIG, Salvador. **¿La última rebelión campesina?** - Revolución y contrarrevolución en Nicaragua, 1979-1987. Dissertação de Mestrado em História Latino-americana. Universidad Internacional de Andalucía – La Rábida, 1997.

²⁰⁹ VILAS, Carlos. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005.

²¹⁰ Nesse período, buscou-se atingir a participação do maior número possível de nicaraguenses no processo de reconstrução do país, quantitativamente falando. Para a Direção Nacional da FSLN, tais números, “*la lucha por los porcentajes*”, era uma resposta às esferas internacionais e marco de comparação com o destituído regime somozista. Ver: VILAS, Carlos. Op. cit. p. 83-84.

agravamento do conflito armado e a quase permanente militarização da sociedade conduziram ao centralismo, tendo como consequência a perda de autonomia das organizações de massa, gerando igualmente uma redução de adesão nas mesmas; já nos últimos anos do regime, incrementaram-se as tentativas de descentralização, atitude oriunda da dinamização do cenário político após a promoção do cessar-fogo.

Em relação com a defesa, as organizações de massa foram também uma maneira de inclusão dos setores populares nos mecanismos militares e de defesa do regime. Em âmbito local, os Comitês de Defesa eram adstritos como extensão da estrutura do partido. De maneira geral, como a FSLN buscou, no início de seu governo, debilitar grupos e organizações com maior independência e criar outras organizações a fim de aparentar o surgimento de novos grupos, e com a redução da participação de organismos dos setores médios, organizações militares e paramilitares foram criadas (exército, milícias, serviço militar, polícia voluntária, comitês de base, turbas, etc.) unicamente com o objetivo central de “defender a Revolução”. A manutenção de um estado de mobilização permanente promovia, ademais, uma redefinição da missão geral das Forças Armadas na Nicarágua. Mencionamos que a Doutrina Militar foi concluída apenas em 1984-85, mas, desde o início do governo revolucionário já se tinha a ideia da não separação entre função e institucionalidade da defesa e segurança pública, mantendo o exército e a polícia intimamente interligados, quase como um só corpo²¹¹.

Se, como afirmava a própria Frente Sandinista, havia uma sequência lógica entre a revolução, seus objetivos históricos, seus postulados, a Doutrina Militar da Revolução e a estrutura do EPS²¹², seria compreensível que a mobilização quase integral da população ocorresse desde o início da década de 1980. A proposta inicial do EPS era a de um corpo armado pequeno e móvel, de fácil deslocamento e que estivesse em estreita conexão com as forças milicianas. Estas últimas como um dos eixos principais do projeto de defesa do país. A imagem a seguir elucidada como a estrutura orgânica da estratégia de defesa sandinista.

²¹¹ Na lei de criação do EPS afirmou-se que “todos os corpos armados, de polícia e segurança, estavam integrados sob o mando militar único do Exército Popular Sandinista”. Em lei referente à Polícia Sandinista, apontou-se que a mesma era também dependente do Ministério do Interior. Este último, como já indicamos, era praticamente uma extensão do EPS, tal o grau de militarização do mesmo. Ver: NICARAGUA. Creación del Ejército Popular Sandinista. Decreto n. 53 (aprovado dia 22 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 12 de 18 de setembro de 1979 e NICARAGUA. Ley de funciones jurisdiccionales de la Policía Sandinista. Decreto n. 559 (aprovado dia 25 de outubro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 253 de 3 de novembro de 1980.

²¹² FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **El EPS y la participación de las masas en la defensa de la soberanía**. Managua: Sección de Educación Política, Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1983. p. 14.

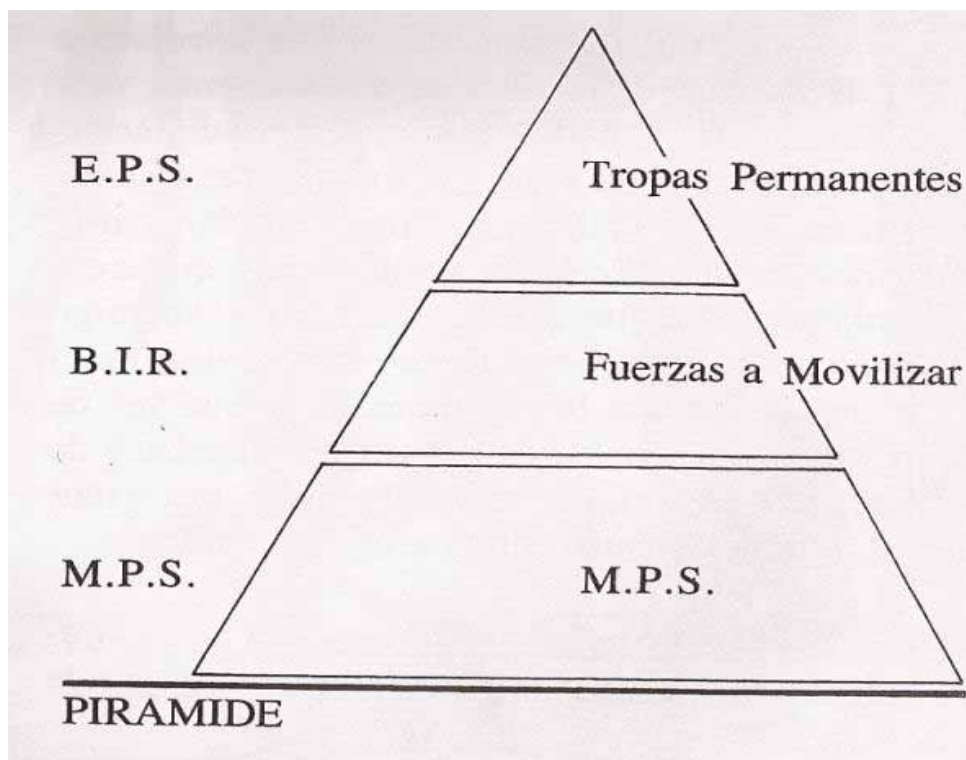


Imagem 1: Disposição estrutural do programa de defesa sandinista. Fonte: FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. Op. cit. p. 15.

Percebe-se, portanto, que o EPS era o corpo mais especializado do programa de defesa do regime sandinista. A base de tal programa, como apontado, eram os corpos milicianos (representados pelas Milícias Populares Sandinistas), unidades preparadas e organizadas com o estritamente necessário para contemplar a defesa em âmbito local e, se necessário, servir de apoio para as tropas mais preparadas militarmente. De acordo com Roberto Cajina:

Más que un ejército permanente gigantesco, lo que el Frente Sandinista logra desarrollar es una extraordinaria capacidad de movilización masiva, voluntaria y por conscripción obligatoria, en correspondencia con la naturaleza de la doble amenaza que enfrentaba el proyecto revolucionario. Por una parte, el surgimiento, crecimiento, redefinición táctico-operativa y perfeccionamiento orgánico de las fuerzas irregulares; y por otra, el peligro latente de una intervención militar directa norteamericana, cuyas referencias más inmediatas se encontraban en el acantonamiento, despliegue y maniobras de sus fuerzas en Honduras, y la invasión a Grenada en el último trimestre de 1986²¹³.

²¹³ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 264. Tradução livre: “Mais que um exército permanente gigantesco, o que a Frente Sandinista consegue desenvolver é uma extraordinária capacidade de mobilização massiva, voluntária e por conscrição obrigatória, em correspondência com a natureza da dupla ameaça que enfrentava o projeto revolucionário. Por uma parte, o surgimento, crescimento, redefinição tático-operativa e aperfeiçoamento orgânico das forças irregulares; e por outra, o perigo latente de uma intervenção militar norte-americana, cujas referências mais imediatas se encontravam no acantonamento, implantação e manobras de suas forças em Honduras, e na invasão a Granada no último trimestre de 1986”. Acantonamento é uma base de apoio, um quartel militar temporário.

O SMP foi criado e regulamentado apenas em 1984, antes desse período, as ações defensivas recaíam sobre milicianos e reservistas, além é claro do EPS. O que devemos ressaltar é que, na primeira metade da década de 1980, o EPS não possuía capacidades inteiramente efetivas para derrotar as forças contrarrevolucionárias, tampouco uma possível intervenção militar estadunidense. Daí a necessidade da presença constante da mobilização popular, única maneira para enfrentar oposições armadas contra um governo recém-instaurado e em um país debilitado em diversas esferas. Exemplificando em números, em 1983, o EPS possuía entre 20 e 25 mil homens; as milícias, em torno de 80 mil. Os Comitês de Defesa Sandinistas (CDS), órgãos mais próximas à população, eram no início da década próximos de 10 mil, com quase 400 mil membros mobilizados²¹⁴.

A nova ideia de defesa adquirida no decorrer do regime sandinista, construída com base na crescente agressão externa, se baseava na autodefesa popular, na defesa integral, se preparando para o enfrentamento, por mais que ele não pudesse ocorrer. Como afirmou Humberto Ortega, em discurso proferido em julho de 1980²¹⁵: “*Seguimos luchando para ganar la mejor guerra, que es la que se puede evitar*”.

Desse modo, parece evidente que a questão da relação da população com as Forças Armadas, especificamente com o exército, e a interferência das mesmas no ambiente social nacional vinculava-se com a integração massiva nos projetos de defesa, bem como pela maneira como se aplicava e tratava tal mobilização. Um fator não pode ser ignorado, acentuado como um problema político-ideológico para a FSLN: principalmente (mas não exclusivamente) nas regiões rurais e mais humildes, apesar do sentimento favorável ao governo sandinista, o conservadorismo católico ainda era forte o suficiente para configurar-se como obstáculo às drásticas mudanças sociais, políticas e econômicas propostas pela FSLN. O traço cultural conservador vinculado à Igreja Católica presente em grande parte da população nicaraguense foi, efetivamente, uma barreira às tentativas sandinistas de rápida transformação social e incorporação aos ideais políticos do projeto da FSLN.

A importância do aspecto cultural estava presente desde a criação da Frente Sandinista, em meados dos anos 1960. Segundo um de seus fundadores e principal idealizador intelectual de dita organização, Carlos Fonseca Amador, a ação humana era elemento determinante na produção cultural, refletindo-se assim como instrumento ideológico para a

²¹⁴ Dados retirados de: Tres años de revolución: los dilemas. **Envío** n. 13 (julio/1982). Managua, 1982.

²¹⁵ ORTEGA, Humberto apud Un ejército del pueblo y para la defensa. **Envío** n. 28 (outubro/1983). Managua, 1983. Tradução livre: “Seguimos lutando para ganhar a melhor guerra, aquela que se pode evitar”.

definição dos rumos políticos da sociedade²¹⁶. Nesse sentido, após a derrocada somozista e a vitória insurrecional, era compreensível que a FSLN entendesse que a cultura fosse necessariamente revolucionária, de caráter nacional e de acordo com o ambiente de profundas transformações pelo qual passava o país, parte integrante do novo projeto político que se pretendia instaurar. Sendo assim, a cultura era mais um dos elementos constituintes da construção do “novo homem”; de modo que paralelamente ocorresse uma transformação da realidade, com a revolução representando também a vitória de um projeto cultural. A cultura era encarada pela liderança sandinista como atividade ideológica, um meio de destruir todas as antigas estruturas associadas ao regime autoritário dos Somoza. Marcante nesse aspecto foi o uso simbólico da mansão na qual residia a família Somoza: ainda em 1979, passou a ser ocupada pelo Ministério da Cultura; buscando ratificar a passagem da opressão à emancipação e à liberdade, sendo o elemento cultural aplicado como promotor ideológico dos ideais revolucionários. Nos discursos proferidos pela FSLN, o povo era sempre indicado como protagonista²¹⁷, o que demonstrava uma visão da democratização da cultura como meta para a expansão dos conceitos revolucionários e para a formação de uma mentalidade coletiva unificada²¹⁸. Dentro desse projeto político sandinista, a cultura foi uma das principais ‘armas’ de defesa do regime da FSLN no cenário internacional. Mostrar ao mundo uma imagem diferente daquela que as agências e organismos estadunidenses difundiam era uma necessidade para conseguir apoio internacional. Nesse âmbito, o escritor argentino Julio Cortázar foi importante personagem: com seu militarismo político, Cortázar visitou a Nicarágua várias vezes no fim dos anos 70 e início da década seguinte e reuniu na obra *‘Nicaragua tan violentamente dulce’* (1983) artigos que retratavam a nova realidade nicaraguense, especialmente a percepção de uma efervescência cultural promovida pelo governo, destacando a mencionada Cruzada Nacional de Alfabetização e as oficinas de poesia. Por outro lado, outro importante escritor latino-americano também visitou o país e expôs uma visão distinta da de Cortázar. Mario Vargas Llosa, peruano, publicou inúmeros artigos sobre o regime sandinista (reunidos nos volumes II e III da obra *Contra viento y marea*) e, ao contrário do escritor argentino, não notou um notável impulso cultural na

²¹⁶ MORLINA, Fabio Clauz. **Teologia da Libertação na Nicarágua Sandinista**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009. p. 3.

²¹⁷ A título ilustrativo, em um discurso de Humberto Ortega proferido em 1981, a palavra *pueblo* foi referida dezenas de vezes. Frases como a seguinte eram comuns em pronunciamentos de líderes sandinistas: “[...] *aquí en Nicaragua existe un proceso revolucionario de obreros y campesinos, del pueblo humilde, vanguardizado por el FSLN*”. Ver: ORTEGA, Humberto. **La principal tarea del pueblo es prepararse militarmente para defender su poder**. Discurso pronunciado em 23 de junho de 1981. Managua: [s.n.], 1981.

²¹⁸ *Ibid.* p. 8.

Nicarágua, salientado que os meios de comunicação eram quase todos controlados pelo Estado e com limitado acesso a produções de outros países (segundo Vargas Llosa, as edições locais haviam crescido, mas não se conseguia revistas ou livros estrangeiros, com exceção de obras cubanas e soviéticas traduzidas para o espanhol). Mencionamos tais fatos para demonstrar a relevância da esfera cultural-simbólica no projeto sandinista.

Como indicamos, os traços ideológicos, simbólicos e culturais eram peças do quadro político sandinista, um projeto amplo de transformação da sociedade em todos os seus aspectos, visando desfazer o cenário autoritário somozista que perdurou por décadas na Nicarágua. Portanto, no período retratado e sob os princípios ordenadores da FSLN, o significado de ‘cultura’ estava diretamente relacionado ao de ‘política’.

A questão do conservadorismo católico como obstáculo às transformações e projetos pretendidos pelo governo sandinista vinculavam-se justamente com as incursões políticas da FSLN no ambiente simbólico rigidamente estruturado e historicamente estabelecido na Nicarágua. Um dos principais pontos da tensão entre o alto clero católico e os líderes políticos do regime sandinista era a associação feita pela FSLN entre cristianismo e luta armada como instrumento de paz e resistência. Tal impasse, contrapondo a cúpula da Igreja Católica e os CEBs²¹⁹, estendia-se à proposta de dimensão sagrada do corpo político, constituindo uma mística humanizada deste último (a principal referência era a identidade estabelecida entre Jesus Cristo e Augusto C. Sandino)²²⁰. A mescla, então, de fé religiosa e fé política foi um fator desestabilizador do regime sandinista, ao passo que gerou incertezas e divisões no seio da população nicaraguense.

Outro aspecto a ser considerado nas relações do EPS com a sociedade em geral era a tentativa de superação da cultura autoritária presente na região, característica esta que não era exclusiva dos militares. Uma mudança na mentalidade coletiva da sociedade era necessária para tal. Na verdade, a própria figura do militar pode ser contestada na Nicarágua. Apesar de na história nicaraguense se registrar uma carência de mecanismos civis e pacíficos para a solução de conflitos, o vazio político surgido foi preenchido pela violência, não necessariamente oriunda de esferas castrenses, ainda que existisse uma identidade entre violência e instituição militar²²¹. Ou seja, por mais que a força seja recurso indissociável das

²¹⁹ Inspiradas na teologia renovadora do Concílio Vaticano II (1962-1965), as CEBs buscavam resistir à pobreza e dominação sofridas. Em suas ações, o protesto social é inseparável da vida espiritual e da sobrevivência material (TOURAINÉ, 1989). Dita atuação é por meio do “método ver-julgar-agir”, no qual se busca enxergar a realidade vivida, julgá-la por meio da fé e encontrar os caminhos para agir de acordo com o juízo construído à luz da fé. Ver: BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

²²⁰ MORLINA, Fabio Clauz. Op. cit. p. 24.

²²¹ GUZMÁN, Luis Humberto. Op. cit. p. 1.

Forças Armadas, nem toda ação violenta ou prática de força estaria ligada ao militarismo. Indicamos em capítulos anteriores que a Nicarágua nunca teve – pelo menos até o governo de Violeta Chamorro – um exército profissional e de caráter nacional, mas sim corpos armados que atendiam interesses de determinados grupos ou facções políticas. O pesquisador nicaraguense Luis Humberto Guzmán defendeu que na Nicarágua no período aqui abordado não existiu militarismo, em sentido estrito: “*Nicaragua ha conocido en su historia políticos con poder militar, pero no militares con poder político. Incluso cuando estos políticos con poder militar han dominado la vida política, no la han militarizado. Por el contrario, han procurado revestirla de una cierta civilidad*²²²”. O elemento militar não se sobrepunha ao civil, mas sim se subordinava ao político. Nessa perspectiva, defendemos a ideia da existência de uma cultura política baseada no uso da violência e da força como ferramenta política, especialmente por grupos que ocupavam as esferas de decisão do país.

Referida cultura autoritária estaria ligada também a uma crise de governabilidade persistente por séculos na política nicaraguense. Alicerçados na posição conservadora da sociedade e no passado autoritário, a Frente Sandinista, por sua parte, ao assumir a condução do regime, justificava o uso das Forças Armadas como necessidade na superação das dificuldades, sejam elas militares, políticas, sociais, econômicas ou culturais. Nesse ponto, entramos em outra questão relevante na análise e entendimento do cenário político-militar nicaraguense: a identificação de interesses particulares com a generalidade da sociedade. Tal problema, configurado como problema de organização sociopolítica, efetivava uma confusão entre público e privado em caráter político. Daí o uso do EPS como ferramenta partidária e amparo ao governo e a, de certa forma, complacência da sociedade com essa situação.

A conflitividade sociopolítica nicaraguense é derivada da longa história autoritária do país, bem como da mencionada cultura política associada ao uso da violência. E, podemos afirmar que o uso da força e de instrumentos repressivos não contribuiu para solucionar os problemas da Nicarágua, mas sim os agravaram. Os embates e tensões presentes em praticamente todos os processos governamentais reforçam a ideia de que, até o fim do século XX, os políticos nicaraguenses possuíam um contundente traço característico de demonstrações de poder físico, forte intolerância e de busca preferencial ao conflito do que ao compromisso²²³. A própria debilidade constitucional do país contribuía para a relação direta

²²² Ibid. p. 3. Tradução livre: “A Nicarágua conheceu em sua história políticos com poder militar, porém não militares com poder político. Inclusive quando estes políticos com poder militar dominaram a vida política, não a militarizaram. Pelo contrário, procuraram revesti-la de uma certa civilidade”.

²²³ Ibid. p. 100.

entre política e Forças Armadas²²⁴. Eram aspectos de valores e quase culturais os que permeavam o estado permanente de conflito na Nicarágua, especialmente na década de 1980. E foi justamente nesses aspectos que a FSLN estruturou seu governo e seu programa de defesa. Fundamentando-se na instrumentalização das Forças Armadas (principalmente do exército), a direção sandinista buscou demonstrar como o EPS era um meio de englobar toda a população no processo revolucionário. Se alcançar o poder tinha como consequência defendê-lo depois, envolver e convencer toda a sociedade de tal estratégia era fundamental; daí a opção em converter todo nicaraguense em militante e, acima de tudo, em combatente da “causa revolucionária sandinista”. A militarização da sociedade foi um passo adiante, de modo que as referências do cidadão fossem muito mais a FSLN do o Estado ou a ideia de nação.

4.3 Contrarrevolução: os *Contras* e a guerra civil

Tão importante para essa análise quanto o entendimento do EPS e de seus usos no cenário nicaraguense de defesa é a percepção da dimensão do movimento contrarrevolucionário, referência na instrumentalização do projeto de defesa sandinista. Após os momentos imediatos pós-Revolução Sandinista, no qual antigos membros da Guarda Nacional e grupos associados ao somozismo se afastaram das principais zonas de influência do país e/ou se exilaram nos vizinhos centro-americanos, os primeiros movimentos de oposição iniciaram suas operações. Entre os anos 1980 e 1982, apenas ações esporádicas foram realizadas: poucos ataques armados desorganizados e sem tática ou estratégia definidas, basicamente efetuados por grupos de antigos membros da Guarda Nacional; organização essa cujo desmantelamento não aplacou totalmente a ânsia combativa e a “sede de vingança” de homens associados à mesma que, refugiados nos Estados Unidos, El Salvador ou acolhidos pela extrema direita guatemalteca, não tardariam em retornar ao serviço ativo²²⁵.

²²⁴ No Estatuto Fundamental de 1979 apenas declarou-se a dissolução da Guarda Nacional e a criação de “um novo Exército Nacional de caráter patriótico dedicado à defesa do processo democrático e da soberania e independência da nação, assim como da integridade de seu território”. Já na Constituição de 1987, reforçou-se o dever de defesa do projeto revolucionário, sendo a defesa nacional dimensionada na “mobilização e participação organizada de todo o povo na luta contra seus agressores”. Ver: NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979. Título IV, Artigos 23-27 e NICARAGUA. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987. Título V, artigos 92-97.

²²⁵ ROUQUIÉ, Alain. **Guerras y paz en América Central**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1994. p. 204.

Três fatores, já citados anteriormente, devem ser tratados como centrais no exercício de análise da contrarrevolução na Nicarágua: a pretensão estadunidense de reverter o processo revolucionário sandinista; o sentimento de frustração e hostilidade de grupos oligárquico-burgueses frente à hegemonia da FSLN; e o rechaço a medidas da mesma FSLN e do governo sandinista por parte de setores significantes da região camponesa e da Costa Atlântica do país. O primeiro fator vinculava-se a uma ideia recorrente na segunda metade do século XX, a da ‘teoria da quarta fronteira’ estadunidense. De acordo com a mesma, a América Central seria encarada como território de domínio e direta influência do governo dos Estados Unidos²²⁶. O fantasma de um “novo Vietnã” conduziu a uma estratégia que pretendia passar a imagem da Nicarágua como país dividido (uma ruptura na unidade nacional), envolto em uma guerra civil, descontrolado (governo e FSLN estariam debilitados) e desorientado (sem alternativas reais para conduzir o país).

Mais do que isso, o triunfo da Revolução Sandinista e o aprofundamento da crise centro-americana redefiniram a política estadunidense na região, de modo que a Nicarágua passou a ser peça chave para a estabilidade regional. Interessante pontuar a mudança na política externa estadunidense: no governo de James Carter (1977-1981), a dupla linha política centrava-se na defesa dos direitos humanos e na promoção de processos de democratização na América Latina visando garantir a estabilidade na região, apoiando forças políticas consideradas moderadas na constituição de governos civis. Com a ascensão de Ronald Reagan à presidência (1981-1989), a prioridade era conter e enfrentar o “avanço comunista”, fazendo isso desde uma posição de força. A ampla regionalização do conflito leste-oeste teve suas consequências na América Central, com o reforço da rigidez com movimentos revolucionários e países caracterizados como “marxistas” (Cuba, Nicarágua e Granada), a identificação e apoio aos aliados internos na região e a prioridade na concessão de assistência econômica e de segurança²²⁷.

Em consonância com essa visão estadunidense, a oposição desenvolveu-se de maneira progressiva em território nicaraguense. A conhecida terminologia “Contra” foi criada pela

²²⁶ Segundo alguns trabalhos e estudos, por décadas construiu-se um rígido sistema de controle sob a América Central e Caribe visando atender “interesses estratégicos e monopolizantes” dos Estados Unidos. Em artigo, afirmou o jornalista equatoriano Rodrigo Santillán Peralbo: “A Casa Branca não podia permitir que essas repúblicas [da América Central e Caribe] se tornassem independentes e começassem a construir sua própria história e também não iria consentir que persistisse nessas necessidades revolucionárias, porque a América Central foi declarada ‘a quarta fronteira dos Estados Unidos da América’, ao passo que toda a América Latina era seu ‘quintal’ e o Caribe seu ‘lago particular’”. Ver: SANTILLÁN PERALBO, Rodrigo. **La cuarta frontera** - Actividades de la CIA en América Central. Disponível em: <<http://marting.stormpages.com/lacuarta.htm>>. Acessado em 29/10/2012.

²²⁷ LOZANO, Lucrecia e BENÍTEZ MANAUT, Raúl. De la contención pasiva a la guerra de baja intensidad en Nicaragua. In: **Cuadernos Políticos**, número 47, México D.F., Editorial Era, julho-setembro de 1986. p. 75-88.

FSLN para indicar todo o movimento contrarrevolucionário, sendo chamados de ‘contras’ aqueles que trabalhavam para prejudicar ou destruir o processo revolucionário, por qualquer método. Nos primeiros momentos de ação, até meados de 1981, os contrarrevolucionários somavam aproximadamente 1.000 homens armados no interior do país; a quantificação dos que estavam além das fronteiras nicaraguenses e começavam a se organizar era mais difícil de ser realizada, uma vez que os enfrentamentos e ações de inteligência do EPS ainda eram limitados.

Talvez o primeiro grupo a formar-se foi a Legião 15 de Setembro (*Legión 15 de Septiembre* – L-15), basicamente composta pela cúpula da Guarda Nacional e da tropa de elite somozista (EEBI), em 1980. Reunida quase de maneira espontânea, assim como ocorreu com outros grupos contrarrevolucionários iniciais, a Legião 15 de Setembro promoveu suas primeiras ações armadas através principalmente da delinquência, como roubo de gado em regiões fronteiriças, sequestros, furtos e pequenas sabotagens em comunidades sandinistas. Ainda em 1980, o governo estadunidense, através de sua agência de inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), iniciou uma campanha para concentrar em território hondurenho todas as dispersas agrupações contrarrevolucionárias que surgiam²²⁸. Interessante ressaltar a escolha de Honduras, país convertido pelos Estados Unidos em “Israel da América Central”, atuando como representante da política norte-americana na região. No ano seguinte, 1981, por meio da aliança entre CIA e membros do governo hondurenho (civis e militares), deu-se início à estruturação geral das forças contrarrevolucionárias, com a criação de bases e centros de treinamento. Para auxílio em tal operação, mercenários latino-americanos foram contratados, quase em sua totalidade de origem argentina. No fim de 1981, uma série de pequenas e médias organizações se funde para a formação da Frente Democrática Nicaraguense (FDN). Organizada em território estadunidense, mas tendo como base a região fronteiriça de Honduras, a FDN reuniu grupos que atuavam de forma independente a partir de Honduras, Costa Rica e Guatemala; a seguir destacaremos alguns desses grupos:

- Legião 15 de Setembro (L-15): dirigida pelo ex-coronel da Guarda Nacional Enrique Bermúdez; como já citado, aglutinava as forças de elite da Guarda e da Escola de Treinamento de Infantaria (EEBI).

- Exército de Libertação Nacional (ELN): grupo comandado pelo ex-sócio de Somoza, Pedro Ortega; reunia a maior parte dos soldados e classes mais baixas da Guarda Nacional; sediado em Honduras.

²²⁸ EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. **Manual de las fuerzas contrarrevolucionarias**. Managua: Dirección de Inteligencia Militar, EMG: 1988. p. 1.

- União Democrática Nicaraguense – Forças Armadas Revolucionárias da Nicarágua (UDN-FARN): inicialmente eram grupos distintos, mas reuniram-se sob o comando do conhecido somozista José Francisco “Chicano” Cardenal.

- Aliança Democrática Revolucionária da Nicarágua (ADREN): dirigida por vários ex-oficiais da Guarda Nacional e funcionários somozistas; com sede na Guatemala.

Ademais das mencionadas organizações, outras de menor envergadura e atuação também se reuniram em torno da FDN, estabelecida pelo governo estadunidense como organização única e com caráter mais cívico. A partir de 1982, através de um projeto político-militar estabelecido, a FDN se estruturou como organização militar baseada em grupos táticos e forças de tarefa, porém, ainda com um desordenado aparato administrativo de direção. As ações iniciais caracterizavam-se por operações de ‘guerra relâmpago’, ou seja, em um status operacional que se baseava em ataques rápidos e de surpresa executados por forças móveis. Posteriormente, com o aprofundamento do preparo técnico-organizacional, comandos regionais (1984) e comandos operacionais (1985) foram estruturados, dando início à etapa de guerra de baixa intensidade ou de desgaste prolongado, uma vez que os efeitos dos ataques militares diretos eram limitados frente à crescente capacidade de mobilização e organização do EPS. Esta nova estratégia visava atingir indiretamente o regime sandinista, por meio, por exemplo, de embargos econômicos, pressões diplomáticas, etc.

O objetivo central, indiscutivelmente, era a reversão do projeto transformador sandinista. A criação de um diretório político para a FDN pretendia transmitir a imagem moderada e civilista do movimento contrarrevolucionário, de maneira a facilitar a canalização de ajuda financeira e logística dos Estados Unidos. Consideramos igualmente importante apresentar breves considerações a respeito dos líderes e membros de referida direção política. Por meio da análise do papel e atuação de tais homens podemos traçar um perfil mais completo da Contra e sua dimensão no ambiente nicaraguense dos anos 80.

Principal chefe militar, Enrique Bermúdez – conhecido como Comandante 3-80, em referência a seu número de cadete na Academia Militar – era um antigo membro do corpo de engenheiros da Guarda Nacional e que trabalhou como adido militar na embaixada nicaraguense nos Estados Unidos até o triunfo insurrecional em 1979. Foi um dos fundadores da L-15 e influente figura no cenário contrarrevolucionário. Reconhecido por sua forte liderança, tornou-se um dos coordenadores dos projetos militares da FDN e da Resistência Nicaraguense. Posteriormente seu nome foi associado ao narcotráfico na Nicarágua. No início de 1990, após o pleito eleitoral que definiu a vitória de Violeta Chamorro, Bermúdez foi assassinado por desconhecidos na capital Managua.

Se Enrique Bermúdez era o personagem principal no campo militar, na esfera político-diplomática Adolfo Calero e Alfonso Robelo foram os nomes mais importantes. Mais do que um político, Calero era um homem de negócios; graduado em universidades estadunidenses e um dos diretores da empresa Coca-Cola na Nicarágua, foi também informante da CIA desde meados da década de 1960. Curiosamente, era um opositor do regime somozista, apesar de ser associado ao Partido Conservador (que ajudou Somoza García a dar o golpe de Estado em 1936 e que possuía grupos internos fiéis durante todo o governo autoritário) e familiar da esposa de Somoza García. Em 1983 tornou-se presidente do diretório da FDN, retratando a prevalência da ala política em detrimento do grupo militar. Teve participação no caso de venda ilegal de armamentos bélicos dos Estados Unidos para o Irã na segunda metade da década de 1980, e que teve como um dos objetivos assegurar financiamento para o movimento Contra nicaraguense²²⁹. Após a derrota eleitoral sandinista em 1990 afastou-se da política; faleceu em 2012. Alfonso Robelo é empresário e fundador do Movimento Democrático Nicaraguense (MDN – partido socialdemocrata de empresários, industriais e profissionais opostos ao somozismo), fez parte da Junta de Governo de Reconstrução Nacional que governou a Nicarágua até a realização das eleições presidenciais em 1984; foi membro da mesma somente nos anos de 1979 e 1980, se retirando por discordar da condução do projeto e das intenções hegemônicas da direção nacional da FSLN. Na década de 1970, como líder da Frente Única Opositora (FAO) foi preso e qualificado pelo governo Somoza como subversivo, tendo como consequência o exílio na Costa Rica. Ao deixar a Junta de Governo em 1980, regressou ao país onde esteve exilado e, juntamente com o antigo comandante guerrilheiro sandinista Edén Pastora (Comandante Zero, famoso por liderar o ataque ao Palácio Nacional em 1978), fundou a Aliança Revolucionária Democrática²³⁰ (ARDE), grupo de antisomozistas que atuava militarmente desde a fronteira sul da Nicarágua, ao passo que a FDN agia a partir de Honduras, na fronteira norte. Na segunda metade da década de 1980, formou com Adolfo Calero e Arturo Cruz Porras a Unidade Nicaraguense de

²²⁹ O caso ficou conhecido como ‘Irã-Contras’, alcançando repercussão mundial através de denúncias da imprensa estadunidense no fim de 1986. Por meio da mediação de Israel, o governo dos Estados Unidos vendeu armas ao Irã, alvo de embargo internacional bélico devido à Guerra Irã-Iraque (1980-88), conflito no qual Reagan apoiava o Iraque. Por sua parte, o governo iraniano buscava a liberação de reféns estadunidenses do grupo xiita Hezbollah, ligado ao Exército de Guardiães da Revolução Islâmica. No fim de 1985, o tenente-coronel Oliver North, membro do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, fez modificações no plano e passou a destinar parte dos lucros para financiamento da Contra. Em 1987, Ronald Reagan admitiu que a estratégia inicial era promover uma abertura nas relações com o Irã, mas deteriorou-se até o esquema ‘armas por reféns’.

²³⁰ Apesar da semelhança nos nomes, a ADREN e ARDE eram grupos contrarrevolucionários diferentes.

Oposição (UNO²³¹), e após a dissolução da mesma, fez parte do diretório da Resistência Nicaraguense (RN). Durante o mandato de Violeta Chamorro atuou como embaixador nicaraguense na Costa Rica.

Através da apresentação do perfil dos principais líderes do movimento contrarrevolucionário nicaraguense percebemos que se tratava de um grupo heterogêneo; porém, apesar da diversidade de elementos, se configurou como um só ator. Alicerçados não só na vontade da administração estadunidense, mas igualmente na ambição de retorno ao *status quo* do período somozista que fora perdido com a inserção do projeto político revolucionário, ditos opositores possuíam como referência de identidade, segundo seus próprios discursos²³², o nacionalismo, a democracia e a religião. O caráter nacional e democrático indicado relacionava-se com a questão do atendimento de interesses dos múltiplos grupos e setores sociais do país, e não somente aos de um partido e de seus simpatizantes, como acusavam os líderes contrarrevolucionários. A religião, como apontamos anteriormente, era – e ainda é – traço marcante da sociedade nicaraguense; vincular-se a esse aspecto era compreensível e necessário para alcançar o maior número possível de nicaraguenses.

Nesse sentido, a base social da Contra era composta, primeiramente, pelos antigos participantes do regime somozista (pessoal e militares da Guarda Nacional e suas famílias, funcionários do governo deposto, etc.) e por “sócios” da família Somoza (empresários e detentores de propriedades que se beneficiavam de acordos econômicos estabelecidos com o regime autoritário). Gradativamente, se incorporou a hierarquia da Igreja Católica (resposta quase natural do traço conservador nicaraguense, oposto a grandes transformações sociais e políticas), demais profissionais e empresários reunidos no Conselho Superior da Empresa Privada (COSEP – insatisfeitos com a estatização dos setores de produção e pelo rígido controle econômico imposto pela FSLN) e, por fim, camponeses e populações indígenas da Costa Atlântica (dois grupos que foram afetados em seu *modus vivendi* e, ao mesmo tempo, receberam pouca atenção do regime sandinista).

Ademais, a Igreja acusava a FSLN de pretender subordiná-la a seus objetivos políticos, além violar princípios relacionados aos direitos humanos e à liberdade da

²³¹ A coalizão vencedora do pleito eleitoral de 1990 também possuía a sigla UNO, mas era a abreviação de União Nacional Opositora.

²³² Nos documentos e declarações da FDN e da RN constantemente era usado o lema “*Dios-Patria-Democracia*” (Deus-Pátria-Democracia). De acordo com o Estatuto da Resistência Nicaraguense, era dever de seus membros: “Promover o patriotismo, os interesses nacionais, a democracia, a justiça e o pleno respeito aos direitos humanos como conduta cívica fundamental”. Ver: RESISTENCIA NICARAGÜENSE. **Estatutos**. Managua: [s.n], 2011 e FRENTE DEMOCRÁTICA NICARAGÜENSE. **El libro azul y blanco**. Centro de Comunicaciones, FDN: [s.n], 1983.

população. A polarização da sociedade foi inevitável, principalmente com o apelo de campanhas opositoras promovidas em inúmeras igrejas do país: “*Con Dios y patriotismo derrotaremos al comunismo*”²³³. Por sua vez, a FSLN associada a setores católicos progressistas (em especial vinculados à Teologia da Libertação) argumentava que “entre cristianismo e revolução não havia contradição”²³⁴, uma vez que, como afirmou Ernesto Cardenal, os cristãos revolucionários eram maioria na sociedade nicaraguense²³⁵.

Por sua vez, o COSEP, representando o setor empresarial e industrial, afirmava não existir um ‘clima político’ que fomentasse os investimentos privados no país, visto que a ‘sandinização’ das entidades estatais e de parte considerável do setor produtivo eram consideradas entraves às possibilidades seguras da iniciativa privada e da dinamização econômica, por mais que a FSLN pregasse a ideia da existência de um projeto de economia mista na Nicarágua. Justamente por essa relevância no cenário econômico, o COSEP tornou-se um ator central das forças contrarrevolucionárias e do projeto opositor.

A FSLN tinha conhecimento de que o fator econômico seria fundamental na reconstrução do país, uma vez que o grau de deterioramento nicaraguense aprofundou-se no fim do regime sandinista e foi ainda mais agravado com a situação de desconfiança por parte do setor produtivo-empresarial nacional e internacional. Dessa consideração compreendemos a declaração de dirigentes sandinistas que afirmavam ser a defesa e a produção o caminho para conseguir a paz, “o único caminho viável para que a Nicarágua continuasse viva”. Do mesmo modo, também podemos compreender nesse alcance a estratégia contrarrevolucionária de desgaste, atacando setores importantes da produção econômica nicaraguense e promovendo entraves diplomáticos e legais aos projetos de expansão de mercado do pequeno país centro-americano.

Os efetivos armados da Contra evoluíram quantitativamente no decorrer da década de 1980, especialmente devido a dois fatores: o apoio estadunidense e o recrutamento da população camponesa, que se considerava lesada pelo projeto político-econômico sandinista, mas que fornecia um apoio muito mais passivo que ativo à Contra, visto que por uma questão de sobrevivência, ao serem envolvidos no conflito, precisavam direcionar apoio frente ao país

²³³ MARTÍ Y PUIG, Salvador. Op. cit. p. 119. Tradução livre: “Com Deus e patriotismo derrotaremos o comunismo”.

²³⁴ CARDENAL, Ernesto. **La Revolución Perdida**. Managua: Anama Ediciones Centroamericanas, 2004. Interessante ressaltar que setores do clero replicaram tal afirmação acrescentando um elemento a mais na frase: “Entre cristianismo y revolución no hay contradicción, pero tampoco hay identificación”. (Tradução livre: “Entre cristianismo e revolução não existe contradição, porém tampouco existe identificação”).

²³⁵ Ibid. p. 379.

já completamente polarizado²³⁶. Assim, nos primeiros anos de ação, pouco mais de dois mil homens faziam parte das tropas contrarrevolucionárias, essencialmente antigos membros da Guarda Nacional. No auge do enfrentamento militar (1984-86), estima-se que a Contra possuía em torno de 14.000 a 16.000 membros²³⁷, sediados em sua maioria em território hondurenho e treinados por mercenários contratados pelo governo estadunidense. O mesmo passou com os investimentos e verbas destinadas ao fomento do movimento contrarrevolucionário: em 1981, o governo de Ronald Reagan aprovou o envio de uma “ajuda” de US\$20 milhões aos contrarrevolucionários; em 1983, o valor alcançou as cifras de US\$43 milhões; e em 1986, em torno de US\$100 milhões foram fornecidos como subsídios ao combate promovido pela Contra. Tais valores foram os considerados como ‘legais’, aprovados pelo Congresso estadunidense e complementados pela CIA e vizinhos centro-americanos (Honduras e Costa Rica); porém, estudos e documentos parecem comprovar a existência de uma ajuda financeira encoberta, realizada por meio de empresas e organizações associadas direta ou indiretamente à contrarrevolução. Quatro delas serão destacadas a seguir:

- AmeriCares Foundation: organização de ajuda humanitária fundada em 1982, tinha como um de seus diretores Prescott Bush, irmão do então vice-presidente George Bush. Segundo levantamentos realizados na década de 1980, a distribuição do suporte e ajuda da AmeriCares à Contra era realizada por meio dos Cavaleiros de Malta (em inglês, *Knights of Malta*²³⁸), ordem militar católica criada no século XI.

- Civilian Military Assistance (CMA): fundada por um ex-sargento da marinha estadunidense, Tom Posey, contava com mais de 100 membros nos anos 80, todos veteranos da Guerra do Vietnã. Fizeram parte do grupo de treinamento de tropas contrarrevolucionárias em El Salvador. De acordo com o EPS²³⁹, em 1988, 56 membros da CMA permaneciam treinando homens da Contra em técnicas de demolição, armamento e táticas diversas.

- Soldier of Fortune (SOF): revista destinada a assuntos militares fundada em 1975 por Robert K. Brown, então tenente-coronel do Exército dos Estados Unidos. Suas ligações com grupos de mercenários eram conhecidas e através das mesmas, várias equipes de treinamento foram enviadas à Nicarágua e El Salvador pela SOF; de maneira geral, especialistas em

²³⁶ Alain Rouquié acrescenta que os objetivos contrarrevolucionários eram tão confusos quanto remotos, por isso setores sociais não conseguiam se identificar com as propostas da Contra. Ver: ROUQUIÉ, Alain. Op. cit. p. 209

²³⁷ Dados retirados de CAJINA, Roberto. Op. cit. e BARBOSA MIRANDA, Francisco. **Historia militar de Nicaragua** – antes del siglo XV al XXI. Managua: Francisco Barbosa, 2009.

²³⁸ O nome oficial da organização é Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta. Possui soberania reconhecida como organização internacional (tal como ocorre com a ONU e Cruz Vermelha). Após a eleição de Violeta Chamorro, realizou doações ao país e prestou assistência na distribuição de medicamentos e ajuda humanitária proveniente da AmeriCares.

²³⁹ EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. Op. Cit. p. 77.

técnicas de contrainsurgência e guerrilha urbana. Em 1984 foi noticiada pela imprensa nicaraguense a doação de armas antiaéreas para a Contra feita pela SOF, além de uma quantia estimada em US\$4 milhões.

- World Anti-Communist League (WACL)²⁴⁰: organização política internacional defensora de “ideias direitistas” fundada em Tapei, Taiwan, sob a iniciativa de Chiang Kai-shek, então presidente taiwanês. Presente em mais de 100 países e em 6 continentes, a WACL teria nos Estados Unidos uma de suas sedes mais atuantes. Criada em 1981 pelo major-general John K. Singlaub (também membro fundador da CIA), a *United States Council for World Freedom* (USCWF) promoveu um proeminente apoio à Contra, organizando principalmente esquadras militares armadas que realizavam assassinatos e desaparecimentos forçados de militantes e coligados do regime sandinista.

Como mencionamos, a ajuda oficial dos Estados Unidos era complementada por financiamentos e subsídios fornecidos por organizações que, de maneira sigilosa, realizavam tais fomentos à contrarrevolução. O quadro a seguir, publicado em documento de autoria do EPS, apresenta os valores de ditas ajudas financeiras:

9) AYUDA OFICIAL APROBADO POR EL CONGRESO N.A. PARA LA CONTRARREVOLUCION.

AÑOS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	TOTAL
Ayuda Milit.	19.95	30	24	30	44	30	127.1	307.65
Presupuesto Adicional de la CIA								400
Infraestructura Militar en Honduras								220
TOTAL								* 927.65

* : Millones de dólares.

NOTA : Esta ayuda no incluye la recibida de fondos privados desde 1983-1985 de hasta US\$ 300 millones de dólares.
100 millones de los # AA USA
200-300 millones de Jurados.

Fonte: EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. Op. Cit. p. 79.

²⁴⁰ Em 1994, já com o fim da Guerra Fria, a organização mudou seu nome para *World League for Freedom and Democracy* (WLFDD), permanecendo com o mesmo até os dias atuais.

Pelos dados do quadro percebemos que os esforços para combater o projeto sandinista foram relevantes o suficiente para fazer com que grande parte do orçamento da Nicarágua fosse destinada exclusivamente à defesa. No fim da década, em 1989, os gastos nicaraguenses no setor ultrapassavam o valor de US\$177 milhões²⁴¹. Os investimentos da FSLN na formação do EPS tiveram como consequência um exército melhor adaptado às necessidades de defesa do país e apto ao enfrentamento com tropas contrarrevolucionárias (qualitativa e quantitativamente). A partir do momento em que a direção da Contra percebeu a impossibilidade de avanços no campo militar, a estratégia de desgaste indireto (em especial no setor econômico e produtivo da Nicarágua) tornou-se o centro das ações contrarrevolucionárias. A guerra de baixa intensidade envolvia, por exemplo, embargos às exportações nicaraguenses de açúcar e algodão, reduzindo drasticamente as cotas de importação estadunidenses e de aliados comerciais deste último. Aprofundando nesse uso de “armas” econômicas por causas e objetivos políticos, o desgaste da estrutura produtiva fundamental do país alcançou o próprio consumo interno: dois produtos centrais na dieta nicaraguense, milho e feijão, se encontravam 90% em mãos de pequenos e médios camponeses, que por sua vez em grande parte estavam localizados em zonas de conflito. Ou seja, a guerra atingiu esferas impensáveis para o cidadão nicaraguense, afetando não só o quadro político, econômico e social do país, mas também o *modus vivendi* que tentava se instaurar após o período autoritário. A questão do camponês era apenas um dos fatores desestabilizadores presentes no período estudado; a defesa e seu amplo projeto e custos prejudicaram consideravelmente a reconstrução do país, afetando setores produtivos, sociais e até mesmo culturais nicaraguenses.

Três teatros de guerra se desenvolveram no país, em decorrência de situações promovidas pela contrarrevolução e por consequências particulares do cenário nicaraguense de conflito. O primeiro era a região urbana e centro econômico do país (ou região do Pacífico), onde habitava, na designação de Carlos Vilas, o “sujeito popular da revolução²⁴²”; efetivamente, poucos confrontos ocorreram nessa região, centro operacional do EPS e das forças sandinistas. O segundo teatro de guerra era o chamado ‘país camponês’, região de produção da quase totalidade das exportações nicaraguenses e base dos fornecimentos e provisões econômicas de todo o país e que se converteria em meados dos anos 80 em base social da Contra; foi o principal centro de ações da contrarrevolução, desde as primeiras sabotagens até os enfrentamentos diretos com tropas do EPS. Por fim, o terceiro teatro de

²⁴¹ CAJINA, Roberto. Op. Cit. p. 155.

²⁴² VILAS, Carlos. **Perfiles de la revolución sandinista**. Habana: Casa de las Américas, 1984.

guerra foram as zonas criadas pelo EPS para tentar expulsar a Contra, localizadas em regiões fronteiriças e de baixíssima densidade populacional; foram nessas localidades que as grandes operações sandinistas ocorreram (por exemplo, a famosa operação Danto 88).

Militarmente, a Contra (representada principalmente pela FDN, que depois se converteria em RN) estava composta por órgãos consultivos e operativos. Os primeiros correspondiam aos conselhos de comandantes regionais, integrados por chefes das distintas unidades contrarrevolucionárias (comandos regionais, forças especiais, apoio logístico, etc.). Tais conselhos tinham como funções colaborar na coordenação e em possíveis ajustes nas operações militares já planificadas, analisar as ações nas diferentes frentes de guerra e avaliar os planos traçados pelo mando central da Contra. O setor operativo era controlado por um diretório da área militar, máxima autoridade militar da organização contrarrevolucionária. Estruturado sob mando vertical e por meio de um Estado Maior, referido diretório tinha como principais missões²⁴³: coordenar e implementar as decisões do diretório nacional que sejam aplicáveis à área militar; responder pelos planos estratégicos e supervisionar o desenvolvimento das operações militares; coordenar planos e operações nas distintas frentes de guerra; atuar como vínculo dos programas de ajuda militar destinada às forças da FDN e RN.

Ainda na esfera operativa, sob o comando do diretório militar, estava organizado um exército contrarrevolucionário, atuante em três frentes: Frente Norte, por meio de tropas da FDN; Frente Sul, com homens da ARDE; e Frente do Atlântico, combatida com a YATAMA²⁴⁴. Mencionamos que apesar dos inúmeros grupos contrarrevolucionários, a Contra se organizava e atuava como um único ator. No campo militar tal aspecto se mantinha e obedecia-se um plano de ação central, ainda que cada uma das organizações mantivesse sua estrutura e mando próprios. A unidade das forças contrarrevolucionárias era igualmente importante para o direcionamento de verbas e demais apoios estadunidenses enviados desde o exterior.

Antes de nos aprofundarmos nas tropas terrestres da Contra, aquelas que foram os principais combatentes do EPS, apresentaremos outras unidades componentes do aparato militar opositor. Subordinadas a um comando estratégico estabelecido com apoio da CIA e de acordo com conceitos de luta irregular, as forças contrarrevolucionárias contavam com

²⁴³ EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. Op. cit. p. 6.

²⁴⁴ *Yapti Tasba Masraka Nanih Aslatakanka*, organização indígena de grupos da Costa Atlântica nicaraguense liderada por Steadman Fagoth e Brooklyn Rivera. Originada na segunda metade da década de 1980 da fusão de dois agrupamentos indígenas: MISURASATA (*Miskito Sumo Rama Sandinista Aslatakanka*) e MISURA/KISAN (*Miskito Sumo Rama - Kus Indian Sut Asla Nicaragua ra*, em português Unidade Indígena da Costa Atlântica).

uma Força Aérea destinada ao amparo às forças terrestres, colaborando no transporte de equipamentos e homens. No fim da década, em torno de 11 aeronaves estavam sendo utilizadas pela Contra: 3 Douglas DC-6 (cargueiros usados para transporte de longo alcance), 2 helicópteros UH-1H (modelo largamente usado pelos marines e na Guerra do Vietnã), 2 helicópteros Bell 212 (também usado pelos marines), além de unidades de Douglas C-47 (modelo famoso pela aplicação na Segunda Guerra Mundial), dos utilitários DHC-6 Twin Otter e Cessna 185 e do helicóptero de pequeno porte MD 500²⁴⁵. Além de tais aeronaves, também foram utilizadas estruturas físicas e equipamentos da força aérea hondurenha e aviões pertencentes ao governo estadunidenses.

Ao lado da Força Aérea, os Centros de Exploração Radioeletrônica e Centros de Abastecimento tinham papel relevante nas ações desenvolvidas. Os primeiros constituíam fonte importante para obtenção de dados de inteligência sobre as tropas e planos sandinistas, complementados por exploração aérea (radioeletrônica e fotográfica) e terrestre, conseguida com auxílio estadunidense. Os centros e subcentros de abastecimento respondiam pela recepção e distribuição de todo tipo de suprimento e armamento, localizados principalmente em território hondurenho e costa-riquenho.

Após contínuas mudanças orgânicas e estruturais, a Contra adotou, na segunda metade da década de 1980 e período auge dos confrontos armados, uma formação de acordo aos diferentes tipos de tática e modalidades de combate desenvolvidos no decorrer dos anos de enfrentamento com o EPS. Desse modo, a estrutura principal de mando e direção estava nos chamados Comandos Operacionais e nos Comandos Regionais; subordinados a eles, as Forças de Tarefa e Forças Especiais, Unidades de Combate (incluindo as unidades independentes), Unidades de Apoio, grupos e destacamentos²⁴⁶.

O quadro de guerra civil estava elaborado. Em números, e em média, o combate foi desigual: cerca de 30.000 contras enfrentaram aproximadamente 300.000 sandinistas nas ações militares. Por si só, os contrarrevolucionários não poderiam vencer os defensores do regime sandinista; daí a necessidade de colaboração internacional. O primeiro país a fornecer ajuda à Contra foi a Argentina, então sob o regime autoritário do militar Leopoldo Galtieri²⁴⁷.

²⁴⁵ Informações consultadas em: EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. Op. cit. p. 8. e BARBOSA MIRANDA, Francisco. Op. cit.

²⁴⁶ EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. Op. cit. p. 10. Segundo levantamento realizado pelo próprio EPS, em 1988, a Contra possuía 23 Comandos Regionais, 72 Forças de Tarefa e Unidades de Combate (sendo 4 independentes), 1 Força Especial e 3 Unidades de Segurança e Serviço.

²⁴⁷ General argentino que governou o país entre 1981 e 1982. Em seu mandato ocorreu a invasão das ilhas Malvinas, território então ocupado por britânicos desde o século XIX, resultando na chamada Guerra das Malvinas. Posteriormente, durante o governo de Raúl Alfonsín (1983-1989), foi condenado por suas ações como comandante das Forças Armadas.

Imbuídos de uma “mentalidade de cruzada contra o comunismo²⁴⁸”, militares argentinos colaboraram no treinamento e na formulação de táticas para os contrarrevolucionários. No início de 1982 a CIA já declarava de maneira direta seu apoio à Contra. Em fevereiro desse mesmo ano, a agência de inteligência estadunidense informou ter à disposição um exército de 1.000 homens, outros 1.000 miskitos e 1.000 treinados por argentinos. A progressão quantitativa foi considerável no decorrer da década de 1980. Se em dezembro de 1982 em torno de 4.000 homens combatiam como contrarrevolucionários, em dezembro de 1983 cerca de 15.000 compunham as tropas da Contra. Em 1984, em território hondurenho, mais de 16.000 homens estavam armados e preparados para agir contra tropas do EPS; na Costa Rica, 7.500 estavam na mesma situação²⁴⁹.

Apesar de numericamente inferiores, até 1984 os contras eram superiores em treinamento, armamento, provisões, logística, organização, comunicação e capacidade tecnológica, visto que o EPS ainda era um exército de mobilizados de maneira apressada. A esse respeito, o pesquisador holandês Dirk Kruijt apresentou informações relevantes para o entendimento das ações do EPS e sua organização nos primórdios do regime sandinista: “*Se movilizaron cuando querían y se desmovilizaron también cuando querían. Sospecharon que todos los campesinos eran contrarrevolucionarios y trataran mal a la población local*”²⁵⁰. Nesse tipo de recrutamento, se organizavam unidades de reserva e de voluntários, e participavam nicaraguenses de todas as idades e funções, desde jovens estudantes, passando por taxistas, operários de empresas, e afetando até mesmo aposentados²⁵¹. No período de tais ações, com a superioridade qualitativa da Contra, a direção da FSLN percebeu a necessidade de uma nova organização de suas forças armadas, fazendo com que a superioridade quantitativa já adquirida se somasse com aspectos técnicos mais condizentes com um exército regular nacional.

O momento de inflexão no EPS e na estratégia sandinista foi a estruturação do serviço militar obrigatório, conhecido como Serviço Militar Patriótico (SMP)²⁵². A partir de seu estabelecimento em todo o território nicaraguense, associado a novos direcionamentos da

²⁴⁸ KRUIJT, Dirk. *Revolución y contrarrevolución: el gobierno sandinista y la guerra de la Contra en Nicaragua, 1980-1990*. In: **Desafíos** 23-II. p. 70.

²⁴⁹ Na Costa Rica, as ações centravam-se em Edén Pastora e na ARDE, mesmo com as divergências de Pastora com outros líderes contrarrevolucionários. No período de janeiro de 1982 a março de 1984, a direção das ações de organização contrarrevolucionária estava com o comandante-em-chefe das Forças Armadas hondurenhas, Gustavo Alvarez Martínez.

²⁵⁰ KRUIJT, Dirk. Op. cit. p. 71. Tradução livre: “[Os sandinistas] Mobilizavam-se quando queriam e se desmobilizavam também quando queriam. Suspeitaram que todos os camponeses eram contrarrevolucionários e trataram mal à toda a população”.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Abordamos a organização e os efeitos do SMP no capítulo 2 deste trabalho, item ‘Alistamento militar’.

economia e do setor público, passou-se à ofensiva sandinista, com uma estratégia nacional diretamente vinculada à guerra. Como demonstração de tal viragem no projeto sandinista tem-se os números dos combatentes em comparação com a quantidade de envolvidos em outro setor: em 1989, cerca de 80.000 combatentes permanentes e regulares formavam as tropas do EPS, ao passo que o número de funcionários públicos no mesmo ano era de aproximadamente 95.000. Era perceptível o quanto as agressões internas e externas afetavam o regime sandinista não apenas no âmbito militar, mas nas diversas esferas do governo e da sociedade. Mais claramente, a guerra afetou as estruturas do Estado, os planos de bem-estar social e, principalmente, a economia: *“Toda la organización del gobierno se puso en servicio de la guerra, hasta la cooperación que podíamos encontrar de países que tenían solidaridad con Nicaragua”*²⁵³. Mais dados quantitativos podem ser adicionados a essa percepção: entre 1980 e 1989, de acordo com cálculos oficiais, quase 62.000 pessoas morreram em decorrência do conflito armado, 60% dessas somente entre os anos 1986 e 1989; em 1986, no auge dos enfrentamentos entre EPS e Contra, em torno de 250.000 nicaraguenses foram obrigados a se deslocar, com propriedades confiscadas e transferidas para setores sandinistas.

Tal período (1983-1984) corresponde também com a mudança na atitude estadunidense frente à situação nicaraguense. Divulgado em janeiro de 1984, o informativo da Comissão Bipartidária Nacional sobre a América Central (conhecido como Informe Kissinger, em referência a Henry Kissinger, diretor de referida comissão) relatou uma percepção quase integral da crise na América Central. Considerado como coerente pelo governo estadunidense, mudou-se a estratégia de contenção passiva para contenção ativa, baseada em uma política nacional unificada, coerência ideológica e ofensiva militar. Estava então estruturada a conhecida ‘Doutrina Reagan’, cujas características centrais eram o permanente cerco e bloqueio econômico e a crescente agressão militar contrarrevolucionária, tendo por objetivo reverter os processos (*rollback*) considerados “revolucionários” não consolidados. A partir desse momento a guerra prolongada foi o foco das ações estadunidenses, especialmente com a ameaça do uso da força sem combater, ou seja, pela dissuasão através de discursos políticos ideológicos sob a ameaça de intervenção. O quadro de guerra de baixa intensidade dos Estados Unidos contra a guerra total de defesa da Nicarágua estava colocado em prática.

Em nossa análise, constatamos que as distinções entre as funções da institucionalidade do Estado, as do partido (FSLN) e as do sistema de defesa nacional não pareciam ser claras

²⁵³ Declaração de José Ángel Buitrago, antigo vice-ministro de Cooperação Externa. In: KRUIJT, Dirk. Op. cit. p. 71. Tradução livre: “Toda a organização do governo foi colocada a serviço da guerra, até a cooperação que podíamos encontrar de países solidários com a Nicarágua”.

durante o período abordado²⁵⁴, de modo que a contrarrevolução soube utilizar tal traço como fraqueza do regime sandinista. Grande parte da base social da Contra foi mobilizada através do apelo e do discurso da inexistência de um projeto destinado exclusivamente à população de uma maneira geral. Ou seja, reforçava-se a ideia de que a FSLN defendia unicamente seus interesses enquanto grupo político e econômico dominante, e que a defesa dos nicaraguenses era apenas uma consequência de um projeto mais amplo de defesa do Estado sandinista, de seu programa político e de seus dirigentes.

Distintas interpretações podem ser associadas à persistência de referido conflito e suas amplas proporções adquiridas na década de 80. Primeiramente, as situações de violência são associadas a fatores internos, causas sociais e principalmente políticas que desestabilizam as estruturas de mando e de movimentação do país. Nessa interpretação, defendida pelo pesquisador guatemalteco Edelberto Torres Rivas²⁵⁵, se insiste na desestruturação das relações sociais e na instabilidade política em decorrência do desenvolvimento econômico conhecido pela Nicarágua a partir dos anos 60 e que fez surgir novos grupos de atores sociopolíticos, levando-os posteriormente à radicalização de opções pela incapacidade do sistema político em absorver as distintas demandas sociais²⁵⁶. Uma segunda interpretação centra-se no papel decisivo das forças exteriores no ambiente nicaraguense. Em referida percepção, um jogo de “rivalidades imperiais” seria o motivo do persistente estado de conflito na Nicarágua²⁵⁷, de modo que as disputas internas na década de 1980 estariam muito mais relacionadas com o embate entre Estados Unidos e a então União Soviética do que com motivos especificamente nicaraguenses.

A partir de tais pontuações e todo o exercício de análise já realizado nesse trabalho, consideramos que a situação nicaraguense dos anos 80 também pode ser entendida como uma continuidade da vida política do país no decorrer de todo o século XX. Ou seja, a existência

²⁵⁴ Já mencionamos os traços referentes ao alcance da defesa (ver nota 52). Quanto ao Estado, o Estatuto Fundamental de 1979 era igualmente vago em suas colocações, não delimitando seus alcances e atuações: “a função primordial do Governo de Reconstrução Nacional será restaurar a paz, sentar as bases para a instauração de um sistema de governo democrático com profundas raízes populares, e empreender a grande tarefa de reconstrução nacional no político, no social, no econômico, para o qual se necessita a ordem jurídica adequada”. Tal estatuto previa a elaboração de uma nova Constituição para o país, que somente foi concretizada quase 8 anos depois, no início de 1987. Ver: NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979 e NICARAGUA. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987.

²⁵⁵ Ver: TORRES-RIVAS, Edelberto. **Centroamérica**: entre revoluciones y democracia. Bogotá: Siglo del Hombre Editores/CLACSO, 2008.

²⁵⁶ BATAILLON, Gilles. De Sandino aos Contras: formas e práticas da guerra na Nicarágua. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 5, n.2/2011. p. 2.

²⁵⁷ Ver: TOURAINE, Alain. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, Editora da Unicamp, 1989 e LEIKEN Robert (ed.). **Central America**: anatomy of conflict. Oxford: Pergamon Press, 1984.

de uma cultura política baseada no uso da violência armada para amparo de forças políticas permeou a história da Nicarágua. Assim, “isso significa dizer até que ponto, do começo do século ao decênio de 1980, o jogo político nicaraguense se inscreveu em um ‘fundo guerreiro’ continuado, em que a intromissão das potências estrangeiras foi a norma²⁵⁸”. Em tal *continuum* dos fatos, como apresentou Gilles Bataillon, a violência era uma modalidade de ação legítima e, de certa forma, aceita por grande parte da população.

A ideia de persistência do conflito em várias esferas da sociedade nicaraguense pode ser usada igualmente para justificar a problemática em torno da ideia de nação. Até o triunfo da revolução sandinista, não seria errôneo considerar que os nicaraguenses não se viam como membros de uma nação una, composta de indivíduos iguais perante a lei. Sentiam-se, primeiro, como membros de uma família (ou linhagem); depois, como membros de uma vila ou cidade; por fim, com base nessas identificações, surgiam os grupos e facções políticas. Nesse período, o país era concebido mais como uma justaposição de grupos heterogêneos, cada qual com seus traços culturais e políticos e chefes próprios, esses últimos com o dever de assistência a seus dependentes²⁵⁹.

O atenuado grau e intensidade do conflito armado durante o regime sandinista promoveu uma reordenação nos referenciais nacionais. Cansada da guerra, a população nicaraguense passou a desvalorizar a ‘violência política’, o que resultou, em especial na segunda metade da década de 1980, na passagem do “imaginário guerreiro” à valorização dos direitos humanos, reavaliando o papel dos atores armados. Desde esse momento, a contestação do regime sandinista e de suas medidas foi ampliada e passou a atingir setores antes defensores da FSLN. Ademais, o descontentamento popular promoveu igualmente uma reavaliação dos anos de governo por parte da direção sandinista. Tomás Borge, um dos fundadores da Frente e ministro do Interior nos anos 80, após a derrota eleitoral de fevereiro de 1990, reconheceu a “arrogância” dos quadros sandinistas e a falta de democracia no partido e no Estado²⁶⁰. Nesse sentido, a contrarrevolução de certa forma teve méritos em relação ao seu projeto (promover a derrota sandinista e sua saída do poder) por conseguir acentuar os erros políticos e governamentais do grupo dirigente da FSLN, impondo uma quase permanente situação de guerra (mesmo que em vários momentos fosse apenas psicológica) que contribuiu para o desgaste do regime sandinista. O objetivo da contrarrevolução não era tomar a capital Managua, mas sim tornar o país ingovernável, forçando o grupo político no

²⁵⁸ BATAILLON, Gilles. Op. cit. p. 4.

²⁵⁹ Ibid. p. 20.

²⁶⁰ ROUQUIÉ, Alain. Op. cit. p. 220. Em referência a declarações de Borge publicadas nos jornais *The Independent*, Londres, 03 de outubro de 1990 e *Le Monde*, 05 de outubro de 1990.

poder a fazer uso da repressão e da limitação das liberdades. Militarmente, a Contra era limitada, tanto que as ações mais importantes e sofisticadas eram realizadas com participação de destacamentos estadunidenses. Como indicou o cientista político Alain Rouquié²⁶¹:

Creada esencialmente por extranjeros, debilitada apenas se agotaban las fuentes de financiamiento exterior, la FDN jamás fue un ejército disciplinado ni eficaz en el sentido militar del término. En cinco años no tomó una sola ciudad, no provocó una sola sublevación ni movilización popular, ni siquiera se creó una infraestructura permanente en el interior del país.

No fim da década de 1980 deu-se um impasse: por um lado, a Contra não conseguia avançar no território nicaraguense, tampouco promover ações militares efetivas; por outro, o EPS e a FSLN também não foram capazes de expulsar completamente as tropas contrarrevolucionárias e evitar suas ameaças. Diante de tal quadro a negociação pareceu a única alternativa viável para a estabilização da situação do país. Porém, o estendido conflito sociomilitar já havia penetrado consideravelmente na população e causado descontentamento suficiente para pesar negativamente na balança do regime sandinista. Os resultados das posteriores eleições de 1990 seriam mais uma consequência de referido desgaste.

No próximo, e último, capítulo abordaremos os aspectos centrais da derrocada sandinista. A transição será analisada desde o processo de negociação e pacificação da Nicarágua e da região centro-americana, bem como pelo pleito eleitoral de 1990, seu resultado e as medidas de reorganização do novo governo, momento no qual o exército se transformaria em força estabilizadora do país.

²⁶¹ Ibid. p. 210. Tradução livre: “Criada essencialmente por estrangeiros, debilitada, pois apenas se esgotavam as fontes de financiamento exterior, a FDN jamais foi um exército disciplinado ou eficaz no sentido militar do termo. Em cinco anos não tomou nenhuma cidade, não provocou nenhuma sublevação ou mobilização popular, nem sequer foi criada uma infraestrutura permanente no interior do país”.

5 A DERROCADA SANDINISTA

Após mais de quatro décadas de regime autoritário, a população da Nicarágua acreditou que a vitoriosa insurreição popular armada de 1979 marcaria uma etapa de grandes transformações, um horizonte democrático e de oportunidades era visto pelos mais entusiasmados adeptos sandinistas. É claro que a década de 1980 foi muito importante no cenário nicaraguense e centro-americano, com efetivas mudanças em políticas públicas e no direcionamento econômico, bem como nos aspectos culturais e, principalmente, políticos. Porém, o projeto sandinista não conseguiu ser aplicado em sua totalidade, seja por obstáculos impostos por pressões externas e opositoras, seja por traços conservadores e tradicionalistas da própria sociedade nicaraguense.

A primeira metade dos anos 80 foi marcada pela estatização de propriedades privadas, pela planificação centralizada e intervenção estatal direta na produção, centralização e concentração baseada na conjugação Estado-Partido-Exército-Organizações de Massa, e pela tentativa de homogeneização ideológica da sociedade. Contudo, as próprias ações da direção da Frente Sandinista conduziram ao fracasso um possível alcance maior do projeto revolucionário: processos de indefinições, incoerências e contradições foram comuns durante todo o governo. Uma conseqüente crise pareceu inevitável: ineficiência, corrupção, guerra, incerteza que minaram o apoio político interno do regime sandinista²⁶². Além da influência externa que igualmente contribuiu na derrocada do projeto revolucionário; especialmente as sequelas dos conflitos regionais e o fim da Guerra Fria, entendendo a Nicarágua como “teatro marginal” de dito conflito. Nesse sentido, estudos indicaram que forças externas pareciam criar um campo de força e contenção que fazia o regime sandinista invulnerável ao desenvolvimento das contradições internas²⁶³. Em referido marco nacional e internacional de forte oposição podemos indicar que a FSLN foi “obrigada” a abandonar seu projeto e buscar a solução negociada; passando da ofensiva à defensiva, principalmente no âmbito militar e após a derrota eleitoral de 1990.

A debilidade dos resultados dos projetos sandinistas no final da década também foi fator determinante. A economia estava nas mesmas condições, ou talvez pior, do que no fim do regime somozista; os serviços públicos de saúde, segurança e de acesso a necessidades básicas ainda eram limitados; e o desgastante conflito bélico com os Contras afetavam as

²⁶² VELÁZQUEZ PEREIRA, José Luis. **Interpretación histórica de la década de 1980 en Nicaragua**. Trabalho apresentado no IV Congreso Centroamericano de Historia (Nicarágua, 14-17 de julho de 1998).

²⁶³ Ver: VELÁZQUEZ PEREIRA, José Luis. Op. cit. e MORRIS, Kenneth E. **Unfinished revolution**: Daniel Ortega and Nicaragua's struggle for liberation. Chicago, Illinois: Chicago Review Press, 2010.

esperanças da população. Como afirmou Humberto Ortega²⁶⁴: “*Es innegable que el pueblo no puede vivir únicamente de una buena idea, de una buena intención. La gente vive de cosas concretas, materiales*”²⁶⁵.

O fim do regime sandinista não teve causas únicas ou bem definidas, uma heterogeneidade e multiplicidade de fatores tiveram papel em tal derrocada. As negociações e o processo de pacificação foram etapas relevantes nesse período, bem como o pleito eleitoral de 1990, marcos da transição democrática na Nicarágua. Adiante analisaremos tais fatos e as modificações aplicadas às Forças Armadas, de maneira central a transformação do EPS em um corpo armado apolítico e regular e suas novas atribuições no cenário político-militar nicaraguense.

5.1 Contestação popular e internacional

Retratamos em capítulos anteriores que durante o regime sandinista deu-se de maneira progressiva a verticalização e o centralismo nas decisões políticas do país. Se no início dos anos 80 tinha-se um sinal distintivo de democracia participativa, com o passar dos anos e com o recrudescimento da oposição, as liberdades orientadas à participação popular em assuntos decisórios foram sendo limitadas. Para Hugo Torres, em entrevista ao autor, a guerra obrigou a centralização em detrimento da democracia, efetivando um quadro de “absolutização do poder”. Com a Constituição de 1987, por exemplo, acrescentou-se, além da já existente subordinação política, a subordinação jurídica à FSLN²⁶⁶. O acesso a recursos antes indisponíveis à grande parte da população foi sim uma conquista social decorrente do fim do regime somozista, além de avanços na dimensão socioeconômica: progressos na saúde e educação, reforma agrária e consequente redistribuição de terras, perspectivas de progresso social, etc. O pesquisador argentino Carlos Vilas²⁶⁷ retratou tal quadro:

Las grandes conquistas de la revolución se apoyaron en esa organización: la consciencia de la eficacia política de la participación, la reconstrucción de la economía, el desarrollo social de los años iniciales, la defensa campesina

²⁶⁴ ORTEGA, Humberto apud CAJINA, Roberto. **Transición política y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996. p. 23.

²⁶⁵ Tradução livre: “É inegável que o povo não pode viver unicamente de uma boa ideia, de uma boa intenção. As pessoas vivem de coisas concretas, materiais”.

²⁶⁶ Ver: NICARAGUA. Constitución Política (Aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n.05 de 09 de janeiro de 1987.

²⁶⁷ VILAS, Carlos. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005. p. 96.

ante la contrarrevolución, la superación de la dificultades creadas por la falta de repuestos y el desabastecimiento, el antimperialismo militante²⁶⁸.

Contudo, tal democratização pareceu muito mais desigual que mobilizadora e insersora. Uma tensão quase permanente expunha um todo maior do que a soma das partes, ou seja, avançava-se mais em determinados âmbitos do que em outros. O objetivo do projeto da FSLN era a integração das massas populares na comunidade política, em um processo coletivo de constituição da nação em *res pública*: “*Fue en tal sentido un proceso de construcción de un estado nacional popular y por lo tanto de una soberanía nacional asentada en la movilización y en la organización popular*”²⁶⁹. O processo de democratização sandinista era marcado pelo entendimento dos diferentes grupos sociais como agentes fundamentais da dinâmica social e do povo como referente central no destacamento político dos referidos sujeitos e atores sociais; ou seja, buscava-se uma ênfase maior na democratização no âmbito público do que no âmbito privado.

Ainda assim, as limitações de tal democratização foram perceptíveis, e foram igualmente influentes na derrocada do ideário sandinista na opinião pública, especialmente naqueles que quase cegamente confiaram e depositaram suas esperanças no projeto político da FSLN. Nas relações de gênero, por exemplo, o processo de democratização foi restrito pelas relações de opressão e subordinação de gênero ainda existentes na sociedade, de modo que a mulher nicaraguense avançou mais como trabalhadora e cidadã em âmbitos locais e pessoais do que em gênero²⁷⁰. Outro exemplo pode ser obtido com as questões de etnicidade existentes na Nicarágua; questão essa que se tornou um problema de governabilidade durante o regime sandinista, uma vez que a Frente Sandinista pareceu não compreender – ou se esforçou para tal – as diferenças culturais e sociais de comunidades geograficamente distantes da capital Managua. Desse modo, regiões do Atlântico habitadas por nativos miskitos, sumos, ramas e outros²⁷¹ se tornaram um ponto de debates nacionais e internacionais, já que os sandinistas tentaram incorporar as mesmas estratégias aplicadas na região nicaraguense mais urbanizada

²⁶⁸ Tradução livre: “As grandes conquistas da revolução se apoiaram nessa organização: a consciência da eficácia política da participação, a reconstrução da economia, o desenvolvimento social dos anos iniciais, a defesa camponesa ante a contrarrevolução, a superação das dificuldades criadas pela falta de subsídios e pelo desabastecimento, o anti-imperialismo militante”.

²⁶⁹ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 97. Tradução livre: “Foi nesse sentido um processo de construção de um estado nacional popular e, portanto, de uma soberania nacional asentada na mobilização e na organização popular”.

²⁷⁰ Ver: RANDALL, Margaret. **Estamos todas despertas** - As mulheres da Nicarágua. São Paulo: Global Editora, 1982 e VILAS, Carlos. Op. cit.

²⁷¹ Além dos mencionados, a Nicarágua também possui os seguintes povos indígenas em seu território: garífunas, creoles, mestizos, chorotegas, matagalpas, náhuatl e sutiavas u hokan sui. Tais grupos étnicos estão geograficamente localizados nas Regiões Autônomas do Atlântico Norte (RAAN) e do Atlântico Sul (RAAS), na Costa do Caribe, organizadas em 1987. Estima-se que os povos indígenas correspondam atualmente a 10% da população total da Nicarágua.

em territórios que historicamente possuíam um *modus vivendi* particular. O descontentamento com os projetos políticos e sociais sandinistas na região transformou-se em oposição, fomentando inclusive a contrarrevolução armada através principalmente de grupos armados como o MISURA e YATAMA, já abordados anteriormente neste trabalho. A autonomia para as regiões do Atlântico somente foi declarada em 1987, com a publicação do Estatuto da Autonomia das Regiões da Costa Atlântica da Nicarágua²⁷², minimizando o impasse e pela necessidade do sandinismo de colocar fim à guerra, tendo a convicção de que isso não seria possível simplesmente pela via da superioridade militar²⁷³.

Ademais, a atenção preferencial do governo com relação a acordos com grupos empresariais e com a comunidade internacional, bem como a distribuição desigual dos resultados e das cobranças e exigências para alcançá-los, foram fatores que contribuíram na restrição da abrangência e da dimensão do projeto revolucionário sandinista (democrático e popular) inicialmente proposto para toda a sociedade. Por isso, análises afirmaram o grande hiato existente entre a retórica sandinista (basicamente de orientação antiestadunidense e socialista) e os efetivos alcances das estratégias e medidas governamentais da FSLN²⁷⁴. Segundo personagens sandinistas ativos no período²⁷⁵, a FSLN não soube fazer a leitura política apropriada das contradições internas nicaraguenses. Seria simplista culpar somente a Frente Sandinista pelo insucesso do projeto revolucionário pelo qual se baseou desde o vitorioso movimento insurrecional de 1979. Todo o cenário conjuntural nicaraguense nos anos 80 deve ser levado em consideração, principalmente a intensidade da oposição contrarrevolucionária (armada, política e econômica), assim como as próprias fraturas historicamente presentes na estrutura sociopolítica da Nicarágua.

A América Central tinha – e ainda tem – uma vasta estrutura social composta por camponeses, comunidades indígenas, trabalhadores assalariados sazonais, além de um pequeno grupo de empresários industriais residentes no setor urbano. Na Nicarágua o panorama não era diferente. Fazendo uma análise pelo viés marxista, podemos apontar que o capitalismo subdesenvolvido centro-americano gerou uma frágil estrutura de classes, com uma fraca polarização entre burguesia e proletariado. A contradição entre desenvolvimento das forças produtivas e estrutura das relações de produção, na qual Marx fincou as condições

²⁷² Ver: NICARAGUA. Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua. Lei n.28 de 07 de setembro de 1987. Publicado em **La Gaceta** n.238 de 30 de outubro de 1987.

²⁷³ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 106.

²⁷⁴ Ver, por exemplo: VILAS, Carlos. Op. cit.; RAMÍREZ, Sergio. **Adiós Muchachos** – A história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Rio de Janeiro: Record, 2011 e ROUQUIÉ, Alain. **Guerra y paz en América Central**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

²⁷⁵ Entrevista do general retirado Hugo Torres concedida ao autor.

para o desenvolvimento das revoluções sociais, foi e é pouco relevante na maioria das sociedades centro-americanas²⁷⁶. Dito de outra maneira, as vulnerabilidades emergidas do atraso e do subdesenvolvimento nicaraguense agravaram as tensões que surgiam pela (tentativa de) extensão da democratização no âmbito das relações socioeconômicas e de acesso a recursos²⁷⁷. Ademais, a inexperiência organizativa de trabalhadores, camponeses e de outros grupos sociais mais distantes das esferas de poder também dificultou a aplicação de estratégias de desenvolvimento baseadas na participação popular, o que trouxe como consequência a centralização de decisões por parte da direção sandinista.

Regionalmente, podemos afirmar que o triunfo de 1979 estava inserido em uma situação internacional favorável, com a presença do apoio da então União Soviética, de Cuba e de países do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua – sigla em inglês²⁷⁸). Já no fim da década de 1980, o espaço internacional para processos radicais de transformação política e econômica estava muito mais limitado na América Central, especialmente com o fim da Guerra Fria e com o crescente apelo às políticas de paz. O próprio caráter multiclassista do projeto inicial da FSLN contribuiu para seu posterior derrocamento. As mesmas alianças que fizeram possível o triunfo revolucionário acabaram conspirando contra o avanço de etapas mais profundas de mudanças políticas e econômicas. Dessa consideração justificavam-se as constantes reorientações nos enfoques e projetos do sandinismo, visando tentar atender os distintos grupos sociais que sustentaram a insurreição armada, desde camponeses a setores empresariais de Managua. Acrescenta-se que durante o regime sandinista pareceu ocorrer a criação e desenvolvimento de uma “burguesia sandinista”, ou seja, funcionários e dirigentes associados à FSLN atuando como personagens de um acelerado processo de enriquecimento e acumulação; processo esse de exercício patrimonialista de poder cuja compreensão é muito mais relevante pela perspectiva de Max Weber do que pela insistência na visão marxista.

Na segunda metade da década de 1980 a situação do regime sandinista já se mostrava comprometida: desmobilização popular em função da redução dos projetos de caráter social e igualmente de seus resultados; apoio da comunidade internacional cada vez mais escasso; falta de financiamento externo e recessão econômica decorrentes principalmente dos

²⁷⁶ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 110.

²⁷⁷ Ibid. p. 111.

²⁷⁸ O *Council for Mutual Economic Assistance* (COMECON) foi um projeto de integração e reconstrução econômica do leste da Europa após a Segunda Guerra Mundial. Surgiu como resposta ao Plano Marshall (plano de ajuda econômica dos Estados Unidos aos países da Europa Ocidental) e possuía como membros as extintas União Soviética, Alemanha Oriental e Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria, Romênia, Cuba, Mongólia e Vietnã. Fundado em 1949, encerrou suas atividades em 1991.

embargos e pressões estadunidenses; massas populares receosas em relação à direção sandinista e seus projetos devido ao aprofundamento do conflito com a contrarrevolução e ao desgastante impacto da guerra na população como um todo. Comumente aponta-se que um dos principais erros sandinistas foi reduzir o projeto considerado de “libertação nacional” e de luta anti-imperialista ao enfrentamento armado a uma luta defensiva contra a “inevitável agressão estadunidense”, de maneira que as camadas populares sofressem mais com os sacrifícios indicados como necessários para a estratégia de unidade nacional e de amplas alianças.

A opção pela via eleitoral também foi ponto de discussão no interior da direção sandinista e de posteriores análises a respeito do caso nicaraguense²⁷⁹. Indicamos anteriormente que para a cúpula da FSLN a inserção no jogo eleitoral não era bem aceita devido ao passado autoritário da história política nicaraguense, em que os processos eleitorais eram apenas “simbólicos”, com candidatos de “oposição” presentes como formalidade burocrática, uma vez que todos sabiam o total controle da família Somoza sobre o país. Se em 1984 a população votou entre a revolução e a contrarrevolução, no pleito de 1990 a escolha foi entre a continuidade de um regime envolvido em suas próprias indecisões e cujas ressonâncias revolucionárias já pareciam pertencer ao passado e as promessas de paz e estabilidade feitas pela coalizão opositora que contava com o apoio estadunidense²⁸⁰. O triunfo militar de uma economia em escombros, como expôs o pesquisador nicaraguense Roberto Cajina²⁸¹, não foi suficiente para salvar o projeto político da Frente Sandinista. Ademais, como indicou Humberto Ortega, “*es más difícil ser revolucionario cuando ya no existen aquellas motivaciones y cuando las exigencias son de otro tipo, cuando se habla de concertación y reconciliación nacional [...]*”²⁸². Posições mais radicais indicaram que o sandinismo utilizou a confiança que as massas lhe depositaram contra elas mesmas, e que a FSLN convocou as eleições sabendo que sairia derrotada e por isso mesmo as realizou²⁸³. Nesse viés, considera-se que a ascensão de uma força diferente da FSLN era uma etapa necessária na condução dos rumos da Nicarágua, principalmente pela necessidade de ajuda externa, já que com o sandinismo no poder os investimentos no país eram quase nulos. Talvez a grande questão não seja por que o sandinismo perdeu as eleições, mas explicar como um

²⁷⁹ Ver: CAJINA, Roberto. Op. cit.; SERRANO CALDERA, Alejandro (et. al.). **Legalidad, legitimidad y poder en Nicaragua**. Managua: Fundación Friedrich Ebert, 2004 e VILAS, Carlos. Op. cit.

²⁸⁰ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 127-128.

²⁸¹ CAJINA, Roberto. Op. cit.

²⁸² ORTEGA, Humberto. **Nicaragua: revolución y democracia**. [S.l.]: Organización Editorial Mexicana, 1992. p. 178. Tradução livre: “é mais difícil ser revolucionário quando já não existem aquelas motivações e quando as exigências são de outro tipo, quando de fala de negociação e reconciliação nacional [...]”.

²⁸³ ALTAMIRA, Jorge. **Porque o sandinismo fracassou**. São Paulo: Editora Outubro, 1990.

processo revolucionário terminou desta maneira. Mais adiante abordaremos com maiores detalhes as circunstâncias e questões em torno da derradeira eleição de 1990.

Internacionalmente, mais do que uma posição contrária à política exterior e aos interesses políticos e econômicos regionais, é importante ressaltar qual era a percepção do governo estadunidense acerca do regime sandinista, especialmente quanto ao EPS e às possíveis ameaças das forças armadas sandinistas. Para os sandinistas, a visão estadunidense era de grande relevância para a definição do grau das pressões internas. Talvez a principal denúncia do governo dos Estados Unidos fosse um suposto apoio à insurgência revolucionária na região. Durante os anos 80, os sandinistas foram acusados de dar suporte a grupos revolucionários no istmo, principalmente para o movimento salvadoreño (centrado na FMLN), fornecendo armas e munições aos guerrilheiros vizinhos. O papel nicaraguense como promotor da insurgência regional dependeria também da atitude e apoio de cubanos e soviéticos²⁸⁴, visto que sozinha a Nicarágua não seria contundente o suficiente para fomentar consideravelmente movimentos guerrilheiros na região centro-americana. Associado a tal fator tinham-se as acusações de apoio ao terrorismo internacional²⁸⁵, segunda as quais o Estado nicaraguense teria posições semelhantes às da Líbia, Síria e Irã, entendidos como patrocinadores de ações terroristas em âmbito internacional. O governo estadunidense inclusive reiterou a existência de relações da FSLN com o governo libanês, o ETA (*Euskadi Ta Askatasuna* – em português, Pátria Basca e Liberdade – organização basca que orientação separatista/independentista) e a OLP (Organização para a Libertação da Palestina, então liderada por Yasser Arafat). Por fim, a ameaça de desenvolvimento de forças armadas capazes de colocar em risco os interesses e aliados estadunidenses na região, basicamente através de facilidades concedidos pela então União Soviética e por Cuba; por sua vez, a Nicarágua permitiria a instalação de bases soviéticas em seu território; ameaça esta que nunca se concretizou, apesar do apoio soviético ao regime sandinista.

Com a posterior saída da Frente Sandinista do governo nicaraguense os juízos de valor estadunidenses em relação ao EPS tornaram-se mais frágeis e reduzidos. A visão dos Estados Unidos contribuiu para delinear as políticas e estratégias de defesa do sandinismo, servindo de referência no marco das relações internacionais do país centro-americano. Favorecido igualmente pelo fim da Guerra Fria e da sobrevivência dos Estados Unidos como única

²⁸⁴ Ver: MCCORMICK, Gordon et al. **Nicaraguan Security Policy: Trends and projections**. Washington: RAND Publication Series, 1988.

²⁸⁵ GUZMÁN, Luis Humberto. **Políticos en uniforme: un balance del poder del EPS**. Managua: Instituto Nicaraguense de Estudios Socio-Políticos, 1992. p. 59

potência de dimensões imperiais, uma nova relação iniciou-se a partir dos anos 90, inclusive com programas de cooperação.

A oposição internacional ao regime sandinista era centralizada pela posição do governo estadunidense, com consequentes embargos econômicos e medidas políticas contrárias ao sandinismo estendidas aos parceiros e aliados de Washington. Definiu-se de maneira clara um enfrentamento entre Nicarágua sandinista e Estados Unidos, apontada e reproduzida pela FSLN como a luta entre revolução e imperialismo, inevitável após a insurreição de 1979. O governo nicaraguense inclusive fez uma denúncia²⁸⁶ à Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, nos Países Baixos, em 1984, como mencionamos no capítulo anterior. Associada a tal oposição externa, a contestação interna do regime sandinista foi igualmente relevante no desgaste do sandinismo enquanto opção governamental, ao passo que a redução do apoio popular foi minando um dos principais alicerces do projeto revolucionário da FSLN que era justamente a coalizão entre partido e população. A percepção do conflito generalizado, bem como a burocracia partidária militar penosa e ineficiente, é central na análise da história política-militar da Nicarágua nos anos 80; de forma que se possa entender como a interligação entre governo, Forças Armadas e sociedade foi concomitantemente uma força e uma debilidade do regime sandinista, em um quadro que, ao final da década, parecia ter como única saída o processo de negociação e posterior pacificação.

5.2 Negociação e eleições de 1990: a ascensão de Violeta Chamorro

Após pesados anos de enfrentamentos armados com a Contra e demais oposições fora do âmbito militar, a FSLN e seu regime davam mostras de fragilidades e traços irrecuperáveis perante a sociedade. A situação econômica, por exemplo, encontrava-se muito deteriorada, com danos calculados em mais de US\$12.000 milhões somente em 1989²⁸⁷, além de mais de 57.000 vítimas dos conflitos armados entre os anos de 1981 e 1989 (destas vítimas, as mortes

²⁸⁶ Conhecido como Caso Nicarágua contra Estados Unidos, correspondeu à denúncia do país centro-americano por violações de direito internacional feitas pelo governo do então presidente estadunidense Ronald Reagan, com ações encobertas de apoio à oposição armada (Contra) e ações diretas de ataque a portos e bases navais do país com o objetivo de isolar economicamente o regime sandinista. O governo estadunidense recusou participar das investigações argumentando que a Corte não teria jurisdição em tal caso. Em junho de 1986 a Corte Internacional de Justiça sentenciou a favor da Nicarágua, condenando os Estados Unidos a indenizarem o país centro-americano pelos danos e violações legais. O governo estadunidense recusou aceitar a decisão da Corte. Durante o governo de Violeta Chamorro as reclamações nicaraguenses ante a Corte foram retiradas, perdendo a possível dívida estadunidense com o país. Todo o caso foi muito bem detalhado em: MARION, Laudy. **Nicaragua ante la Corte Internacional de Justicia de La Haya**. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1988.

²⁸⁷ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 21.

chegaram quase a 30.000). As pressões contrarrevolucionárias conduziram a uma sobrecarga nos gastos com o setor de defesa (em 1987, o orçamento utilizado na defesa e segurança foi duas vezes e meia maior do que a soma de todo gasto social), de modo que o governo sandinista foi “obrigado” a dar mais atenção ao treinamento e aos equipamentos do EPS, em detrimento de outros setores do país. Sem dúvida tal quadro contribuiu negativamente para a opinião de vários setores sociais em relação ao projeto político da Frente Sandinista, que desde 1979 se denominava revolucionário e popular. Como retratou Sergio Ramírez²⁸⁸, intelectual nicaraguense e vice-presidente durante o primeiro mandato de Daniel Ortega (1985-1990), o desenvolvimento econômico era um difícil sonho continuado, e a guerra sempre interrompia; as ideias se apegavam ao dogma, porém ficavam longe da realidade: “O lema que fraturou a espinha dorsal da economia foi ‘tudo para as frentes de guerra’”.

Além da guerra e da crise econômica, o impacto da crise estrutural da União Soviética e todo bloco soviético também tiveram influência na derrocada sandinista e nos consequentes resultados eleitorais de 1990. O amparo político-ideológico da Frente Sandinista desaparecia e a ausência de outros parceiros político-econômicos desacreditava grande parte dos partidários sandinistas e indicava que o caminho das negociações era a alternativa para tentar preservar a maior parcela possível de medidas estabelecidas no regime revolucionário. Contudo, tal processo seria danoso ao projeto político-social sandinista; negociar, para a direção sandinista, significava ceder às vontades da oposição e reconhecer o fracasso de seu projeto, por mais que inúmeras circunstâncias tivessem levado a tal:

La estrategia de negociación internacional, para sobrevivir a la guerra y sus efectos apelando a una revolución de baja intensidad; la recomposición de las alianzas internas y la proyección de una imagen más grata a los interlocutores externos, tuvieron como precio la desaceleración de la revolución, es decir la inversión de sus políticas económicas y la reversión de muchas de sus conquistas sociales e políticas²⁸⁹.

Os primeiros passos nos processos de negociação foram com o grupo Contadora, entidade multilateral composta pelos governos da Colômbia, México, Panamá e Venezuela que visavam promover a paz na região centro-americana. A primeira reunião ocorreu em 1983, na Ilha Contadora, no Panamá. A ameaça de desestabilização de toda a região motivou

²⁸⁸ RAMÍREZ, Sergio. Op. cit. p. 269, 271.

²⁸⁹ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 129. Tradução livre: “A estratégia de negociação internacional para sobreviver à guerra e seus efeitos apelando a uma revolução de baixa intensidade, a recomposição das alianças internas e a projeção de uma imagem mais grata aos interlocutores externos tiveram como preço a desaceleração da revolução, ou seja, a inversão de suas políticas econômicas e a reversão de muitas de suas conquistas sociais e políticas”.

a busca de mediadores para o conflito que se estendia principalmente na Nicarágua, El Salvador e Guatemala; medida estimulada por nomes como Gabriel García Márquez, Alfonso García Robles e Alva Myrdal (estes dois últimos eram delegados na Assembleia Geral de Desarmamento das Nações Unidas e ganhadores conjuntos do prêmio Nobel da Paz em 1982). Em setembro de 1984 foi apresentada uma ata resultante das reuniões do grupo objetivando promover a cooperação e a pacificação no istmo. Nomeada Ata do Grupo Contadora para a Paz e Cooperação na América Central²⁹⁰, possuía como pontos principais compromissos locais em âmbitos de segurança e política, especialmente em matéria de distensão regional, reconciliação nacional, direitos humanos e de armamentos e efetivos militares. Posteriormente, em meados de 1985, foi anunciada a criação de um grupo de apoio ao Contadora, formado pelos governos da Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, conhecido como Grupo de Lima²⁹¹.

A dificuldade encontrada para a aplicação das medidas propostas, principalmente pela aparente indisposição dos países em abrir mão de armamentos e da contundente defesa armada e igualmente pelo rechaço estadunidense e seu continuado apoio à contrarrevolução nicaraguense, mostrava o quão forte ainda era a “cultura armada” na região, malogrando parcialmente a tentativa de “soluções latino-americanas para problemas latino-americanos”. A respeito especificamente do caso nicaraguense podemos apontar que tal traço de opção pela via armada em detrimento da via diplomática vinculava-se intimamente com as características históricas da FSLN e da própria sociedade nicaraguense, ambas acostumadas e, de certa forma, predispostas ao conflito ao invés de alternativas pacíficas em solução de problemas político-sociais, uma cultura política que permeou todo o processo revolucionário sandinista.

Apesar do fracasso no aprofundamento das negociações entre os países centro-americanos, Contadora foi o primeiro passo da estratégia negociadora que foi desenvolvida na segunda metade dos anos 80 e início da década seguinte. A perspectiva estadunidense (principal parceiro econômico e influência política na região) a respeito de tal etapa, especificamente sua relação com o governo sandinista, também foi determinante no insucesso

²⁹⁰ Acta de Contadora para la paz y la cooperación en Centroamérica. Consultado em: CÓRDOVA MACÍAS, Ricardo; BENÍTEZ MANAUT, Raúl (org.). **La paz en Centroamérica**: Expediente de documentos fundamentales, 1979 – 1989. México: CIIH/UNAM, 1989. p. 281-314.

²⁹¹ A união dos dois grupos ficou conhecida como Grupos dos Oito. Mais adiante se ampliou o escopo das atenções e preocupações do grupo, dando origem em 1990 ao Grupo do Rio, um fórum de consulta internacional a respeito de assuntos latino-americanos.

de Contadora, visto que para a administração Reagan “não se podia confiar em comunistas²⁹²”.

Os diálogos multilaterais seriam retomados de maneira ativa com a ascensão de Óscar Arias à presidência da Costa Rica, em 1986. Meses após assumir a direção do país, Arias decidiu buscar e promover uma solução negociada para a situação conturbada da América Central, uma vez que o conflito entre Estados Unidos e Nicarágua gerava consequências para toda a região, incrementando a guerra civil na Guatemala, a instabilidade política em El Salvador e as tensões fronteiriças entre a Nicarágua e seus vizinhos Honduras e Costa Rica. No marco geral de diálogo estabelecido pelo Grupo de Contadora, em que a negociação foi mantida como dissuasivo permanente em oposição às alternativas de força ou ao incremento da guerra, foi promovida a primeira cúpula presidencial centro-americana, incentivada pelo então recém-eleito presidente guatemalteco Vinicio Cerezo. Frente ao mencionado impasse de Contadora, que se estendeu até 1986, os governos centro-americanos iniciaram uma etapa conhecida como Processo de Esquipulas, processo esse que permitiu a realização de quatro reuniões presidenciais e outras três reuniões com distintos atores envolvidos nos problemas em questão²⁹³. A primeira reunião na cidade de Esquipulas, Guatemala, seguiu a tendência à estabilização e à afirmação de regimes abertos e democráticos; de certa forma, uma resposta oriunda de um contexto regional no qual três novos presidentes assumiam seus mandatos: os citados Óscar Arias (Costa Rica) e Vinicio Cerezo (Guatemala), e José Azcona em Honduras, todos através de processos eleitorais. No primeiro encontro, conhecido como Esquipulas I²⁹⁴, foram reconhecidos os problemas e questões a serem resolvidos, com esforços de entendimento e cooperação para a superação da crise local, destacando-se a proposta de criação do Parlamento Centro-americano, baseado na ideia de um organismo regional que permitisse o diálogo político direto entre as nações da América Central.

O passo seguinte foi dado em meados de 1987 com outra cúpula de presidentes onde foi acordado o Procedimento para Estabelecer a Paz Firme e Duradoura na América Central (*Procedimiento para la Paz Firme y Duradera en Centroamérica*), ou Esquipulas II²⁹⁵. De acordo com o pesquisador chileno Francisco Rojas Aravena:

²⁹² Ver: BAGLEY, Bruce Michael. Contadora: The failure of diplomacy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 28, No. 3, Outono/1986, p. 21.

²⁹³ ROJAS ARAVENA, Francisco. El proceso de Esquipulas: el desarrollo conceptual y los mecanismos operativos. **Estudios Internacionales**, Ano 22, No 86 (Abril-Junho 1989), p. 226.

²⁹⁴ Ver: DECLARACIÓN de Esquipulas. Esquipulas, Guatemala, 05 de maio de 1986.

²⁹⁵ Ver: ACUERDO de Esquipulas II. Procedimiento para establecer la paz firme y duradera en Centroamérica. Esquipulas, Guatemala, 07 de agosto de 1987.

Las intensas negociaciones desarrolladas entre febrero y agosto de 1987 culminaron con la firma de esta declaración histórica. El acuerdo cambió todo sin cambiar nada. Esquipulas II no cambió nada estructural, pero abrió paso a la confianza mínima para avanzar hacia una nueva etapa caracterizada por la negociación. Centroamérica mostró su voluntad de paz y se restauró la comunicación, generándose una tendencia que apunta hacia la paz y no hacia la guerra²⁹⁶.

A respeito da Nicarágua, o acordo reconhecia implicitamente a legitimidade do governo sandinista e objetivava o fim do conflito armado e sua substituição gradativa por um pluralismo político e uma democratização. O marco conceptual de Esquipulas II era em torno de um compromisso, um curso de ação mais do que uma formalidade jurídica. Baseado nas ideias de paz, democracia e desenvolvimento, e operativamente em comissões nacionais e regionais de reconciliação e verificação²⁹⁷, pela primeira vez buscava-se conjuntamente uma solução para os conflitos do istmo, historicamente amparados no conflito armado.

O governo estadunidense, por sua vez, consciente do amplo respaldo que o processo de Esquipulas estava tomando na região e igualmente em âmbito internacional (demonstrado pelo Prêmio Nobel da Paz entregue a Óscar Arias em 1987) e no próprio Congresso norte-americano, manifestou sua disposição em aceitá-lo, ainda que declarasse duvidar que o regime sandinista o cumprisse integralmente²⁹⁸.

Inserida no mesmo contexto, ainda que sua elaboração seja anterior a Esquipulas II, a Constituição nicaraguense de 1987 trazia traços de democratização maiores do que os do período inicial do governo da FSLN, destacando-se o estabelecimento de uma alternância no poder, com eleições presidenciais a cada seis anos. Ainda assim, como ressaltamos anteriormente nesse trabalho, a relevância militar era considerável. No texto constitucional indicava-se não só o direito, mas o dever do povo nicaraguense armar-se para defender a soberania do país, com papel diretor do Estado na mobilização massiva contra seus “agressores” e “ameaças de um país estrangeiro”, normatizando legalmente o Serviço Militar

²⁹⁶ Ibid. p. 233. Tradução livre: “As intensas negociações desenvolvidas entre fevereiro e agosto de 1987 culminaram com a assinatura desta declaração histórica. O acordo mudou tudo sem mudar nada. Esquipulas II não mudou nada estrutural, mas abriu caminho à confiança mínima para avançar até uma nova etapa caracterizada pela negociação. A América Central mostrou seu desejo de paz e se restaurou o diálogo, gerando uma tendência que aponta para a paz e não para a guerra”.

²⁹⁷ Estavam vinculados ao projeto de Esquipulas II as Comissões Nacionais de Reconciliação, Comissão Executiva, Comissão Internacional de Verificação e Seguimento (CIVS), Cúpula Presidencial e o Parlamento Centro-americano.

²⁹⁸ Ver: AGUDIEZ CALVO, Pinar. **Interpretación de un intento de paz en Centroamérica: Esquipulas II**. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Periodismo. Madrid, 1992 e INSULSA, José Miguel. *La crisis de la política norteamericana y la política hacia América Latina. Anuario de Políticas Exteriores Latinoamericanas - 1987*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

Patriótico (SMP). Um artigo específico pontuava o EPS como “braço armado do povo e herdeiro direto do Exército Defensor da Soberania Nacional” de Sandino, cabendo ao Estado “preparar, organizar e dirigir a participação popular na defesa armada da pátria²⁹⁹”.

Percebia-se então que os diálogos em alcance regional eram importantes para a estabilização e superação da crise na América Central, porém não eram suficientes quanto aos problemas nacionais, principalmente no caso da Nicarágua. A reconciliação interna era um problema a ser resolvido, de maneira a superar a cultura autoritária e violenta do país, exacerbada nesse período de transição após o regime somozista. Assim, o objetivo e necessidade premente era o fim da guerra que desgastava a população e os esforços estatais desde o início da década de 1980. Nesse sentido, e no marco de Esquipulas II, firmou-se um acordo de cessar-fogo em 1988 entre forças sandinistas e contrarrevolução armada, conhecido como Acordo de Sapoá (*Acuerdo entre el Gobierno Constitucional de Nicaragua y la Resistencia Nicaragüense*). O acordo pretendia a completa normalização da vida cidadã, com a promoção de anistia para contras capturados e ex-Guardas Nacionais, com garantias de liberdade de expressão e reintegração à vida civil pacífica³⁰⁰, visando uma negociação integral para o cessar-fogo definitivo³⁰¹.

Os processos de negociação e pacificação estenderam-se por todo o final do regime sandinista e na transição ao mandato de Violeta Chamorro, sendo firmadas ainda as Declarações de Alajuela (*Declaración Conjunta de los Presidentes de Centroamérica – Tercera Cumbre de Presidentes Centroamericanos*)³⁰² em 1988, e a de Costa del Sol (*Declaración Conjunta de los Presidentes de Centroamérica – Cuarta Cumbre de Presidentes Centroamericanos*)³⁰³ em 1989, em que se reiteraram os compromissos de Esquipulas II e os esforços para cumpri-los; os Acordos de Tela (1989)³⁰⁴, em que se elaborou um plano conjunto para desmobilização, repatriação, recolocação e assistência para membros contrarrevolucionários da Nicarágua; e de Toncontín (1990)³⁰⁵, acordado após as eleições, de alcance nacional e que promovia o desarme e cessar-fogo bilateral. Também no marco

²⁹⁹ NICARAGUA. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicado em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987. Título V, artigos 92-97.

³⁰⁰ Ver: ACUERDO de Sapoá. Acuerdo entre el Gobierno Constitucional de Nicaragua y la Resistencia Nicaragüense. Sapoá, Rivas, Nicaragua, 23 de março de 1988.

³⁰¹ Uma análise completa do Acordo de Sapoá, com a exposição do cumprimento do mesmo e demais processos oriundos pode ser encontrada em: NICARAGUA; RESISTENCIA NICARAGÜENSE (org.). **El Acuerdo de Sapoá para el Cese del Fuego Definitivo**. Managua: Dirección de Información y Prensa, 1989.

³⁰² Ver: DECLARACIÓN de Alajuela. Declaración Conjunta de los Presidentes de Centroamérica – Tercera Cumbre de Presidentes Centroamericanos. San José, Costa Rica, 16 de janeiro de 1988.

³⁰³ Ver: DECLARACIÓN de Costa del Sol. Declaración Conjunta de los Presidentes de Centroamérica – Cuarta Cumbre de Presidentes Centroamericanos. Costa del Sol, El Salvador, 13-14 de fevereiro de 1989.

³⁰⁴ Ver: ACUERDO de Tela. Puerto de Tela, Honduras, 07 de agosto de 1989.

³⁰⁵ Ver: ACUERDOS de Toncontín. Tegucigalpa, Honduras, 23 de março de 1990.

eleitoral, firmaram-se a Declaração de Montelimar (1990)³⁰⁶, reafirmando os acordos de Esquipulas e renovando a vontade regional pela estabilização, e o Protocolo de Manágua (1990)³⁰⁷, culminação do processo de negociação desmobilização e desarme, além da criação de polos de desenvolvimento para antigos membros da Contra.

Como mencionamos acima, pelo texto constitucional nicaraguense, o mandato presidencial possuía o período de seis anos, portanto, as eleições tinham a previsão de realização em fins de 1990 (Daniel Ortega foi eleito no final de 1984 para o mandato 1985-1990). Porém, como resposta estratégica às pressões estadunidenses e ao crescente clima de insatisfação popular que se instaurava, as mesmas foram adiantadas para o mês de fevereiro de 1990. Com tal medida a FSLN pretendia demonstrar uma disposição à democratização, não só perante a população local, mas igualmente para a comunidade internacional que exercia pressões diplomáticas sobre o regime sandinista. Além disso, a forte confiança dos sandinistas decorrente da derrota militar estratégica da Contra e dos acordos firmados no sentido da desmobilização, também motivaram a antecipação eleitoral.

O cenário político do fim da década era dúbio para a FSLN: por um lado, nenhum dos grupos internos de oposição (Igreja Católica, setores empresariais, setores populacionais da Costa Atlântica, grandes produtores agrários) conseguiu efetivamente interromper o caminho de consolidação do sandinismo; a Contra, por sua vez, cometia graves e visíveis violações dos direitos humanos sem obter vitórias no campo militar. O mesmo se passava com os partidos políticos ainda existentes: “[...] *los partidos políticos legales se debilitaban a causa de las disensiones internas. La formación de un bloque de 14 partidos, para concurrir a las elecciones de 1990 se basó en una unidad fragilísima, aunque al menos ofreció una ocasión de derrotar al FSLN empleando medios electorales*³⁰⁸”. Por outro lado, a FSLN chegou aos comícios na pior situação econômica da história do país, que teve como efeito a reversão de muitas conquistas dos anos iniciais do regime sandinista que significaram melhorias nas condições de vida da população (especialmente nos campos da educação e saúde, no número de empregos e na reversão da retraça produtiva)³⁰⁹.

Em meio a tal cenário, no qual o conflito militar se transferia para a área política, promoveu-se de maneira mais contundente do que em 1984 a passagem de uma lógica de

³⁰⁶ Ver: DECLARACIÓN de Montelimar. Montelimar, Nicaragua, 03 de abril de 1990.

³⁰⁷ Ver: PROTOCOLO de Managua sobre el desarme. Managua, Nicaragua, 30 de maio de 1990.

³⁰⁸ BULMER-THOMAS, Victor. Nicaragua desde 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina – v.14. América Central desde 1930**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001. p. 185. Tradução livre: “[...] os partidos políticos legalizados se debilitavam em função das dissidências internas. A formação de uma coalizão de 14 partidos para concorrer às eleições de 1990 se baseou em uma unidade fragilíssima, que ao menos ofereceu uma ocasião de derrotar a FSLN através dos meios eleitorais”.

³⁰⁹ VILAS, Carlos. Op. cit. p. 124.

democracia participativa – tentada com uma extensa mobilização popular – a uma de democracia representativa. O entrelaçamento histórico do político e do militar em toda a região centro-americana dava mostras de como era difícil para os países irem às urnas; visto que até meados dos anos 80 o “modelo guerreiro” ainda superava os esquemas democráticos contemporâneos (centrados principalmente na representatividade e no sufrágio universal). Segundo o pesquisador Raúl Benítez Manaut:

Esta simbiosis de lo político y lo militar, que entre 1979-1980 y 1987 se proyectó a lo militar, por las dimensiones que alcanza retorna progresivamente a lo político a partir de la firma del compromiso de Esquipulas II. Así, las mismas fuerzas que despliegan su esfuerzo en lo militar, buscan la legitimidad en lo político, principalmente en la lucha electoral. Esto explica porque la lucha electoral adquiere gradualmente importancia en países donde anteriormente fue irrelevante, siendo menospreciada por las élites oligárquicas-militares de El Salvador, Guatemala y Honduras. También explica el porqué en países donde lo democrático-electoral nunca existió (como en Nicaragua), ahora adquiere una nueva dimensión, tanto de reconquista de legitimidad y hegemonía perdidas (para el sandinismo), como de lucha por el respaldo de la población (para las fuerzas que apoyan políticamente a Violeta Barrios)³¹⁰.

Composta por radicais e moderados, a coalizão vencedora das eleições (*Unión Nacional Opositora* – UNO), estava centralizada na figura de Violeta Barrios de Chamorro, viúva de Pedro Joaquín Chamorro, jornalista e personagem importante da oposição antisomozista assassinado em 1978. Tendo como eixos aglutinadores o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Popular Social Cristão (PPSC), e com respaldo do governo estadunidense, a UNO reunia ao todo 14 partidos, agrupando conservadores, liberais, membros da socialdemocracia e democracia cristã, até socialistas e comunistas³¹¹, sob o lema

³¹⁰ BENÍTEZ MANAUT, Raúl. Centroamérica: paz, desarrollo y democracia versus guerra y militarismo. El reto de los años noventa. In: FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES. **Seguridad, Paz y Desarme**: Propuestas de Concertación Pacífica en América Latina y el Caribe – Estudio Estratégico de América Latina 1990-1991. Santiago de Chile: CLADDE/FLACSO, 1992. p. 176. Tradução livre: “Esta simbiose do político e do militar, que entre 1979-1980 e 1987 se projetou para o lado militar, pelas dimensões que alcança retorna progressivamente ao político a partir da assinatura do compromisso de Esquipulas II. Assim, as mesmas forças que implementam seu esforço no âmbito militar buscam a legitimidade no político, principalmente na luta eleitoral. Isto explica porque a disputa eleitoral adquire gradualmente importância em países onde anteriormente foi irrelevante, sendo menosprezada pelas elites oligárquico-militares de El Salvador, Guatemala e Honduras. Também explica o porquê em países onde a esfera democrático-eleitoral nunca existiu (como na Nicarágua), agora adquire uma nova dimensão, tanto de reconquista da legitimidade e da hegemonia perdidas (para o sandinismo), como de luta pelo respaldo da população (para as forças que apoiam politicamente a Violeta Barrios de Chamorro)”.

³¹¹ Compunham a UNO: Partido Social Democrata (PSD), Partido Popular Social Cristão (PPSC), Partido Liberal Constitucionalista (PLC), Partido Liberal Independente (PLI), Partido Neoliberal (PALI), Aliança Popular Conservadora (APC), Ação Nacional Conservadora (ANC), Partido Nacional Conservador (PNC), Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), Partido Integracionista da América Central (PIAC), Partido de

“*UNO es el cambio, UNO es el pueblo, UNO somos todos, UNO es el país*” (UNO é a mudança, UNO é o povo, UNO somos todos, UNO é o país – realizando um jogo de palavras com a sigla e a a palavra ‘uno’). Diversas análises dos resultados eleitorais de fevereiro de 1990 buscaram o(s) motivo(s) da derrota sandinista: muito se questionou a intensa mobilização popular (por vezes forçada e centrada no Serviço Militar), a prioridade militar no projeto político, o insucesso com os camponeses e povos da Costa Atlântica, a crise econômica, etc. Parece-nos mais razoável a análise sob a percepção conjuntural, entendendo que a vitória da UNO foi resultado de um conjunto de fatores, mas principalmente pela guerra. Muito mais do que uma oposição às estratégias da FSLN, a população pareceu ter votado contra a permanência do conflito armado que desgastava o país há quase uma década. Não é errôneo avaliar que o nicaraguense votou contra a política governamental que o frustrou e aguçou a crise econômica, mas igualmente podemos considerar que a população não tinha opções reais. Como indicou Edelberto Torres-Rivas, o voto a favor da UNO deve ser visto na dimensão trágica de uma sociedade forçada à persistência na guerra; uma vez que em situações de crise social prolongada o voto e a escolha estão determinados pelo ambiente de desespero imediato: “Frente ao caos social se opta pela segurança e pela ordem³¹²”. Há também a visão mais ampla das eleições, levando em consideração sua configuração e a maneira como foram encaradas pelo sandinismo: como uma extensão do processo de negociação e pacificação regional que deveria conduzir ao fim do apoio estadunidense à Contra, de forma a encerrar os enfrentamentos armados e neutralizar oposições diplomáticas³¹³.

Contudo, de maneira geral, a derrota eleitoral não significou o fracasso completo do projeto sandinista e/ou da revolução, já que parcelas das instâncias de poder permaneciam com a FSLN (como as Forças Armadas e as organizações de massa) e, restavam dois meses para a transferência de poder. É claro que tal revés não era esperado pela direção da Frente Sandinista, tampouco a maioria da oposição confiava na superação dos votos dos sandinistas. Como afirmou o então general sandinista Hugo Torres, em entrevista ao autor: “Nos doeu muito, porque havíamos semeado nossos sonhos, nossos anseios de construir um mundo diferente. Foi como se tivéssemos recebido um golpe na nuca, foi horrível. Porém, foi derrotado através do voto”. Fato é que após o reconhecimento da vitória de Chamorro a

Ação Nacional (PAN), Partido Democrático de Confiança Nacional (PDC), Partido Socialista Nicaraguense (PSN), Partido Comunista da Nicarágua (PC de N).

³¹² TORRES-RIVAS, Edelberto. La recomposición del orden: elecciones en Centroamérica. In: **Revista Española de Investigaciones Sociológicas** n. 50. Madrid, abril-junho de 1990. p. 119.

³¹³ VILAS, Carlos. Nicaragua: el camino de la derrota electoral y el porvenir de la revolución sandinista. In: **Realidad** – Revista de Ciencias Sociales y Humanidades N. 14. San Salvador, março-abril 1990. p. 136.

direção governamental passou a centrar suas últimas atenções na manutenção da maior parcela possível de meios decisórios e elementos/setores chave na Nicarágua. Desse modo, inúmeros decretos foram aprovados em questão de dias, buscando alterar positivamente para os sandinistas o cenário de transição. E nesse âmbito incluíam-se as medidas referentes ao EPS e ao setor de defesa.

Após a exposição do contexto político de final da década de 1980 e das etapas de negociação regional, que consideramos essenciais para a compreensão dos processos envoltos na área militar nicaraguense e especificamente no EPS, realizaremos uma última reflexão acerca das transformações e novos usos do Exército Popular Sandinista no início dos anos 90.

5.3 Novo governo e reorganização: a transformação do EPS em exército regular e apolítico

Por mais difícil que parecesse para a direção sandinista, a transição de governo representou um grande avanço na história política nicaraguense, marcada quase exclusivamente pelo uso exacerbado da força. A mudança pacífica de um governo a outro de marca política e ideologia oposta era um referente desconhecido para a sociedade política e civil³¹⁴. E para alguns analistas, como o então vice-presidente Sergio Ramírez³¹⁵, essa etapa e seu desenlace (processo eleitoral e transição pacífica) foram a principal contribuição política sandinista após uma década no poder.

A principal esfera de atuação governamental no fim de 1989 e 1990 – legalmente e estruturalmente falando – foi o setor militar. A estratégia da oposição nos comícios foi igualmente tentar mostrar à população medidas drásticas contrárias à militarização e à mobilização popular nesse âmbito. O programa de governo da UNO defendia o caráter profissional das Forças Armadas, seu apartidarismo, e proibição dos membros em ocuparem cargos diretivos em partidos políticos, além da estruturação e organização conforme a capacidade econômica e necessidades do país. Porém, constitucionalmente, devido às alterações promovidas pelos sandinistas, o Presidente da República não possuía nenhuma autoridade sobre as Forças Armadas, sendo necessário para tal uma alteração na Carta Magna do país.

As mencionadas reformas sandinistas tiveram início antes mesmo do pleito eleitoral de fevereiro de 1990, com a reforma da Lei de Graus Militares e com a criação da primeira Lei

³¹⁴ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 48.

³¹⁵ RAMÍREZ, Sergio. Op. cit. p. 37.

de Organização Militar do EPS, ambas elaboradas no fim de dezembro de 1989 e publicadas três dias antes das eleições, em 22 de fevereiro de 1990. A primeira delas (Reforma à Lei Criadora de Graus de Honra, Cargos e Graus Militares) substituiu as faculdades do Presidente da República e ministros transferindo-as para o Conselho Militar e para o Comandante-em-Chefe do EPS, cabendo conjuntamente exclusivamente a esses últimos outorgar graus militares e promoções, bem como retiros³¹⁶. O objetivo era salvaguardar as estruturas do exército e evitar possíveis desmantelamentos de um importante setor sandinista:

Como consecuencia de su precaria situación jurídico-legal y de no haberse constituido efectivamente como institución del Estado, sino del partido, el cuerpo armado era vulnerable y podía ser fácilmente desmantelado. Se trataba, pues, de atar las manos del nuevo gobierno con una legislación de última hora y subsanar parcialmente las carencias y vacíos acumulados a lo largo de una década, con el fin de preservar su existencia en un escenario políticamente adverso en el que, como era de esperarse, habría de ser el blanco principal de sus adversarios³¹⁷.

O outro aparato legal foi a Lei de Organização do EPS (Lei n. 75), pela qual se reafirmou todas as anteriores designações estabelecidas pela FSLN (braço armado do povo, que preparava, organizava e dirigia a participação popular na defesa da pátria). A novidade estava no papel do Comandante-em-Chefe, que passou a ter um poder quase onímodo, ilimitado. Entre suas 18 atribuições estabelecidas estavam tarefas de organização, direção, supervisão e administração. Ademais, regramentos acerca do Conselho Militar também foram pontuados, sendo este o órgão mais alto de decisão na competência militar, responsável pelo controle das Forças Armadas ao lado do Comandante-em-Chefe. A lei também deixou subordinada a esse último as Milícias Populares Sandinistas e a jurisdição militar, de modo a retirar qualquer poder (ainda que pequeno ou não influente) do controle que não fosse do Conselho Militar e do Comandante-em-Chefe.

Em consonância com tais legislações, no mesmo período criou-se uma lei orgânica para o Ministério da Defesa, que durante todo o regime sandinista não passou de um mero instrumento burocrático praticamente sem atribuição. Pelo Decreto n. 490 estabeleceram-se

³¹⁶ Ver: NICARAGUA. Reforma a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Lei n. 74 de 27 de dezembro de 1989. Publicado em **La Gaceta** No. 38 de 22 de fevereiro de 1990 e NICARAGUA. Reforma al Reglamento a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Decreto n. 491 de 22 de fevereiro de 1990. Publicado em **La Gaceta** No. 41 de 27 de fevereiro de 1990.

³¹⁷ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 114. Tradução livre: “Como consequência de sua precária situação jurídico-legal e de não constituir-se efetivamente como instituição do Estado, mas sim do partido, o corpo armado era vulnerável e poderia ser facilmente desmantelado. Tratava-se então de atar as mãos do novo governo com uma legislação de última hora e corrigir parcialmente as carências e vazios acumulados ao longo de uma década, com o objetivo de preservar sua existência em um cenário politicamente adverso no qual, como era esperado, seria o alvo principal de seus adversários”.

objetivos, funções e a estrutura orgânica do mesmo, partindo do conceito da Defesa como “disposição, integração e ação coordenada das energias e forças morais e materiais do povo organizado ante qualquer forma de agressão imperialista e de qualquer outro gênero, sendo obrigação de todo nicaraguense participar com todas suas forças e empenho em tal fim³¹⁸”. As atribuições de dito ministério foram superficiais e generalizadas, indicando, por exemplo, a defesa do território nacional e a colaboração com o EPS; e as ações do ministro (nomeado pela presidência) estavam vinculadas e/ou subordinadas às atribuições do Comandante-em-Chefe do EPS. Portanto, promoveu-se apenas um papel simbólico ao Ministério da Defesa, restringindo suas atuações justamente para que o novo governo não o usasse como instrumento de oposição às medidas sandinistas ainda persistentes.

Com a definição do processo de transição, estabelecido após o resultado das eleições, iniciaram-se também os diálogos entre as duas partes, ou seja, entre o governo sandinista e seus sucessores da UNO. Para o pesquisador nicaraguense Roberto Cajina³¹⁹, essa conflituosa etapa caracterizou-se por uma contradição fundamental baseada na luta pelo poder, do qual vencedores e vencidos reclamavam para si cotas variáveis, cotas essas que, por sua vez, eram na maioria dos casos excessivas e excludentes. As negociações culminariam em um protocolo de transição, acordado no final de março de 1990. O objetivo central era assegurar uma transferência ordenada e pacífica de governo, frente ao polarizado e ainda instável cenário nicaraguense. Os pontos em comum foram firmados por Humberto Ortega e Antonio Lacayo, secretário de governo de Violeta Chamorro e principal articulador político do período que se iniciava, sob o apoio do ex-presidente estadunidense Jimmy Carter, do brasileiro João Baena Soares, então secretário geral da OEA, e Elliott Richardson, representante do secretário geral da ONU.

Inicialmente o documento³²⁰ trata de um consenso para o fortalecimento do processo democrático no país, fundamentado em esforços de reconciliação nacional e reconhecendo as conquistas e transformações até então alcançadas. Quanto ao setor de defesa, os pontos centravam-se na desmobilização bilateral, ou seja, o completo desarmamento das forças contrarrevolucionárias e a submissão do EPS ao poder civil, eliminando seu vínculo partidário que o moveu ideologicamente durante todo o regime sandinista, bem com a redução substancial de seus efetivos. Tal proposta seria a primeira na direção de uma

³¹⁸ NICARAGUA. Ley Orgánica del Ministerio de Defensa de la República de Nicaragua. Decreto n. 490 de 22 de fevereiro de 1990. Publicado em **La Gaceta** n. 41 de 27 de fevereiro de 1990. Capítulo I.

³¹⁹ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 64.

³²⁰ Ver: PROTOCOLO de Procedimiento de la Transferencia del Poder Ejecutivo de la República de Nicaragua. Managua, Nicaragua, 27 de março de 1990. Especialmente, Título II, itens 1 e 2.

profissionalização do exército na Nicarágua, uma força armada historicamente utilizada como ferramenta política de amparo aos governos vigentes. O acordo afirmava o compromisso do governo eleito em respeitar a integridade institucional do exército, bem como sua estrutura de mando e hierarquia, tendo como contrapartida a aceitação da autoridade de referido novo governo.

Nesse marco político, distinto dos cenários vizinhos centro-americanos que promoveram suas respectivas transições através de acordos de paz e não por um pacto político como no caso nicaraguense, o exército adquiriu importância como marco de estabilidade para o novo governo. A consequência direta dos acordos de transição foi a conversão das Forças Armadas – especificamente o exército – em um poderoso dissuasivo frente ao radicalismo e revanchismo da oposição antissandinista e ao extremismo da direção da FSLN, evitando um estado generalizado de desordem e violência, e também se estabelecendo como um dos pilares do governo Chamorro, advindo da vontade popular nas urnas³²¹. Tal polarização ainda existente na Nicarágua após as eleições conformava radicais da UNO que pretendiam fazer da vitória eleitoral uma vitória militar da Contra e a superação do sandinismo em todos os aspectos, e extremistas sandinistas estonteados pela derrota que buscavam desesperadamente salvar o possível de um regime que dava mostras de fracasso antes mesmo do final da década de 1980. E tal quadro seguramente contribuiu na distorção do processo de reconversão do setor de defesa no país³²². Ademais, curiosa e paradoxalmente³²³, devido às cisões e desacordos internos da coalizão vencedora das eleições, Violeta Chamorro logo estava em uma posição política isolada, sem partido definido e base social de apoio. Assim, o exército emergiu como instituição de estabilidade e segurança do novo governo, atuando como uma espécie de poder moderador com suas características de organização, disciplina e capacidade dissuasiva³²³.

Por seu lado, o EPS estava igualmente em um fogo cruzado, com opositores que solicitavam sua imediata dissolução e partidários sandinistas radicais que acusavam tal força armada de traição à revolução. Desse modo, o exército precisava do governo Chamorro para manter e garantir sua existência institucional e um relativo grau de autonomia, assim como *doña* Violeta precisava da segurança e estabilidade que o mesmo exército poderia proporcionar.

³²¹ CAJINA, Roberto. Op. cit. p. 73.

³²² CAJINA, Roberto. Nicaragua, transición política, democracia y reconversión del sector Defensa. In: SEPÚLVEDA, Isidro; ALDA, Sonia. **La administración de la defensa en América Latina**. Normativa y organización de la defensa – Análisis nacionales. Tomo II. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008.

³²³ Idem.

Nesse contexto explica-se a permanência de Humberto Ortega no comando do exército, ainda que a profissionalização fosse a ideia principal a ser promovida. Chamorro parecia ter consciência de que não seria capaz de realizar tal transformação nas Forças Armadas por si só ou com a ajuda somente de aliados da UNO. Estrategicamente importante para as partes envolvidas (Violeta Chamorro e seu governo, Humberto Ortega e sua influência política, e o EPS e sua sobrevivência institucional), referida decisão teve respaldo de setores internacionais que apoiavam a pacificação da região, mas concomitantemente causou mais cisões na UNO e avivou motivos para retornar às armas. Considerada por Chamorro como um “sacrifício temporal³²⁴”, a manutenção de Ortega envolvia uma das questões mais conturbadas do país: a esfera militar e da força e sua gradativa e permanente posição no cenário político nicaraguense no século XX. Contornar bem a situação e abrir espaço a um horizonte democrático e plural era essencial para o futuro do país e da região centro-americana. A respeito do fato pontuou Roberto Cajina³²⁵:

En medio de la incertidumbre provocada por la derrota del Frente Sandinista, el papel aglutinante del general Ortega en las filas del EPS era evidente e incluso necesario, al menos en un primer momento. El cuerpo armado que él dirigía era la única institución que en ese momento tenía el suficiente poder y – sobre todo – la voluntad política para brindarle seguridad al gobierno de la presidente Chamorro. Pero esta dependencia era una especie de simbiosis utilitarista, también Ortega y el Ejército necesitaban de aquél. Uno para afirmarse en su jefatura y el otro para asegurar su existencia en un escenario político adverso y de franca hostilidad.

Em seu discurso inaugural como presidente, Violeta Chamorro assumiu o compromisso para a desmilitarização do país, assumindo o cargo de ministro da Defesa para promover a desmobilização da Contra e a redução drástica do EPS, além da suspensão do serviço militar. A manutenção de Humberto Ortega na chefia do exército estava associada ao compromisso do mesmo em cumprir a tarefa de desmobilização dos atores envolvidos, remoção do caráter partidário e redução do exército, e recolhimento das armas em mãos de civis.

³²⁴ **El País**. Madrid, Espanha. 02/05/1990. Em:

<http://elpais.com/diario/1990/05/02/internacional/641599218_850215.html>. Consultado em: 14/01/2013.

³²⁵ CAJINA, Roberto. Op. cit. 1996. p. 141. Tradução livre: “Em meio à incerteza provocada pela derrota eleitoral da Frente Sandinista, o papel aglutinador do general Humberto Ortega nas tropas do EPS era evidente e inclusive necessário, ao menos em um primeiro momento. O corpo armado que ele dirigia era a única instituição que naquele momento tinha o suficiente poder e – sobretudo – a vontade política para fornecer segurança ao governo da presidente Chamorro. Mas esta dependência era uma espécie de simbiose utilitarista, Ortega e o exército também precisavam do governo. Um para afirmar-se em sua liderança e outro para assegurar sua existência em um cenário político adverso e de franca hostilidade”.

Por toda sua história e desenvolvimento, o rompimento do vínculo com a FSLN era o ponto essencial e primordial nessa etapa de reconversão do setor de defesa. Já analisamos anteriormente nesse trabalho como o uso da violência e da força esteve sempre associado aos grupos políticos em disputa pelo poder, de maneira que até o final do século XX não havia existido na Nicarágua uma força armada de caráter nacional. Desde os exércitos liberais e conservadores em meados do século XIX, passando pela tentativa de criação de um corpo permanente pelo governo de José Santos Zelaya (presidente nicaraguense de 1893 a 1909) e pela ingerência estadunidense no treinamento e organização de uma guarda pretoriana (Guarda Nacional), culminando em um exército nascido de uma insurreição popular e ideologicamente aglutinado pelos interesses de um partido de civis militarizados, estabeleceu-se uma cultura política baseada no uso de referida violência armada para amparo de forças políticas. A posterior transformação desta última organização armada em um exército regular e profissional marcou historicamente o campo político, militar e social do país porque, pela primeira vez, buscou-se estabelecer Forças Armadas institucionalizadas de caráter nacional e apolítico e tal passagem (assim como a transição governamental de 1990) deu-se, igualmente inédita na história nicaraguense, de maneira pacífica, sem uso da força.

Interessante notar que o resultado do processo eleitoral, que todos esperavam ser um marco na completa pacificação do país e na estabilização dos atores políticos, teve como produto o aprofundamento de cisões internas, tanto na coalizão vencedora quanto – e principalmente – na FSLN. Divergências existentes no período de luta antiditatorial (com a subdivisão em facções e tendências) ressurgiram após o revés eleitoral. Acerca da decisão em torno de Humberto Ortega, por exemplo, setores mais radicais da UNO e da FSLN estavam descontentes e criticavam a opção de Violeta Chamorro: membros da coalizão antissandinista afirmavam que era como “ter um escorpião dentro da camisa” e os sandinistas acreditavam que o papel de Ortega poderia ser considerado colaboracionismo com os opositores³²⁶. Por sua vez, os setores moderados do governo e da Frente Sandinista consideravam essa a melhor maneira de assegurar uma transição pacífica, segura e ao controle do novo governo. Centrando-se somente na FSLN, a divisão interna entre radicais (chamados de *principistas*) e moderados (pragmáticos) promoveu cisões irreparáveis que mudaram o perfil da Frente Sandinista enquanto organização de massas e partido político³²⁷. Se para os *principistas* a

³²⁶ VARGAS, Oscar-René. Ejército y democratización en Nicaragua. Trabalho apresentado no **Seminário Internacional sobre Democracia y Democratización en Centroamérica**, promovido pela Comunidade Econômica Europeia e Universidad de Costa Rica. San José, Costa Rica, 14-19 de setembro de 1992. p. 2.

³²⁷ As cisões internas na FSLN provocaram a saída de reconhecidos membros, deixando a FSLN, antes com 40 deputados na Assembleia, somente com 8 representantes. Anos depois formariam novas organizações políticas,

derrota eleitoral decorreu de fatores exógenos, para os pragmáticos o reconhecimento dos erros e seu peso no decorrer de toda a década de 1980 era importante para reconsiderar as estratégias utilizadas para uma Nicarágua democrática. Humberto Ortega posicionou-se contra essa facção sandinista radical (na qual seu irmão Daniel Ortega era figura central), criticando e acusando seus dirigentes de “ultraesquerdistas, tradicionalistas e dogmáticos³²⁸”.

Desde finais da década de 1980 já se pensava em uma reestruturação do EPS, com o gradativo rompimento do vínculo partidário com a FSLN. Em 1989, quando ainda nem se pensava em uma derrota eleitoral no ano seguinte, um plano para a reconversão militar foi preparado pela direção da FSLN, baseado em pressupostos como a derrota total da contrarrevolução, o fim do bloqueio econômico-diplomático e o reestabelecimento de relações com o governo estadunidense, e a manutenção do serviço militar obrigatório; com a ideia de construir um exército capaz de enfrentar uma possível intervenção externa. Para isso era preciso reduzir seus efetivos no marco de Esquipulas II, contando com uma estrutura permanente pequena e altamente qualificada, em torno da qual seriam estruturados corpos não permanentes oriundos do serviço militar, das milícias e da reserva. Para a FSLN, a diminuição da interferência da mesma nos aspectos estritamente militares não significava um distanciamento político ou renegar a influência ideológica do sandinismo³²⁹.

Sem dúvidas os resultados eleitorais de 1990 contribuíram para a aceleração do processo de redefinição do EPS e do setor de defesa. A sobrevivência do EPS enquanto instituição passava necessariamente por esta etapa de ruptura com a FSLN, ainda que para esta última o exército seguisse como uma espécie de garantia de uma parcela dos espaços conquistados desde 1979.

Em resposta aos Acordos de Transição, ainda em 1990 teve início a reestruturação quantitativa e orçamentária do EPS, bem como o processo de redefinição de suas missões e tarefas. Primeiramente, suspendeu-se indefinidamente o SMP, fonte de inúmeras oposições e contestações populares, considerando que na forma como estava sendo aplicado atentava contra a liberdade de associação e pensamento, criando um aparato militar desproporcional à população e aos recursos econômicos do país³³⁰. Em associação a esse primeiro ato tem-se o

destacando-se o *Movimiento Renovador Sandinista* (MRS), criado em 1995 e composto por figuras como Sergio Ramírez, Luis Carrión, Dora María Téllez, Hugo Torres, Victor Tirado e Carlos Mejía Godoy; e o *Movimiento por el Rescate del Sandinismo* (El Rescate), fundado em 2005 e cujos líderes principais são Henry Ruiz e Mónica Baltodano, além do falecido histórico revolucionário Herty Lewites.

³²⁸ CAJINA, Roberto. Op. cit. 1996.

³²⁹ Ibid. p. 169-170.

³³⁰ Ver: NICARAGUA. Suspensión indefinida del Servicio Militar. Decreto-Lei n. 2-90 de 25 de abril de 1990. Publicado em **La Gaceta** n. 87 de 08 de maio de 1990.

Plano Geral de Redução do EPS³³¹ apresentado por Humberto Ortega em maio de 1990, em resposta aos compromissos firmados para a profissionalização do exército. A proposta de Ortega, aprovada por Violeta Chamorro, consistia basicamente em planos de licenciamento que seriam executados até 1992 (três planos foram realizados: em novembro de 1990, agosto de 1991 e setembro de 1992).

Tendo em conta além da suspensão do SMP, o processo de negociação regional, a limitada situação econômica nicaraguense e a pacificação que então se iniciava, a transformação do EPS e sua planificação e adequação orgânico-funcional formaram uma etapa essencial não apenas para dito corpo armado, mas para a história política da Nicarágua. O primeiro plano de licenciamento (PL-1), promovido em novembro de 1990, retirou da ativa mais de 5.000 oficiais (quase em sua totalidade oficiais subalternos³³²), com cifras em torno de US\$150 milhões em benefícios. De acordo com a proposta, coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães receberiam seis meses de salários, enquanto outras patentes receberiam 12 meses³³³. Também foi criada em 1990 a Associação de Militares Retirados (AMIR), ainda que inicialmente tivesse pouca eficácia e utilidade prática.

Realizado em agosto de 1991, o segundo plano de licenciamento (PL-2) conduziu pouco mais de 3.000 efetivos ao retiro, cerca de 2.500 oficiais (na grande maioria subalternos) e 500 patentes de classe inferiores e soldados. Os benefícios consistiam em 30 meses de salários, lotes urbanos e quantias em dinheiro para os retirados, além de propriedades agrícolas para os oficiais de patente mais elevada. No fim de 1991, os efetivos do EPS já estavam reduzidos ao número de 23.781 homens, em torno de 27% dos efetivos existentes em janeiro de 1990³³⁴ (quase 87.000 homens). O seguinte e terceiro plano de licenciamento (PL-

³³¹ O título original do documento é *Plan General de Reducción del Ejército Popular Sandinista y Reestructuración en el Marco de la Nueva Situación de Paz y el Balance Razonable de Fuerzas*. De acordo com Roberto Cajina, era uma versão parcial e adaptada do documento *Principales lineamientos para el perfeccionamiento orgánico, fortalecimiento y equipamiento del Ejército Popular Sandinista, 1991-1995*, também elaborado sob os auspícios de Ortega, parte de um projeto de cooperação militar com a União Soviética, quando ainda a direção sandinista não esperava o colapso soviético. Ver: CAJINA, Roberto. **Reconversión de la Defensa en Nicaragua**: Lecciones no Aprendidas. Seminario de Investigación y Educación sobre Estudios de Defensa y Seguridad (REDES). Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa (CHDS). Brasília, 7-10 de agosto de 2002.

³³² Na hierarquia militar do exército nicaraguense, de acordo com a Reforma da Lei de Graus Militares de 1986, os oficiais superiores eram os graus de general do exército, tenente-general, major-general e general de brigada. Compunham os oficiais subalternos: coronel, tenente-coronel, major, capitão, primeiro-tenente, tenente e subtenente.

³³³ Os benefícios eram de US\$12 mil para coronéis e tenentes-coronéis, US\$8 mil para majores e US\$3 mil para capitães, além de terras e cursos de capacitação na área de Administração. Todos os dados acerca dos planos de licenciamento e do processo de redução foram consultados em: CAJINA, Roberto. Op. cit. 1996. Capítulo V. Item *Planes de licenciamiento (1990-92)* e BARBOSA MIRANDA, Francisco. **Historia militar de Nicaragua** – antes del siglo XV al XXI. Managua: Francisco Barbosa, 2009.

³³⁴ CAJINA, Roberto. Op. cit. 1996. p. 291.

3) foi promovido em setembro de 1992, atingindo pouco mais de 2000 militares. Um novo critério foi utilizado para a distribuição dos benefícios: o tempo de serviço. Assim, aqueles com mais de dez anos de serviço receberam 48 meses de salários; os que possuíam entre cinco e nove anos, 41 meses; e os com menos de cinco anos, 36 meses. Além disso, oficiais superiores (majores e capitães) receberam terras agrícolas e quantias em dinheiro. O PL-3 foi o plano de licenciamento mais oneroso aos cofres públicos, sendo gastos cerca de US\$500 milhões.

Em termos gerais, o programa de redução quantitativa do EPS foi eficiente, deixando à dita força armada um efetivo de 21.710 homens em setembro de 1992, após o PL-3, aproximadamente um quarto das tropas no início de 1990 (pelos dados oficiais, 86.810), quando Violeta Chamorro assumiu a presidência do país. Somente entre os meses de maio e junho de 1990, mais de 45.000 pessoas foram desmobilizadas de suas funções militares, majoritariamente antigos membros das milícias, reservistas e participantes do serviço militar. Em questões financeiras, a redução foi igualmente drástica: se em 1990 o orçamento para o setor de defesa era de US\$177 milhões, em 1995, após a aprovação do Código Militar, os gastos não ultrapassavam US\$31 milhões. Em 1991, o orçamento aprovado foi de US\$51 milhões, pela primeira vez em mais de uma década menor do que o destinado à educação e saúde. O processo de redução de efetivos terminaria em 1995, quando o exército atingiu uma tropa permanente de cerca de 14.500 homens, o menor da América Central³³⁵.

Os efeitos dessa gradativa e acelerada redução, bem como da desmobilização dos contrarrevolucionários, foi percebido e sentido de maneira rápida na sociedade: o novo governo dava mostras de que não possuía estratégias para reinserção de tal contingente à sociedade civil e à vida cotidiana, de modo que as taxas de desemprego cresceram vertiginosamente (em torno de 40% em 1990), tem-se uma queda nos indicadores sociais e o sentimento de descontentamento voltou a ser uma constante em vários setores sociais. A instabilidade que se esperava ter fim com a transição governamental continuou e novamente uma saída ao uso da violência era buscada. Trabalhadores em greve, movimentos sociais promovendo constantes atos de protesto em Manágua e, o mais grave, o rearmamento de grupos descontentes com suas situações após a desmobilização, reivindicando promessas não cumpridas pelo governo Chamorro.

³³⁵ Segundo informações fornecidas pelo pesquisador nicaraguense Roberto Cajina em conversas com o autor, após a execução do PL-3 até 1994 mais de 7.000 homens também foram retirados do serviço ativo, redução esta que não era prevista nos planos de licenciamento.

Ainda em 1990 surgiram os primeiros grupos rearmados, compostos por antigos membros da Contra, denominados *recontras*, infelizes com as condições de reinserção social e pelo clima de insegurança. Já apontamos que acordos foram firmados no âmbito do desarmamento bilateral e da promoção de estratégias de inclusão social e econômica aos desmobilizados³³⁶. Mesmo com tais medidas de tentativa de prevenção a novos conflitos, o retorno à violência política foi inevitável, principalmente porque as armas que deveriam ser recolhidas continuaram em mãos de civis³³⁷ e as promessas de ajuda aos desmobilizados pouco foram realizadas. Assim, como afirmamos, o descontentamento foi canalizado de duas maneiras: de um lado, o rearmamento de ex-membros da Contra, e por outro, inserido em uma dinâmica causa-efeito³³⁸, o retorno às armas de desmobilizados do EPS, os *recompas*. Uma terceira “frente” de descontentes surgiu nas regiões camponesas, por coletivos locais que igualmente possuíam suas queixas no período de transição pós-revolucionária, denominados *revueltos*. A ausência da institucionalidade do Estado nas antigas zonas de conflito também contribuiu para a formação de agrupamentos que reivindicavam uma solução para o problema da reinserção dos desmobilizados. O primeiro grupo *recontra* a surgir foi a Frente Democrática de Salvação Nacional (FDSN), representada por membros de médio escalão durante a contrarrevolução. Posteriormente outros grupos seriam criados, como a Frente Norte 3-80 (FN 3-80, em menção ao líder contrarrevolucionário Enrique Bermúdez, o Comandante 3-80), e grupos *recompas*: Movimento de Autodefesa Nacional (MADN), Frente Operária e Camposena (FROC) e Frente Unida ‘Andrés Castro’ (FUAC). Tal fenômeno de conflito com bases na sobrevivência, na decomposição social e na falta de perspectiva gerou um processo de “atomização” da atividade armada que, de maneira progressiva, aproximou-se mais do banditismo do que de uma luta político-militar³³⁹. Dados do exército estimaram que em meados de 1992 quase 22.000 rearmados estavam presentes na Nicarágua³⁴⁰.

Tal problema dos rearmados mostrou a necessidade de uma reconciliação desde os grupos sociais mais baixos, e não somente com os antigos detentores das esferas de poder

³³⁶ Ver: DECLARACIÓN de Managua. Managua, Nicaragua, 04 de maio de 1990; PROTOCOLO de Managua sobre el desarme. Managua, Nicaragua, 30 de maio de 1990; ACUERDO para el establecimiento de polos de desarrollo entre el gobierno y la Resistencia Nicaragüense. Managua, Nicaragua, 30 de maio de 1990 e ACUERDO de cese del fuego efectivo y definitivo. El Almendro, Nicaragua, 12 de junho de 1990.

³³⁷ Humberto Ortega prometeu, nos Acordos de Transição, que tais armas distribuídas (em especial após o ocorrido entre Estados Unidos e El Salvador em 1989, quando o governo estadunidense promoveu ações contra os revolucionários da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional - FMLN) seriam recolhidas, porém não pareceu haver esforços para tal ação nos primeiros meses de governo Chamorro.

³³⁸ MARTÍ Y PUIG, Salvador. La violencia política en Nicaragua. Élités, bases sandinistas y contras en los 90. In: **Nueva Sociedad** n. 156, julho-agosto 1998. p. 4.

³³⁹ Ibid. p. 6.

³⁴⁰ Idem.

político do país. Ademais, podemos afirmar que o período revolucionário e a massificação da participação popular no regime sandinista contribuíram para a criação de uma cultura política mobilizadora e combativa, com novos sujeitos sociais (não se restringindo somente à lógica partidária) e suas respectivas “politizações” no cenário nicaraguense. Assim, tais ações de rearmados poderiam ser consideradas respostas naturais ao cenário de descontentamento e conflito vivido pelos setores mencionados, uma vez que, durante toda a década de 1980, a própria FSLN promovia a participação popular (principalmente na reivindicação e defesa de direitos) através da via armada.

Como consequência direta do processo acelerado de redução do EPS, referida questão dos rearmados e outros problemas de governabilidade podem servir de amparo a uma análise da maneira como foi conduzido o processo de modernização das Forças Armadas na Nicarágua. O projeto inicial, e formalmente apresentado, era renunciar a quantidade pela qualidade, mas sem perder a eficácia operativa; tendo como identificação política as necessidades de defesa do país, sem vínculos partidários. Contudo, a realidade vivenciada foi distinta da proposta:

Las Fuerzas Armadas de Nicaragua abandonaron la cantidad no precisamente para favorecer la cualidad, sino para satisfacer tenaces apremios de orden económico y político. Al aprobar el plan de reducción del personal militar presentado por el Ejército, el gobierno de la presidenta Chamorro no pensó en el binomio cantidad-cualidad, ni en la necesidad de preservar – mucho menos elevar – la eficacia de la institución sobre la que paradójicamente se cimentaba su seguridad y su estabilidad. Sus metas eran mucho más limitadas, lo único a que aspiraba era, por una parte, reducir el gasto público disminuyendo drásticamente el presupuesto de defensa; y por otra, apaciguar a sus adversarios políticos³⁴¹.

A reconversão do setor de defesa na Nicarágua, em seu cenário polarizado e ainda conflituoso, mudou o peso político do exército e sua margem de autonomia, por mais que a condução de dito processo ainda estivesse a cargo de militares em função do desinteresse e da falta de competência suficiente de civis na área. Porém, antes da aprovação do Código Militar de 1994 (o primeiro na história do país) o exército ainda possuía uma (modesta) institucionalidade e uma autonomia relativamente grande em questões de controle civil. Os

³⁴¹ CAJINA, Roberto. Op. cit. 1996. p. 311. Tradução livre: “As Forças Armadas da Nicarágua abandonaram a quantidade não precisamente para favorecer a qualidade, mas sim para satisfazer tenazes restrições de ordem econômica e política. Ao aprovar o plano de redução do pessoal militar apresentada pelo Exército, o governo da presidenta Chamorro não pensou no binômio quantidade-qualidade, nem na necessidade de preservar – muito menos elevar – a eficácia da instituição sobre a qual paradoxalmente se cimentava sua segurança e estabilidade. Suas metas eram muito mais limitadas, o único que aspiravam era, por um lado, reduzir o gasto público diminuindo drasticamente o orçamento de defesa; e por outro, apaziguar seus adversários políticos”.

pormenores da completa transformação da defesa nicaraguense não serão abordados nesse trabalho, mas é importante termos em mente o marco iniciado com a derrota eleitoral sandinista em 1990, ato primeiro de uma peça caracterizada pelo malogro ideológico sandinista e que deixou o exército – servo de tal ideologia – sem justificativa para seu agir nos parâmetros então aplicados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transição a um novo governo no final do século XX na Nicarágua marcou o fim de uma etapa na qual se iniciou com a esperança e vontade ativa da população (oriunda da vitoriosa insurreição armada de 1979) e que culminou em um cenário instável e polarizado pelas opções do grupo então no poder e pela guerra quase generalizada. Após a “máquina militar” sandinista subsistir, a reconversão do setor de defesa, especificamente do exército, mostrou-se uma etapa necessária à política e sociedade nicaraguense. O desafio na virada do século XX era estabelecer Forças Armadas nacionais, sem vínculos partidários e obedientes ao poder civil vigente. Logo após o processo eleitoral de fevereiro de 1990, o EPS tornou-se elemento central de discussões e do plano de governo da nova coalizão que assumia o poder político do país. De acordo com a pesquisadora Margarita Castillo Villarreal, a remoção do vínculo ideológico-partidário do exército e seu respeito ao poder civil foram importantes na sobrevivência do mesmo no período de transição:

In essence, after the Sandinistas' electoral defeat in 1990, the army's most important weapon has not been the Russian AK-47 rifle but loyalty to the Nicaraguan Constitution. The Constitution has been the army's shield and sword, enabling it to successfully navigate through a period of great political instability that prevailed in post-Sandinista Revolutionary Nicaragua³⁴².

Ademais, a existência de um exército profissional e nacional já era uma pretensão antes mesmo do revés eleitoral sandinista, como afirmou Humberto Ortega: os nicaraguenses foram adquirindo a consciência da “*necesidad de contar con un ejército nacional, profesional y moderno que garantice la defensa de nuestra soberanía e integridad territorial, como también la seguridad para el desarrollo de la vida y labores de todos los nicaragüenses sin distingo políticos, ideológicos o de cualquier tipo*”³⁴³.

O primeiro passo para a institucionalização democrática do exército fora dado nos chamados Acordos de Transição. A UNO respeitaria a – ainda que modesta –

³⁴² CASTILLO VILLARREAL, Margarita. Nicaragua: civilians and military after the Sandinista Revolution. In: **Military Review**, volume LXXXV, março-abril 2005, n. 2. p. 10. Tradução livre: “Em essência, depois da derrota eleitoral sandinista em 1990, a arma mais importante do Exército não foi um rifle russo AK-47, mas a lealdade à Constituição nicaraguense. A Constituição foi o escudo e a espada do Exército, permitindo-lhe com sucesso navegar através de um período de grande instabilidade política que prevaleceu na Nicarágua pós-revolucionária”.

³⁴³ ORTEGA, Humberto. **Nicaragua: revolución y democracia**. [S.l.]: Organización Editorial Mexicana, 1992. p. 185. Tradução livre: “necessidade de contar com um exército nacional, profissional e moderno que garantisse a defesa da nossa soberania e integridade territorial, como também a segurança para o desenvolvimento da vida e dos trabalhos de todos os nicaraguenses se, distinção política, ideológica ou de qualquer tipo”.

institucionalidade, os mandos e graus do EPS e do MINT; a FSLN, por sua vez, contribuiria na despartidarização e desideologização das Forças Armadas, assim como na redução dos efetivos e gastos. É claro que após uma década de conflito, que deixou o país dividido, a desconfiança entre os adversários já estava semeada, e a maior parte da retórica e do desejo de vingança ainda estavam presentes³⁴⁴ até meados da década de 1990, o que dificultou o caminhar da transição ordenada e pactuada do setor de defesa. As necessidades estratégicas do novo governo, e do país como um todo, assentadas em tal âmbito centraram-se no debate a respeito da redução (para os radicais da UNO, o desaparecimento do EPS era o caminho), do controle orçamentário (até 1994 o exército possuía certa autonomia para supervisionar seu orçamento, além de fontes extragovernamentais), da legislação militar, do Ministério da Defesa (apenas uma formalidade burocrática até então, e grande dificuldade de Chamorro, uma vez que não existiam especialistas em tais temas, impossibilitando a criação de um ministério profissional, assim como com o Comitê de Defesa da Assembleia Nacional), por fim, do caráter pessoal e partidário ainda presente no seio militar.

Neste último aspecto, a figura de Humberto Ortega é um dos cerne da questão. Para muitos nicaraguenses e analistas, Ortega ainda era símbolo do predomínio sandinista no exército e da falta de controle civil. Não seria um equívoco afirmar que Humberto Ortega era um personagem mais forte do que o Ministério da Defesa ou outro nome vinculado ao setor militar e de defesa no período, e sua manutenção no comando do exército foi uma importante variável no processo político-militar pós-sandinismo. Opiniões mais radicais indicavam Ortega não como um general convencional típico dos exércitos latino-americanos, mas sim como um “astuto líder político vestindo farda³⁴⁵”. Fato é que Ortega conseguiu promover a despolitização do EPS, mas muito se questionou acerca de suas motivações, com extremos que variavam do altruísmo político aos interesses de promoção pessoal. Independente da resposta, o EPS foi conduzido de um molde ideológico-partidário a um caráter mais próximo do profissionalismo, reformulando definitivamente a maneira institucional de dita força armada. Sua consequente substituição³⁴⁶ foi igualmente fundamental para a continuidade e

³⁴⁴ INSTITUTO NACIONAL DEMOCRATA PARA ASUNTOS INTERNACIONALES. **Relaciones civiles-militares en Nicaragua** – Informe de una delegación del NDI. [S.l.]: National Democratic Institute, 1993. p. 18.

³⁴⁵ GUZMÁN, Luis Humberto. **Políticos en uniforme: un balance del poder del EPS**. Managua: Instituto Nicaragüense de Estudios Socio-Políticos, 1992. p. 123.

³⁴⁶ No dia 02 de setembro de 1993, nas celebrações do Dia do Exército, Violeta Chamorro anunciou que Humberto Ortega se retiraria em 1994. Declaração esta que não tinha sido informada à FSLN, tampouco consentida por Ortega. Uma nova confrontação entre Poder Executivo e FSLN/EPS deixou um país em uma situação perigosa, porém, as alterações legais promovidas por Chamorro não deixavam margens às contestações da direção da FSLN. Os decretos-leis 1-91 e 2-91 transferiram ao presidente da República a faculdade de nomear o comando das Forças Armadas e outorgar suas patentes mais altas, substituindo as mudanças feitas pela Lei 75

avanço do profissionalismo nas Forças Armadas nicaraguenses, não somente pelo cumprimento de sua tarefa acordada nos Acordos de Transição, mas também porque desvincular Humberto Ortega do governo era uma necessidade política, principalmente para obtenção de respaldo internacional (em especial dos Estados Unidos) e de setores conservadores nicaraguenses, e igualmente porque Ortega parecia ser símbolo do caráter indefinido da transição democrática na Nicarágua, gerando incertezas quanto à real transformação das Forças Armadas no país. A nomeação de Joaquín Cuadra para o cargo de comandante-em-chefe do exército em fevereiro de 1995 foi um marco no processo de modernização e democratização das Forças Armadas, cortando em definitivo os laços do exército com a FSLN. Interessante notar que se no período de liderança de Humberto Ortega a preocupação das relações do exército eram em referência ao governo e à FSLN, com a emergência de Joaquín Cuadra as relações passaram a ser entre exército e democracia, fruto da transição e da mudança de pensamento político e institucional pela qual passava todo o setor de defesa na Nicarágua. Ou seja, a condução do setor de defesa (como indicamos em capítulo anterior) passou progressivamente de interesses partidários a uma nova relação com o poder político de maneira mais abrangente e tendo em conta parâmetros político-sociais nacionais, visto que a transição nicaraguense foi muito mais do que uma transferência de poder, envolvendo distintas esferas sociais e definindo-se como a primeira mudança política marcadamente pacífica.

Outro passo importante em dito processo de reconversão do setor de defesa foi a elaboração e aprovação do Código Militar³⁴⁷, primeira legislação de tal tipologia no país. A proposta foi trabalhada durante dois anos até se chegar a um acordo com o exército, visando a construção legal de um caráter nacional e apartidário, e de modo a completar a etapa de estabilidade institucional. E, com a aprovação de dita legislação e dos marcos reguladores do exército, bem como com as reformas constitucionais operadas em 1995, o Exército da Nicarágua (nome adotado em substituição ao Exército Popular Sandinista em 1994) conseguiu garantir sua legitimidade e estabilidade institucional permanente no âmbito do sistema democrático³⁴⁸.

Como mencionamos, o Código Militar de 1994 fora precedido de medidas de normatividade elaboradas pela própria Frente Sandinista após a derrota eleitoral em 1990.

de 1990, pela qual autoridades civis não poderiam nomear o comandante do exército, sendo tal atribuição exclusiva de um Conselho Militar.

³⁴⁷ Ver: NICARAGUA. Código de Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar. Lei n. 181, aprovada em 23 de agosto de 1994. Publicado em **La Gaceta** n. 165 de 02 de setembro de 1994.

³⁴⁸ CASTILLO VILLARREAL, Margarita. Op cit. p. 8.

Decretos foram feitos de modo acelerado visando fazer sobreviver o máximo possível da frágil institucionalidade revolucionária, com destaque para a também citada Lei de Organização Militar do EPS³⁴⁹, que aplicava o controle interno das verbas e a permissão para a criação de empresas de produção no apoio de suas atividades. No fim de 1990, já então sob o mandato de Violeta Chamorro, reformou-se tal lei, com o estabelecimento da subordinação do exército ao presidente da República – este último que também passaria a nomear o comandante-em-chefe – e do caráter nacional das Forças Armadas, bem como do aprimoramento das bases jurídicas de subordinação ao poder civil. O processo de transição daria, então, passos mais largos com o Código Militar, com a definição de um caráter específico da missão das Forças Armadas, textualmente reproduzida como “preparar, organizar e dirigir a defesa armada da pátria, e defender a integridade territorial, independência e soberania da nação³⁵⁰”. A reforma doutrinária foi igualmente importante, com a separação e distinção entre as funções e institucionalidade da defesa e segurança pública, atribuindo funções e papéis diferentes para o exército e para a polícia.

A modernização do exército foi produto de toda uma conjuntura nacional e regional. De um lado, em âmbito centro-americano, os processos de pacificação tiveram como marco principal o acordo de Esquipulas II (1987), iniciando a etapa de reconciliação interna e abertura democrática. Em tal modelo endógeno, o processo regional geraria as condições da distensão, sendo a paz uma pré-condição para a transição à democracia. O processo nacional de paz primeiramente possuía um caráter tático (de modo que a negociação desse subsídio para a impossibilidade da guerra), passando a um caráter estratégico quando se assumiu que não era possível ganhar a guerra em terrenos militares³⁵¹ (especialmente no fim da década de 1980 e com o conseqüente fim da Guerra Fria). Assim, os processos de paz promoveram a desmilitarização e as bases da subordinação militar ao poder civil, fazendo com que as Forças Armadas emergissem como instituições nacionais, legítimas e permanentes. Por outro lado, as necessidades internas pós-conflito e vinculadas à economia tiveram igual peso na transformação do setor de defesa, com o tema da segurança se desdobrando com base no desarme e na neutralização do poder militar na vida nacional. Um elemento importante em tal

³⁴⁹ Ver: NICARAGUA. Ley de Organización Militar del Ejército Popular Sandinista. Lei n. 75 de 27 de dezembro de 1989. Publicado em *La Gaceta* n. 39 de 23 de fevereiro de 1990.

³⁵⁰ NICARAGUA. Código de Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar. Artigos 1-5. Uma completa análise do Código Militar de 1994 pode ser encontrada no excelente trabalho de José Manuel Ugarte: *Análisis del Código de Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar de la República de Nicaragua*. In: INSTITUTO NACIONAL DEMÓCRATA (NDI). *Relaciones Civiles-Militares en Nicaragua*, junho 1995. Apêndice D.

³⁵¹ CORDOVA MACÍAS, Ricardo. Las relaciones cívico-militares en Centroamérica a principio del siglo. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, ano 17, n. 4, Santiago de Chile, outubro-dezembro de 2002.

quadro era a reestruturação do Ministério da Defesa, estabelecido organicamente em meados dos anos 60, mas sem influência ou representatividade até a década de 1990. Porém, a aprovação de uma lei orgânica³⁵² não mudou significativamente a situação: até 1997 a pasta de defesa não teve verba, ministro ou funcionários, somente referida lei orgânica e atribuições³⁵³. Uma estruturação interna efetiva no Ministério da Defesa ocorreria somente em 1998, com a Lei de Organização, Competência e Procedimentos do Poder Executivo (Lei n. 290 aprovado em 27 de março de 1998 – Artigo 20). A justificativa para tal estava no desinteresse civil no setor de defesa e segurança.

A guerra foi um dos grandes pontos de desgaste do regime sandinista, e após quase dez anos de agressão e bloqueio econômico o projeto da Frente Sandinista estava debilitado e a população cansada. Com o fim do conflito armado, e sem ameaças externas ao governo nicaraguense (especialmente por parte dos Estados Unidos), membros do novo governo consideravam que temas relacionados à defesa e segurança não deveriam ser pontos de prioridade do ascendente projeto político da UNO. Ademais, não existiam civis especializados ou preparados o suficiente para coordenar e conduzir o processo de reconversão do setor de defesa, tampouco havia uma visão estratégica para tal processo ou a percepção de seu significado, alcance e benefícios³⁵⁴. A agenda da defesa do país, e também da região centro-americana, ainda está inconclusa, imersa em um projeto de longo prazo que passa necessariamente pela superação da cultura autoritária existente, um patrimônio que não é exclusivo dos militares.

Tal mudança de mentalidade coletiva também envolveria a passagem de ‘políticos vestindo farda’ para ‘cidadãos vestindo farda’, em suas atribuições militares e na condução de assuntos nesse âmbito. Ademais, a carência de apoio de amplo setor da sociedade (canalizado em instituições políticas) com relação às Forças Armadas ocasionou no descrédito das mesmas na Nicarágua; com extremos considerando os corpos armados como forças de ocupação no país. A particularidade do caso nicaraguense pode ser percebida em uma espécie de paradoxo: ao mesmo tempo que o exército não possuía tamanho respaldo na sociedade, na transição para o governo de Violeta Chamorro ele foi peça fundamental na estabilidade e

³⁵² NICARAGUA. Ley Orgánica del Ministerio de Defensa de la República de Nicaragua. Decreto n. 490 de 22 de fevereiro de 1990. Publicado em **La Gaceta** n. 41 de 27 de fevereiro de 1990.

³⁵³ De acordo com o decreto-lei criador dos ministérios do Estado (decreto n. 1-90 de 25 de abril de 1990), estavam entre as atribuições do Ministério da Defesa: organização, posicionamento, mobilização e desmobilização das forças de terra, mar e ar; defesa da soberania e independência do território nacional e manutenção da paz interna; a determinação do número de efetivos; a elaboração e administração do orçamento militar.

³⁵⁴ CAJINA, Roberto. Reconversión de la defensa en Nicaragua: asimetrías e incoherencias. In: **Security and Defense Studies Review**, vol. 2, verão 2002. p. 84.

segurança nacional, visto que a manutenção de dita estrutura militar sandinista ajudou a conter a tensão pós-eleições, fenômeno este que testemunhava a fraqueza estrutural do Estado na Nicarágua.

A abordada derrota eleitoral da FSLN em fevereiro de 1990 não pôs fim ao sandinismo enquanto ideia de uma nação independente, democrática e livre de ingerências externas inspirada no pensamento de Augusto C. Sandino, mas sim ao projeto político-social de uma organização sandinista que deteve as esferas decisórias de poder por quase uma década. O intelectual nicaraguense Sergio Ramírez, vice-presidente do país entre 1984 e 1990, afirmou que a derrocada sandinista deu-se em grande parte pelo fim da ideia de projeto coletivo³⁵⁵, com o isolamento da direção sandinista em relação à população, principal motor de ascensão da FSLN e igualmente do regime da mesma. A principal ‘arma’ da FSLN, contudo, havia garantido sua manutenção no conturbado cenário do começo dos anos 90: o importante para os dirigentes sandinistas era o reconhecimento do EPS como instituição militar do país, por mais que futuramente fosse drasticamente reduzido (quantitativa e financeiramente falando). Como indicou Roberto Cajina:

El FSLN perdió las elecciones, pero institucionalmente su derrota quedaba limitada al plano de lo estrictamente político, y aunque el conflicto armado no se resolvió en el teatro de operaciones militares ni directamente entre los contendientes sentados en una mesa de negociaciones, en términos técnicos quien ganó la guerra fue el Ejército Popular Sandinista, y no la contra³⁵⁶.

Permeado por extremismos e polarizações sociais, o Exército Popular Sandinista não conseguiu ser uma força armada nacional, mas foi elemento chave no governo da Frente Sandinista e é central na análise de dito período. Usado como braço armado do governo – mais especificamente da FSLN – serviu também para chamar a atenção sobre a necessidade de se institucionalizar por completo, nacionalizar e profissionalizar as Forças Armadas na Nicarágua para assim contribuir significativamente no afastamento da persistente cultura política nicaraguense baseada no uso da força e da violência nos meios políticos. O EPS pode não ter navegado em “rios de leite e mel”, como mencionado na famosa frase de Tomás Borge, ou sido um efetivo defensor da população, porém, suas ações foram relevantes no

³⁵⁵ RAMIREZ, Sergio. **Adiós Muchachos**: a história da Revolução Sandinista e seus protagonistas. Rio de Janeiro: Record, 2011.

³⁵⁶ CAJINA, Roberto. **Transición y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996. p. 335. Tradução livre: “A FSLN perdeu as eleições, mas institucionalmente sua derrota estava limitada ao campo do estritamente político, e ainda que o conflito armado não se resolveu no teatro de operações militares nem diretamente entre os envolvidos numa mesa de negociações, em termos técnicos quem ganhou a guerra foi o Exército Popular Sandinista, e não a Contra”.

fortalecimento do regime então vigente, sendo suas operações vitoriosas verdadeiras fontes de material para inflar o estímulo popular a favor da revolução. Da montanha ao quartel, do maior ao menor exército da região, da ideologia guerrilheira e partidária à modernização e profissionalismo, o Exército Popular Sandinista foi protagonista no cenário nicaraguense de fins do século XX.

REFERÊNCIAS

- AGUDIEZ CALVO, Pinar. **Interpretación de un intento de paz en Centroamérica:** Esquipulas II. Tese de Doutorado. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias de la Información, Departamento de Periodismo. Madrid, 1992.
- ALTAMIRA, Jorge. **Porque o sandinismo fracassou.** São Paulo: Editora Outubro, 1990.
- ÁLVAREZ MONTALVÁN, Emilio. **Las fuerzas armadas en Nicaragua:** sinópsis histórica, 1821-1994. Managua: s.n., 1994.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas:** reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARCE, Bayardo. Lo difícil terreno de la lucha: el ideológico. In: NICARAGUA. MINISTERIO DE CULTURA. **Hacia una política cultural de la revolución popular sandinista.** Managua: Ministerio de Cultura, 1982.
- BACCHETTA, Víctor L. El desmoronamiento político de un ejército – La Guardia Nacional Somocista. In: **Nueva Sociedad** n. 81, janeiro-fevereiro de 1986.
- BAGLEY, Bruce Michael. Contadora: The failure of diplomacy. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 28, No. 3, Outono/1986.
- BALTAZAR, Maria da Saudade. **O “Estado” das Relações Civil-Militares em Democracia.** Trabalho apresentado no IV Congresso Português de Sociologia. Coimbra, Portugal, 2000.
- BARBOSA MIRANDA, Francisco. **Historia militar de Nicaragua** – antes del siglo XV al XXI. Managua: Francisco Barbosa, 2009.
- BATAILLON, Gilles. De Sandino aos Contras: formas e práticas da guerra na Nicarágua. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 5, n.2/2011.
- BENÍTEZ MANAUT, Raúl. Centroamérica: paz, desarrollo y democracia versus guerra y militarismo. El reto de los años noventa. In: FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES. **Seguridad, Paz y Desarme:** Propuestas de Concertación Pacífica en América Latina y el Caribe – Estudio Estratégico de América Latina 1990-1991. Santiago de Chile: CLADDE/FLACSO, 1992.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org). **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto (coord). **Dicionário de política** (v. 1 e 2). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BULMER-THOMAS, Victor. Nicaragua desde 1930. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina – v.14. América Central desde 1930.** Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

CABEZAS, Omar. **A montanha é algo mais que uma imensa estepe verde**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CAJINA, Roberto. **Transición y reconversión militar en Nicaragua, 1990-1995**. Managua: CRIES, 1996.

_____. **Reconversión de la Defensa en Nicaragua: Lecciones no Aprendidas**. Seminario de Investigación y Educación sobre Estudios de Defensa y Seguridad (REDES). Centro de Estudios Hemisféricos de Defensa (CHDS). Brasília, 7-10 de agosto de 2002.

_____. Reconversión de la defensa en Nicaragua: asimetrías e incoherencias. In: **Security and Defense Studies Review**, vol. 2, verão 2002.

_____. Nicaragua, transición política, democracia y reconversión del sector Defensa. In: SEPÚLVEDA, Isidro; ALDA, Sonia. **La administración de la defensa en América Latina**. Normativa y organización de la defensa – Análisis nacionales. Tomo II. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008.

CARDENAL, Ernesto (et al.). **Nicarágua: a experiência da esperança**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **La Revolución Perdida**. Managua: Anama Ediciones Centroamericanas, 2004.

CARRIÓN, Luis. La guerrilla se transforma en ejército regular. In: **Cuadernos de Marcha**. Año I, n. 5. México: janeiro/fevereiro de 1980.

CASTILLO VILLAREAL, Margarita. Nicaragua: civilians and military after the Sandinista Revolution. In: **Military Review**, volume LXXXV, n.2, março-abril 2005.

CERRONI, Umberto. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHEVALIER, F. **América Latina: de la Independencia a nuestros días**. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CÓRDOVA MACÍAS, Ricardo. Las relaciones cívico-militares en Centroamérica a principio del siglo. **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**, ano 17, n. 4, Santiago de Chile, outubro-dezembro de 2002.

CÓRDOVA MACÍAS, Ricardo; BENÍTEZ MANAUT, Raúl (org.). **La paz en Centroamérica: Expediente de documentos fundamentales, 1979 – 1989**. México: CIIH/UNAM, 1989.

DOMINGOS NETO, Manuel. O militar e a civilização. In: **Tensões Mundiais**, ano I, vol. I, 2005. Fortaleza: Observatório das Nacionalidades, 2005.

EASTON, David. **The political system: an inquiry into the state of political science**. New York: Alfred A. Knopf, 1971.

FERNANDES, Fernando Bartholomeu. **As relações civil-militares durante o governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília, 2006.

FITCH, J. Samuel. **The armed forces and democracy in Latin America**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998.

GALVÃO, Gilberto et al. **Nicarágua, Nicarágua**. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1980.

GONZÁLEZ ARANA, Roberto. Nicaragua. Dictadura y revolución. In: **Memorias**, ano 6, n. 10. Uninorte, Barranquilla, Colombia. Julho 2009.

GUZMÁN, Luis Humberto. **Políticos en uniforme: un balance del poder del EPS**. Managua: Instituto Nicaragüense de Estudios Socio-Políticos, 1992.

HERRERA, René; LARA, Xochitl. **La pacificación en Nicaragua**. San José: FLACSO-Programa Costa Rica-CIDE, 1996.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUNTINGTON, Samuel. **O soldado e o Estado**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

INSTITUTO DE ESTUDIO DEL SANDINISMO. **El sandinismo: documentos básicos**. Managua: Nueva Nicaragua, 1983.

INSTITUTO NACIONAL DEMOCRATA PARA ASUNTOS INTERNACIONALES. **Relaciones civiles-militares en Nicaragua – Informe de una delegación del NDI**. [S.l.]: National Democratic Institute, 1993.

INSULSA, José Miguel. La crisis de la política norteamericana y la política hacia América Latina. **Anuario de Políticas Exteriores Latinoamericanas - 1987**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.

INVERNIZZI, Gabriele (org.). **Sandinistas: entrevista com líderes sandinistas**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

KRUIJT, Dirk. Revolución y contrarrevolución: el gobierno sandinista y la guerra de la Contra en Nicaragua, 1980-1990. In: **Desafíos 23-II**, Bogotá, Colombia, 2º semestre de 2011.

LEIKEN Robert (ed.). **Central America: anatomy of conflict**. Oxford: Pergamon Press, 1984.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A transição e consolidação da democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LÓPEZ, Ernesto; PION-BERLIN, David. **Democracia y cuestión militar**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

LOZANO, Lucrecia; BENÍTEZ MANAUT, Raúl. De la contención pasiva a la guerra de baja intensidad en Nicaragua. In: **Cuadernos Políticos**, número 47, México D.F., Editorial Era, julho-setembro de 1986.

MARENCO, Dionisio. Ministro de Comércio Interior. 'Comparecencia en el Consejo de Estado del 01 junio de 1984 apud La defensa es integral: condición de supervivencia. In: **Envío** n. 36 (junho/1984). Managua, 1984.

MARÍN, Raúl; O'KANE, Trish. El reverso de la medalla. In: **Pensamiento Propio**, n. 88. Managua, março 1992.

MARTÍ Y PUIG, Salvador. **¿La última rebelión campesina?** – Revolución y contrarrevolución en Nicaragua, 1979-1987. Dissertação de Mestrado em História Latino-americana. Universidad Internacional de Andalucía – La Rábida, 1997.

_____. La violencia política en Nicaragua. Élités, bases sandinistas y contras en los 90. In: **Nueva Sociedad** n. 156, julho-agosto 1998.

MCCORMICK, Gordon et al. **Nicaraguan Security Policy: Trends and projections**. Washington: RAND Publication Series, 1988.

MELÉNDEZ, Javier. **Los escenarios institucionales de la defensa nacional en Nicaragua**. Informe do 'Programa para el fortalecimiento institucional del control civil en la formulación de políticas de defensa y seguridad', National Democratic Institute for International Affairs (NDI). Managua: Centro de Estudios Estratégicos de Nicaragua, [s.d.].

MILLET, Richard. **Guardianes de la dinastía: la historia de la Guardia Nacional de Nicaragua**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2006.

MIRES, Fernando. **La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina**. Delegación Coyoacán: Siglo Veintiuno, 2005.

MONCADA COLINDRES, Denis. **Principales decretos ejecutivos, leyes y sus reformas en materia de organización y jurisdicción militar en Nicaragua**. Trabalho para o curso de Mestrado em Direito Público (Sexto Encuentro Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha – Universidad Autónoma de Nicaragua, León, Nicarágua). Managua, 21 de dezembro de 1994.

MORRIS, Kenneth E. **Unfinished revolution: Daniel Ortega and Nicaragua's struggle for liberation**. Chicago, Illinois: Chicago Review Press, 2010.

MORLINA, Fabio Clauz. **Teologia da Libertação na Nicarágua sandinista**. Dissertação de Mestrado em História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: 2009.

NEPOMUCENO, Eric. **Nicarágua – um país acossado**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

NICARAGUA. MINISTERIO DE CULTURA. **Hacia una política cultural de la revolución popular sandinista**. Managua: Ministerio de Cultura, 1982.

ORTEGA SAAVEDRA, Daniel. **Combatiendo por la paz**. México: Siglo Veintiuno, 1988.

_____. et al. **Nicarágua – por uma cultura revolucionária**. São Paulo: Hucitec, 1987.

PIVA, Márcia. **Nicarágua, um povo e sua história: 1552-1984**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

RAMIREZ, Sergio. **Adiós Muchachos: a história da Revolução Sandinista e seus protagonistas**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

RANDALL, Margaret. **Estamos todas despertadas - As mulheres da Nicarágua**. São Paulo: Global Editora, 1982.

RIBEIRO, Jorge Baptista. **Poder político x poder militar**. Disponível em: <<http://www.varican.xpg.com.br/varican/Bpolitico/conjuntu.html>>. Acessado em 09/10/2012.

RODRIGUES, Lygia. O Sandinismo e a Revolução Nacional e Democrática na Nicarágua. In: DAYRELL, Eliane; IOKOI, Zilda. (orgs.). **América Latina Contemporânea: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996.

ROJAS ARAVENA, Francisco. El proceso de Esquipulas: el desarrollo conceptual y los mecanismos operativos. **Estudios Internacionales**, Ano 22, No 86 (Abril-Junho 1989).

ROUQUIÉ, Alain. **O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

_____. **Guerras y paz em América Central**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

_____. (coord.) **Las fuerzas políticas en América Central**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ROUQUIÉ, Alain; SUFFERN, Stephen. Os militares na política latino-americana após 1930. In: BETHELL, L. (org). **História da América Latina: (vol. 7). A América Latina após 1930: Estado e Política**. São Paulo: Edusp, 2009.

ROVIRA MAS, Jorge. Nicaragua 1979-2007. Transición a la democracia y perspectivas de sú consolidación. In: **Encuentro 2009**, ano XLI, nº 82. Costa Rica: Instituto de Investigaciones Sociales, 2009.

RUHL, J. Mark. **Ejércitos y democracia en Centroamérica: una reforma incompleta**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2004.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. **Formas contemporâneas da violência política**. Franca: [s.n.], 2002.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MATHIAS, Suzeley Kalil. (org). **Entre votos e botas: as Forças Armadas no labirinto latino-americano do novo milênio**. São Paulo: UNESP-FHDSS, 2001

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **A repercussão do movimento sandinista na imprensa brasileira (1926-1934)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SERRANO CALDERA, Alejandro (et. al.). **Legalidad, legitimidad y poder en Nicaragua**. Managua: Fundación Friedrich Ebert, 2004.

SOARES, Samuel Alves. **Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SPALDING, Rose J. **Capitalists and Revolution: State-private sector relations in revolutionary Nicaragua (1979-1990)**. Trabalho apresentado no XVI Congresso da Latin American Studies Association (LASA), realizado em Washington DC, 4-6 de abril de 1991.

TORRES-RIVAS, Edelberto. La recomposición del orden: elecciones en Centroamérica. In: **Revista Española de Investigaciones Sociológicas** n. 50. Madrid, abril-junho de 1990.

_____. **Centroamérica: entre revoluciones y democracia**. Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre Editores, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. São Paulo: Trajetória Cultural/Editora da Unicamp, 1989.

VARGAS, Oscar-René. Ejército y democratización en Nicaragua. Trabalho apresentado no **Seminário Internacional sobre Democracia y Democratización en Centroamérica**, promovido pela Comunidade Econômica Europeia e Universidad de Costa Rica. San José, Costa Rica, 14-19 de setembro de 1992.

VELÁZQUEZ PEREIRA, José Luis. **Interpretación histórica de la década de 1980 en Nicaragua**. Trabalho apresentado no IV Congreso Centroamericano de Historia (Nicaragua, 14-17 de julho de 1998).

VILAS, Carlos. **Perfiles de la revolución sandinista**. Habana: Casa de las Américas, 1984.

_____. **Nicarágua hoje: análise da Revolução Sandinista**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. Nicaragua: el camino de la derrota electoral y el porvenir de la revolución sandinista. In: **Realidad** – Revista de Ciencias Sociales y Humanidades N. 14. San Salvador, março-abril 1990.

_____. (org). **Democracia emergente en Centroamérica**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 1993.

_____. **El legado de una década**. Managua: Lea Grupo Editorial, 2005.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991-1999. v.2.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Fontes

ACTA de Contadora para la paz y la cooperación en Centroamérica. Versión revisada durante la reunión de cancilleres centroamericanos. Tegucigalpa, Honduras, 20 de outubro de 1984.

ACUERDO de cese del fuego efectivo y definitivo. El Almendro, Nicaragua, 12 de junho de 1990.

ACUERDO de Esquipulas II. Procedimiento para establecer la paz firme y duradera en Centroamérica. Esquipulas, Guatemala, 07 de agosto de 1987.

ACUERDO de Sapoá. Acuerdo entre el Gobierno Constitucional de Nicaragua y la Resistencia Nicaragüense. Sapoá, Rivas, Nicaragua, 23 de março de 1988.

ACUERDO de Tela. Puerto de Tela, Honduras, 07 de agosto de 1989.

ACUERDO para el establecimiento de polos de desarrollo entre el gobierno y la Resistencia Nicaragüense. Managua, Nicaragua, 30 de maio de 1990.

ACUERDOS de Toncontín. Tegucigalpa, Honduras, 23 de março de 1990.

DECLARACIÓN de Alajuela. Declaración conjunta de los presidentes de Centroamérica. Tercera cumbre de presidentes centroamericanos. San José, Costa Rica, 16 de janeiro de 1988.

DECLARACIÓN de Costa del Sol. Declaración Conjunta de los Presidentes de Centroamérica – Cuarta Cumbre de Presidentes Centroamericanos. Costa del Sol, El Salvador, 13-14 de fevereiro de 1989.

DECLARACIÓN de Esquipulas. Esquipulas, Guatemala, 05 de maio de 1986.

DECLARACIÓN de Montelimar. Montelimar, Nicaragua, 03 de abril de 1990.

DECLARACIÓN de Managua. Managua, Nicaragua, 04 de maio de 1990.

EJÉRCITO DE NICARAGUA. **Ejército de Nicaragua 30 años de vida institucional: (1979-2009)**. Managua: Ejército de Nicaragua, 2009.

EJÉRCITO POPULAR SANDINISTA. **Manual de las fuerzas contrarrevolucionarias**. Managua: Dirección de Inteligencia Militar, EMG: 1988.

FRENTE DEMOCRÁTICA NICARAGÜENSE. **El libro azul y blanco**. Centro de Comunicaciones, FDN: [s.n.], 1983.

FRENTE SANDINISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. **Diciembre victorioso**. México: Editorial Diógenes, 1979.

_____. **Un pueblo alumbra su historia.** Managua: Departamento de Propaganda y Educación Política, 1981.

_____. **El EPS y la participación de las masas en la defensa de la soberanía.** Managua: Sección de Educación Política, Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1983.

_____. **Programa Histórico del FSLN.** Colección Viva Sandino v.4. Managua: Departamento de Propaganda y Educación Política del FSLN, 1984.

JUNTA DE GOBIERNO DE RECONSTRUCCIÓN NACIONAL. **Programa de gobierno.** Managua: [s.n.], 1979.

NICARAGUA. Estatuto Fundamental (20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 1 de 22 de agosto de 1979.

_____. Ley creadora de los ministerios de Estado. Decreto n. 6 (aprovado dia 20 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 01 de 22 de agosto de 1979.

_____. Ley de Emergencia Nacional. Decreto n. 10 (aprovado dia 22 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 2 de 23 de agosto de 1979.

_____. Estatuto sobre Derechos y Garantías de los Nicaragüenses. Decreto No. 52 (aprovado em 21 de agosto de 1979). Publicado em **La Gaceta** No. 11 de 17 de setembro de 1979.

_____. Creación del Ejército Popular Sandinista. Decreto n. 53 (aprovado dia 22 de julho de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 12 de 18 de setembro de 1979.

_____. Conformación de la Primera Comandancia y Estado Mayor General del Ejército Popular Sandinista. Decreto n. 54 (aprovado dia 22 de agosto de 1979). Publicado em **La Gaceta** n. 12 de 18 de setembro de 1979.

_____. Reservación exclusiva al F.S.L.N. de la denominación “sandinista”. Decreto n. 67 de 13 de setembro de 1979. Publicado em **La Gaceta** n. 14 de 20 de setembro de 1979.

_____. Creación de las Milicias Populares Sandinistas. Decreto n. 313 (aprovado dia 15 de fevereiro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 44 de 21 de fevereiro de 1980.

_____. Ley creadora de los grados de honor, cargo y grados militares. Decreto n. 429 (aprovado dia 17 de maio de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 128 de 7 de junho de 1980.

_____. Ley orgánica del Ministerio del Interior. Decreto n. 485 (aprovado dia 9 de agosto de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 188 de 18 de agosto de 1980.

_____. Ley de movilización de las Milicias Populares Sandinistas. Decreto n. 555 (aprovado dia 17 de outubro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 243 de 22 de outubro de 1980.

_____. Ley de funciones jurisdiccionales de la Policía Sandinista. Decreto n. 559 (aprovado dia 25 de outubro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 253 de 3 de novembro de 1980.

_____. Ley de Organización de la Auditoría Militar y Procedimiento Penal Militar Provisional. Decreto n. 591 (aprovado dia 2 de dezembro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 292 de 18 de dezembro de 1980.

_____. Ley Provisional de los Delitos Militares. Decreto n. 600 (aprovado dia 12 de dezembro de 1980). Publicado em **La Gaceta** n. 296 de 23 de dezembro de 1980.

_____. Ley del Servicio Militar Patriótico. Decreto n. 1327 (aprovado dia 13 de setembro de 1983). Publicado em **La Gaceta** n. 228 de 6 de outubro de 1983.

_____. Ley Orgánica del Cuerpo de Policías Voluntarios de la Policía Sandinista. Decreto n. 1347 (aprovado dia 15 de novembro de 1983). Publicado em **La Gaceta** n. 265 de 22 de novembro de 1983.

_____. Reforma a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Lei n. 19 (aprovada dia 15 de julho de 1986). Publicado em **La Gaceta** n. 154 de 23 de julho de 1986.

_____. Reglamento de la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Decreto n. 214 (aprovado dia 20 de agosto de 1986). Publicado em **La Gaceta** n. 193 de 8 de setembro de 1986.

_____. Constitución Política (aprovada dia 19 de novembro de 1986). Publicada em **La Gaceta** n. 5 de 09 de janeiro de 1987.

_____. Estatuto de la Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua. Lei n.28 de 07 de setembro de 1987. Publicado em **La Gaceta** n.238 de 30 de outubro de 1987.

_____. Reglamento a la Ley de Grados Militares del Ministerio del Interior. Decreto n. 413 (aprovado dia 17 de dezembro de 1988). Publicado em **La Gaceta** n. 247 de 28 de dezembro de 1988.

_____. Reforma a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Lei n. 74 de 27 de dezembro de 1989. Publicado em **La Gaceta** No. 38 de 22 de fevereiro de 1990.

_____. Ley de Organización Militar del Ejército Popular Sandinista. Lei n. 75 de 27 de dezembro de 1989. Publicado em **La Gaceta** n. 39 de 23 de fevereiro de 1990.

_____. Ley orgánica del Ministerio de Defensa de la República de Nicaragua. Decreto n. 490 (aprovado dia 22 de fevereiro de 1990). Publicado em **La Gaceta** n. 41 de 27 de fevereiro de 1990.

_____. Reforma al Reglamento a la Ley Creadora de los Grados de Honor, Cargo y Grados Militares. Decreto n. 491 de 22 de fevereiro de 1990. Publicado em **La Gaceta** No. 41 de 27 de fevereiro de 1990.

_____. Suspensión indefinida del Servicio Militar. Decreto-Lei n. 2-90 de 25 de abril de 1990. Publicado em **La Gaceta** n. 87 de 08 de maio de 1990.

_____. Código de Organización, Jurisdicción y Previsión Social Militar. Lei n. 181, aprovada em 23 de agosto de 1994. Publicado em **La Gaceta** n. 165 de 02 de setembro de 1994.

ORTEGA SAAVEDRA, Humberto. **50 anos de luta sandinista**. São Paulo: Quilombo, 1980.

_____. **Un solo ejército**. Selección de conferencias del Comandante de la Revolución Humberto Ortega Saavedra, acerca de la defensa. Managua: Ediciones Patria Libre, Serie Discursos n. 6, 1981.

_____. **La principal tarea del pueblo es prepararse militarmente para defender su poder**. Discurso pronunciado em 23 de junho de 1981. Managua: [s.n.], 1981.

_____. **Nicaragua: revolución y democracia**. [S.l.]: Organización Editorial Mexicana, 1992.

PROTOCOLO de Managua sobre el desarme. Managua, Nicaragua, 30 de maio de 1990.

PROTOCOLO de Procedimiento de la Transferencia del Poder Ejecutivo de la República de Nicaragua. Managua, Nicaragua, 27 de março de 1990.

RESISTENCIA NICARAGÜENSE. **Estatutos**. Managua: [s.n.], 2011.